

# Prospecto de Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Emissão do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL

CNPJ/MF nº 13.313.964/0001-31

Administração: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Gestão: Itaú Unibanco S.A.

Distribuição: Banco Itaú BBA S.A.

**Rating das Cotas Seniores: "A" Fitch Ratings Brasil Ltda.**

**Código ISIN das Cotas Seniores: BRMTSTCTF005**

**Classificação ANBIMA: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Outros Multicarteira**



Distribuição pública de 400.000 (quatrocentas mil) cotas seniores da primeira emissão ("Cotas Seniores", "Primeira Emissão" e "Oferta", respectivamente) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL** ("Fundo"), com preço de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Cota Sênior, perfazendo o valor total de:

## R\$400.000.000,00

(quatrocentos milhões de reais)

A Primeira Emissão será composta ainda por 100.000 (cem mil) cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas", sendo as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas referidas em conjunto simplesmente "Cotas"). As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo **BANCO ITAÚ BBA S.A.** e não serão objeto da Oferta. O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos titulares de Cotas ("Cotistas"), considerando o regime tributável aplicável, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição, no mercado primário ou secundário, dos seguintes direitos de crédito performados ("Direitos de Crédito") que atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade previsto no regulamento do Fundo ("Regulamento"): (a) debêntures emitidas na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), cuja distribuição seja pública ou privada; (b) notas promissórias emitidas com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 134, de 1º de novembro de 1990 e na Instrução da CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alteradas, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública; (c) cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário e letras de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada; (d) notas de crédito à exportação, emitidas na forma da Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975; (e) letras financeiras, emitidas na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.836, conforme alterada; (f) letras de arrendamento mercantil, emitidas na forma da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, conforme alterada; (g) letras de crédito do agronegócio, emitidas na forma da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada; (h) instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras autorizadas na forma do Regulamento, vinculados a operações ativas na forma da Resolução do CMN nº 2.921, de 21 de janeiro de 2002, conforme alterada, cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento; e (i) outros direitos creditórios admitidos pela Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"). Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, os investidores devem ler a seção "Operações de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo" deste Prospecto. O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administrador") e a carteira de investimentos do Fundo é gerida pelo Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Gestor").

As Cotas Seniores serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, no Brasil, em mercado de balcão organizado e/ou de balcão não organizado, coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"). A aplicação inicial por Cotista no Fundo deverá ser de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no momento da subscrição. Não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

As Cotas Seniores da Primeira Emissão serão registradas no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e serão admitidas à negociação em mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").

O Fundo foi constituído em 18 de fevereiro de 2011, por meio do Instrumento de Constituição do Fundo, e seu Regulamento está registrado no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1201422. O Regulamento foi alterado nos dias 16 e 18 de maio, 30 de junho de 2011 e 22 de julho de 2011, por meio de Instrumentos Particulares de Alteração do Regulamento, registrados no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, sob os nºs 1210470, 1210658, 1215782 e 1218180, respectivamente.

O Fundo e a Oferta foram registrados na CVM em 19 de julho de 2011 e 8 de junho de 2011, sob os nºs OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 2161/2011 e OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº839/2011, respectivamente, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

**Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), bem como das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Cotas Seniores deste Fundo não implica, por parte da ANBIMA ou da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, das Cotas Seniores a serem distribuídas, do Administrador, ou das demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.**

**O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos ao investidor. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, nas páginas 27 a 36. Ainda que o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.**

**Qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura.**

**O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, do Comitê de Investimento, do Custodiante, de qualquer de suas respectivas partes relacionadas, nos termos do Regulamento, ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.**

**As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substitui. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições do Prospecto e da regulamentação que tratam os Fatores de Risco a que o Fundo está exposto.**

**Todo investidor, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e de ciência de risco ("Termo de Adesão"), que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor, bem como assinar declaração de condição de investidor qualificado, nos termos do Anexo I da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Declaração de Condição de Investidor Qualificado" e "Instrução CVM 409", respectivamente).**

**Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos Cotistas Seniores, quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas Seniores, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos Cotistas Seniores e ao Fundo, vide item "Regras de Tributação do Fundo", na página 64 deste Prospecto.**

**Este Fundo poderá utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para os Cotistas Seniores.**

**Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Coordenador Líder, à CVM e à CETIP.**

Administrador



Gestor



Coordenador Líder



Assessor Jurídico



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
DEFINIÇÕES.....	3
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....	13
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.....</b>	<b>15</b>
2.1. Características da Oferta .....	17
2.1.1. Regime e Prazo de Colocação .....	17
2.1.2. Público Alvo.....	17
2.1.3. Registro da Oferta .....	17
2.1.4. Quantidade de Cotas Seniores.....	17
2.1.5. Preço de Emissão e Preço de Integralização das Cotas Seniores .....	17
2.1.6. Subscrição e Integralização das Cotas durante o Prazo de Colocação.....	18
2.1.7. Procedimento de distribuição .....	19
2.1.8. Benchmark das Cotas Seniores.....	20
2.1.9. Cronograma Estimado de Etapas da Oferta.....	20
2.1.10. Aplicação Inicial Mínima .....	21
2.2. Aceitação, Modificação e Revogação da Oferta.....	21
2.3. Negociação das Cotas Seniores .....	21
2.4. Custos de Distribuição Pública das Cotas Seniores.....	22
2.5. Outras Informações .....	23
2.6. Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo.....	24
2.6.1. Administrador .....	24
2.6.2. Gestor .....	24
2.6.3. Coordenador Líder .....	24
2.6.4. Custodiante .....	24
2.6.5. Agente Escriturador.....	25
2.6.6. Agente de Depósito .....	25
2.6.7. Assessores Legais .....	25
2.6.8. Auditores.....	25
2.6.9. Agência Classificadora de Risco das Cotas.....	25
2.6.10. Agente de Cobrança.....	26
2.7. Declarações do Administrador e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 .....	26
<b>3. FATORES DE RISCO.....</b>	<b>27</b>
<b>4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	
<b>CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL .....</b>	<b>37</b>
4.1. Base Legal .....	39
4.2. Composição do Patrimônio do Fundo .....	39
4.3. Prazo de Duração.....	39
4.4. Público Alvo.....	39
4.5. Administração e Gestão.....	39
4.6. Custódia, Controladoria e Escrituração das Cotas.....	40
4.7. Classificação de Risco das Cotas Seniores.....	41
4.8. Auditores Independentes .....	41
4.9. Critérios e Procedimentos para Substituição do Administrador, Gestor, Custodiante, Auditores Independentes e Agência Classificadora de Risco .....	41
4.10. Objetivo de Investimento .....	42
4.11. Política de Investimento e Composição da Carteira .....	42

4.12. Mecanismos de Reforço de Crédito e Outras Garantias .....	47
4.13. Gerenciamento de Riscos .....	47
4.14. Características e Direitos das Cotas.....	48
4.14.1. Patrimônio Inicial.....	48
4.14.2. Direitos Patrimoniais.....	48
4.14.3. Direitos de Voto das Cotas .....	48
4.14.4. Critérios para Apuração do Valor das Cotas para fins de Integralização e Resgate das Cotas .....	48
4.14.4.1. Critérios para Apuração do Valor das Cotas Seniores.....	48
4.14.4.2. Critérios para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas .....	48
4.14.5. Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e as Cotas Seniores do Fundo .....	49
4.15. Subscrição e Integralização das Cotas.....	49
4.16. Amortização e Resgate das Cotas.....	50
4.16.1. Amortização e Amortização Extraordinária das Cotas .....	51
4.17. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas Mediante a Entrega de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros .....	52
4.18. Amortização Extraordinária das Cotas .....	52
4.19. Assembleia Geral de Cotistas .....	53
4.20. Comitê de Investimentos .....	55
4.21. Critérios de Avaliação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros .....	57
4.21.1. Procedimentos de Avaliação e provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	57
4.22. Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada do Fundo .....	58
4.22.1. Eventos de Avaliação do Fundo.....	58
4.22.2. Eventos de Liquidação do Fundo.....	59
4.23. Divulgação de Informações Relativas ao Fundo .....	60
4.24. Taxas e Encargos do Fundo.....	61
4.25. Reserva de Pagamento e Ordem de Alocação de Recursos do Fundo .....	63
4.26. Demonstrações Financeiras.....	64
4.27. Regras de Tributação do Fundo.....	64
4.27.1. Tributação Aplicável ao Fundo .....	64
4.27.2. Tributação Aplicável aos Cotistas do Fundo .....	65
4.28. Política de Exercício de Direito de Voto .....	66
4.29. Foro .....	67
4.30. Atendimento aos Cotistas .....	67
<b>5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO .....</b>	<b>69</b>
5.1. Direitos de Crédito .....	71
5.1.1. Aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo e Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo .....	71
5.1.2. Preço de Aquisição .....	72
5.1.3. Características e informações sobre os Direitos de Crédito .....	72
5.2. Procedimentos e Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo .....	77
5.2.1. Critério de Elegibilidade .....	77
5.2.2. Formalização da Aquisição e/ou Subscrição dos Direitos de Crédito pelo Fundo e Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo .....	78
5.2.3. Características das Cessões.....	79
5.3 Fluxograma da Estrutura do Fundo .....	79
5.4. Hipótese de Substituição dos Direitos de Crédito .....	79
5.5. Mecanismo de Reforço de Crédito .....	79
<b>6. SETORES DE ATUAÇÃO DOS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</b>	<b>81</b>



<b>7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA .....</b>	<b>85</b>
7.1. Informações sobre as Partes .....	87
7.1.1. A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ....	87
7.1.2. O Itaú Unibanco S.A. ....	87
7.1.3. O Banco Itaú BBA S.A. ....	88
7.1.4. A Agência Classificadora de Risco .....	90
7.1.5. Os Auditores Independentes.....	90
7.1.6. O Itaú Unibanco S.A. como Custodiante .....	90
7.2. Relacionamento entre as Partes .....	92
7.2.1. Relacionamento entre o Administrador e o Itaú Unibanco S.A. ....	92
7.2.2. Relacionamento entre o Administrador e o Itaú BBA .....	92
7.2.3. Relacionamento entre o Administrador e a Agência Classificadora de Risco .....	92
7.2.4. Relacionamento entre o Administrador e os Auditores Independentes .....	92
7.2.5. Relacionamento entre o Itaú Unibanco S.A. e o Itaú BBA.....	93
7.2.6. Relacionamento entre o Itaú Unibanco S.A. e a Agência Classificadora de Risco .....	93
7.2.7. Relacionamento entre o Itaú Unibanco S.A. e os Auditores Independentes .....	93
7.2.8. Relacionamento entre o Itaú BBA e a Agência Classificadora de Risco .....	93
7.2.9. Relacionamento entre o Itaú BBA e os Auditores Independentes .....	94
7.2.10. Relacionamento entre a Agência Classificadora de Risco e os Auditores Independentes .....	94
7.3. Conflitos de Interesse .....	94
<b>8. INFORMAÇÕES SOBRE OS ORIGINADORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>95</b>
8.1. Informações sobre os originadores ou cedentes que representem ou possam vir a representar mais de 10% (dez por cento) dos créditos cedidos ao Fundo .....	97
8.2. Breve Descrição dos Originadores ou Cedentes.....	97
<b>9. ANEXOS .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO I</b> <b>SUMÁRIO DOS CONTRATOS DA OFERTA .....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO II</b> <b>CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO,                           DOS INSTRUMENTOS PARTICULARES DE ALTERAÇÃO DO                           REGULAMENTO E DO REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO III</b> <b>CÓPIA DO RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO                           DAS COTAS SENIORES DA PRIMEIRA EMISSÃO .....</b>	<b>345</b>
<b>ANEXO IV</b> <b>PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS                           DE CRÉDITO INADIMPLIDOS .....</b>	<b>361</b>
<b>ANEXO V</b> <b>DIRETRIZES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO, POLÍTICAS                           DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E ACOMPANHAMENTO                           DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>365</b>
<b>ANEXO VI</b> <b>CÓPIA DAS DECLARAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO COORDENADOR                           LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>373</b>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **1. INTRODUÇÃO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

<b>Administrador</b>	A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários.
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	A Fitch Ratings Brasil Ltda., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Santos, n.º 1.470, conjunto 511, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33.
<b>Agente de Cobrança Designado pelo Fundo</b>	O Itaú BBA ou prestador de serviço por ele contratado para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Agente de Cobrança Designado pelos Credores</b>	Um terceiro designado como agente de cobrança para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos casos em que o Fundo fizer parte de um pool de credores e os credores reunidos designarem outro agente de cobrança.
<b>Agente de Cobrança</b>	O Agente de Cobrança Designado pelo Fundo e o Agente de Cobrança Designado pelos Credores, quando referidos em conjunto.
<b>Agente de Depósito</b>	O Custodiante na qualidade de instituição qualificada para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo. Tendo em vista o Agente de Depósito ser o próprio Custodiante, não haverá contrato de depósito.
<b>Agente de Pagamento</b>	Instituição financeira definida em cada instrumento que formaliza os Direitos de Crédito responsável pela prestação do serviço de cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer.
<b>Agente Escriitorador</b>	A Itaú Corretora de Valores S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das Cotas do Fundo.
<b>Alocação Mínima de Investimento</b>	A alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito que deverá ser observada após o prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do início das atividades do Fundo, passível de prorrogação nos termos do item 6.4. do Regulamento.
<b>Amortização Extraordinária</b>	Amortização extraordinária das Cotas nos termos do item 11.9 e seguintes do Regulamento.
<b>ANBIMA</b>	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, resultado da união entre a ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) e a ANDIMA (Associação Nacional das Entidades do Mercado Financeiro).

<b>Anúncio de Encerramento</b>	O anúncio de encerramento da Oferta Pública das Cotas Seniores da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Anúncio de Início</b>	O anúncio de início da Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Assembleia Geral de Cotistas</b>	A Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
<b>Ativos Financeiros</b>	A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos ativos financeiros e operações previstas no item 6.5. do Regulamento.
<b>Auditores Independentes</b>	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo era a KPMG Auditores Independentes, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, 52 – 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29.
<b>Banco Central</b>	O Banco Central do Brasil.
<b>Benchmark das Cotas Seniores</b>	O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente à Taxa DI acrescida de 2,10% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano. O <i>Benchmark</i> das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Carteira</b>	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de titularidade do Fundo.
<b>CDB</b>	Certificado de Depósito Bancário emitido na forma da Resolução CMN 3.454, conforme abaixo definida.
<b>Cedente</b>	Cada Sociedade, fundo de investimento, companhia seguradora, sociedade de capitalização ou entidade aberta ou fechada de previdência complementar que venha a ceder ou emitir, conforme o caso, Direitos de Crédito ao Fundo.
<b>Cédulas de Crédito Bancário</b>	Cédulas de crédito bancário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Cédulas de Crédito Imobiliário</b>	Cédulas de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Certificados de Cédulas de Crédito Bancário</b>	Certificados de cédulas de crédito bancário emitidas na forma da Lei 10.931.

<b>CETIP</b>	A CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Chamadas de Capital</b>	Solicitação do Administrador, de acordo com instruções e orientações do Gestor, para que os Cotistas integralizem parcial ou totalmente as Cotas por eles subscritas, nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização. As Chamadas de Capital ocorrerão na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento em Direitos de Crédito ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
<b>CMN</b>	O Conselho Monetário Nacional.
<b>Comitê de Investimentos</b>	O comitê de investimentos do Fundo, cujas funções estão descritas no Capítulo Onze do Regulamento.
<b>Compromissos de Integralização</b>	O “Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas Seniores” ou o “Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas”, que será assinado por cada Cotista no ato da subscrição de Cotas.
<b>CNPJ/MF</b>	O Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
<b>Contrato de Cessão</b>	Cada instrumento particular de contrato de cessão e/ou boletim de subscrição e/ou termo de cessão e/ou termo de endosso, eletrônico ou físico, e/ou qualquer outro procedimento jurídico, válido e vinculante nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que venha a formalizar a aquisição (inclusive mediante endosso, manual ou eletrônico) de Direitos de Crédito pelo Fundo, a ser celebrado entre o Fundo e cada Cedente, com a interveniência do Gestor e do Custodiante, conforme aplicável.
<b>Contrato de Cobrança</b>	O contrato de cobrança por meio do qual o Agente de Cobrança será contratado para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Contrato de Custódia e Controladoria</b>	O “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Custódia e Controladoria estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.
<b>Contrato de Distribuição</b>	O “Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Melhores Esforços, de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial”, celebrado entre o Administrador e o Coordenador Líder. O Contrato de Distribuição regula as obrigações do Coordenador Líder relacionadas à distribuição pública das Cotas Seniores do Fundo.
<b>Contrato de Gestão</b>	O contrato de gestão de carteira de fundos de investimento, celebrado entre o Administrador e o Gestor, que regulará, dentre outras, as obrigações do Gestor relacionadas à prestação dos serviços de gestão da Carteira.

<b>Coordenador Líder</b>	Instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Cotas Seniores do Fundo.
<b>Cotas</b>	As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
<b>Cotas da Primeira Emissão</b>	As Cotas da Primeira Emissão do Fundo.
<b>Cotas Seniores</b>	As cotas seniores do Fundo.
<b>Cotas Subordinadas</b>	As cotas subordinadas do Fundo.
<b>Cotista Subordinado</b>	O Banco Itaú BBA S.A.
<b>Cotistas</b>	Os Cotistas Seniores e o Cotista Subordinado quando referidos em conjunto.
<b>Cotistas Seniores</b>	Os titulares de Cotas Seniores.
<b>Crítério de Elegibilidade</b>	O requisito mínimo a ser verificado pelo Custodiante, no momento da cessão, aplicável aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, conforme previsto no Capítulo Cinco do Regulamento.
<b>Custodiante</b>	O Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.
<b>CVM</b>	A Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data(s) de Amortização</b>	Cada data em que houver o pagamento de amortização das Cotas, nos termos do Anexo II do Regulamento.
<b>Data de Subscrição</b>	A data de subscrição das Cotas.
<b>Data de Resgate</b>	A data de resgate das Cotas, a qual ocorrerá ao final do prazo de duração de cada Emissão ou na data de liquidação antecipada do Fundo, o que ocorrer antes.
<b>Debêntures</b>	Debêntures emitidas na forma da Lei das Sociedades por Ações, cuja distribuição seja pública ou privada.
<b>Declaração de Condição de Investidor Qualificado</b>	A Declaração de Condição de Investidor Qualificado nos termos do Anexo I da Instrução CVM 409.
<b>Devedores</b>	Os devedores e/ou garantidores dos Direitos de Crédito.
<b>Dia Útil</b>	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriado nacional.
<b>Direito de Dissidência</b>	O direito de resgate antecipado das Cotas Seniores pelos Cotistas Seniores que tiverem votado pela liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, caso a Assembleia Geral de Cotistas deliberar pela não liquidação do Fundo.



<b>Direitos de Crédito</b>	Os seguintes direitos de crédito que atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco do Regulamento: (i) Debêntures; (ii) Notas Promissórias; (iii) Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Imobiliário; (iv) Notas de Crédito à Exportação; (v) Letras Financeiras; (vi) Letras de Arrendamento Mercantil; (vii) Letras de Crédito do Agronegócio; (viii) Instrumentos de Captação Vinculados, cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento; e (ix) outros direitos creditórios admitidos pela Instrução CVM 356, observado o disposto no item 3.1.1. do Regulamento.
<b>Direitos de Crédito Inadimplidos</b>	Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos respectivos Devedores nas respectivas datas de vencimento, expirados os eventuais prazos de cura estabelecidos nos instrumentos próprios.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	As cópias autenticadas dos documentos que evidenciam os Direitos de Crédito, conforme listados no item 3.1.4. do Regulamento.
<b>Emissão</b>	Cada emissão de Cotas do Fundo.
<b>Eventos de Avaliação</b>	Os eventos indicados no item 14.1 do Regulamento.
<b>Eventos de Liquidação</b>	Os eventos indicados no item 14.2 do Regulamento.
<b>FGC</b>	O Fundo Garantidor de Créditos.
<b>Fundo</b>	O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Gestor</b>	O Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.
<b>IGPM</b>	Índice Geral de Preços de Mercado
<b>Instituições Autorizadas</b>	Qualquer instituição financeira que possua classificação de risco mínima equivalente a AAA, assim classificado pela Agência Classificadora de Risco ou classificação de risco equivalente na Moodys Investors Service ou Standard & Poor's.
<b>Instrução CVM 134</b>	Instrução da CVM n.º 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 155</b>	Instrução da CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 301</b>	Instrução da CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 356</b>	A Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 400</b>	A Instrução da CVM n.º 400, de 29 dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	A Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

<b>Instrumentos de Captação Vinculados</b>	Instrumentos de captação emitidos por Instituições Autorizadas, vinculados a operações ativas na forma da Resolução CMN 2.921, conforme abaixo definida.
<b>Investidores Qualificados</b>	Os investidores assim definidos de acordo com a Instrução CVM 409.
<b>IOF/Câmbio</b>	O Imposto sobre Operações de Câmbio.
<b>IOF/Títulos</b>	O Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
<b>Itaú BBA</b>	O Banco Itaú BBA S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30.
<b>Jurisdição de Tributação Favorecida</b>	O tratamento tributário específico aplicável aos Cotistas, determinado em função de residirem ou não em país ou localidade que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei 6.313</b>	Lei n.º 6.313, de 16 de dezembro de 1975, conforme alterada.
<b>Lei 10.931</b>	Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Lei 11.076</b>	Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
<b>Lei 11.882</b>	Lei n.º 11.882, de 23 de dezembro de 2008, conforme alterada.
<b>Letra de Arrendamento Mercantil</b>	Letras emitidas por sociedades de arrendamento mercantil na forma da Lei 11.882.
<b>Letras de Crédito do Agronegócio</b>	Letras de crédito do agronegócio emitidas na forma da Lei 11.076.
<b>Letras de Crédito Imobiliário</b>	Letras de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Letras Financeiras</b>	Letras Financeiras emitidas nos termos da Resolução CMN 3.836, conforme abaixo definida.
<b>MDA</b>	MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Notas de Crédito à Exportação</b>	Notas de crédito à exportação emitidas na forma da Lei 6.313.
<b>Notas Promissórias</b>	Notas promissórias emitidas com base na Instrução CVM 134 e Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública.

<b>Oferta Pública ou Oferta</b>	A distribuição pública das Cotas Seniores do Fundo.
<b>Operações de Derivativos</b>	Operações financeiras celebradas pelo Fundo, liquidadas em data futura, cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxas de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, com investimento inicial inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, desde que observado o disposto no item 6.5.1. do Regulamento, na hipótese de investimentos no Fundo por entidades fechadas de previdência complementar, as seguintes condições: (i) avaliação prévia dos riscos envolvidos; (ii) existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações; (iii) registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros; (iv) atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação; (v) depósito de margem limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento; e (vi) valor total dos prêmios de opções pagos limitado a cinco por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento, nos termos do artigo 44 da Resolução CMN 3.792, conforme abaixo definida, e do artigo 40, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.
<b>Partes Relacionadas</b>	Relativamente a qualquer pessoa ou Sociedade indicada, as suas respectivas empresas controladoras, controladas, sob o controle comum, coligadas e/ou subsidiárias.
<b>Patrimônio Líquido</b>	O patrimônio líquido do Fundo, qual seja a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros da Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.
<b>Período de Capitalização</b>	O intervalo de tempo que se inicia (i) para o primeiro período de capitalização, na Primeira Data de Integralização de uma determinada Cota Sênior, inclusive, e termina na Data de Amortização imediatamente subsequente, exclusive, da respectiva Cota Sênior; e (ii) para os demais períodos de capitalização, em cada Data de Amortização de uma determinada Cotas Sênior, inclusive, e termina na Data de Amortização imediatamente subsequente, exclusive, da respectiva Cota Sênior.
<b>Período de Integralização</b>	Período em que serão realizadas as Chamadas de Capital, conforme definido no Suplemento de cada Emissão. O período de Integralização da Primeira Emissão será de 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir do Dia útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Encerramento.
<b>Política de Investimento</b>	A política de investimento do Fundo, conforme prevista no Capítulo Seis do Regulamento.
<b>Prazo de Colocação</b>	O prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início.

<b>Prazo de Duração</b>	O prazo de duração do Fundo.
<b>Prazo para Reenquadramento da Carteira</b>	O prazo de 60 (sessenta) dias úteis para reenquadramento da Carteira do Fundo à Alocação Mínima de Investimento e aos percentuais previstos no item 6.8. do Regulamento.
<b>Prazo para Resgate</b>	Até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de realização de Assembleia Geral de Cotistas.
<b>Preço de Aquisição</b>	O preço de aquisição e/ou subscrição dos Direitos de Crédito, que serão adquiridos pelo Fundo pelo valor equivalente ao valor especificado ou calculado caso a caso de acordo com os critérios descritos em cada Contrato de Cessão.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço de emissão das Cotas de cada Emissão conforme definido nos respectivos Suplementos.
<b>Primeira Emissão</b>	A primeira emissão de Cotas do Fundo, composta por 400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores e 100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas.
<b>Primeira Data de Integralização</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas em cada Emissão de Cotas do Fundo.
<b>Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Seniores em cada Emissão de Cotas Seniores do Fundo.
<b>Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Subordinadas em cada Emissão de Cotas Subordinadas do Fundo.
<b>Procedimentos de Cobrança</b>	Os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança e pelo Agente de Pagamento para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos e cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, respectivamente, conforme descritos no Capítulo Vinte do Regulamento.
<b>Prospecto</b>	O presente prospecto relativo à Oferta, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.
<b>RDB</b>	Recibo de depósito bancário emitido na forma da Resolução CMN 3.454, conforme abaixo definida.
<b>Regulamento</b>	O Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto como Anexo II.
<b>Remuneração do Administrador</b>	A remuneração devida ao Administrador, conforme prevista no Capítulo Dezoito do Regulamento.

<b>Remuneração do Agente Escriturador</b>	A remuneração devida ao Agente Escriturador, conforme prevista no Capítulo Dezoito do Regulamento.
<b>Remuneração do Custodiante</b>	A remuneração devida ao Custodiante, conforme prevista no Capítulo Dezoito do Regulamento.
<b>Remuneração do Gestor</b>	A remuneração devida ao Gestor, conforme prevista no Capítulo Dezoito do Regulamento.
<b>Reserva de Pagamento</b>	A reserva constituída pelo Gestor para fazer frente ao pagamento das despesas e encargos do Fundo, correspondente ao maior valor entre (i) o valor estimado ao pagamento das despesas e encargos do Fundo nos 6 (seis) meses subsequentes, e (ii) 0,3% (três décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, acompanhado diariamente e apurado na respectiva data de constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento.
<b>Resolução CMN 2.689</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 2.907</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 2.921</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.921, de 21 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.454</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.454, de 30 de maio de 2007, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.792</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.836</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.836, de 25 de fevereiro de 2010, conforme alterada, que dispõe sobre a emissão de letra financeira por parte das instituições financeiras que especifica.
<b>SELIC</b>	O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
<b>SF</b>	SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Sociedades</b>	Qualquer pessoa jurídica constituída nos termos da legislação em vigor aplicável.
<b>Suplemento</b>	Os suplementos ao Regulamento, que contemplarão as características de cada emissão de Cotas do Fundo, a serem elaborados de acordo com o modelo constante do Anexo III do Regulamento.

<b>Taxa de Administração</b>	A Remuneração do Administrador, a Remuneração do Gestor e a Remuneração do Agente Escriturador, quando referidas em conjunto, conforme previstas no Capítulo Dezoito do Regulamento.
<b>Taxa de Custódia</b>	A Remuneração do Custodiante conforme prevista no Capítulo Dezoito do Regulamento.
<b>Taxa DI</b>	A taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, <i>Extra Grupo</i> , calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 dias úteis).
<b>Termo de Adesão</b>	O termo de adesão ao Regulamento e de ciência de risco, de acordo com o modelo constante do Anexo IV do Regulamento.
<b>Valor de Amortização</b>	O valor de amortização das Cotas, a ser calculado pelo Administrador, conforme definido no Anexo II do Regulamento.
<b>Valor Total dos Ativos do Fundo</b>	Valor total dos ativos do Fundo, calculado na forma do Capítulo Sete do Regulamento.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto que não tenham sido definidos nesta seção terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, no Regulamento, bem como nos demais documentos da Oferta.

## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

<b>Emissor</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Valor total da Oferta</b>	R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).
<b>Quantidade de Cotas Seniores</b>	400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores.
<b>Amortização e Resgate das Cotas Seniores</b>	As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de amortização, amortização extraordinária e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores.
<b>Benchmark das Cotas Seniores</b>	O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente à Taxa DI acrescida de 2,10% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano. O <i>Benchmark</i> das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor.
<b>Coordenador Líder</b>	O Banco Itaú BBA S.A.
<b>Preço de Emissão</b>	R\$1.000,00 (um mil reais) por Cota Sênior.
<b>Valor mínimo de aplicação</b>	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) no momento da subscrição. Não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.
<b>Procedimentos para Subscrição e Integralização das Cotas da Primeira Emissão</b>	As Cotas serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento, do respectivo Suplemento e do respectivo Compromisso de Integralização.
<b>Negociação das Cotas Seniores</b>	<p>As Cotas Seniores serão registradas no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e serão admitidas à negociação em mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.</p> <p>As Cotas Seniores não serão negociadas em qualquer outro sistema de negociação. Sem prejuízo do disposto acima, após a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, o Administrador poderá registrar as Cotas Seniores para negociação no mercado secundário de renda fixa em ambientes administrados pela BM&amp;FBOVESPA ou em outros ambientes de negociação que venham a ser autorizados no futuro.</p>
<b>Público Alvo</b>	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

<p><b>Inadequação do Investimento</b></p>	<p>O investimento nas Cotas Seniores não é adequado a investidores que (i) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimentos em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (ii) não confiem na capacidade do Gestor em selecionar os melhores Direitos de Créditos, mesmo que estes atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade previsto no Regulamento; (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Cotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo. Potenciais investidores devem ler a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto antes de aceitar a Oferta.</p>
<p><b>Informações Adicionais</b></p>	<p>Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Coordenador Líder, à CVM e à CETIP identificados na seção “Relacionamento entre as Partes Envolvidas com o Fundo e a Oferta”, deste Prospecto.</p>



## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

#### 2.1.1. Regime e Prazo de Colocação

A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder, sob regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta.

As Cotas Seniores serão objeto de Oferta Pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início. A publicação do Anúncio de Início ocorrerá em até 90 (noventa) dias corridos contados da concessão do registro da respectiva Oferta Pública pela CVM.

O Administrador poderá, conforme orientação do Gestor, solicitar à CVM a prorrogação do prazo de subscrição referido no item 9.6. do Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

#### 2.1.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

**O investimento nas Cotas Seniores não é adequado a investidores que (i) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimentos em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (ii) não confiem na capacidade do Gestor em selecionar os melhores Direitos de Créditos, mesmo que estes atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade previsto no Regulamento; (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Cotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo. Potenciais investidores devem ler a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto antes de aceitar a Oferta.**

#### 2.1.3. Registro da Oferta

A Oferta das Cotas Seniores da Primeira Emissão foi registrada na CVM em 8 de junho de 2011, sob o n.º OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº839/2011, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

#### 2.1.4. Quantidade de Cotas Seniores

A Primeira Emissão de Cotas do Fundo será composta por 400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores.

#### 2.1.5. Preço de Emissão e Preço de Integralização das Cotas Seniores

O Preço de Emissão das Cotas Seniores é de R\$1.000,00 (um mil reais) por Cota Sênior na Primeira Data de Integralização, totalizando a Oferta o valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na Primeira Data de Integralização.

O Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo. Todavia, após o pagamento de todos os encargos do Fundo, dos valores devidos em decorrência da aquisição de Direitos de Crédito, de outras obrigações financeiras do Fundo, da composição ou recomposição da Reserva de Pagamento e da amortização das Cotas Seniores e de modo a proteger os Cotistas Seniores, as Cotas Subordinadas somente serão amortizadas se (a) a proporção entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores, antes da distribuição, for superior à 125% (cento e vinte e cinco por cento); e (b) a proporção entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores, antes da distribuição, for igual a 125% (cento e vinte e cinco por cento), nos termos do item I do Anexo II do Regulamento.

Não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter e/ou recompor a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere o parágrafo acima.

Ainda, a proporção a ser observada em cada nova Emissão de Cotas e descrita no item 2.1.6 abaixo, não corresponde à relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor de Cotas Seniores de que trata o artigo 24, XV da Instrução CVM 356.

### *2.1.6. Subscrição e Integralização das Cotas durante o Prazo de Colocação*

Novas emissões de Cotas somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum estabelecido no Regulamento. A cada nova Emissão de Cotas, deverá ser observada a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas.

No ato de subscrição de Cotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder, (ii) assinará o Compromisso de Integralização, por meio do qual comprometer-se-á em caráter irrevogável e irretroatável a integralizar as Cotas subscritas nos termos do referido compromisso, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e, estar ciente, dentre outros, (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à Política de Investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento e (c) das atribuições e remuneração dos prestadores de serviços do Fundo.

As Cotas Seniores serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento, do respectivo Suplemento e do respectivo Compromisso de Integralização.

As Cotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta e a integralização de Cotas será feita mediante Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, observado o disposto nos parágrafos abaixo e nos respectivos Compromissos de Integralização, pelo valor da Cota no dia da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 9.11. e 9.11.1. do Regulamento. O valor de parte ou da totalidade das Cotas a serem integralizadas em cada Chamada de Capital será determinado pelo Gestor, com base no volume de recursos necessário às atividades do Fundo, observados os valores máximos constantes dos Compromissos de Integralização celebrados pelos Cotistas do Fundo.

O Administrador, conforme instruções e orientação do Gestor, realizará Chamadas de Capital, comunicando os Cotistas sobre tal necessidade e solicitando o aporte de recursos no Fundo mediante a integralização parcial ou total das Cotas subscritas por cada um dos Cotistas nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, (a) para realização de investimentos em Direitos de Crédito, na medida em que sejam identificadas novas oportunidades de investimento; e (b) para aplicações em Ativos Financeiros quando houver necessidade de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo. As Chamadas de Capital para investimento em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros somente podem ser realizadas durante o Período de Integralização e ressalvada a hipótese de Patrimônio Líquido negativo em que poderá ocorrer Chamadas de Capital em montante superior ao previsto nos Compromissos de Investimento.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Integralização.

No ato de integralização de Cotas, os Cotistas deverão receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.

As Chamadas de Capital serão destinadas exclusivamente ao Cotista Subordinado até que a totalidade das Cotas Subordinadas tenha sido integralizada. Após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas, os titulares de Cotas Seniores serão chamados a integralizar as Cotas de sua titularidade.

As Chamadas de Capital serão realizadas até que a totalidade das Cotas subscritas seja integralizada ou até o final do Período de Integralização. Caso no final do Período de Integralização as Chamadas de Capital realizadas pelo Administrador não tenham abrangido a totalidade das Cotas subscritas por cada Cotista conforme previstos nos respectivos Compromissos de Integralização, o saldo que não tenha sido objeto de Chamadas de Capital será cancelado.

Os Cotistas, por meio do Compromisso de Integralização, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no item 9.9 do Regulamento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento parcial ou total de suas obrigações, estando sujeitos ainda à suspensão dos direitos políticos e patrimoniais atribuídos pelas respectivas Cotas nos termos do Regulamento até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso um Cotista inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos políticos e patrimoniais, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 9.9.7 do Regulamento, o Cotista terá os direitos políticos e patrimoniais atribuídos por suas respectivas Cotas imediatamente restituídos.

Caso o Fundo realize amortização ou resgate de Cotas em período em que um Cotista esteja qualificado como inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao referido Cotista serão utilizados para o pagamento dos débitos do mesmo perante o Fundo. Eventuais saldos existentes após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Cotista inadimplente a título de amortização ou resgate de suas Cotas.

Caso qualquer Cotista não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Integralização, o Administrador poderá alienar as Cotas de titularidade de referido Cotista inadimplente dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Cotista. Eventuais saldos existentes após a dedução do débito do Cotista inadimplente para com o Fundo serão entregues ao Cotista inadimplente, nos termos do respectivo Compromisso de Integralização.

A integralização das Cotas Seniores do Fundo será efetuada (i) por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional.

#### *2.1.7. Procedimento de distribuição*

O Coordenador Líder colocará as Cotas Seniores publicamente junto a Investidores Qualificados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob regime de melhores esforços.

A Oferta será realizada com observância das seguintes condições:

- (i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após (a) o registro da Oferta na CVM; (b) a disponibilização do Prospecto ao público; e (c) a publicação do Anúncio de Início;
- (ii) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar junto ao Coordenador Líder a sua intenção de adquirir as Cotas Seniores no âmbito da Oferta, a qualquer momento durante o Prazo de Colocação; a subscrição das Cotas será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- (iii) a colocação será pública, realizada em mercado brasileiro de balcão organizado e/ou de balcão não organizado, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- (iv) a colocação visará exclusivamente a Investidores Qualificados;
- (v) no ato de subscrição de Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder, (ii) assinará o Compromisso de Integralização, por meio do qual comprometer-se-á em caráter irrevogável e irretratável a integralizar as Cotas Seniores subscritas nos termos do referido compromisso, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e, estar ciente, dentre outros, (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à Política de Investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento e (c) das atribuições e remuneração dos prestadores de serviços do Fundo;
- (vi) as Cotas Seniores serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento, do Suplemento da Primeira Emissão e do respectivo Compromisso de Integralização;
- (vii) as Cotas Subordinadas poderão ser subscritas e integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade, sem prejuízo da observância pelo Gestor das condições previstas no item 6.1. do Regulamento;
- (viii) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da Primeira Emissão será de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início;
- (ix) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da Primeira Emissão; e
- (x) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

O Fundo autorizou o Coordenador Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo o Coordenador Líder assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

O Coordenador Líder não concederá qualquer tipo de desconto aos investidores interessados em adquirir Cotas Seniores no âmbito da Oferta.

Não será admitida a distribuição parcial das Cotas Seniores, de forma que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição da totalidade das Cotas Seniores durante o prazo de realização da Oferta.

Na hipótese de não colocação da totalidade das Cotas Seniores, os investidores que já tiverem subscrito e, eventualmente, integralizado Cotas Seniores no âmbito da Oferta receberão do Coordenador Líder os montantes utilizados na integralização das Cotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem juros ou correção monetária, deduzidos os encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração pelo Fundo aos referidos investidores.

Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, estes deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Cotas Seniores cujos valores tenham sido restituídos.

#### 2.1.8. *Benchmark* das Cotas Seniores

O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, corresponde à Taxa DI acrescida de 2,10% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano. O *Benchmark* das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor.

#### 2.1.9. Cronograma Estimado de Etapas da Oferta

<b>Eventos</b>	<b>Datas*</b>
1. Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	18 de maio de 2011
2. Disponibilização do Prospecto nos <i>websites</i>	19 de maio de 2011
3. Recebimento do Ofício CVM contendo pendências ao Registro Automático da Oferta	26 de maio de 2011
4. Resposta ao Ofício CVM	31 de maio de 2011
5. Disponibilização do Prospecto devidamente atualizado	31 de maio de 2011
6. Obtenção do registro da Oferta na CVM	8 de junho de 2011
7. Recebimento de ofício de exigências da CVM no âmbito do registro de funcionamento do Fundo	20 de junho de 2011
8. Recebimento de ofício de exigências da CVM no âmbito do registro da Oferta	24 de junho de 2011
9. Resposta ao ofício de exigências CVM no âmbito do registro de funcionamento do Fundo	6 de julho de 2011
10. Resposta ao ofício de exigências CVM no âmbito do registro da Oferta	6 de julho de 2011
11. Recebimento de ofício para cumprimento de vícios sanáveis da CVM no âmbito do registro da Oferta	20 de julho de 2011
12. Respostas ao ofício para cumprimento de vícios sanáveis da CVM no âmbito do registro da Oferta	22 de julho de 2011
13. Disponibilização do Prospecto devidamente atualizado	22 de julho de 2011
14. Publicação do Anúncio de Início	25 de julho de 2011
15. Liquidação da Oferta	25 de julho de 2011
16. Publicação do Anúncio de Encerramento	26 de julho de 2011

\* Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Coordenador Líder.

#### *2.1.10. Aplicação Inicial Mínima*

A aplicação inicial por Cotista no Fundo deverá ser de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no momento da subscrição. Sem prejuízo do disposto neste parágrafo, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

### **2.2. Aceitação, Modificação e Revogação da Oferta**

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor.

A Oferta poderá ser revogada ou sofrer modificações, mediante aprovação da CVM, em função de alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou nas circunstâncias que fundamentem o referido pedido. Além disso, a Oferta também poderá sofrer modificações de modo a melhorá-la em favor dos investidores e/ou para renúncia de condição para a Oferta estabelecida pelo Fundo.

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Coordenador Líder aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da sua divulgação, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Nas hipóteses de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, na hipótese de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente pagos pelos investidores na integralização de Cotas Seniores durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pelo Fundo aos respectivos investidores, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 26 da Instrução CVM 400, sem juros ou correção monetária, deduzidos os encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração pelo Fundo aos referidos investidores. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao Coordenador Líder referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Cotas Seniores já integralizadas.

### **2.3. Negociação das Cotas Seniores**

As Cotas Seniores serão registradas no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e serão admitidas à negociação em mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

As Cotas Seniores não serão negociadas em qualquer outro sistema de negociação. Sem prejuízo do disposto acima, após a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, o Administrador poderá registrar as Cotas Seniores para negociação no mercado secundário de renda fixa em ambientes administrados pela BM&FBOVESPA ou em outros ambientes de negociação que venham a ser autorizados no futuro.

Na hipótese de negociação das Cotas Seniores em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Cotista como Investidor Qualificado, bem como ficará obrigado a cumprir as disposições relacionadas a “suitability” conforme determina o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, bem como das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613 de 3 de março de 1998 e da Instrução da CVM 301.

Na hipótese de negociação ou qualquer outra hipótese de cessão ou transferência das Cotas Seniores, inclusive de forma privada, o Cotista alienante das Cotas deverá obter dos adquirentes que ainda não sejam Cotistas (i) Termo de Adesão devidamente assinado, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições do Regulamento, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado; (ii) cadastro nos termos da Instrução CVM 301, e demais normas aplicáveis em vigor; (iii) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este parágrafo.

## 2.4. Custos de Distribuição Pública das Cotas Seniores

Além das despesas de registro, dos custos relacionados às publicações relativas à Oferta, dos honorários da Agência Classificadora de Risco e dos consultores legais, o Fundo não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Cotas Seniores da Primeira Emissão.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes são incorridos pelo Fundo com relação às atividades normalmente desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Cotas Seniores.

A tabela abaixo discrimina os custos incorridos com a Oferta.

<b>Custo da Distribuição</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% em relação ao valor total da Oferta</b>
Despesas de Registro <sup>(1)</sup> .....	82.870,00	0,021
Publicações .....	44.524,00	0,011
Comissão de Distribuição .....		0,000
Agência Classificadora de Risco.....	52.631,58	0,013
Consultores Legais.....	170.000,00	0,043
Outros <sup>(2)</sup> .....		0,000
<b>Total</b> .....	<b>350.025,58</b>	<b>0,088</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se às taxas da CVM em função do registro da Oferta e do Regulamento e o pagamento das despesas com o registro do Fundo na ANBIMA.

<sup>(2)</sup> Estão incluídas nesta categoria despesas como realização de apresentações, locomoção de pessoas, dentre outros.

### **Custo Unitário de Distribuição**

<b>Preço por Cota (R\$)*</b>	<b>Custo por Cota (R\$)</b>
1.000,00 .....	0,875

\* Com base no Preço de Emissão na Primeira Data de Integralização.

<b>Montante Total da Oferta (R\$)</b>	<b>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</b>
400.000.000,00 .....	350.025,58

As despesas acima mencionadas incorridas pelo Administrador serão reembolsadas pelo Fundo na medida em que se constituam encargos do Fundo, nos termos descritos no item 4.23 abaixo e no artigo 56 da Instrução CVM 356.

O Coordenador Líder foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores por meio do Contrato de Distribuição, celebrado entre o Fundo, por meio de seu Administrador, e o Coordenador Líder. Para informações mais detalhadas sobre o Contrato de Distribuição, ver Anexo I do presente Prospecto. Cópia do Contrato de Distribuição está disponível para consulta ou cópia na sede do Administrador e do Coordenador Líder.

### *Outros Custos do Fundo*

Para cada Direito de Crédito, o respectivo Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na cobrança dos Direitos de Crédito a vencer.



A cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feita pelo Agente de Cobrança Designado pelo Fundo ou pelo Agente de Cobrança Designado pelos Credores, às expensas do Fundo (observado o disposto nos parágrafos abaixo), nos termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo IV deste Prospecto e outros procedimentos descritos no respectivo Contrato de Cobrança. Observados os termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo IV deste Prospecto, após 90 (noventa) dias corridos contados da data em que o crédito se tornar um Direito de Crédito Inadimplido, caso o Agente de Cobrança não tenha conseguido celebrar acordo ou renegociação amigável para pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os parâmetros aprovados pelo Comitê de Investimento, o Agente de Cobrança deverá solicitar ao Administrador que seja providenciada a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de cobrança a serem adotados no caso em questão.

Pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança não fará jus a qualquer remuneração.

Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, incluindo os custos de contratação de terceiros, adicionalmente àqueles previstos no Contrato de Cobrança, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, na proporção de suas Cotas, não estando o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

Todos os valores aportados pelos Cotistas no Fundo para a adoção dos Procedimentos de Cobrança deverão ser feitos em moeda corrente nacional.

Os procedimentos para cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão determinados pela Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do item 10.1 (x) do Regulamento.

## **2.5. Outras Informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à sede do Administrador e do Coordenador Líder nos endereços indicados no item 2.6. abaixo, à CVM ou à CETIP, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo, sendo que o Regulamento e o Prospecto do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

### ***Comissão de Valores Mobiliários – CVM***

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar  
Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares  
São Paulo – SP

*Website:* [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste website, acessar "Fundos de Investimento", digitar "Crédito Privado Multisetorial" no quadro em branco e acessar "Continuar". Neste item, acessar "FIDC Crédito Privado Multisetorial"; "Documentos Eventuais (assembléias, fato relevante, prospecto distribuição, regulamento, relatório classificação de risco, etc)"; "Prospecto Distribuição" e "Exemplar do Prospecto")

### ***CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos***

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar  
São Paulo – SP

*Website:* [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) (neste website, acessar "Prospectos", "Cotas de Fundos Fechados" e "FIDC Crédito Privado Multisetorial")

## **2.6. Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo**

### *2.6.1. Administrador*

#### **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205

Rio de Janeiro, RJ

At.: José Alexandre Costa de Freitas

Tel.: (21) 3514-0000

Fax.: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: freitas@oliveiratrust.com.br

Website: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br) (neste website, acessar “Fundos”, “Informações e Prospectos” e “CP Multisetorial FIDC”)

### *2.6.2. Gestor*

#### **Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100

São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Carlos Andrade

Tel.: (11) 5029-1874

Fax.: (11) 5029-2206

Correio Eletrônico: luiz-carlos.andrade@itau-unibanco.com.br

Website: [www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)

### *2.6.3. Coordenador Líder*

#### **Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 4º andar - parte

São Paulo – SP

At.: Marcello Soledade Poggi de Aragão

Tel.: (11) 3708-8508

Fax.: (11) 3708-8172

Correio Eletrônico: marcello.aragao@itaubba.com

Website: <http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp> (neste website, acessar “FIDC Crédito Privado Multisetorial”)

### *2.6.4. Custodiante*

#### **Itaú Unibanco S.A.**

Rua Ururai, n.º 111, térreo – Bloco B

São Paulo, SP

At.: Sr. Roberto Eleutério

Tel.: (11) 2797-3366

Fax.: (11) 2797-4194

Correio Eletrônico: roberto.eleuterio@itau-unibanco.com.br

Website: [www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707 - Torre Eudoro Villela

São Paulo, SP

At.: Sr. Thiago Cannata Chaves

Tel.: (11) 5029-4520

Fax.: (11) 5029-1538

Correio Eletrônico: [thiago.chaves@itau-unibanco.com.br](mailto:thiago.chaves@itau-unibanco.com.br)

Website: [www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)

#### *2.6.5. Agente Escriturador*

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar

São Paulo, SP

At.: Sr. Dalmir Nogueira Coelho

Tel.: (11) 5029-4610

Fax.: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: dalmir.nogueira@itau-nibanco.com.br

Website: [www.itaucorretora.com.br](http://www.itaucorretora.com.br)

#### *2.6.6. Agente de Depósito*

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100

São Paulo, SP

At.: Sr. Roberto Eleutério

Tel.: (11) 2797-3366

Fax.: (11) 2797-4194

Correio Eletrônico: roberto.eleuterio@itau-unibanco.com.br

Website: [www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)

#### *2.6.7. Assessores Legais*

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Anselmo Schneider / Dr. Alexei Bonamin

Tel.: (11) 3147-7600

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: manselmo@mattosfilho.com.br / bonamin@mattosfilho.com.br

Website: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

#### *2.6.8. Auditores*

Os auditores responsáveis pela auditoria e revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 19º andar

São Paulo – SP

At.: Paula Regina da Silva

Tel.: (11) 2183-3712

Fax.: (11) 2183-3001

Correio Eletrônico: paulasilva@kpmg.com.br

Website: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

#### *2.6.9. Agência Classificadora de Risco das Cotas*

A agência responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores do Fundo pode ser contatada no seguinte endereço:

**Fitch Ratings Brasil Ltda.**

Rua Bela Cintra, 904 - 4º andar

São Paulo – SP

At.: Jayme Bartling

Tel.: (11) 4504-2600

Fax.: (11) 4504-2601

Correio Eletrônico: jayme.bartling@fitchratings.com

Website: [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br)

#### *2.6.10. Agente de Cobrança*

Responsável pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar – parte

São Paulo – SP

At.: Darcira da Silva C. Gonçalves

Tel.: (11) 3708-2516

Fax.: (11) 3708-8933

Correio Eletrônico: darcira.goncalves@itaubba.com.br

Website: [www.itaubba.com.br](http://www.itaubba.com.br)

#### **2.7. Declarações do Administrador e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**

O Administrador declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo e da Política de Investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, (iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. José Alexandre Costa de Freitas e Alexandre Lodi de Oliveira, Sócio-Diretor e Sócio-Gerente, respectivamente, nos termos do estatuto social do Administrador.

O Coordenador Líder declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo e da Política de Investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e (iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. André Luis Teixeira Rodrigues e Rodolfo Henrique Fischer, Diretor Executivo e Vice-Presidente Executivo, respectivamente, nos termos do estatuto social do Coordenador Líder.

### **3. FATORES DE RISCO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, Política de Investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.*

### **Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito**

Ocorrência de fatores extraordinários de natureza macroeconômica. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda por parte dos Cotistas do Fundo.

Flutuações de preços, cotações de mercado, taxas de juros e resultados dos Cedentes e/ou Devedores. O Fundo estará sujeito à variação no valor dos Direitos de Crédito que compõem a sua Carteira. O valor dos Direitos de Crédito pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados dos Devedores ou dos Cedentes, entre outros. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos Ativos Financeiros e das Operações de Derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do Fundo.

Baixa liquidez para os Direitos de Crédito no mercado secundário. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas ao patrimônio do Fundo.

Dificuldade em vender as Cotas no mercado secundário. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas Seniores que possibilite aos Cotistas Seniores sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Cotistas devem possuir condição financeira para manter, até o vencimento, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas Seniores no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, o Custodiante e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas Seniores que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Ausência de titularidade sobre os Direitos de Crédito. Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito, salvo na hipótese prevista no Capítulo Treze do Regulamento.

Exposição dos Cotistas a maiores riscos de mercado. Em razão dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira do Fundo serem, predominantemente, de longo prazo, o Fundo poderá estar exposto a maiores riscos de crédito e de mercado, entre outros, do que estaria se os Direitos de Crédito fossem de curto ou médio prazo, dada a ocorrência de eventos e variações em fatores macroeconômicos que influirão de forma cumulativa no desempenho e na situação financeira das Sociedades ou dos Cedentes, conforme o caso, e/ou dos Devedores ao longo de tal período.

*Dificuldade para vender os Direitos de Crédito ou cobrar os valores devidos pelos Devedores ou pelos Cedentes.* Em caso de liquidação do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, poderá ser constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento de resgate de suas Cotas; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores ou pelos Cedentes, conforme o caso, dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

*Os Cedentes não garantem a solvência dos seus respectivos Devedores.* Como regra geral, os Cedentes dos Direitos de Crédito somente terão responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos respectivos Devedores. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder ao pagamento de rendimentos e resgate das Cotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam devidamente pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores.

*Não há garantia de adimplemento dos Direitos de Crédito nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança.* O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, suas respectivas Partes Relacionadas e/ou, em determinados casos, os Cedentes, não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos de Crédito. Não é possível garantir que os Procedimentos de Cobrança assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

*Risco de custos adicionais para os Cotistas para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito.* Caso o Fundo não disponha de recursos necessários para cobrir os custos e despesas que eventualmente venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, os Cotistas poderão ter que aportar recursos adicionais para o Fundo, na proporção de suas Cotas. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados de qualquer forma pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos procedimentos de cobrança.

*Demora na obtenção de decisão judicial em ações de cobrança ou ações de execução.* O Fundo ou terceiro por ele contratado poderá ajuizar ação de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos ou ação de execução das garantias referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos. É possível que tais ações se estendam por um período de tempo excessivamente superior ao estimado e que o Fundo demore ou não consiga recuperar os valores devidos. Nesses casos, o Fundo pode não ter os recursos necessários para fazer os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

*Desenquadramento e eventual não observância dos Direitos de Crédito à Política de Investimento e ao Critério de Elegibilidade.* Nos termos do Regulamento, determinadas condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade somente serão observados no momento da aquisição e/ou cessão dos Direitos de Crédito pelo Fundo, não existindo obrigação de manutenção de seu enquadramento durante o prazo de duração do Fundo. Ainda que os Direitos de Crédito atendam a tais condições e ao Critério de Elegibilidade em cada data de aquisição e/ou cessão, não é possível assegurar que estes serão suficientes para garantir a satisfação e o pagamento dos Direitos de Crédito. Além disso, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade, serão observados pro forma pelo somatório do valor total das Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo. Adicionalmente, mediante deliberação do Comitê de Investimentos neste sentido, o Fundo poderá adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea “i” do item 6.1. do Regulamento, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.



*Inexistência de garantia das aplicações do Fundo.* O Fundo e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos, das suas respectivas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

*Diversos riscos associados aos Direitos de Crédito.* Tendo em vista que (i) de tempos em tempos, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação de Cedentes distintos, e (ii) cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, os investimentos do Fundo em Direitos de Crédito estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de alienação de Direitos de Crédito ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- i. aos critérios adotados pelo Cedente para originação e concessão de crédito;
- ii. aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Cedentes ou seus Devedores;
- iii. à possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes, seus respectivos devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, planos de recuperação extrajudicial ou em outro procedimento de natureza similar;
- iv. a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito alienados ao Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos de Crédito alienados e os fluxos de caixa a serem gerados; e
- v. a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos.

*Riscos decorrentes dos critérios adotados pelos Cedentes para originação e concessão de crédito.* O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII do Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Devedores.

*Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão de crédito pelos Cedentes.* Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida no Regulamento e neste Prospecto, descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos de Crédito que vierem a ser adquiridos pelo Fundo poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua originação e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos de Crédito integrantes da Carteira pelo Fundo.

*Inexistência de Direitos de Crédito que se enquadrem na Política de Investimento e no Critério de Elegibilidade.* O Fundo poderá não dispor de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis, a critério do Gestor, que atendam, no momento da cessão, às condições previstas no item 6.1. do Regulamento e ao Critério de Elegibilidade, de modo que o Fundo poderá enfrentar dificuldades para atender a Alocação Mínima de Investimento, bem como de empregar suas disponibilidades de caixa para aquisição de Direitos de Crédito. A ausência de Direitos de Crédito elegíveis para aquisição pelo Fundo poderá impactar negativamente na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito.

Possibilidade de altos níveis de concentração por Devedor. Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento, em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito o Fundo poderá manter em sua Carteira Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade, até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, bem como que o referido percentual pode ser aumentado para 100% (cem por cento) nas hipóteses previstas no item 6.8. do Regulamento. Desta forma, os níveis de concentração dos Direitos de Crédito em determinado Devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, setoriais, entre outros, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos. O Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos de Crédito. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V do Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito de Crédito. Além disso, não é possível assegurar que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito a vencer ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo.

Potencial conflito de interesses com o Administrador, Gestor, Custodiante, Cotista Subordinado ou suas respectivas Partes Relacionadas na aquisição de Direitos de Crédito. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e de suas respectivas Partes Relacionadas. O Fundo poderá, ainda, adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas Seniores e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, do Cotista Subordinado, do Custodiante e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas. Deste modo, não é possível assegurar que os membros do Comitê de Investimentos que aprovam as operações de aquisição de Direitos de Crédito realizadas pelo Fundo não atuarão em situações de conflito de interesses efetivo ou potencial, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Risco de conflitos de interesses. O Cotista Subordinado originará Direitos de Crédito e será membro do Comitê de Investimentos. Além disso, o Cotista Subordinado eventualmente possui ou possuirá relacionamento comercial com os Devedores e prestará serviços de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos integrantes da Carteira do Fundo, na qualidade de Agente de Cobrança. Adicionalmente, o Gestor faz parte do comitê que aprova o manual de precificação do Custodiante com base no qual será feita a precificação dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros inclusive para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em determinadas circunstâncias, os interesses do Cotista Subordinado podem ser conflitantes com aqueles dos titulares de Cotas Seniores. O Gestor e/ou suas Partes Relacionadas podem ser titulares de Cotas do Fundo, e, portanto, possuir direito de voto na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre (i) a substituição do Gestor, ou (ii) Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo, no qual o Gestor tiver dado, de maneira comprovada, causa a um ou mais dos eventos listados nas alíneas (a), (b, quando em relação ao Gestor) e (c) do item 14.1. do Regulamento e nas alíneas (c) e (g, caso o Gestor tenha dado causa ao descumprimento) do item 14.2 do Regulamento. Dessa forma, não é possível afastar o risco de eventual conflito de interesses entre o Fundo, Cotista Subordinado, Agente de Cobrança, Gestor e/ou suas Partes Relacionadas e/ou Custodiante, o que poderá prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

Risco de conflitos de interesse na compra ou substituição de Créditos. Nos termos do item 1.2.1 do anexo V do Regulamento, o Agente de Cobrança, poderá oferecer a terceiros, inclusive ao Cedente, quando autorizado pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos, a compra dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Tal procedimento deverá ser utilizado, exclusivamente, caso o Comitê de Investimentos entenda que o resultado obtido em razão da venda de tal Direito de Crédito Inadimplido possa ser benéfico ao Fundo em comparação ao resultado obtido por meio de um eventual processo de cobrança. Nesse sentido, e considerando que (i) o Agente de Cobrança Designado pelo Fundo, o Cotista Subordinado e o Gestor fazem parte do mesmo grupo econômico, e (ii) o Cotista Subordinado e o Gestor podem indicar membros para o Comitê de Investimento, não é possível assegurar que os membros do

Comitê de Investimentos que aprovarão a oferta de compra dos Direitos de Crédito Inadimplidos, não atuarão em situações de conflito de interesse efetivo ou potencial, o que pode causar uma distorção no desempenho do patrimônio do Fundo e prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

*Inexistência de obrigação de manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores.* Nos termos do Regulamento, o Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento, em que todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e ao Cotista Subordinado, de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo seja de 125,0% (cento e vinte e cinco por cento). Adicionalmente, não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter ou recompor a relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento. Assim sendo, não é possível assegurar que a subordinação proporcionada pelo Fundo será suficiente para garantir que todos os Cotistas Seniores recebam eventual amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores, bem como que o valor das Cotas Seniores não será negativamente afetado. Da mesma forma, na hipótese de amortização de Cotas Subordinadas nos termos da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento e insuficiência de recursos para garantir eventuais amortização e amortização extraordinária posteriores e/ou resgate das Cotas Seniores, não há qualquer obrigação de recomposição ou devolução de recursos distribuídos anteriormente ao Cotista Subordinado, o que pode afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

*Risco de inexistência de operações de mercado equivalentes para fins de determinação do deságio aplicável ao Preço de Aquisição.* Nos termos do Regulamento, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observadas as condições de mercado. No entanto, não é possível assegurar que quando da aquisição de determinado Direito de Crédito existam operações semelhantes no mercado com base nas quais o Gestor possa determinar o deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Neste caso, o Gestor deverá utilizar-se do critério que julgar mais adequado ao caso em questão.

*Risco decorrente da aquisição de Instrumentos de Captação Vinculados.* O Fundo poderá adquirir Instrumentos de Captação Vinculados na forma da Resolução CMN 2.921, cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento. O recebimento pelo Fundo dos recursos devidos pelos Devedores dos Instrumentos de Captação Vinculados estará condicionado ao recebimento pelos referidos Devedores dos recursos decorrentes das operações ativas vinculadas aos Instrumentos de Captação Vinculados. Neste caso, portanto, o Fundo e, consequentemente os Cotistas, correrão o risco dos devedores das operações ativas vinculadas. Não há qualquer garantia do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos membros do Comitê de Investimento, dos Cedentes, dos Devedores e/ou de qualquer das Partes Relacionadas do cumprimento das obrigações pelos devedores das operações ativas vinculadas.

*Risco decorrente do tratamento tributário do Fundo.* O Gestor envidará seus melhores esforços para compor a Carteira do Fundo como de longo prazo. Contudo, não há garantia do Administrador ou do Gestor, de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

*Risco associado à alíquota do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas.* Caso a Carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,50% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias. Caso a Carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois e meio por cento). O tratamento tributário aplicável aos Cotistas depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio inferior, igual ou superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações no período de permanência dos investimentos no Fundo e na manutenção da Carteira podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, não havendo garantias de que o Gestor conseguirá manter Ativos Financeiros na carteira do Fundo de modo a classificá-lo como de longo prazo por todo o Prazo de Duração do Fundo.

*Risco associado à integralização via chamadas de capital.* As Cotas serão integralizadas mediante Chamadas de Capital na medida em que o Fundo identifique necessidades de investimento em Direitos de Crédito. Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador, nos termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Integralização. Não há garantias de que os Cotistas cumprirão suas obrigações perante o Fundo ou mesmo que terão capacidade financeira para honrar seus compromissos nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, bem como não há garantias de que os procedimentos de subscrição e integralização de Cotas descritos no Regulamento e nos Compromissos de Integralização serão suficientes para garantir a integralização das Cotas nos termos das respectivas Chamadas de Capital.

*Risco proveniente das Operações de Derivativos.* O Fundo pode alocar a parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos de Crédito em Operações de Derivativos, conforme item 6.5. do Regulamento. Adicionalmente, os ativos financeiros a que se referem as alíneas “a” a “e” do item 6.2. do Regulamento que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI. O uso de estratégias com Operações de Derivativos pelo Fundo, mesmo com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial, envolve riscos distintos e possivelmente mais significativos que os riscos associados aos investimentos tradicionais, dependendo da característica do derivativo utilizado e da composição da carteira do Fundo. Alterações de liquidez podem ocasionar mudanças significativas, imprevisíveis e rápidas aos valores atrelados às Operações de Derivativos, acarretando em perdas patrimoniais para os Cotistas. Não há qualquer garantia relativamente à liquidez do mercado para qualquer transação em particular, em qualquer momento específico. **O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COM O OBJETIVO EXCLUSIVO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA OS COTISTAS.**

*Risco associado à ausência de notificação do Devedor na cessão dos Direitos de Crédito do Fundo.* Os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo. No entanto, caso a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo seja realizada sem a respectiva notificação aos Devedores, esta não terá eficácia em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil. Assim sendo, não é possível garantir que os valores devidos ao Fundo referentes a tais Direitos de Crédito serão devidamente pagos ou oponíveis em relação aos Devedores.

*Risco proveniente da apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito.* Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão, conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cártulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cédulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cédulas de Crédito Bancário; (iv) Cédulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio; (ix) Instrumentos de captação Vinculados; e (x) Contratos de Cessão. Neste caso, não é possível assegurar que a apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios seja suficiente para a realização de protesto e/ou ação de execução dos Créditos Inadimplidos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos do Fundo para efetuar os pagamentos previstos no Regulamento.

*Riscos Operacionais.* O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Agente de Cobrança, do Agente de Depósito, do Agente de Pagamento, do Agente Escriturador, do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou do Cedente, conforme descritas nos contratos firmados com cada uma dessas partes, poderá implicar falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração, custódia e monitoramento das garantias referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

*Risco associado à Descontinuidade/Liquidação.* O Fundo poderá ser liquidado ou ter suas Cotas resgatadas antecipadamente na ocorrência, inclusive, mas não se limitando, de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação, conforme o disposto no Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada

pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, o Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito.

*Riscos Relacionados ao Eventual Pré-Pagamento de Direitos de Crédito.* Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cartulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a Carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Desse modo, o Gestor poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

*Risco de Questionamento da Validade / Eficácia da Cessão.* O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas por quaisquer das Cedentes e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência de qualquer das Cedentes. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas por qualquer das Cedentes, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os seus credores por qualquer das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente.

*Risco de Fungibilidade.* O Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na referida cobrança, nos termos do Regulamento e dos respectivos instrumentos que formalizam os Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança para a realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Deste modo, não é possível garantir que o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feito em conta do Fundo e/ou em contas segregadas do Agente de Pagamento ou do Agente de Cobrança, conforme o caso, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência do Agente de Pagamento e/ou do Agente de Cobrança e/ou na ocorrência de qualquer outro evento que possa tornar indisponível os recursos mantidos nas referidas contas.

*Risco de Governança.* Não obstante o Fundo observar nos termos do item 8.4. do Regulamento que, a cada nova Emissão de Cotas, a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas deverá ser mantida, as Cotas Seniores poderão ser negociadas no mercado secundário, de modo que novos cotistas poderão exercer influência significativa nas deliberações da Assembleia Geral, de forma a modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições do Fundo. Tal modificação poderá afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

### **Riscos Associados aos Ativos Financeiros**

*Riscos variados associados aos Ativos Financeiros.* Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, e riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. O Administrador e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide alíneas (a) a (e) abaixo.

- i. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.
- ii. Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.
- iii. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.
- iv. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.
- v. A contratação pelo Fundo de Operações de Derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas, podendo acarretar em significativas perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

*Riscos Relacionados ao Eventual Vencimento Antecipado dos Direitos de Crédito.* Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cédulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de vencimento antecipado que poderão acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a carteira do Fundo, nos termos do Regulamento, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

*Riscos Relacionados a Eventual Substituição de Direitos de Crédito Inadimplidos.* Durante as negociações amigáveis e/ou renegociações de dívida com o devedor dos Direitos de Crédito Inadimplidos, desde que previamente aprovado pelo Comitê de Investimento, os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser substituídos por outros direitos de crédito. Tal situação pode gerar dificuldades ao Fundo, uma vez que não é possível garantir que os novos direitos de crédito serão pagos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

*Riscos Relacionados a Inexistência de mecanismos de garantia na estrutura do Fundo.* O Fundo não conta com mecanismo de garantia em sua estrutura, o que pode acarretar em perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

#### **4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

*Esta seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Base Legal**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como base legal a Resolução do CMN 2.907 e a Instrução CVM 356. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado pela ANBIMA como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Outros Multicarteira.

### **4.2 Composição do Patrimônio do Fundo**

O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de Cotas, sendo uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas. As características e os direitos de cada uma, bem como suas respectivas condições de emissão, subscrição, integralização, amortização, remuneração e resgate, estão descritas neste capítulo, nos Capítulos Nove e Doze do Regulamento, bem como no respectivo Suplemento.

### **4.3. Prazo de Duração**

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, observado que cada série e/ou classe de Cotas terá prazo de duração determinado, previsto no respectivo Suplemento. As Cotas poderão ser objeto de amortizações, nos termos do item 11.9 e do Capítulo Doze do Regulamento.

### **4.4. Público Alvo**

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

### **4.5. Administração e Gestão**

O Fundo será administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91.

O Fundo, por meio de seu Administrador, contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-40, sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 8.015, expedido em 29 de outubro de 2004, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo.

O Gestor poderá transferir suas funções nos termos do Regulamento para qualquer de suas Partes Relacionadas, sem necessidade de aprovação prévia pela Assembleia Geral de Cotistas. O novo gestor passará a integrar, para todos os fins, a definição de Gestor de que trata o Regulamento e este Prospecto.

Observada a regulamentação em vigor e as limitações impostas pelo Regulamento, bem como a competência do Comitê de Investimentos (i) o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, e (ii) o Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira e exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira, sendo o responsável, para todos os fins de direito, pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observado ainda o disposto no item 6.15.1. do Regulamento.

Nos termos da regulamentação em vigor, o Administrador e o Gestor deverão empregar, no exercício das suas atividades, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração e gestão dos seus próprios recursos e responderão por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração e gestão, respectivamente.

Nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, fica o Gestor constituído como procurador para, em nome do Fundo e em conjunto com o Administrador, celebrar todo e qualquer documento, acordo ou contrato relativo às operações da Carteira incluindo, sem limitação, os respectivos Contratos de Cessão dos Direitos de Crédito, os contratos relativos à negociação de Ativos Financeiros, contratos com agente fiduciário, Agentes de Cobrança, instituições financeiras, escrituradores ou custodiantes dos Direitos de Crédito e outros prestadores de serviços relacionados aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo. Na celebração dos documentos ora referidos o Gestor deverá observar os interesses dos Cotistas do Fundo, a legislação e regulamentação aplicáveis e o Regulamento.

#### **4.6. Custódia, Controladoria e Escrituração das Cotas**

Para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controle dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, nos termos do Contrato Custódia e Controladoria.

O Custodiante, ou terceiro por ele contratado sob sua responsabilidade, sem prejuízo das obrigações e responsabilidades a ele atribuídas nos termos do Regulamento, será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM 356, incluindo o recebimento e a análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito. O Custodiante ou terceiro por ele contratado realizará a verificação do lastro a que se refere este parágrafo relativamente à totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma individual, não por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios, até o final do trimestre seguinte à respectiva cessão. A verificação de qualquer inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito será de imediato comunicada ao Administrador, aos Cedentes, ao auditor independente e à Agência Classificadora de Risco.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverão ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Pelos serviços de custódia qualificada, o Custodiante fará jus à Taxa de Custódia mensal, paga diretamente pelo Fundo, correspondente ao maior valor entre o fixo mensal de R\$20.000,00 (vinte e mil reais) e o percentual de 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, a qual será provisionada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, no segundo Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Escriturador, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, prestará ao Fundo serviços de escrituração de Cotas, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Cotas.

O Agente Escriturador fará jus à parcela da Taxa de Administração correspondente ao valor fixo de R\$1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) por mês, reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (IPC – FIPE) do período anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM, ou, na falta de ambos, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento.

#### **4.7. Classificação de Risco das Cotas Seniores**

As Cotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Fitch Ratings Brasil Ltda., localizada na Alameda Santos, n.º 1.470, cj. 511, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais ao Administrador e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas deverá ser informada pelo Administrador aos membros do Comitê de Investimentos e a cada um dos Cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for informado o rebaixamento pela Agência Classificadora de Risco, por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

As Cotas Subordinadas não serão objeto de classificação de risco.

#### **4.8. Auditores Independentes**

A empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

#### **4.9. Critérios e Procedimentos para Substituição do Administrador, Gestor, Custodiante, Auditores Independentes e Agência Classificadora de Risco**

O Administrador e/ou o Gestor, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento endereçado aos Cotistas, sempre com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, podem renunciar à administração e/ou a gestão do Fundo, conforme o caso, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez do Regulamento.

Na hipótese de renúncia do Administrador e/ou do Gestor e nomeação de nova instituição administradora e/ou gestora em Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador e/ou Gestor continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo por prazo a ser definido na referida Assembleia Geral de Cotistas, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Cotistas.

Caso a nova instituição administradora e/ou gestora nomeada nos termos descritos acima não substitua o Administrador e/ou Gestor dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembleia Geral de Cotistas referida no parágrafo acima, o Administrador e/ou Gestor procederá à liquidação automática do Fundo em até 10 (dez) dias contados da data de encerramento do prazo referido neste parágrafo.

Na hipótese do Administrador e/ou do Gestor renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Cotistas referida acima (i) não nomear instituição administradora e/ou gestora habilitada para substituir o Administrador e/ou Gestor; ou (ii) não tiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Dez do Regulamento, para deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou Gestor ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Cotistas.

O Administrador e o Gestor poderão ser destituídos de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por deliberação dos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez do Regulamento.

A destituição do Administrador não implicará na destituição do Gestor e a destituição do Gestor não implicará na destituição do Administrador.

Caso haja destituição do Gestor sem justa causa, este fará jus à Remuneração do Gestor que receberia até o final do Prazo de Duração do Fundo. Em caso de destituição por justa causa, a Remuneração do Gestor será paga *pro rata* pelo tempo em que permaneceu como Gestor o Fundo. Por “justa causa” neste parágrafo entende-se a comprovação de que o Gestor atuou com dolo ou má-fé no desempenho de suas funções e responsabilidades ou violou obrigações legais, contratuais ou previstas no regulamento, que deveria observar como Gestor da Carteira do Fundo.

Na hipótese de destituição do Administrador e/ou do Gestor, o Cotista Subordinado deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral de Cotistas que aprovou a destituição do Administrador ou do Gestor, indicar no mínimo, 3 (três) instituições autorizadas para atuar como novo administrador ou gestor do Fundo. Apresentadas as indicações, os titulares de Cotas Seniores deverão reunir-se em Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis após a Assembleia Geral de Cotistas que aprovar a indicação das instituições autorizadas, para escolher dentre os nomes indicados pelo Cotista Subordinado o novo administrador ou gestor do Fundo. Nas Assembleias Gerais de Cotistas de que trata este parágrafo, serão observados os quoruns definidos no item 10.3 do Regulamento.

#### 4.10. Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, considerando o regime tributário aplicável, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição, no mercado primário ou secundário, dos seguintes Direitos de Crédito performados que atendam, no momento da cessão, observado o disposto no item 6.1.1. e na alínea (ii) do item 11.1. do Regulamento, ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco do Regulamento: (i) Debêntures; (ii) Notas Promissórias; (iii) Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Imobiliário; (iv) Notas de Crédito à Exportação; (v) Letras Financeiras; (vi) Letras de Arrendamento Mercantil; (vii) Letras de Crédito do Agronegócio; (viii) Instrumentos de Captação Vinculados; e (ix) outros direitos de creditórios admitidos pela Instrução CVM 356.

#### 4.11. Política de Investimento e Composição da Carteira

Somente poderão ser adquiridos e/ou subscritos pelo Fundo Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, em cada data de aquisição, às condições descritas abaixo:

- a. os respectivos Direitos de Crédito deverão possuir classificação de risco na modalidade *credit assessment* ou *rating* equivalente a, no mínimo, B- na classificação da Agência Classificadora de Risco;
- b. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, deverá atender, na data de aquisição do Direito de Crédito, aos níveis de concentração por faixa de classificação de risco indicados a seguir:

##### **Faixa de classificação de risco atribuída aos Direitos de Crédito**

##### **Nível de concentração**

*Credit assessment* ou *rating* igual ou superior a A- .....

Até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

*Credit assessment* ou *rating* entre BBB+ (inclusive) e BBB- (inclusive).....

Até 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

*Credit assessment* ou *rating* entre BB+ (inclusive) e BB- (inclusive) .....

Até 75% (setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

*Credit assessment* ou *rating* entre B+ (inclusive) e B- (inclusive).....

Até 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

- c. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, de emissão, responsabilidade ou coobrigação de uma mesma Sociedade e/ou suas Partes Relacionadas, deverá atender, na data de aquisição do Direito de Crédito, aos níveis de concentração por faixa de classificação de risco indicados a seguir:

**Faixa de classificação de risco atribuída aos Direitos de Crédito**

**Nível de concentração**

*Credit assessment* ou *rating* igual ou superior a A- .....

Até 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

*Credit assessment* ou *rating* entre BBB+ (inclusive) e BBB- (inclusive).....

Até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

*Credit assessment* ou *rating* entre BB+ (inclusive) e BB- (inclusive) .....

Até 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

*Credit assessment* ou *rating* entre B+ (inclusive) e B-, (inclusive).....

Até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

- d. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, de emissão, responsabilidade ou coobrigação de Sociedades integrantes do mesmo setor de atuação (conforme classificação descrita no Anexo VI ao presente) não poderá representar uma concentração em determinado setor de atuação superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na data de cada aquisição de Direitos de Crédito;
- e. o vencimento original dos Direitos de Crédito em análise não poderá ser posterior a última data de vencimento de Cotas Seniores conforme previstas nos Suplementos;
- f. os Direitos de Crédito que sejam Debêntures, Notas Promissórias, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Câmbio Imobiliário, Notas de Crédito à Exportação, Letras Financeiras, Letras de Arrendamento Mercantil, Letras de Crédito do Agronegócio e Instrumentos de Captação Vinculados deverão estar registrados na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA e/ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central ou autorizados pela CVM;
- g. conforme o caso, (i) as Debêntures deverão cumprir todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (ii) as Notas Promissórias deverão atender os requisitos da Instrução CVM 134 e da Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, conforme o caso; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário, os Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, as Cédulas de Crédito Imobiliário e as Letras de Crédito Imobiliário deverão atender os requisitos da Lei 10.931; (iv) as Notas de Crédito à Exportação deverão atender os requisitos da Lei 6.313; (v) as Letras Financeiras deverão atender os requisitos da Resolução CMN 3.836; (vi) as Letras de Arrendamento Mercantil deverão atender os requisitos da Lei n.º 11.882; (vii) as Letras de Crédito do Agronegócio deverão atender os requisitos da Lei n.º 11.076; (viii) os Instrumentos de Captação Vinculados deverão atender a Resolução CMN 2.921; e (ix) os demais Direitos de Crédito deverão atender ao disposto na legislação e regulamentação que lhes seja aplicável;
- h. o Devedor e/ou o Cedente não poderão estar em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial e/ou em procedimento similar que venha a ser definido por lei; e
- i. o Devedor e/ou o Cedente não poderão estar inadimplentes no cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias para com o Fundo.

Nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, os níveis de concentração a que se referem as alíneas (b), (c), e (d) acima, serão observadas *pro forma* pelo somatório do valor total da Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo.

Não será admitida a cessão parcial de Direitos de Crédito ao Fundo.

O Gestor será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito às condições previstas no item 6.1. do Regulamento em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelos Cedentes ao Gestor, a fim de que o Gestor possa verificar o atendimento de Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo às condições previstas no item 6.1. do Regulamento, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato e prazo acordados entre o Gestor e os Cedentes, com aceitação, por escrito, do Administrador.

Após o prazo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis para atingir a Alocação Mínima de Investimento no prazo de 90 (noventa) dias referido acima, o Administrador deverá, mediante comunicação do Gestor, solicitar imediatamente à CVM autorização para prorrogar o prazo para enquadramento do Patrimônio Líquido do Fundo à Alocação Mínima de Investimento por novo período de 90 (noventa) dias corridos (ou prazo superior que venha a ser admitido pela CVM), sem necessidade de autorização da Assembleia Geral de Cotistas. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Cotistas serão notificados do fato por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, endereçado a cada Cotista.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes ativos financeiros, a critério do Gestor, de acordo com as diretrizes abaixo:

- a. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b. créditos securitizados pelo Banco Central;
- c. (i) CDB e RDB (excluídos aqueles certificados de depósito bancário vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921) que possuam classificação de risco mínima equivalente a AAA, assim atribuída pela Agência Classificadora de Risco, emitidos por qualquer Instituição Autorizada (excetuados os CDB e RDB emitidos pelo Itaú BBA e por suas Partes Relacionadas, sem prejuízo do disposto no item 6.9.4. do Regulamento) e que tenham vencimento não superior ao resgate final das Cotas Seniores conforme estabelecido no Regulamento, (ii) CDB com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos – FGC (DPGE); e (iii) instrumentos de captação de instituições financeiras, que não aqueles considerados no Regulamento como Direitos de Crédito;
- d. títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, incluindo, mas não se limitando, a cotas de emissão de fundos de investimento de renda fixa;
- e. operações compromissadas lastreadas nos ativos descritos na alínea (a) acima e contratadas com Instituições Autorizadas; e
- f. Operações de Derivativos, que tenham por objetivo a proteção das posições detidas à vista na Carteira, exclusivamente para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI, observado, ainda, o disposto no artigo 44 da Resolução CMN 3.792 e no parágrafo 3º do artigo 40 da Instrução CVM 356.

As Operações de Derivativos deverão ser apresentadas pelo Gestor ao Comitê de Investimento para aprovação antes de serem realizadas. As Operações de Derivativos deverão ser registradas em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, sendo, nesses últimos casos, exclusivamente na modalidade “com garantia” da contraparte ou de terceiro.

Os ativos financeiros a que se referem as alíneas “a” e “e” acima que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI.

O Fundo poderá investir em um ou mais fundos de investimentos de renda fixa administrados e/ou geridos pelo Administrador, pelo Gestor e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, desde que o fundo investido não cobre taxa de administração e/ou taxa de performance.

O Administrador e o Gestor estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da Carteira do Fundo.

O Gestor envidará seus melhores esforços para que a remuneração da Carteira do Fundo seja compatível com o *Benchmark* das Cotas Seniores.

O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá manter a qualquer tempo em sua Carteira Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O percentual referido neste item poderá ser elevado para 100% (cem por cento) quando o Devedor ou coobrigado de uma mesma pessoa ou Sociedade:

- a. tenha registro de companhia aberta;
- b. seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Banco Central; ou
- c. seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, que deverão ser entregues à CVM no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.

Observado o disposto nos itens 6.9.1, 6.9.2, 6.9.3 e 6.9.4. do Regulamento, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cotista Subordinado e/ou suas respectivas Partes Relacionadas, sem limitação de valor.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e/ou de suas Partes Relacionadas

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Cotista Subordinado, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, dos Cotistas, do Custodiante, do Cotista Subordinado e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas.

Observado o disposto nos item 6.5. e 6.5.1. do Regulamento, o Fundo poderá contratar quaisquer Operações de Derivativos com o Administrador, o Gestor, os Cotistas, o Custodiante, o Cotista Subordinado e/ou com suas respectivas Partes Relacionadas.

O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de emissão de Sociedades não financeiras controladas pelo Cotista Subordinado e/ou por suas Partes Relacionadas, bem como Ativos Financeiros de emissão do Cotista Subordinado ou de suas Partes Relacionadas que sejam instituições financeiras, ressalvados os Instrumentos de Captação Vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921 cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento. Para os fins deste item, controle tem o significado atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste item 4.11 serão cumpridos diariamente pelo Gestor, com base no Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo dos referidos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

Observado o disposto no item 6.5. e 6.5.1. do Regulamento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos pelo Fundo com Operações de Derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Na hipótese de desenquadramento da Carteira com relação à Alocação Mínima de Investimento e aos percentuais previstos no item 6.8. do Regulamento por período superior a 60 (sessenta) dias úteis, será caracterizado um Evento de Avaliação, nos termos do item 14.1. do Regulamento.

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Cotistas. Todavia, a Carteira poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Para os fins do disposto neste parágrafo, e do Regulamento, os Direitos de Crédito elegíveis não são considerados para fins de cálculo do prazo médio da Carteira.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverão ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central e/ou pela CVM.

O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, do Comitê de Investimentos, do Custodiante, de qualquer de suas respectivas Partes Relacionadas ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Dois do Regulamento e na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá ler cuidadosamente os fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Dois do Regulamento e na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, bem como atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto em todos os itens do Capítulo Seis do Regulamento, por meio de assinatura de Termo de Adesão.

O Fundo, o Custodiante, o Administrador, o Gestor, o Cotista Subordinado, suas respectivas Partes Relacionadas e os membros do Comitê de Investimentos não respondem pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Cedentes e dos respectivos Devedores, desde que, no âmbito de suas respectivas atribuições, não tenham agido com comprovada negligência na aquisição dos Direitos de Crédito, observado o parágrafo abaixo.

Os Cedentes e os originadores dos Direitos de Crédito, conforme o caso, serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e pela correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, sendo que os Cedentes e os originadores não serão responsáveis pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito.



#### 4.12. Mecanismos de Reforço de Crédito e Outras Garantias

Além das garantias que eventualmente estejam vinculadas aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a serem adquiridos, o Fundo não conta com qualquer outro mecanismo de reforço de crédito, seguro ou garantia que possa ajudar ou facilitar o pagamento dos valores devidos aos Cotistas a título de amortização ou resgate das Cotas.

#### 4.13. Gerenciamento de Riscos

*Os investimentos do Fundo estão sujeitos a flutuações e riscos, tais como aqueles descritos na seção “Fatores de Risco” acima. Os sistemas de gerenciamento de riscos utilizados pelo Gestor abaixo discriminados são baseados em estatísticas e projeções de cenários baseados em análise macro e microeconômicas, que podem não capturar todos os possíveis movimentos e impactos que os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros podem sofrer. Esses sistemas visam, assim, monitorar e se antecipar aos riscos a que a Carteira do Fundo está sujeita, mas não podem eliminá-los. Dessa forma, não é possível assegurar ou de qualquer forma garantir que o Fundo atingirá seu objetivo de desempenho, bem como que perdas superiores ao valor de exposição a risco não ocorrerão, em razão dos riscos e fatores anteriormente mencionados. Assim sendo, o Gestor não pode, em qualquer hipótese, ser responsabilizado pelo não alcance do objetivo de desempenho do Fundo, nem pela eventual depreciação ou inadimplemento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, que impliquem em perda parcial ou total dos recursos investidos pelos Cotistas.*

##### Gerenciamento de Riscos

O Gestor utiliza técnicas de gerenciamento de risco para obter estimativa do nível de exposição do Fundo aos riscos ora mencionados, de forma a adequar os investimentos do Fundo a seus objetivos.

Os níveis de exposição (i) são definidos pelo Gestor; (ii) são aferidos por área de gerenciamento de risco segregada; e (iii) podem ser obtidos por meio de uma ou mais das seguintes ferramentas matemático-estatísticas, dependendo dos mercados em que o Fundo atuar:

- (a) gerenciamento de alavancagem – alavancagem é a utilização de operações que expõem o Fundo a mercados de risco em percentual superior a seu patrimônio, com o consequente aumento dos riscos e da possibilidade de perdas;
- (b) VaR – Valor em Risco – estimativa da perda potencial esperada para a Carteira do Fundo, em dado horizonte de tempo, associado a uma probabilidade ou nível de confiança estatístico;
- (c) teste de estresse – simulação para avaliar o comportamento da Carteira do Fundo em condições adversas de mercado, baseada em cenários passados ou hipóteses projetadas ou estatísticas;
- (d) tracking error – estimativa para medir o risco de o Fundo não seguir a performance de seu objetivo de investimento.

O gerenciamento (i) utiliza os dados correntes das operações presentes na Carteira do Fundo; (ii) utiliza dados históricos e suposições para tentar prever o comportamento da economia e, consequentemente, os possíveis cenários que eventualmente afetem o Fundo e não há como garantir que esses cenários ocorram na realidade; e (iii) não elimina a possibilidade de perdas para os Cotistas.

A exatidão das simulações e estimativas utilizadas no gerenciamento depende de fontes externas de informação, únicas responsáveis pelos dados fornecidos, não respondendo o Gestor se tais fontes fornecerem dados incorretos, incompletos ou suspenderem a divulgação dos dados, prejudicando o gerenciamento.

**OS MÉTODOS UTILIZADOS PELO GESTOR PARA GERENCIAR TODOS OS RISCOS A QUE O FUNDO SE ENCONTRA SUJEITO NÃO CONSTITUEM GARANTIA CONTRA EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS QUE POSSAM SER INCORRIDAS PELO FUNDO.**

#### **4.14. Características e Direitos das Cotas**

##### *4.14.1. Patrimônio Inicial*

A primeira emissão de Cotas será formada por 400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores e 100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas, com Preço de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando um patrimônio de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo que as demais características das Cotas da Primeira Emissão estão expressamente identificadas no Suplemento da Primeira Emissão. As características das Cotas objeto de novas emissões após a Primeira Emissão, serão descritas no Suplemento da respectiva Emissão.

A Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da legislação aplicável.

Novas emissões de Cotas somente poderão ser realizadas mediante previa aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum estabelecido no Regulamento. A cada nova Emissão de Cotas, deverá ser observada a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas.

##### *4.14.2. Direitos Patrimoniais*

As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de amortização, amortização extraordinária e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores. Como regra geral as Cotas Subordinadas somente serão amortizadas ordinária e/ou extraordinariamente, em cada Data de Amortização, observados os critérios estabelecidos no Anexo II do Regulamento, e/ou resgatadas, após o último pagamento de amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores em circulação.

##### *4.14.3. Direitos de Voto das Cotas*

Cada uma das Cotas terá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo em relação às matérias nas quais referida Cota tiver direito de voto, nos termos do disposto no Capítulo Dez do Regulamento.

##### *4.14.4. Critérios para Apuração do Valor das Cotas para fins de Integralização e Resgate das Cotas*

###### *4.14.4.1. Critérios para Apuração do Valor das Cotas Seniores*

A partir da Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, cada Cota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Cotas Seniores existentes na ocasião; e
- (ii) o Preço de Emissão, acrescido da acumulação da Taxa DI, acrescida de *spread* de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores até a data de resgate das Cotas do Fundo, conforme o caso, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, calculado conforme a fórmula prevista no Anexo II do Regulamento, deduzido o montante já pago a título de rendimentos nos termos do Anexo II do Regulamento.

###### *4.14.4.2. Critérios para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas*

A partir da Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas, cada Cota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo que tal valor será calculado pelo Patrimônio Líquido do Fundo, subtraído do patrimônio representado por todas as Cotas Seniores, dividido pelo número de Cotas Subordinadas existentes na ocasião.

Para fins de resgate das Cotas Subordinadas, será considerado o valor previsto na alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento.

#### *4.14.5. Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e as Cotas Seniores do Fundo*

O Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento.

Não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento.

#### **4.15. Subscrição e Integralização das Cotas**

No ato de subscrição de Cotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder, (ii) assinará o Compromisso de Integralização, por meio do qual comprometer-se-á em caráter irrevogável e irretratável a integralizar as Cotas subscritas nos termos do referido compromisso, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e, estar ciente, dentre outros, (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à Política de Investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento e (c) das atribuições e remuneração dos prestadores de serviços do Fundo.

As Cotas serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento, do respectivo Suplemento e do respectivo Compromisso de Integralização.

As Cotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta e a integralização de Cotas será feita mediante Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, observado o disposto nos parágrafos abaixo e nos respectivos Compromissos de Integralização, pelo valor da Cota no dia da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 9.11. e 9.11.1. do Regulamento. O valor de parte ou da totalidade das Cotas a serem integralizadas em cada Chamada de Capital será determinado pelo Gestor, com base no volume de recursos necessário às atividades do Fundo, observados os valores máximos constantes dos Compromissos de Integralização celebrados pelos Cotistas do Fundo.

O Administrador, conforme instruções e orientação do Gestor, realizará Chamadas de Capital, comunicando os Cotistas sobre tal necessidade e solicitando o aporte de recursos no Fundo mediante a integralização parcial ou total das Cotas subscritas por cada um dos Cotistas nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, (a) para realização de investimentos em Direitos de Crédito, na medida em que sejam identificadas novas oportunidades de investimento; e (b) para aplicações em Ativos Financeiros quando houver necessidade de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo. As Chamadas de Capital para investimento em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros somente podem ser realizadas durante o Período de Integralização e ressalvada a hipótese de Patrimônio Líquido negativo em que poderá ocorrer Chamadas de Capital em montante superior ao previsto nos Compromissos de Investimento.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Integralização.

No ato de integralização de Cotas, os Cotistas deverão receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.

As Chamadas de Capital serão destinadas exclusivamente ao Cotista Subordinado até que a totalidade das Cotas Subordinadas tenha sido integralizada. Após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas, os titulares de Cotas Seniores serão chamados a integralizar as Cotas de sua titularidade.

As Chamadas de Capital serão realizadas até que a totalidade das Cotas subscritas seja integralizada ou até o final do Período de Integralização. Caso no final do Período de Integralização as Chamadas de Capital realizadas pelo Administrador não tenham abrangido a totalidade das Cotas subscritas por cada Cotista conforme previstos nos respectivos Compromissos de Integralização, o saldo que não tenha sido objeto de Chamadas de Capital será cancelado.

Os Cotistas, por meio do Compromisso de Integralização, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no item 9.9 do Regulamento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento parcial ou total de suas obrigações, estando sujeitos ainda à suspensão dos direitos políticos e patrimoniais atribuídos pelas respectivas Cotas nos termos do Regulamento até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso um Cotista inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos políticos e patrimoniais, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 9.9.7 do Regulamento, o Cotista terá os direitos políticos e patrimoniais atribuídos por suas respectivas Cotas imediatamente restituídos.

Caso o Fundo realize amortização ou resgate de Cotas em período em que um Cotista esteja qualificado como inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao referido Cotista serão utilizados para o pagamento dos débitos do mesmo perante o Fundo. Eventuais saldos existentes após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Cotista inadimplente a título de amortização ou resgate de suas Cotas.

Caso qualquer Cotista não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Integralização, o Administrador poderá alienar as Cotas de titularidade de referido Cotista inadimplente dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Cotista. Eventuais saldos existentes após a dedução do débito do Cotista inadimplente para com o Fundo serão entregues ao Cotista inadimplente, nos termos do respectivo Compromisso de Integralização.

**A integralização das Cotas do Fundo será efetuada (i) por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional.**

#### **4.16. Amortização e Resgate das Cotas**

A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Cotas, observado o disposto no Anexo II do Regulamento. O resgate das Cotas ocorrerá na Data de Resgate. As amortizações e/ou resgates pagos aos Cotistas deverão observar o disposto no Anexo II do Regulamento.

Os pagamentos de amortizações e/ou resgates de Cotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores, em benefício de todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores objeto de pagamento de rendimentos, amortizações e/ou resgates. Os pagamentos de amortizações e/ou resgates de Cotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Subordinadas. Quando do pagamento de resgate de Cotas, as Cotas objeto de resgate serão canceladas.

Os pagamentos de amortização das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota calculado nos termos do Anexo I do Regulamento, na Data de Amortização, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Os pagamentos de resgate das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota calculado nos termos do Anexo I do Regulamento.

No âmbito de processo de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Cotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Cotas, conforme o disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

Quando a data estipulada para pagamento de rendimentos, amortização ou resgate de Cotas ocorrer em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte à data prevista, pelo valor apurado na Data de Amortização ou na data prevista para o pagamento do resgate, conforme o caso.

#### 4.16.1. Amortização e Amortização Extraordinária das Cotas

As Cotas serão amortizadas sempre que o Fundo acumular, após deduzidos os valores referidos em (i), (ii) e (iii) do item 21.2. do Regulamento, montante disponível em caixa correspondente a, no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ou 0,30% (trinta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em recursos disponíveis em caixa e/ou em títulos públicos federais não onerados (cada, uma “Data de Amortização”), a ser calculado pelo Administrador, desde que não tenha ocorrido nos 30 (trinta) dias antecedentes nenhum pagamento pelo Fundo seja de amortização ordinária ou extraordinária, considerando-se neste caso como Data de Amortização, o 31º (trigésimo primeiro) dia contado do último pagamento realizado, observadas as seguintes disposições:

- (i) Em cada Data de Amortização as Cotas Seniores serão amortizadas até o limite do *Benchmark* das Cotas Seniores;
- (ii) Observado os itens (iii) e (iv) abaixo e após a amortização prevista na alínea (i) acima, todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e/ou ao Cotista Subordinado, da seguinte forma:
  - a. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for superior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado prioritariamente para o pagamento das Cotas Subordinadas de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo não seja inferior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento);
  - b. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for inferior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado prioritariamente para o pagamento das Cotas Seniores de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo não seja superior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento); e
  - c. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for igual a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado para o pagamento das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo se mantenha em 125,0% (cento e vinte e cinco por cento).
- (iii) Nos 6 (seis) meses subsequentes à Primeira Data de Integralização ou até que a totalidade das Cotas Seniores tenha sido integralizada, o que ocorrer primeiro, a amortização das Cotas Subordinadas a que se refere o item (ii) acima estará limitada ao seu respectivo Preço de Emissão;
- (iv) Durante todo o prazo de vigência do Fundo, eventual excedente somente será distribuído ao Cotista Subordinado se, após a realização do referido pagamento, seja observado o maior valor entre (a) a subordinação equivalente ao somatório dos 2 (dois) maiores créditos com *rating* igual ou superior a A; ou (b) a subordinação equivalente ao somatório dos 5 (cinco) maiores créditos com *rating* igual ou inferior a BBB; e
- (v) Caso a subordinação a que se refere o item (iv) acima não seja observada, todo o montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores.

Caso o Fundo receba a qualquer momento valores decorrentes do pré-pagamento de qualquer Direito de Crédito e o Comitê de Investimento tenha deliberado pela utilização dos recursos para amortização das Cotas, referidos recursos serão utilizados para o pagamento de Amortização Extraordinária das Cotas no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da deliberação do Comitê de Investimentos, observados os procedimentos definidos no item 1.1 do Anexo II ao Regulamento.

#### **4.17. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas Mediante a Entrega de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros**

Caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, será constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo (“Condôminos”), cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. O condomínio se extinguirá quando do pagamento de todos os Condôminos com os recursos obtidos com a venda ou o recebimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros. O Administrador, o Gestor e o Custodiante permanecerão obrigados em relação às suas respectivas responsabilidades estabelecidas no Regulamento até que seja designado um administrador responsável pelo condomínio, mas em nenhuma hipótese por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da constituição do condomínio. Após referido período de 30 (trinta) dias, o Administrador, o Gestor e o Custodiante ficarão desobrigado(s) de suas atribuições para com o Fundo.

O Administrador deverá notificar os Condôminos, por meio de carta registrada ou de correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento, no prazo mínimo de até 3 (três) dias úteis contados da constituição do condomínio, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando inclusive a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Condômino fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador ou do Gestor perante os Condôminos após a constituição do referido condomínio.

O Custodiante realizará a guarda dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios, bem como dos Ativos Financeiros, conforme o caso, pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos contados da constituição do condomínio previsto acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Condôminos ou ao qual essa função tenha sido atribuída indicará ao Administrador, ao Gestor e ao Custodiante a hora e o local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos de Crédito, dos Ativos Financeiros e dos Documentos Comprobatórios, conforme o caso, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Cotas Subordinadas, observado que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores.

#### **4.18. Amortização Extraordinária das Cotas**

Caso o Comitê de Investimentos determine a Amortização Extraordinária das Cotas do Fundo nos termos do item 11.1.(iv) do Regulamento, o Administrador tomará todas as medidas necessárias para a Amortização Extraordinária das Cotas, observado o disposto nos parágrafos abaixo.

A Amortização Extraordinária deverá observar os critérios previstos no Anexo II do Regulamento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária, todos os Cotistas serão previamente comunicados, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência da data prevista para a Amortização Extraordinária, inclusive sobre o valor total esperado envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária observará o disposto no item 9.3. do Regulamento.

#### 4.19. Assembleia Geral de Cotistas

Nos termos do Regulamento do Fundo, é da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iii) deliberar sobre a destituição do Gestor nas hipóteses previstas no Capítulo Dezessete do Regulamento;
- (iv) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (v) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (vi) deliberar sobre a liquidação do Fundo em outras circunstâncias que não configurem um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação;
- (vii) aumentar o *Benchmark* das Cotas Seniores;
- (viii) reduzir o *Benchmark* das Cotas Seniores ou alterar a periodicidade de amortização das Cotas Seniores;
- (ix) alterar os quoruns de deliberação das Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo, conforme previsto no Capítulo Dez do Regulamento, observados os quoruns previstos na Instrução CVM 356;
- (x) deliberar sobre os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, incluindo, mas não se limitando, as medidas a serem adotadas em caso de cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do item 1.6. do Anexo V do Regulamento;
- (xi) deliberar sobre o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito;
- (xii) resolver se, na ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Liquidação, conforme o caso, referido Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação ou, no caso de Evento de Liquidação, se referido Evento de Liquidação deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xiii) alterar o Regulamento além das hipóteses específicas de alteração mencionadas nas alíneas do item 10.1. do Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre a nomeação do administrador do condomínio nos termos do Capítulo Treze do Regulamento;
- (xv) deliberar sobre a proposta de nomes para o novo administrador e/ou gestor indicado nos termos do item 17.5. do Regulamento;
- (xvi) aprovar, entre os nomes apresentados pelo Cotista Subordinado nos termos do item 17.5. do Regulamento, o novo administrador e/ou gestor do Fundo;

- (xvii) alterar a Política de Investimento e/ou Critério de Elegibilidade previsto no Regulamento, com anuência do Gestor;
- (xviii) deliberar se o rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores a um nível inferior a “BBB” deve ser considerado um Evento de Avaliação; e
- (xix) deliberar sobre emissão de novas Cotas.

Todos os Cotistas terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas que não expressamente indicadas no Capítulo Dez do Regulamento.

As deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas serão tomadas pela maioria das Cotas dos Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas, exceto pelas matérias indicadas nas alíneas (ii), (iv), (v), (vi) e (xii) do item 10.1 do Regulamento que serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas presentes à Assembleia Geral de Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, nos termos da regulamentação aplicável. O(s) representante(s) dos Cotistas não fará(ão) jus, sob qualquer hipótese, ao recebimento de remuneração do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos ou de qualquer Cedente para o exercício de tal função.

O Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em caso de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Cotistas da referida alteração, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-se a qualquer momento por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação dirigida ao Administrador, (i) pelo Gestor; (ii) pelo Comitê de Investimentos; ou (iii) por Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, sendo que, nessas hipóteses, o Administrador será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pelo Administrador, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, endereçada a cada Cotista, com aviso de recebimento, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral de Cotistas. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, mediante convocação na forma referida no item 10.7.1. do Regulamento. Para efeito do disposto neste parágrafo, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas com direito de voto para deliberar sobre todas as matérias constantes da ordem do dia.



Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na cidade do Rio de Janeiro, devendo o local ser indicado com clareza na convocação.

A Assembleia Geral de Cotistas deverá reunir-se pessoalmente. Das Assembleias Gerais de Cotistas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Cotistas presentes e, a critério do Administrador, devidamente registradas no competente cartório de registro de títulos e documentos.

As Assembleias Gerais de Cotistas serão instaladas com a presença de pelos menos um Cotista.

Somente poderão votar nas Assembleias Gerais de Cotistas os Cotistas com direito de voto, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Não terão direito a voto os Cotistas que não estejam em pontual e integral cumprimento de suas obrigações para com o Fundo.

O Gestor terá direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas sempre que for titular de Cotas do Fundo.

Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas serão divulgadas pelo Administrador aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento.

#### **4.20. Comitê de Investimentos**

O Fundo terá um Comitê de Investimentos cuja função será:

- (i) aprovar a aquisição, venda, repactuação, cobrança ou qualquer outra operação envolvendo os Direitos de Crédito do Fundo, inclusive o Preço de Aquisição, de acordo com a Política de Investimento descrita no Regulamento e com observância da regulamentação aplicável. Caberá ao Comitê de Investimentos atestar que o Preço de Aquisição corresponde ao preço de mercado do Direito de Crédito praticado no momento da aquisição;
- (ii) nas hipóteses de inadimplemento ou de impossibilidade de pagamento pelo Devedor ou pelo Cedente, conforme o caso, tendo em vista o melhor interesse do Fundo e dos Cotistas, aprovar (a) a repactuação dos termos e condições dos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso e/ou (b) adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea (i) do item 6.1. do Regulamento inclusive sobre a realização de Amortização Extraordinária para reenquadramento, nos termos do item 11.9. do Regulamento e seguintes abaixo;
- (iii) na hipótese de pré-pagamento de qualquer Direito de Crédito, deliberar sobre a Amortização Extraordinária das Cotas do Fundo, nos termos do item 11.9. do Regulamento e seguinte abaixo, ou sobre a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito adicionais para a Carteira do Fundo; e
- (iv) aprovar Operações de Derivativos a serem realizadas pelo Fundo.

O Comitê de Investimentos será formado por 2 (dois) membros, sendo um indicado pelo Cotista Subordinado e um indicado pelo Gestor. Tanto o Gestor como o Cotista Subordinado poderão destituir e substituir o membro do Comitê de Investimentos por eles indicado. Além dos membros titulares, o Cotista Subordinado e o Gestor indicarão cada um 1 (um) membro suplente que poderá substituir os membros titulares quando estes estiverem impossibilitados de participar de reunião do Comitê de Investimento por qualquer motivo tal como férias, ausência, doença, etc.

Somente poderão participar do Comitê de Investimentos representando seus integrantes, pessoas físicas que não estejam impedidas de exercer atividades no mercado financeiro e/ou de capitais.

No prazo de 5 (cinco) dias úteis da indicação ou substituição, conforme o caso, de qualquer membro do Comitê de Investimentos, o Administrador comunicará formalmente a cada um dos Cotistas, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico, os nomes dos membros do Comitê de Investimentos indicados ou substituídos.

Os membros do Comitê de Investimentos terão mandato por tempo indeterminado, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo, a critério exclusivo das partes que os indicaram.

O Comitê de Investimentos reunir-se-á sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem, mediante convocação por comunicação por escrito a cada membro, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, indicando a data, horário e local da reunião e respectivas matérias a serem nela tratadas. As reuniões deverão ser convocadas pelo Gestor ou por qualquer membro do Comitê de Investimentos e instalar-se-ão com a presença de todos os seus membros.

Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos e das funções que lhe são conferidas no Regulamento, o Gestor e o Cotista Subordinado, comprometem-se a enviar a todos os membros do comitê todo o material referente à matéria que for objeto da respectiva reunião, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da reunião do Comitê de Investimentos.

A não observância pelo Gestor e do Cotista Subordinado dos prazos mencionados no Capítulo Onze do Regulamento resultará no direito de qualquer membro do Comitê de Investimentos solicitar a suspensão da reunião convocada até que sejam observados os prazos previstos no Capítulo Onze do Regulamento.

Os membros integrantes do Comitê de Investimentos poderão participar das reuniões do Comitê de Investimentos pessoalmente, por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante.

As deliberações do Comitê de Investimentos serão tomadas por unanimidade dos seus membros.

As decisões do Comitê de Investimentos deverão ser lavradas em ata por qualquer membro do Comitê de Investimentos presente à reunião, que deverá ser assinada e arquivada na sede social do Administrador. O Comitê de Investimentos deverá notificar o Administrador, por escrito, das decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos nos termos do Regulamento.

Toda e qualquer decisão do Comitê de Investimentos deverá ser acatada pelo Administrador, observado o disposto no parágrafo abaixo.

Caberá ao Comitê de Investimentos analisar e sugerir estratégias, diretrizes e operações com relação à Política de Investimento, não lhe sendo facultado tomar decisões que contrariem ou alterem o Regulamento nem que eliminem a discricionariedade do Administrador e do Gestor com relação às suas respectivas atribuições.

Caso o Comitê de Investimentos determine a Amortização Extraordinária das Cotas do Fundo nos termos do item 11.1.(iv) do Regulamento, o Administrador tomará todas as medidas necessárias para a Amortização Extraordinária das Cotas, observado o disposto abaixo.

A Amortização Extraordinária deverá observar os critérios previstos no Anexo II do Regulamento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos do Capítulo Onze do Regulamento, todos os Cotistas serão previamente comunicados, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência da data prevista para a Amortização Extraordinária, inclusive sobre o valor total esperado envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária observará o disposto no item 9.3. do Regulamento.

#### **4.21. Critérios de Avaliação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros**

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e de acordo com o manual de precificação adotado pelo Custodiante, disponível para consulta no *website* [www.itaucustodia.com.br/Manual\\_Precificacao.pdf](http://www.itaucustodia.com.br/Manual_Precificacao.pdf), ou pela instituição que venha a substituir o Custodiante na prestação dos serviços de controladoria para o Fundo, observado o disposto no item 7.4. do Regulamento.

Qualquer alteração no valor dos Direitos de Crédito, inclusive aquelas decorrentes de eventual deságio apurado na sua aquisição, será reconhecida em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

A precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros será feita pelo valor de mercado com base no manual de precificação do Custodiante. No entanto, caso o Administrador não concorde com a precificação baseada no manual do Custodiante, o Administrador e o Custodiante deverão decidir de comum acordo o critério a ser seguido.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza legal e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos no Capítulo Sete do Regulamento.

##### *4.21.1. Procedimentos de Avaliação e provisão para créditos de liquidação duvidosa*

Para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controle dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A. Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e de acordo com o manual de precificação adotado pelo Custodiante, conforme observado no item 4.21. acima.

O Itaú Unibanco S.A. tem como prerrogativa avaliar a capacidade de pagamento dos devedores de Direitos de Crédito, por meio de análise financeira. A referida análise permite a verificação da manutenção da capacidade de pagamento dos devedores de Direitos de Crédito, indicando sua eventual deterioração e possibilidade de recuperação. Dessa forma, o Itaú Unibanco S.A. pode definir qual nível de provisão deve ser alocado em caso de créditos de liquidação duvidosa.

## **4.22. Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada do Fundo**

### *4.22.1. Eventos de Avaliação do Fundo*

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) não observância do prazo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão, ou do prazo adicional concedido pela CVM, para alocação dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito em montante que corresponda a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme disposto no item 6.4. do Regulamento;
- (b) não observância, pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Custodiante, dos seus respectivos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, desde que, notificado(s) para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça(m) no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da notificação de descumprimento;
- (c) não observância do disposto no item 1.1. do Anexo II nas Datas de Amortização ou em razão de comprovado erro operacional, desde que sanado no prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;
- (d) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento, sem prejuízo do disposto no item (c) acima;
- (e) verificação de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com o Critério de Elegibilidade ou com a Política de Investimento;
- (f) o rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores a nível inferior a “BBB”;
- (g) se o Patrimônio Líquido do Fundo for inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Primeira Data de Integralização da Cota Subordinada da Primeira Emissão do Fundo; e
- (h) em caso de não reenquadramento da Carteira com relação à Alocação Mínima de Investimento e/ou aos percentuais previstos no item 6.8. do Regulamento no prazo de 60 (sessenta) dias úteis previsto no item 6.11 do Regulamento.

O Administrador será responsável por informar os Cotistas sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação referidos acima no momento em que tomar conhecimento do fato diretamente, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou por meio de qualquer parte interessada, conforme o caso.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito (se for o caso) e o Administrador convocará em 2 (dois) dias úteis, uma Assembleia Geral de Cotistas, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez do Regulamento, em especial, o item 10.3., (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo; ou (ii) se o referido Evento de Avaliação não deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não seja considerado um Evento de Liquidação nos termos da alínea (ii) do parágrafo acima, o Fundo poderá reiniciar o procedimento de aquisição de Direitos de Crédito.

No caso de a Assembleia Geral de Cotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens 14.2. e seguintes do Regulamento sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Cotistas, podendo a Assembleia Geral de Cotistas que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação do Fundo deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo independentemente de qualquer notificação aos Cotistas ausentes à referida Assembleia Geral de Cotistas.

#### 4.22.2. Eventos de Liquidação do Fundo

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (b) renúncia do Custodiante ou rescisão do Contrato de Custódia e Controladoria, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos;
- (c) não pagamento de valores referentes à amortização das Cotas Seniores, conforme a metodologia, condições e periodicidade previstas no Anexo II, após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias;
- (d) se no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início ou prazo superior autorizado pela CVM não for subscrita a totalidade das Cotas representativas da Primeira Emissão, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes do referido prazo;
- (e) se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); e
- (f) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar.

O Administrador será responsável por informar os Cotistas sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação referidos acima, no momento em que tomar conhecimento do fato diretamente, pelo Gestor ou pelo Custodiante, ou por meio de qualquer parte interessada, conforme o caso.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Fundo interromperá imediatamente a aquisição de Direitos de Crédito (se for o caso) e o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação ou não do Fundo em até 2 (dois) dias úteis.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Cotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, observado que as Cotas do Fundo serão resgatadas compulsoriamente dentro do Prazo para Resgate, pelo valor de cada Cota do dia do pagamento calculado na forma do Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento:

- (a) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas;
- (b) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores;
- (c) durante o Prazo para Resgate, as Cotas serão amortizadas, total ou parcialmente, em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) disponíveis, após a constituição da Reserva de Pagamento;
- (d) os pagamentos referidos acima serão realizados de acordo com o disposto no Capítulo Vinte e Um do Regulamento; e
- (e) se no último Dia Útil do Prazo para Resgate a totalidade das Cotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Cotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Cotas, observado o disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas deliberar pela não liquidação do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, será concedido aos Cotistas Seniores dissidentes o Direito de Dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Cotas Seniores, a ser pago em até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Cotistas, pelo valor da Cota Sênior calculado 2 (dois) dias úteis consecutivos antes da data de pagamento, nos termos do Regulamento. Os Cotistas dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar pela não liquidação do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. O pagamento do resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Seniores dissidentes será realizado pelo Administrador no prazo acima referido, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias acima referido os Cotistas dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Cotas Seniores em moeda corrente nacional, os Cotistas dissidentes receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros como pagamento pelo exercício do seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

#### **4.23. Divulgação de Informações Relativas ao Fundo**

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas e à Agência Classificadora de Risco acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

A divulgação das informações será efetuada no “Diário Comércio, Indústria e Serviços – DCI”, e qualquer mudança será comunicada aos Cotistas previamente.

Exceto quando exigido pela regulamentação aplicável, a divulgação de informações de que trata o item 19.1. do Regulamento será feita mediante comunicação por escrito a cada um dos Cotistas do Fundo, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, com aviso de recebimento, e serão disponibilizadas aos Cotistas na sede do Administrador e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar da Oferta Pública, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação.

O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo dados sobre o desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; (ii) 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o encerramento do trimestre em se tratando de demonstrações financeiras trimestrais; e (iii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

O Administrador deve divulgar, em sua página eletrônica na rede mundial de computadores, quaisquer informações relativas ao Fundo divulgada para Cotistas ou terceiros.

O acima disposto não se aplica a informações divulgadas a:

- (i) prestadores de serviços do Fundo, desde que tais informações sejam necessárias à execução de suas atividades; e
- (ii) órgãos reguladores e autorreguladores, quando tais informações visem atender solicitações legais, regulamentares ou estatutárias.

O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas na regulamentação aplicável, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos.

O Administrador elaborará demonstrativos trimestrais evidenciando em relação ao trimestre à que se refere (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento do Fundo e com os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento; (ii) que as negociações de aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros foram realizadas levando-se em conta as taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação do lastro adotados pelo Custodiante; (iv) os resultados da verificação do lastro realizada pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos Direitos de Crédito inexistentes porventura encontrados; (v) os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e valor total, expresso em reais, das taxas de juros (discriminando o regime, se simples ou compostos) ou de retornos incidentes sobre os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, bem como os seus respectivos prazos de vencimento dos períodos de amortização; (vi) as informações sobre a natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos dos Direitos de Crédito, bem como a descrição dos mecanismos e Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão dos correspondentes Direitos de Crédito, caso não sejam conhecidas pelo Administrador no momento do registro do Fundo, ou tenham sofrido alterações ou aditamentos; (vii) possíveis efeitos das alterações apontadas no item (vi) sobre a rentabilidade da Carteira do Fundo; (viii) em relação aos Cedentes originadores de Direitos de Crédito que representem 10% (dez por cento) ou mais da Carteira do Fundo no trimestre: (a) eventuais alterações nos critérios para concessão de crédito adotados por tais Cedentes originadores de Direitos de Crédito, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e (b) critérios para a concessão de crédito adotados pelos Cedentes originadores de Direitos de Crédito, caso tais critérios não tenham sido descritos no Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; (ix) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos da Carteira do Fundo; (x) forma como se operou a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, incluindo (a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e (b) indicação de caráter definitivo, ou não, da cessão; (xi) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira dos eventos de pré-pagamento; (xii) análise do impacto dos eventos de pré-pagamento descrito no item (xi); (xiii) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos de Crédito, incluindo: (a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento), e (b) motivação da alienação; (xiv) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos de Crédito realizadas (a) pelos Cedentes; (b) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo, ou (c) por pessoas a eles ligadas; (xv) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no item (xiv); (xvi) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e (xvii) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamentos previstos. As informações prestadas neste parágrafo deverão ser incluídas nos demonstrativos trimestrais que forem elaborados no trimestre seguinte ao da aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito a que se referem.

Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador deverá divulgar aos Cotistas, anualmente, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, além de manter disponíveis em sua sede, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios da Agência Classificadora de Risco relativos às respectivas Cotas.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Administrador, nos termos da regulamentação aplicável ao Fundo.

#### **4.24. Taxas e Encargos do Fundo**

A Taxa de Administração do Fundo será equivalente ao somatório dos seguintes parâmetros:

- (i) valor equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, até o volume de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,06% (seis centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), provisionada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior;

(ii) valor equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano sobre o volume de todas as Cotas Seniores em circulação provisionada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), apurado no Dia Útil imediatamente anterior; e

(iii) valor fixo de R\$1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) por mês.

A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (i) do parágrafo acima não poderá ser inferior ao valor mínimo mensal de R\$12.000,00 (doze mil reais).

A Taxa de Administração será provisionada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, no segundo Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (ii) acima será destinada ao pagamento da Remuneração do Gestor.

A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (iii) acima será destinada ao pagamento da Remuneração do Agente Escriturador.

O valor a que se refere o subitem (iii) acima será reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (IPC – FIPE) do período anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM, ou, na falta de ambos, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente ao Administrador, após deduzidos os valores devidos nos subitens (ii) e (iii) acima, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará ao Administrador serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade do Administrador; e (ii) elaboração e atualização do *website* onde serão disponibilizadas aos Cotistas, todas as informações pertinentes ao Fundo.

No caso de participação e implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembleia Geral de Cotistas, será devida uma remuneração adicional ao Administrador equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Administrador, de "relatório de horas" enviado aos Cotistas.

Os valores em reais previstos nos itens 18.2. e 18.8. do Regulamento serão atualizados pelo Administrador e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da 1º (primeira) integralização de Cotas, ou na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGPM. Serão acrescidos (*gross-up*) mensalmente à Taxa de Administração os valores de tributos, impostos, taxas, contribuições ou retenções de qualquer natureza incidentes sobre, ou decorrentes de, tal remuneração, incluindo, mas não se limitando ao IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, ISS - Imposto sobre Serviços, PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de forma a que o Administrador receba os valores a que teria direito caso tais tributos, impostos, taxas, contribuições e retenções não fossem incidentes.

O Administrador e o Gestor não farão jus a taxa de desempenho e/ou performance.

Pelos serviços de custódia qualificada, o Custodiante fará jus à Taxa de Custódia mensal, paga diretamente pelo Fundo, correspondente ao maior valor entre o fixo mensal de R\$20.000,00 (vinte e mil reais) e o percentual de 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, a qual será provisionada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, na mesma data de vencimento indicada no item 18.3. do Regulamento.



Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (viii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à realização de Assembleia Geral de Cotistas ou à emissão de Cotas;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Cotas admitidas à negociação e/ou seus Direitos de Crédito e Ativos Financeiros registrados;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (xi) Taxa de Custódia; e
- (xii) Taxa de Administração.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador.

O pagamento das despesas de que trata o item 15.2. do Regulamento pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada pelo Administrador.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas.

#### **4.25. Reserva de Pagamento e Ordem de Alocação de Recursos do Fundo**

A partir da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão do Fundo, o Gestor deverá constituir e manter, durante todo o prazo de vigência do Fundo, uma reserva equivalente ao maior valor entre (i) o valor estimado ao pagamento das despesas e encargos do Fundo nos 6 (seis) meses subsequentes e (ii) 0,3% (três décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na respectiva data de constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento. A Reserva de Pagamento será constituída ou recomposta com recursos recebidos dos pagamentos dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros segundo os critérios estabelecidos no Regulamento. Os recursos da Reserva de Pagamento serão mantidos em caixa ou em títulos públicos federais.

O valor da Reserva de Pagamento será verificado pelo Administrador diariamente. Sempre que for constatado que o valor disponível é inferior ao maior valor entre os valores referidos no item 21.1 do Regulamento, o Administrador deverá informar ao Gestor para que este adote os procedimentos necessários para recompor o saldo da Reserva de Pagamento.

Diariamente, a partir da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão do Fundo e até a liquidação do Fundo, o Administrador e o Gestor obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no Regulamento;
- (ii) pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito e de outras obrigações financeiras resultantes das operações da Carteira;
- (iii) constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento; e
- (iv) pagamento de amortização das Cotas de acordo com os procedimentos estabelecidos no Anexo II do Regulamento.

#### **4.26. Demonstrações Financeiras**

O Fundo terá escrituração contábil própria, separada da relativa ao Administrador.

O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e encerrar-se-á em 31 de janeiro de cada ano.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

#### **4.27. Regras de Tributação do Fundo**

O disposto a seguir foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas do Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo.

##### *4.27.1. Tributação Aplicável ao Fundo*

###### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

###### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

#### *4.27.2. Tributação Aplicável aos Cotistas do Fundo*

##### IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado sobre as operações de aquisição, cessão, resgate de aplicações financeiras, sendo a alíquota atual de 0% para a maior parte das operações. No caso de resgate, o IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate ou de liquidação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Contudo, em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

##### IOF/Câmbio

As operações de câmbio para ingressos e remessas de recursos conduzidas por Cotistas residentes e domiciliados no exterior que invistam nos mercados financeiro e de capitais brasileiros por meio da Resolução CMN 2.689, e vinculadas às aplicações no Fundo estão sujeitas atualmente ao IOF/Câmbio às alíquotas de 6% (seis por cento) e zero, respectivamente para os ingressos e para as saídas.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

##### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Cotistas do Fundo (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento/ganho de capital e a sua consequente tributação, quais sejam, (a) a cessão ou alienação de Cotas, (b) o resgate de Cotas do Fundo, e (c) a amortização de Cotas do Fundo.

##### I. Cotistas do Fundo Residentes no Brasil

1. Cessão ou Alienação de Cotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do imposto de renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Nesses casos, caberá ao cedente/alienante o cálculo e recolhimento do imposto de renda sobre o ganho de capital e ao cessionário/comprador apresentar a nota de aquisição das Cotas para o Administrador do fundo.

2. Resgate das Cotas: No resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,50% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois e meio por cento).

3. Amortização de Cotas: No caso de amortização de Cotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o percentual de amortização do fundo aplicado sobre o custo de aquisição, em relação à parcela amortizada. A alíquota aplicável será determinada com base: i) na classificação da carteira do fundo em curto ou longo prazo; e ii) em função do prazo do investimento do respectivo Cotista, conforme item “2”.

## II. Cotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Cotistas residentes no exterior é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou localidade que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) e a forma que os recursos ingressaram no Brasil, conforme legislação em vigor.

*II.a. Cotistas Não Residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida, cujos recursos ingressaram no país nos moldes da Resolução CMN 2.689.*

1. Cessão ou Alienação de Cotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

2. Resgate das Cotas: Na situação de resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

3. Amortização de Cotas: No caso de amortização de Cotas, o Imposto de Renda deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

*II.b. cotistas Qualificados Residentes em Países ou Dependências com Tributação Favorecida e demais investidores estrangeiros.*

Os Cotistas residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida e os demais investidores estrangeiros, cujos recursos não ingressaram nos moldes da Resolução CMN 2.689, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil,, no que tange à tributação da amortização e resgate das Cotas.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de (i) 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

### 4.28. Política de Exercício de Direito de Voto

No intuito de defender os interesses do Fundo e dos Cotistas, o Gestor adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais de fundos de investimento e companhias emissoras dos ativos detidos pelo Fundo, disponível no [website www.itaub.com.br](http://www.itaub.com.br) ou na sede do Gestor.

A política de exercício de direito de voto disciplina os princípios gerais, o processo decisório e as matérias obrigatórias e orienta as decisões do Gestor.

#### **4.29. Foro**

Nos termos do Regulamento, fica eleito o Foro da Comarca do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer assuntos e/ou dúvidas oriundas do Regulamento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **4.30. Atendimento aos Cotistas**

Para solicitar informações adicionais sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Cotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205

Rio de Janeiro, RJ

At.: José Alexandre Costa de Freitas

Tel.: (21) 3514-0000

Fax.: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: [freitas@oliveiratrust.com.br](mailto:freitas@oliveiratrust.com.br)

Website: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)

Dúvidas, reclamações e sugestões, fale com o seu Distribuidor. Se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, Dias Úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, Dias Úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

### 5.1. Direitos de Crédito

O Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito que atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco do Regulamento, originados, de responsabilidade e/ou coobrigação de Cedentes distintos.

#### *5.1.1. Aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo e Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo*

Caracterizam-se como Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo os listados abaixo e que atendam, no momento da cessão, observado o disposto no item 6.1.1. e na alínea (ii) do item 11.1. do Regulamento, ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco do Regulamento:

- (i) Debêntures emitidas na forma da Lei das Sociedades por Ações, cuja distribuição seja pública ou privada;
- (ii) Notas Promissórias emitidas com base na Instrução CVM 134 e na Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública;
- (iii) Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931;
- (iv) Notas de Crédito à Exportação, emitidas na forma da Lei 6.313;
- (v) Letras Financeiras, emitidas na forma da Resolução CMN 3.836;
- (vi) Letras de Arrendamento Mercantil, emitidas na forma da Lei 11.882;
- (vii) Letras de Crédito do Agronegócio, emitidas na forma da Lei 11.076;
- (viii) Instrumentos de Captação Vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921 cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento; e
- (ix) outros direitos creditórios admitidos pela Instrução CVM 356.

É vedado ao Fundo adquirir qualquer dos direitos de crédito a que se referem os incisos do §1º do artigo 1º da Instrução CVM 444, bem como Direitos de Crédito devidamente constituídos e existentes, cuja liquidação ou pagamento dependa da performance futura do cedente ou do originador, conforme exemplificado no artigo 40, parágrafo 8º da Instrução CVM 356.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados mediante adoção de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII do Regulamento. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelos respectivos Cedentes originadores de Direitos de Crédito e/ou dos processos de originação e/ou das políticas de crédito adotados pelo Gestor, e, portanto, dos fatores de risco associados a tais processos e políticas. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste parágrafo por meio de assinatura do Termo de Adesão.

O Fundo contratará o Agente de Cobrança, que poderá atuar diretamente, ou por meio de terceiros por ele contratados, podendo ainda estabelecer diferentes estratégias para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte do Regulamento e no Anexo IV deste Prospecto, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento e neste Prospecto, a descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e características específicas de cada Direito de Crédito. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste parágrafo por meio de assinatura de Termo de Adesão.

Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão, conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cédulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cédulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cédulas de Crédito Bancário; (iv) Cédulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio; (ix) Instrumentos de captação Vinculados; e (x) Contratos de Cessão.

Além dos Direitos de Crédito referidos acima, o Gestor poderá aplicar a parcela não investida em Direitos de Crédito nos Ativos Financeiros, com estrita observância dos critérios de seleção, composição e diversificação previstos no Capítulo Seis do Regulamento.

As características de cada Emissão serão estabelecidas nos respectivos Suplementos, na forma do modelo constante do Anexo III do Regulamento.

O *Benchmark* das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor. O *Benchmark* das Cotas Seniores somente é aplicável após a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores.

#### *5.1.2. Preço de Aquisição*

O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será equivalente ao valor especificado ou calculado caso a caso, de acordo com os critérios descritos em cada Contrato de Cessão. O Preço de Aquisição poderá ou não ser composto por uma taxa de desconto ou prêmio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observado que, na determinação da taxa de desconto, quando for o caso, serão observadas as condições de mercado.

Na data deste Prospecto, e levando em consideração principalmente, mas não exclusivamente, o cenário atual de mercado, a qualidade de crédito dos atuais emissores de ativos similares aos ativos que podem compor os Direitos de Crédito, as garantias associadas a tais ativos e as oportunidades disponíveis para investimento, o Gestor estima que, na maioria dos casos, a taxa de desconto aplicável ao Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito poderá variar entre Taxa DI+1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano e Taxa DI+8,0% (oito por cento) ao ano, sendo que a taxa de desconto poderá ser estabelecida fora deste intervalo.

O Fundo poderá investir em Direitos de Crédito com avaliação de risco de crédito (rating) que variam entre B- (no limite inferior) e AAA (no limite superior). Portanto a taxa de desconto de cada Direito de Crédito adquirido pelo Fundo será avaliada separadamente e levando em conta diversos aspectos previstos no Regulamento, bem como a seleção dos Direitos de Crédito pelo Gestor, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimentos do Fundo, e será determinada considerando as características específicas dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo. A taxa de desconto pode variar fora do intervalo apresentado também em função do momento do mercado de crédito e da situação de alocação da Carteira do Fundo. Considerando que o Fundo terá prazo de duração indeterminado, é importante destacar que não há garantia de que os percentuais anteriormente referidos permanecerão válidos durante todo o prazo de vigência do Fundo.

#### *5.1.3. Características e informações sobre os Direitos de Crédito*

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistia um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível fornecer informações relativas às características de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, níveis de concentração de Sociedades, Cedentes e/ou Devedores, critérios para a concessão de crédito adotados pelas Sociedades e/ou pelos Cedentes, procedimentos de pagamento dos Direitos de Crédito, situações de pré-pagamento dos Direitos de Crédito, eventos que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Crédito, bem como quaisquer outros fatos que possam afetar a regularidade do pagamento dos rendimentos, das amortizações e resgates das Cotas.

Assim sendo, o Administrador fornecerá as informações relativas às características relevantes dos Direitos de Crédito nos demonstrativos trimestrais seguintes à realização das operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, tais como (i) número de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, (ii) valor total dos Direitos de Crédito, expresso em reais, (iii) taxas de juros (discriminando o regime, se simples ou compostos) ou de retornos incidentes sobre os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e (iv) prazos de vencimento dos Direitos de Crédito e períodos de amortização.

#### *5.1.3.1. Informações sobre garantias referentes aos Direitos de Crédito*

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistente um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível fornecer descrição detalhada sobre garantias, sua estrutura e vigência, eventuais limites existentes, condições para que as garantias sejam acionadas e forma como serão suportadas eventuais perdas que não sejam cobertas pelas garantias previstas.

#### *5.1.3.2. Informações sobre os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito*

Para cada Direito de Crédito, o respectivo Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na cobrança dos Direitos de Crédito a vencer.

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistente um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível fornecer uma descrição detalhada sobre o mecanismo de cobrança bancária dos Direitos de Crédito a ser utilizado pelo Agente de Pagamento.

A cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feita pelo Agente de Cobrança Designado pelo Fundo ou pelo Agente de Cobrança Designado pelos Credores, às expensas do Fundo (observado o disposto nos parágrafos abaixo), nos termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo IV deste Prospecto e outros procedimentos descritos no respectivo Contrato de Cobrança. Observados os termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo IV deste Prospecto, após 90 (noventa) dias corridos contados da data em que o crédito se tornar um Direito de Crédito Inadimplido, caso o Agente de Cobrança não tenha conseguido celebrar acordo ou renegociação amigável para pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os parâmetros aprovados pelo Comitê de Investimento, o Agente de Cobrança deverá solicitar ao Administrador que seja providenciada a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de cobrança a serem adotados no caso em questão.

Pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança não fará jus a qualquer remuneração.

Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, incluindo os custos de contratação de terceiros, adicionalmente àqueles previstos no Contrato de Cobrança, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, na proporção de suas Cotas, não estando o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

Todos os valores aportados pelos Cotistas no Fundo para a adoção dos Procedimentos de Cobrança deverão ser feitos em moeda corrente nacional.

Os procedimentos para cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão determinados pela Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do item 10.1 (x) do Regulamento.

### 5.1.3.3. Informações sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamentos

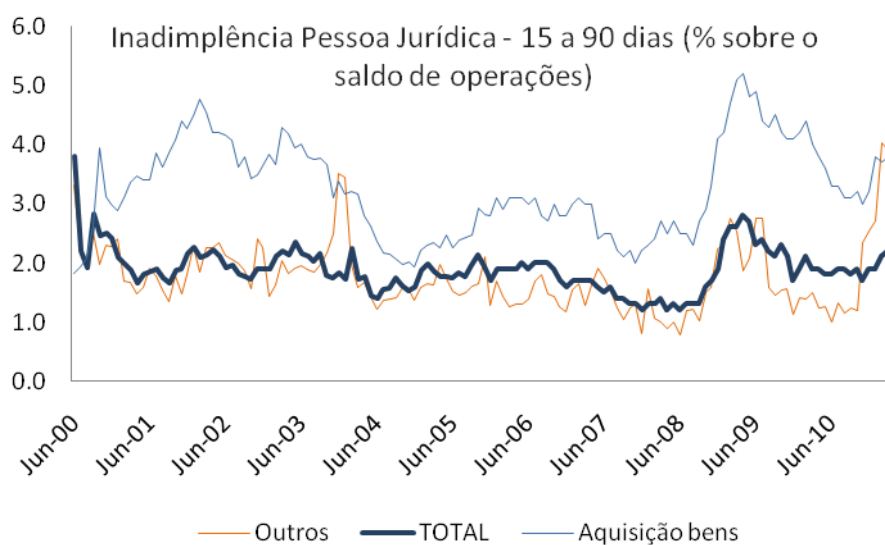
A estratégia do Fundo será adquirir Direitos de Crédito que atendam ao Critério de Elegibilidade e a Política de Investimento previstos nos itens 5.1 e 6.1, respectivamente, do Regulamento. Com isso, o Fundo visa construir um tipo específico de Carteira que o Gestor entende ser adequada para o atual momento do mercado de crédito brasileiro e que atende aos objetivos de rentabilidade e risco dos Cotistas, conforme exposto neste Prospecto.

Diferentemente das carteiras de crédito muito pulverizadas que tipicamente caracterizam os fundos de investimento em direitos creditórios distribuídos no mercado brasileiro (tanto os de créditos para pessoas físicas, nas modalidades de financiamento de veículos e crédito consignado, como os de crédito para pessoas jurídicas na modalidade de capital de giro para *middle-market*), neste caso não é possível identificar com base em dados de operações anteriores um histórico de dados de créditos similar e estatisticamente comparável aos Direitos de Crédito que comporão a Carteira do Fundo. Por este motivo e inexistir um portfólio de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo para aquisição na data deste Prospecto, o Gestor e o Administrador não dispõem de informações específicas sobre inadimplemento, perdas ou pré-pagamentos em uma carteira similar à que o Fundo pretende constituir.

Não obstante, apresentamos abaixo informações públicas divulgadas pelo Banco Central e pela Serasa Experian sobre estatísticas de inadimplementos em operações de crédito para pessoas jurídicas, inadimplência de empresas e indicador de qualidade de crédito. Embora não seja possível assegurar que os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo se comportarão de acordo com as informações abaixo, tais dados refletem a inadimplência e a qualidade das carteiras de crédito corporativo em geral, de acordo com as metodologias utilizadas por cada um dos órgãos acima referidos.

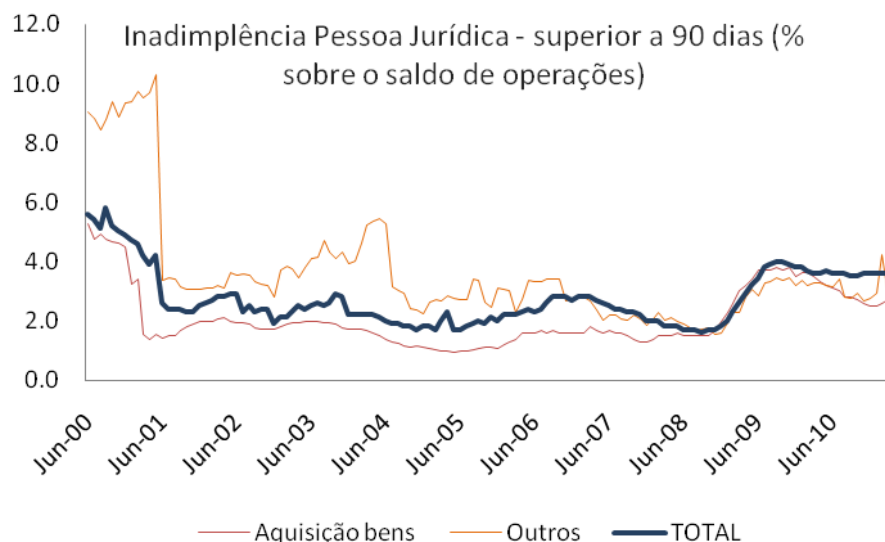
Os dados apresentados nas tabelas abaixo estão separados em duas bases estatísticas, sendo que o Gráfico 1 demonstra o percentual de operações de crédito para pessoas jurídicas que apresentavam atraso de 15 a 90 dias e o Gráfico 2 apresenta o percentual de operações de crédito para pessoas jurídicas que apresentavam atraso acima de 90 dias. Ambos os gráficos disponibilizam informações sobre as sub-categorias créditos “para aquisição de bens” e “outras operações”, bem como o valor total de inadimplência. Destacamos as referidas sub-categorias pois as operações classificadas nestas sub-categorias possuem características que se assemelham a algumas características dos Direitos de Crédito que o Fundo pretende adquirir. A sub-categoria “outras operações” inclui tipicamente créditos de longo prazo e a sub-categoria créditos “para aquisição de bens” tipicamente incluem operações que contam com garantias reais.

**Gráfico 1**



Fonte: <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>

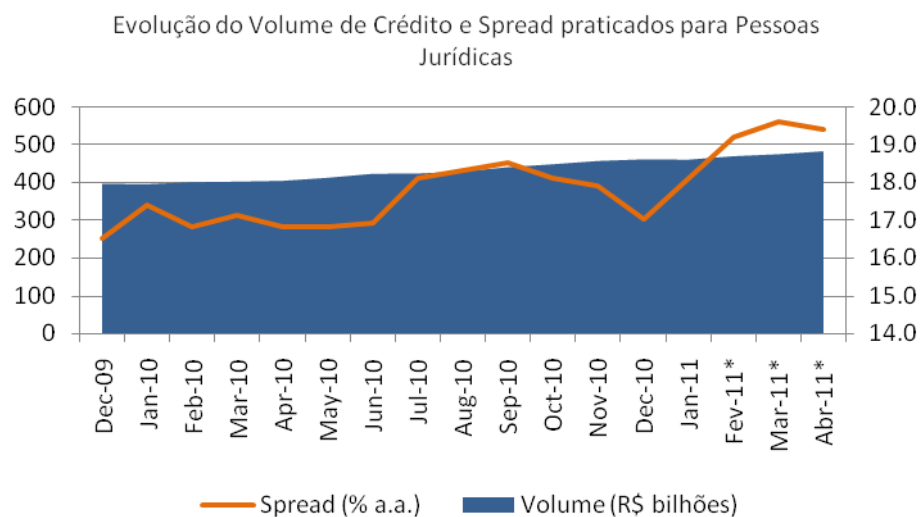
**Gráfico 2**



Fonte: <http://www.bcb.gov.br?ECOIMPOM>

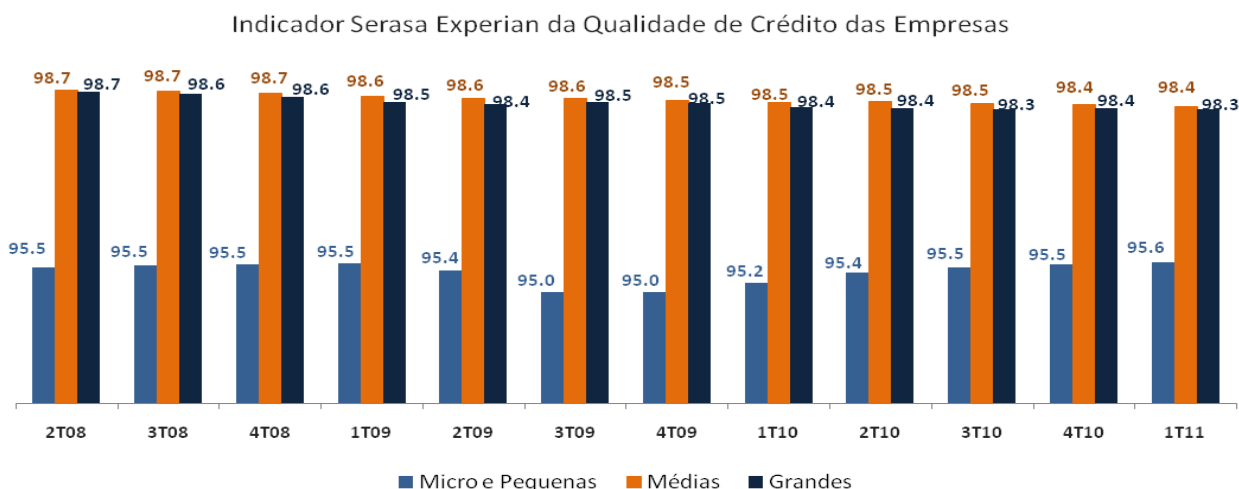
Os gráficos acima demonstram que a inadimplência total de 15 a 90 dias oscilou nos últimos 9 anos entre 1,2% e 3,8% do total de créditos à pessoa jurídica no Brasil, com uma mediana de 1,9%. Nas sub-categorias de crédito destacadas, tal inadimplência teve mediana de 3,1% para os créditos “para aquisição de bens” e de 1,6% para as “outras operações”. Já a inadimplência total acima de 90 dias oscilou entre 1,6% e 5,8% no mesmo período, com mediana de 2,4% sobre o total de créditos à pessoa jurídica. Nas sub-categorias de créditos “para aquisição de bens” e “outras operações” a mediana foi de 1,7% e 3,1%, respectivamente.

**Gráfico 3**



Fonte: <http://www.bcb.gov.br?ECOIMPOM>

**Gráfico 4**



Fonte: [http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid\\_cred\\_empresas.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid_cred_empresas.htm)

O gráfico 3 acima demonstra que nos últimos 17 meses o volume de crédito total para pessoas jurídicas apresentou um incremento de R\$86 bilhões alcançando em abril de 2011 o total de R\$484 bilhões. No mesmo período os spreads auferidos em operações de crédito com pessoas jurídicas evoluiu de 16.5% a.a. para 19.4% a.a.

O Gráfico 4 demonstra o “Indicador Serasa Experian da Qualidade de Crédito – Empresas”, cuja metodologia é construída a partir dos *ratings* atribuídos às pessoas jurídicas, com base nos modelos de avaliação de risco de crédito utilizados pela Serasa Experian. As empresas estão classificadas em uma escala de 0 a 100, de modo que quanto maior a escala, melhor é a qualidade do crédito e, portanto, menor é a probabilidade de inadimplência. O gráfico mostra que as empresas grandes e médias possuem melhor indicador, ou seja, apresentam crédito de melhor qualidade, quando comparado com o indicador das micro e pequenas empresas. No primeiro trimestre de 2011, o indicador registrou 98.3 pontos para as grandes empresas e 98,4 pontos para as médias empresas representando uma redução em relação ao mesmo trimestre do ano anterior que os índices estavam em 98.4 e 98,5, respectivamente.

Maiores detalhes sobre os dados acima bem como as metodologias de apuração dos indicadores, podem ser encontrados no endereço eletrônico [http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid\\_cred\\_empresas.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid_cred_empresas.htm). Não é possível afirmar que os dados ou a metodologia utilizados para apurar estes indicadores tenham qualquer semelhança com os direitos de crédito que serão objeto da Política de Investimento do Fundo.

Não existem dados públicos disponíveis sobre inadimplência de créditos da mesma natureza dos Direitos de Crédito, de modo que não é possível prestar informações estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamentos dos mesmos.

Não podemos assegurar que as informações acima disponibilizadas são comparáveis à performance dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, ou que o Administrador ou Gestor acreditam que a Carteira do Fundo se comportará conforme este histórico. Conforme destacado na seção “Fatores de Risco”, diversos elementos macro e micro econômicos (do mundo, do país, dos setores e das empresas) podem influenciar a taxa de inadimplência dos Direitos de Crédito que integrarão a carteira do Fundo, que pode vir a ser significativamente diferente das estatísticas apresentadas nos Gráficos 1, 2, 3 e 4 acima.

#### *5.1.3.4. Informações sobre níveis de concentração de Cedentes e/ou Devedores*

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistia um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível fornecer informações sobre níveis de concentração de Cedentes e/ou Devedores.

#### *5.1.3.5. Características homogêneas dos Cedentes e/ou Devedores*

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistia um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível descrever as características homogêneas dos Cedentes e/ou Devedores.

#### *5.1.3.6. Informações sobre Cedentes e/ou Devedores*

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistia um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível fornecer informações sobre os Cedentes e/ou Devedores.

### **5.2. Procedimentos e Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo**

#### *5.2.1. Critério de Elegibilidade*

Somente poderão ser adquiridos pelo Fundo Direitos de Crédito cuja aquisição tenha sido aprovada pelo Comitê de Investimentos, sendo esse o critério de elegibilidade aplicável.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito em relação ao Critério de Elegibilidade descrito no parágrafo acima, em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, na data de aquisição dos respectivos Direitos de Crédito. Para tanto, o Custodiante, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da cessão dos Direitos de Crédito, deverá receber cópia da Ata do Comitê de Investimentos que deliberou sobre a aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo e, na data da referida cessão, os respectivos Documentos Comprobatórios.

Caso a Assembleia Geral de Cotistas delibere qualquer alteração, inclusão e/ou exclusão do Critério de Elegibilidade e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referidas alterações em relação ao Critério de Elegibilidade, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia e Controladoria em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento de notificação do Administrador informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia e Controladoria, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito com relação ao Critério de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia e Controladoria, no prazo indicado neste parágrafo, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral de Cotistas em relação ao Critério de Elegibilidade.

### 5.2.2. Formalização da Aquisição e/ou Subscrição dos Direitos de Crédito pelo Fundo e Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo

Toda e qualquer operação de aquisição e/ou subscrição de Direitos de Crédito pelo Fundo, seja no mercado primário ou no mercado secundário, deverá ser amparada pelos seguintes documentos:

- a. ata da reunião do Comitê de Investimentos que aprovou a aquisição dos Direitos de Crédito, a ser enviada pelo Gestor ao Custodiante, com cópia digitalizada para o Administrador, informando o Preço de Aquisição e identificando os Direitos de Crédito a serem adquiridos;
- b. Contrato de Cessão;
- c. Documentos Comprobatórios ; e
- d. quando determinado na documentação relativa aos Direitos de Crédito, cópia do contrato por meio do qual o agente fiduciário ou agente de garantia foi contratado para verificar e acompanhar o atendimento e cumprimento, pelo Devedor, (i) das obrigações de fazer e não fazer (incluindo *covenants* financeiros), e (ii) dos níveis mínimos e demais obrigações previstas nos respectivos contratos.

As operações de aquisição e/ou subscrição de Direitos de Crédito terão suas condições e procedimentos estabelecidos diretamente nas respectivas escrituras das Debêntures, nas cédulas das Notas Promissórias, nas Cédulas de Crédito Bancário, nos Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, nas Cédulas de Crédito Imobiliário, nas Letras de Crédito Imobiliário nas Notas de Crédito à Exportação, nas Letras Financeiras, nas Letras de Arrendamento Mercantil, nas Letras de Crédito do Agronegócio, nos Instrumentos de Captação Vinculados, com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidos pela entidade de liquidação e custódia onde os Direitos de Crédito sejam ou estejam registrados ou custodiados, bem como, quando aplicável, em cada Contrato de Cessão, o qual abrangerá, necessariamente, todos os direitos, garantias, seguros e preferências referentes a todo e qualquer Direito de Crédito alvo do Fundo.

O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será equivalente ao valor especificado ou calculado caso a caso, de acordo com os critérios descritos em cada Contrato de Cessão, observado o disposto no Anexo VII ao Regulamento. O Preço de Aquisição poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observado que, na determinação do deságio, quando for o caso, serão observadas as condições de mercado. O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito no mercado primário corresponderá ao respectivo preço de subscrição.

Cada Contrato de Cessão estabelecerá, necessariamente, os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito e deverá atender, conforme aplicável, os seguintes requisitos legais: (i) ser celebrado por agentes capazes, (ii) possuir objeto lícito, possível, determinado ou determinável, (iii) possuir forma prescrita ou não defesa em lei, e (iv) possuir preço de cessão determinado ou determinável. O Fundo poderá, de acordo com a natureza específica de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo, celebrar vários Contratos de Cessão com termos e condições diversos, de forma a buscar alcançar seu objetivo e enquadrar-se à Política de Investimento definida no Regulamento, sempre no melhor interesse dos Cotistas e com observância dos termos e condições previstos no Regulamento. Não há, portanto, modelo padrão de Contrato de Cessão a ser celebrado entre o Fundo e cada Cedente.

O Gestor também poderá celebrar, em conjunto com o Administrador, em nome do Fundo, Contratos de Cessão e quaisquer outros contratos relativos às operações da Carteira do Fundo, conforme poderes outorgados nos termos do item 17.2.2 do Regulamento.

Sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo, os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro.

O Gestor transmitirá ao Administrador até as 15:00 horas as instruções para liquidação e custódia de operações do Fundo, por correio eletrônico (“e-mail”) ou, na hipótese de indisponibilidade deste, preferencialmente na ordem a seguir, (i) fac-símile; (ii) telefone, mediante ligações gravadas, desde já autorizadas, para que este possa transmitir ao Custodiante as referidas instruções, via boletagem eletrônica, por meio de senha exclusiva do Administrador, que se responsabiliza pelo seu sigilo e controle de sua utilização. As instruções recebidas pelo Custodiante com autenticação da senha serão consideradas como tendo sido única e exclusivamente enviadas pelo Administrador e assinadas por seus representantes. O Custodiante não se responsabiliza pelo uso indevido nem por compartilhamento da senha de acesso ao sistema de boletagem eletrônica, arcando o Administrador com os prejuízos daí decorrentes.



Nas aquisições e/ou subscrições de Direitos de Crédito, como regra geral, cada operação será considerada formalizada após a verificação cumulativa do disposto nos itens 4.1. e 4.4. do Regulamento, e dos termos e condições específicos de cada Contrato de Cessão.

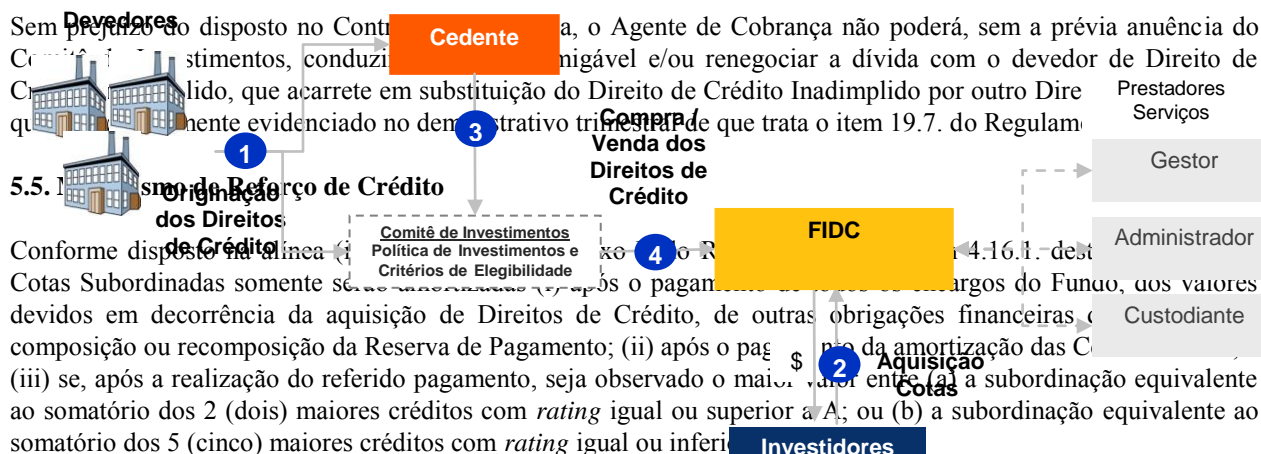
### 5.2.3. Características das Cessões

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistiu um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível descrever ao certo as características das cessões, de modo que elas podem vir a ser, entre outras, revolventes, definitivas, sem coobrigação, e não detentoras de condições resolutivas específicas.

### 5.3. Fluxograma da Estrutura do Fundo

### 5.4. Hipóteses de Substituição dos Direitos de Crédito



Caso o disposto acima não seja observado, todo o montante disponível em caixa será distribuído aos titulares das Cotas Seniores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **6. SETORES DE ATUAÇÃO DOS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **SETORES DE ATUAÇÃO DOS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistia um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Dessa forma, não é possível apresentar com precisão breve descritivo dos setores nos quais atuam as Sociedades, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito que irão integrar a Carteira do Fundo de tempos em tempos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **7.      RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

### 7.1. Informações sobre as Partes

#### 7.1.1. A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

##### Breve Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

##### Estrutura e Administração

A empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 80 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há 12 anos o Administrador submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo sido mantida em 2009 a nota de longo prazo “AAbr”.

##### Administração de Fundos de Investimento

O Administrador tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação do Administrador, na qualidade de administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, o Administrador disponibiliza aos cedentes de direitos de crédito e aos cotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos de crédito e aos respectivos cotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente, o Administrador administra fundos de investimento de patrimônio superior a R\$5 bilhões.

No segmento de fundos de investimento em direitos creditórios, o Administrador administra fundos em montante total de aproximados R\$3 bilhões (data de referência: janeiro/2011).

#### 7.1.2. O Itaú Unibanco S.A.

O Itaú Unibanco S.A. é o maior conglomerado financeiro do hemisfério sul e um dos 12 maiores do mundo. O Itaú Unibanco S.A. foi criado a partir da fusão do Itaú com Unibanco. Estas instituições foram fundadas em 1945 e 1924, respectivamente. A associação deu origem a um banco mais sólido e estruturado, capaz de prover a grande demanda por serviços de clientes “private”, institucionais e governamentais. As ações do banco, identificadas pelo símbolo ITUB, são negociadas em São Paulo, Buenos Aires e Nova York, nesta última por meio dos American Depositary Receipts (ADRs).

O Itaú Unibanco S.A. é uma instituição financeira que oferece enorme variedade de produtos e serviços para uma vasta quantidade de clientes, de individuais aos mais sofisticados investidores institucionais, tanto no Brasil quanto no exterior, sendo reconhecido pela excelência em sua gestão e recebido por diversas vezes o prêmio de Melhor Banco no Brasil e na América Latina.

A área de gestão do Itaú Unibanco S.A., a maior gestora entre os gestores privados do Brasil, era responsável por mais de 182 bilhões de dólares em ativos sob sua gestão em setembro de 2010, o que representa 20% do mercado brasileiro. O Itaú Asset Management também é destaque no AM 1 (BRA) rating do FitchRatings, o mais alto rating de gestores no Brasil.

Os valores da Itaú Asset Management são baseados em quatro pilares principais que conduzem a estratégia da companhia na tomada de decisões de investimentos:

- Experiência com presença na liderança local:
  - Dedicação regional: gestor de ativos desde 1957 com o lançamento do 1º Fundo de Ações do Brasil;
  - Maior gestor na América Latina;
  - Dedicação e foco em cada classe de ativos e na estratégia de investimento;
  - Os Fundamentos das análises das recomendações para investimentos são fornecidos por uma grande equipe de analistas experientes em Brasil, México, Chile e Argentina;
- Abordagem especializada em uma grande instituição:
  - Estrutura de remuneração competitiva capaz de atrair e reter talentos;
  - Remuneração atrelada à performance;
  - Padrões de grandes empresas de gestão - controle de riscos, capacidade de pesquisa e acesso à informação;
  - Pleno acesso à recomendação de venda.
- Procedimento de condução
  - Processos de investimentos diligentes implementados e formalizados com rígida disciplina pela equipe de investimentos;
  - Todas as decisões são tomadas por comitês e os riscos da carteira são controlados por uma equipe de gestão de risco independente;
- Atendimento ao Cliente
  - Equipe dedicada especialmente para atender às necessidades de clientes internacionais;
  - Rígido processo que assegura alta qualidade e agrega valor aos serviços prestados;

Segue abaixo descrição cronológica das maiores realizações da área de Asset Management do Itaú Unibanco S.A.: criação do primeiro fundo mútuo de ações do mercado brasileiro (1957); gestão de carteiras para clientes private (1974); gestão de planos de pensão (1979), lançamento de operações na Argentina (aquisição do Banco de Buenos Ayres) (1998); vencedor desde 2001 do Prêmio AMP-1, pelo mais elevado rating da S&P para práticas de Asset Management; lançamento de operações no Chile por meio da aquisição do Bank Of Boston (2006); mais de 100 bilhões de dólares em ativos sob gestão (2007); fusão do Itaú com Unibanco (2008) e lançamento das operações da Itaú Japan Asset Management (2010).

### *7.1.3. O Banco Itaú BBA S.A.*

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$210 bilhões, uma carteira de crédito de R\$109 bilhões, e patrimônio líquido de R\$12,7 bilhões em 30 de setembro de 2010. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo o melhor e o mais completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Nova Iorque, Frank, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável e fusões e aquisições.

De acordo com o ranking da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento, o Itaú BBA tem apresentado uma liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 à 2010, com participações de mercado entre 19% e 46%. Em 2009, o Itaú BBA recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio “World’s Best Investment Banks”, na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo. Recebeu também o prêmio de “Melhor Banco de Investimento da América Latina”, concedido pela “The Banker”. Recebeu da LatinFinance, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio de “Best Local Investment Bank in Brazil”. Recebeu ainda o prêmio de “Best Corporate Bond of the Year”, concedido pela participação como joint-bookrunner na emissão de Senior Notes pela Telemar.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (R\$330 milhões), Even Construtora e Incorporadora S.A (R\$250 milhões), OHL Brasil (R\$400 milhões, por meio de 2 concessionárias do grupo), Taesa (R\$815 milhões), BNDESPar (R\$2,025 bilhões), Hypermarcas S.A. (R\$651 milhões), Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (R\$300 milhões), da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (R\$1,0 bilhão), do Grupo OHL Brasil (R\$1,4 bilhão, por meio de 4 concessionárias do grupo), da CTEEP (R\$548 milhões), da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (R\$600 milhões), da Alupar (R\$250 milhões), da Camargo Corrêa S.A. (R\$1,0 bilhão), da Anhanguera Educacional Participações S.A. (R\$200 milhões), da Vivo Participações S.A. (R\$810 milhões), da Companhia Energética do Ceará - Coelce (R\$245 milhões) e da Telemar Norte Leste S.A (R\$2,6 bilhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Redecard (R\$724 milhões), do Grupo OHL Brasil (R\$750 milhões, por meio de 4 concessionárias do grupo), da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões), da Light Serviços de Eletricidade S.A. (R\$100 milhões), da Companhia Energética do Ceará (Coelce) (R\$245 milhões), da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (R\$650 milhões) e da Elektro Eletricidade e Serviços S.A (R\$ 120 milhões). Destacam-se ainda as operações FIDC Renner (R\$350 milhões), FIDC Globex (R\$1,166 milhões), FIDC CEEE IV-D (R\$130 milhões), FIDC Paulista Veículos II (R\$ 100 milhões), FIDC Energisa (R\$150 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$405 milhões), CRI RB Capital com risco BR Distribuidora (R\$110,1 milhões), CRI WT PIC II com risco Volkswagen (R\$101,9 milhões) e as duas operações de CRI da BRC Securitizadora S.A. com risco Petrobras (R\$200 milhões e R\$120 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2010, o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 24 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou US\$13,3 bilhões, sendo o banco brasileiro que mais coordenou emissões para empresas brasileiras até Dezembro de 2010. Em 2009 o Itaú BBA participou de 8 ofertas, com um montante total de US\$4,9 milhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú atuou como bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas da Sabesp (US\$350 milhões), AB Inbev (R\$750 milhões), BicBanco (US\$400 milhões), conglomerado Itaú Unibanco (US\$1 bilhão), de Suzano (US\$650 milhões), da República do Brasil (US\$550 milhões; primeira vez que um banco brasileiro participou de uma oferta do Tesouro), da Telemar (US\$1,0 bilhão) da Construtora Norberto Odebrecht (US\$500 milhões), da IRSA (US\$150 milhões), da Gol (US\$300 milhões), da Marfrig (US\$500 milhões), da Globo Participações (US\$325 milhões), do Itaú (US\$1 bilhão), do Banco ABC Brasil (US\$300 milhões), da Magnesita (US\$400 milhões), do Banco Daycoval (US\$300 milhões), da BR Foods (US\$750 milhões), do Banco Votorantim (US\$750 milhões) e do BicBanco (US\$275 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No ranking da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento, o banco terminou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de operações, participando em 58% das operações ocorridas naquele ano.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de transações em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 24 operações realizadas com um volume total de R\$12,9 bilhões.

#### *7.1.4. A Agência Classificadora de Risco*

A Agência Classificadora de Risco tem presença de rating em mais de 90 países, com um staff analítico e profissional de 2.101 pessoas, distribuídas por 50 escritórios no mundo inteiro. A Agência Classificadora de Risco atribui classificações para instituições financeiras, empresas, operações estruturadas, seguradoras, fundos de investimentos, gestores de recursos, ratings soberanos e mercados financeiros públicos. A Agência Classificadora de Risco é uma das três agências de rating com massa crítica em todas as áreas de classificação de risco e reconhecida por todas as autoridades reguladoras, fornecendo ratings e pesquisa com a mais alta qualidade a investidores de mercados de capital globais. A Agência Classificadora de Risco atribui ratings a instituições financeiras, sendo 3.231 bancos, 105 países e cerca de 1.700 empresas; e monitora 6.689 financiamentos estruturados no mercado norte-americano e 45 mil títulos municipais para os quais foram atribuídas classificações. Entre as instituições financeiras, a Agência Classificadora de Risco atribui ainda ratings a 2.294 seguradoras.

Pioneira e líder em fornecer cobertura detalhada da América Latina, a Agência Classificadora de Risco atribui ratings há mais de vinte anos para vários bancos latino-americanos. Por receita, número de analistas, ratings atribuídos ou clientes, a Agência Classificadora de Risco é a maior agência na América Latina em termos de avaliação de bancos, operações estruturadas, empresas, seguradoras e fundos de investimentos. Em termos de ratings em escala nacional, a Agência Classificadora de Risco também é líder na maioria dos países latino-americanos.

O diferencial da Agência Classificadora de Risco no Brasil é a combinação do profundo conhecimento e experiência da ampla equipe de analistas locais em relação à economia e ao mercado de capitais nacional, com o suporte e apoio internacional da Agência Classificadora de Risco. Contando com uma equipe de profissionais de mais de quarenta pessoas baseadas em escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo, a Agência Classificadora de Risco está excepcionalmente posicionada para prover informação de qualidade sobre crédito no Brasil para a comunidade de investidores, tanto brasileiros como internacionais.

#### *7.1.5. Os Auditores Independentes*

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pela KPMG Auditores Independentes, com sede na Avenida Almirante Barroso, 52 – 4º andar, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29.

A KPMG Auditores Independentes é uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative, uma entidade suíça.

A KPMG Auditores Independentes é uma rede global de firmas independentes que prestam serviços de “Audit”, “Tax” e “Advisory”. No Brasil, possui aproximadamente 4.000 profissionais distribuídos em 20 cidades.

#### *7.1.6. O Itaú Unibanco S.A. como Custodiante*

O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos.

O Itaú Unibanco S.A. tem profundo conhecimento do mercado financeiro local, ampla gama de clientes e grande capilaridade, o que potencializa sua capacidade de atuação como Custodiante do Fundo. Atua, de modo competitivo e independente, em todos os segmentos do mercado financeiro, oferecendo um leque completo de soluções, serviços, produtos e consultoria especializada. Na data deste Prospecto, os clientes do Custodiante contavam com mais de 3.900 (três mil e novecentos) pontos de atendimento e 32.700 (trinta e dois mil e setecentos) caixas eletrônicos em todo o Brasil.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Custodiante atua há mais de 10 (dez) anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Custodiante a conquistar o prêmio de único custodiante local “Top Rated” no Brasil e “Best in Class” em 9 (nove) das 10 (dez) categorias analisadas pela pesquisa, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2009, 2009 Agent Banks in Emerging Markets Survey / Melhor Prestador de Serviços de Custódia Local do Mercado Brasileiro).

O Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

#### Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que (a) reduz consideravelmente seus custos administrativos, técnicos e operacionais na condução de suas atividades, e (b) ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. O Centro Técnico e Operacional do Itaú Unibanco S.A., que dá suporte à Diretoria de Soluções para o Mercado de Capitais, mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras de investimento sob a responsabilidade do Custodiante, suas partes relacionadas e/ou vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente utilizam uma estrutura de servidores de banco de dados independentes.

#### Sistemas de *back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *website* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

#### Políticas de compliance e controles internos

A “Área de Mercado de Capitais” do Custodiante possui uma superintendência de compliance própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como para o acompanhamento da regulamentação aplicável.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO 9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral pelo Custodiante.

## **7.2. Relacionamento entre as Partes**

Para os fins deste item é importante ressaltar que: (i) a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. atua como Administrador do Fundo, (ii) o Itaú Unibanco S.A. atua como Gestor da carteira e Custodiante do Fundo, e (iii) o Banco Itaú BBA S.A. atua como Coordenador Líder da Oferta e Agente de Cobrança Designado pelo Fundo.

### *7.2.1. Relacionamento entre o Administrador e o Itaú Unibanco S.A.*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Itaú Unibanco S.A. mantinham, além do relacionamento decorrente do fato do Administrador ser a instituição administradora do Fundo e o Itaú Unibanco S.A. ser o gestor da Carteira e custodiante do Fundo, relacionamento comercial existente da atuação de ambos nos mercados financeiro e de capitais.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são, de um modo geral, contratos de gestão e contratos de prestação de serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração de valores mobiliários, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

### *7.2.2. Relacionamento entre o Administrador e o Itaú BBA*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Itaú BBA mantinham, além do relacionamento decorrente do fato do Administrador ser a instituição administradora do Fundo e o Itaú BBA ser o distribuidor das Cotas Seniores da Primeira Emissão e o responsável pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo, relacionamento comercial existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento cujas cotas são distribuídas e/ou cuja cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos seja feita pelo Itaú BBA.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de distribuição pública e colocação de cotas e contratos de cobrança, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

### *7.2.3. Relacionamento entre o Administrador e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, o Administrador e a Agência Classificadora de Risco mantinham, além do relacionamento decorrente do fato do Administrador ser a instituição administradora do Fundo e a Agência Classificadora de Risco ser a agência classificadora de risco das Cotas Seniores do Fundo, relacionamento comercial existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento que têm como instituição classificadora de risco a Agência Classificadora de Risco.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de prestação de serviços para classificação de risco de fundos de investimento, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

### *7.2.4. Relacionamento entre o Administrador e os Auditores Independentes*

Na data deste Prospecto, o Administrador e os Auditores Independentes mantinham, além do relacionamento decorrente do fato do Administrador ser a instituição administradora do Fundo e os Auditores Independentes serem auditores independentes do Fundo, relacionamento comercial existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento que têm como auditor independente os Auditores Independentes.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de prestação de serviços de auditoria contábil de fundos de investimento, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### *7.2.5. Relacionamento entre o Itaú Unibanco S.A. e o Itaú BBA*

Na data deste Prospecto o Itaú Unibanco S.A. e o Itaú BBA são parte integrante do mesmo grupo econômico.

Na data deste Prospecto, o Itaú Unibanco S.A. e o Itaú BBA mantinham, além do relacionamento decorrente do fato do Itaú Unibanco S.A. ser o gestor da Carteira e custodiante do Fundo, e o Itaú BBA ser o distribuidor das Cotas Seniores da Primeira Emissão do Fundo e o responsável pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo, relacionamento comercial existente da atuação de ambos nos mercados financeiro e de capitais.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de distribuição pública e colocação de valores mobiliários, gestão, prestação de serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração de valores mobiliários e cobrança, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### *7.2.6. Relacionamento entre o Itaú Unibanco S.A. e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, o Itaú Unibanco S.A. e a Agência Classificadora de Risco mantinham, além do fato de o Itaú Unibanco S.A. ser o gestor da Carteira e o custodiante do Fundo e a Agência Classificadora de Risco ser a agência classificadora de risco das Cotas Seniores, relacionamento comercial existente em razão do Itaú Unibanco S.A. ser gestor ou custodiante de outros fundos de investimento em direitos creditórios que têm como instituição classificadora de risco a Agência Classificadora de Risco.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de prestação de serviços para classificação de risco de fundos de investimento em direitos creditórios, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### *7.2.7. Relacionamento entre o Itaú Unibanco S.A. e os Auditores Independentes*

Na data deste Prospecto, o Itaú Unibanco S.A. e os Auditores Independentes mantinham, além do relacionamento decorrente do fato do Itaú Unibanco S.A. ser o gestor da carteira do Fundo e os Auditores Independentes serem auditores independentes do Fundo, relacionamento comercial existente em razão do Itaú Unibanco S.A. ser administrador ou custodiante de outros fundos de investimento que têm como auditor independente os Auditores Independentes.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de prestação de serviços de auditoria contábil de fundos de investimento, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### *7.2.8. Relacionamento entre o Itaú BBA e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, o Itaú BBA e a Agência Classificadora de Risco mantinham, além do fato de o Itaú BBA ser o distribuidor das Cotas Seniores da Primeira Emissão do Fundo e o responsável pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo, e a Agência Classificadora de Risco ser a agência classificadora de risco das Cotas Seniores, relacionamento comercial existente em razão do Itaú BBA ser administrador de outros fundos de investimento que têm como instituição classificadora de risco a Agência Classificadora de Risco.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de prestação de serviços para classificação de risco de fundos de investimento em direitos creditórios, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### *7.2.9. Relacionamento entre o Itaú BBA e os Auditores Independentes*

Na data deste Prospecto, o Itaú BBA e os Auditores Independentes mantinham, além do fato de o Itaú BBA ser o distribuidor das Cotas Seniores e o responsável pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo e os Auditores Independentes serem auditores independentes do Fundo, relacionamento comercial existente em razão do Itaú BBA ser administrador de outros fundos de investimento que têm como auditor independente os Auditores Independentes.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de prestação de serviços de auditoria contábil de fundos de investimento, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### *7.2.10. Relacionamento entre a Agência Classificadora de Risco e os Auditores Independentes*

Na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco e os Auditores Independentes não mantinham qualquer relacionamento, além do fato de a Agência Classificadora de Risco ser a agência classificadora de risco das Cotas Seniores do Fundo e os Auditores Independentes serem auditores independentes do Fundo.

### **7.3. Conflitos de Interesse**

Observado o disposto abaixo, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cotista Subordinado e/ou suas respectivas Partes Relacionadas, sem limitação de valor.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e/ou de suas Partes Relacionadas.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Cotista Subordinado, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, dos Cotistas, do Custodiante, do Cotista Subordinado e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas.

Observado o disposto nos itens 6.5. e 6.5.1. do Regulamento, o Fundo poderá contratar quaisquer Operações de Derivativos com o Administrador, o Gestor, os Cotistas, o Custodiante, o Cotista Subordinado e/ou com suas respectivas Partes Relacionadas.

O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de emissão de Sociedades não financeiras controladas pelo Cotista Subordinado e/ou por suas Partes Relacionadas, bem como Ativos Financeiros de emissão do Cotista Subordinado ou de suas Partes Relacionadas que sejam instituições financeiras, ressalvados os Instrumentos de Captação Vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921 cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento. Para os fins deste parágrafo, controle tem o significado atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.



## **8. INFORMAÇÕES SOBRE OS ORIGINADORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## INFORMAÇÕES SOBRE OS ORIGINADORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistia um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Dessa forma, não é possível apresentar com precisão breve descritivo das Sociedades, Cedentes e Devedores dos Direitos de Crédito que irão integrar a Carteira do Fundo de tempos em tempos.

### *8.1. Informações sobre os originadores ou cedentes que representem ou possam vir a representar mais de 10% (dez por cento) dos créditos cedidos ao Fundo*

Observado o disposto nos itens 6.9.1, 6.9.2, 6.9.3 e 6.9.4. do Regulamento, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cotista Subordinado e/ou suas respectivas Partes Relacionadas, sem limitação de valor.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e/ou de suas Partes Relacionadas.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Cotista Subordinado, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, dos Cotistas, do Custodiante, do Cotista Subordinado e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas.

Até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser originados pelo Itaú BBA. O Itaú BBA deverá envolver o Gestor no processo de originação para que este possa opinar sobre as cláusulas que deverão constar nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito.

### *8.2. Breve Descrição dos Originadores ou Cedentes*

Por se tratar de um fundo de investimento em direitos creditórios multi-setorial, multi-cedente e multicarteira, na data deste Prospecto, inexistia um portfólio definitivo de Direito de Crédito e/ou Ativo Financeiro pré-selecionado para compor a Carteira do Fundo, sendo que o Gestor será o responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observada a Política de Investimento do Fundo.

Desse modo, não é possível fornecer uma breve descrição dos Originadores ou Cedentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **9. ANEXOS**

---

- ANEXO I** - SUMÁRIO DOS CONTRATOS DA OFERTA
- ANEXO II** - CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, DOS INSTRUMENTOS PARTICULARES DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E DO REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO
- ANEXO III** - CÓPIA DO RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO DAS COTAS SENIORES DA PRIMEIRA EMISSÃO
- ANEXO IV** - PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS
- ANEXO V** - DIRETRIZES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO, POLÍTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E ACOMPANHAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO
- ANEXO VI** - CÓPIA DAS DECLARAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO I**

---

- SUMÁRIO DOS CONTRATOS DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## ANEXO I

### SUMÁRIO DOS CONTRATOS DA OFERTA

#### *Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios*

O Contrato de Custódia e Controladoria foi celebrado pelo Fundo, por meio de seu Administrador, com o Custodiante, tendo por objeto a prestação, pelo Custodiante, dos serviços de custódia qualificada e controladoria, relativos aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, e de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante ou terceiro por ele contratado realizará a verificação do lastro a que se refere este parágrafo relativamente à totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma individual, não por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios, até o final do trimestre seguinte à respectiva cessão. A verificação de qualquer inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito será de imediato comunicada ao Administrador, aos Cedentes, ao auditor independente e à Agência Classificadora de Risco.

Pela prestação dos serviços de custódia qualificada, o Custodiante fará jus à Taxa de Custódia mensal, paga diretamente pelo Fundo, correspondente ao maior valor entre o fixo mensal de R\$20.000,00 (vinte mil reais) e o equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, a qual será provisionada diariamente, com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, no segundo Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

#### *Contrato de Cobrança dos Direitos de Crédito*

O Fundo contratará o Agente de Cobrança Designado pelo Fundo ou o Agente de Cobrança Designado pelos Credores, conforme o caso, para cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. O Contrato de Cobrança disciplina a prestação de serviços do Agente de Cobrança Designado pelo Fundo ou do Agente de Cobrança Designado pelos Credores, de acordo com os procedimentos de cobrança descritos no Regulamento do Fundo.

Pela prestação dos serviços de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança não fará jus a qualquer remuneração.

#### *Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Melhores Esforços, e Colocação das Cotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial*

O Contrato de Distribuição Pública foi firmado em 18 de maio de 2011. Por meio deste contrato o Coordenador Líder foi contratado pelo Fundo, por meio de seu Administrador, para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores do Fundo em mercado de balcão organizado e de balcão não organizado, sob regime de melhores esforços junto à Investidores Qualificados.

Não será admitida a distribuição parcial das Cotas Seniores, de forma que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição da totalidade das Cotas Seniores durante o prazo de realização da Oferta.

O Contrato de Distribuição estabelece que a Oferta seja realizada com observância das seguintes condições:

- (i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após (a) o registro da Oferta na CVM; (b) a disponibilização do Prospecto ao público; e (c) a publicação do Anúncio de Início;
- (ii) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar junto ao Coordenador Líder a sua intenção de adquirir as Cotas Seniores no âmbito da Oferta, a qualquer momento durante o Prazo de Colocação; a subscrição das Cotas será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;

- (iii) a colocação será pública, realizada em mercado brasileiro de balcão organizado e/ou de balcão não organizado, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- (iv) a colocação visará exclusivamente a Investidores Qualificados;
- (v) no ato de subscrição de Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder, (ii) assinará o Compromisso de Integralização, por meio do qual comprometer-se-á em caráter irrevogável e irretratável a integralizar as Cotas Seniores subscritas nos termos do referido compromisso, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e, estar ciente, dentre outros, (a) das disposições contidas no Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à Política de Investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Prospecto e no Regulamento e (c) das atribuições e remuneração dos prestadores de serviços do Fundo;
- (viii) as Cotas Seniores serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento, do Suplemento da Primeira Emissão e do respectivo Compromisso de Integralização;
- (ix) as Cotas Subordinadas poderão ser subscritas e integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade, sem prejuízo da observância pelo Gestor das condições previstas no item 6.1. do Regulamento;
- (vii) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da Primeira Emissão será de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início;
- (viii) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da Primeira Emissão; e
- (ix) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

O Coordenador Líder deverá suspender a qualquer momento a Oferta, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, na ocorrência de qualquer fato ou irregularidade que seja relevante o suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do fato ou irregularidade à CVM.

#### *Contrato de Gestão de Carteira de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios*

Por meio do Contrato de Gestão, o Gestor foi contratado pelo Administrador, a fim de exercer a gestão da Carteira do Fundo. O Contrato de Gestão estabelece os termos e condições pelas quais o Gestor deverá realizar a gestão da carteira de investimento do Fundo.

Pelos serviços de Gestão da Carteira do Fundo, o Gestor fará jus a remuneração prevista no Regulamento do Fundo, que consiste no valor equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano sobre o volume de todas as Cotas Seniores em circulação provisionada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), apurado no Dia Útil imediatamente anterior.

#### *Contrato de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios*

O Fundo contratou o Agente Escriturador para a escrituração das Cotas. O Contrato de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios disciplina a prestação de serviços do Agente Escriturador, para fins do artigo 11 da Instrução CVM 356.

Pela prestação dos serviços de escrituração das Cotas do Fundo, o Agente Escriturador fará jus ao valor fixo de R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) por mês, reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (IPC – FIPE) do período anterior.

## **ANEXO II**

---

- CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, DOS INSTRUMENTOS PARTICULARES DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E DO REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a exercer a atividade profissional de administração de carteiras, estando legalmente representada nos termos de seu estatuto social ("**Administradora**"),

**RESOLVE**, por meio do presente instrumento particular:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores ("Instrução CVM 356"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em regime de condomínio fechado, o qual terá a denominação de "**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL**" ("Fundo");
2. Apesar do diretor responsável pela Administradora perante a Secretaria da Receita Federal, nos termos da regulamentação pertinente, ser o Sr. **Mauro Sergio de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº n.º 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25 de maio de 1993, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o n.º 197.460.087-49, a Administradora resolve designar como diretor responsável pela representação do Fundo perante a CVM, nos termos do inciso "v" do parágrafo §1º do artigo 8º da Instrução CVM 356, conforme alterada, o Sr. **José Alexandre Costa de Freitas**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº nº 78657, expedida pela OAB/RJ em 08/03/2009, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.991.207-17, com endereço comercial na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
3. Assumir as funções de administração de ativos do Fundo, na forma do Regulamento do Fundo;
4. Contratar, como custodiante dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo, o **ITAÚ UNIBANCO S.A.** (nova denominação social do Banco Itaú



1201422 - 18.FEV.2011

S.A., em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil), instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo E. de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Itaú Unibanco");

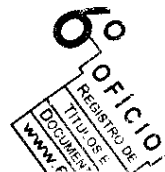
5. Contratar o a **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das Cotas do Fundo;
6. Aprovar o regulamento do Fundo ("Regulamento"), o qual passará a vigorar com a redação constante do "Anexo" ao presente instrumento; e
7. Submeter à CVM o presente instrumento de constituição do Fundo, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor, para fins de obtenção do registro de funcionamento do Fundo, bem como do Registro da Oferta.

Sendo assim, assina este instrumento de deliberação na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor



Testemunhas:

1.   
Nome: Paulo Henrique Amaral Sá  
RG: RG: 20.788.384-4  
CPF: CPF: 116.871.937-60

2.   
Nome: Raphael Magalhães Morgado  
RG: RG: 0330512-3 DICI RJ  
CPF: CPF: 124.337.227-69

6º RTD Rua do Carmo 57 - 3º Andar - Centro-RJ Tels. (21) 2233-7878 / www.rtd-rj.com.br REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS A MARGEM, O QUE CERTIFICADO	
<input type="checkbox"/>	Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
<input checked="" type="checkbox"/>	Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto CTPS nº 26.124/024 - RJ
<input type="checkbox"/>	Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto CTPS nº 252761014-RN
<input type="checkbox"/>	Cleia de Araújo Barreto - 3ª Substituta CTPS nº 7324125-001-RJ

---

1201422 •18.FEV.2011

ANEXO



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO  
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISECTORIAL**

Pelo presente instrumento particular, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500 – bloco 13 – grupo 205 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.696, expedido em 21 de fevereiro de 2002, na qualidade de instituição administradora (“Administrador”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISECTORIAL**, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.313.964/0001-31 (“Fundo”), cujo instrumento particular de constituição encontra-se devidamente registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1201422, em 18 de fevereiro de 2011;

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) O Administrador deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) Não havendo Cotistas do Fundo, não são aplicáveis as disposições do inciso II do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 (“Instrução CVM nº 356”) e alterações posteriores.

**RESOLVE** o Administrador deliberar por inúmeras alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente





instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Estando assim deliberado, assina o Administrador o presente Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2011.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A**

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

ALEXANDRE LODI DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

RG:

RG:

CPF:

CPF:

6º RTD Rua do Carmo 57 - 3º Andar - Centro-RJ  
Tels. (21) 2233-7878 / www.6rd-rj.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS  
A MARGEM O QUE CERTIFICOU

<input type="checkbox"/>	Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
<input checked="" type="checkbox"/>	Paulo Cesar Andrade dos Santos - 1º Substituto CTPS nº 26.122/024 - RJ
<input type="checkbox"/>	Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto CTPS nº 252761015-RN
<input type="checkbox"/>	Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta CTPS nº 7324125-001-RJ

**AVERBADO**  
A margem do registro nº 1201.422  
Conforme Art. 128 da Lei de Registro  
Público nº 8.015/73  
6º Registro de Títulos e Documentos - RJ



6ºRTD-RJ 18.05.2011  
PROTOCOLO 1210658

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO  
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO  
PRIVADO MULTISETORIAL**

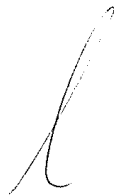



Pelo presente instrumento particular, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500 – bloco 13 – grupo 205 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.696, expedido em 21 de fevereiro de 2002, na qualidade de instituição administradora (“Administrador”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL**, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.313.964/0001-31 (“Fundo”), cujo instrumento particular de constituição encontra-se devidamente registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1201422, em 18 de fevereiro de 2011, e alterado pelo instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado sob o nº 1210470 em 16 de maio de 2011 perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”);

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) O Administrador deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) Não havendo Cotistas do Fundo, não são aplicáveis as disposições do inciso II do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 (“Instrução CVM nº 356”) e alterações posteriores.

**RESOLVE** o Administrador deliberar por inúmeras alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro

1

6RTD-RJ 18.05.2011  
PROTOCOLO 1210658

Estando assim deliberado, assina o Administrador o presente Instrumento Particular de Segunda Alteração ao Regulamento, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2011.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A**

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

ALEXANDRE LÓDI DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

Testemunhas:

1. Paulo Henrique Amaral Sá  
Nome: Paulo Henrique Amaral Sá  
RG: RG: 50.783.384-4  
CPF: CPF: 116.871.987-80

2. João Paulo Bello de Sousa Bezerre  
Nome: JOÃO PAULO BELLO DE SOUSA BEZERRE  
RG: RG: 10975312-9  
CPF: CPF: 109117207-23



6º RTD Rua do Carmo 57 - 3º Andar - Centro-RJ  
Tels: (21) 2233-7878 / www.6rt.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS  
A MARGEM DO QUE CERTIFICOU

- ☐ Sofia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
- ☐ Paulo Cesar Andrade dos Santos - 1º Substituto  
CTPS nº 26 122/024 - RJ
- ☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto  
CTPS nº 25276/015 - RN
- ☐ Cleia de Araujo Barreto - 3º Substituta  
CTPS nº 7324128-001 - RJ

**AVERBADO**  
A margem do registro nº 1210470  
Conforme Art. 128 da Lei de Registro  
Público, nº 6.015/73.  
6º Registro de Títulos e Documentos - RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO  
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS  
CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administrador"), na qualidade de administrador e por conta e ordem do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL** ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.313.964/0001-31, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 1201422, em 18 de fevereiro de 2011, e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira e Segunda alteração ao Regulamento, os quais foram registrados em 16 de maio de 2011, 18 de maio de 2011, respectivamente, sob os números, 1210470 e 1210658, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro ("Regulamento");

**CONSIDERANDO** que:

- (i) Foram realizadas exigências por parte da CVM no âmbito dos pedidos de registro de Funcionamento e da Oferta Pública de Distribuição das Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo, respectivamente através do OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº1942/2011 e do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº916/2011, encaminhados em 20 de junho de 2011 e 24 de junho de 2011;
- (ii) Nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução nº 356, da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a "ICVM 356"), o Administrador está autorizado a alterar o Regulamento, em atendimento a exigências formuladas pela CVM, podendo ser dispensada a realização de Assembleia Geral de Cotistas para tanto; e
- (iii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado.

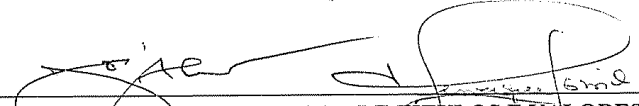
**RESOLVE** a Instituição Administradora, realizar diversas alterações ao Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.




6RTD-RJ 01 07.2011  
PROT. 1215782

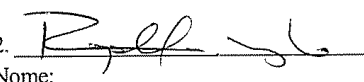
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2011

  
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES**  
MOBILIÁRIOS S/A  
Jose Alexandre Costa de Freitas Diretor CARLOS HENRIQUE CORREA SISIMIL PROCURADOR

Testemunhas:

1.   
Nome: Paulo Henrique Amaral Sá  
RG: RG: 20.788.384-4  
CPF/MF: CPF: 116.871.997-80

2.   
Nome: Raphael Magalhães Morgado  
RG: RG: 09390512-3 DICRJ  
CPF/MF: CPF: 124.307.327-68



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6RTD-RJ 01.07.2011  
PROT0C 1 21 57 82

---

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

---

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2011

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'P' followed by a large 'O'.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## ÍNDICE

DEFINIÇÕES .....	4
CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....	17
CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO .....	17
CAPÍTULO TRÊS - DO OBJETIVO DO INVESTIMENTO E DOS DIREITOS DE CRÉDITO ...	18
CAPÍTULO QUATRO - DAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E/OU SUBSCRIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO .....	20
CAPÍTULO CINCO - DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE .....	22
CAPÍTULO SEIS - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO EM RELAÇÃO À TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	23
CAPÍTULO SETE - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA .....	30
CAPÍTULO OITO - DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....	31
CAPÍTULO NOVE - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS .....	31
CAPÍTULO DEZ - DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS .....	37
CAPÍTULO ONZE - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS .....	40
CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS .....	43
CAPÍTULO TREZE - DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E/OU DE ATIVOS FINANCEIROS .....	44
CAPÍTULO QUATORZE - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	45
CAPÍTULO QUINZE - DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	48
CAPÍTULO DEZESSEIS - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	50
CAPÍTULO DEZESSETE - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO .....	50
CAPÍTULO DEZOITO - DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE E DO AGENTE ESCRITURADOR .....	53
CAPÍTULO DEZENOVE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	55
CAPÍTULO VINTE - DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA .....	58
DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	58
CAPÍTULO VINTE E UM - DA RESERVA DE PAGAMENTO E DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO .....	59
CAPÍTULO VINTE E DOIS - DOS FATORES DE RISCO .....	60
CAPÍTULO VINTE E TRÊS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	73
CAPÍTULO VINTE E QUATRO - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO .....	74
ANEXO I AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	75
ANEXO II AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	76
ANEXO III AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	80
ANEXO IV AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	82

6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTOK 1215782

ANEXO V AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL .....	100
ANEXO VI AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL .....	100
ANEXO VII AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL .....	104



## DEFINIÇÕES

<b>Administrador</b>	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários.
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	A Fitch Ratings Brasil Ltda., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Santos, n.º 1.470, conjunto 511, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33.
<b>Agente de Cobrança Designado pelo Fundo</b>	O Itaú BBA ou prestador de serviço por ele contratado para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Agente de Cobrança Designado pelos Credores</b>	Um terceiro designado como agente de cobrança para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos casos em que o Fundo fizer parte de um pool de credores e os credores reunidos designarem outro agente de cobrança.
<b>Agente de Cobrança</b>	O Agente de Cobrança Designado pelo Fundo e o Agente de Cobrança Designado pelos Credores, quando referidos em conjunto.
<b>Agente de Depósito</b>	O Custodiante, na qualidade de instituição qualificada para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo. Tendo em vista o Agente de Depósito ser o próprio Custodiante, não haverá contrato de depósito.
<b>Agente de Pagamento</b>	Instituição financeira definida em cada instrumento que formaliza os Direitos de Crédito responsável pela prestação do serviço de cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer

4



<b>Agente Escriturador</b>	A Itaú Corretora de Valores S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das Cotas do Fundo.
<b>Alocação Mínima de Investimento</b>	A alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito que deverá ser observada após o prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do início das atividades do Fundo, passível de prorrogação nos termos do item 6.4. deste Regulamento.
<b>Amortização Extraordinária</b>	Amortização extraordinária das Cotas nos termos do item 11.9 e seguintes deste Regulamento.
<b>ANBIMA</b>	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, resultado da união entre a ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) e a ANDIMA (Associação Nacional das Entidades do Mercado Financeiro).
<b>Anúncio de Encerramento</b>	O anúncio de encerramento da Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Anúncio de Início</b>	O anúncio de início da Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Assembleia Geral de Cotistas</b>	A Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
<b>Ativos Financeiros</b>	A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos ativos financeiros e operações previstas no item 6.5. deste Regulamento.
<b>Banco Central</b>	O Banco Central do Brasil.



<b>Benchmark das Cotas Seniores</b>	O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente à Taxa DI acrescida de 2,10% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano. O <i>Benchmark</i> das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Carteira</b>	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de titularidade do Fundo.
<b>CDB</b>	Certificado de Depósito Bancário emitido na forma da Resolução CMN 3.454, conforme abaixo definida
<b>Cedente</b>	Cada Sociedade, fundo de investimento, companhia seguradora, sociedade de capitalização ou entidade aberta ou fechada de previdência complementar que venha a ceder ou emitir, conforme o caso, Direitos de Crédito ao Fundo.
<b>Cédulas de Crédito Bancário</b>	Cédulas de crédito bancário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Cédulas de Crédito Imobiliário</b>	Cédulas de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Certificados de Cédulas de Crédito Bancário</b>	Certificados de cédulas de crédito bancário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>CETIP</b>	A CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
<b>Chamadas de Capital</b>	Solicitação do Administrador, de acordo com instruções e orientações do Gestor, para que os Cotistas integralizem

 6

parcial ou totalmente as Cotas por eles subscritas, nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização. As Chamadas de Capital ocorrerão na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento em Direitos de Crédito ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo.

<b>CMN</b>	O Conselho Monetário Nacional.
<b>Comitê de Investimentos</b>	O comitê de investimentos do Fundo, cujas funções estão descritas no Capítulo Onze deste Regulamento.
<b>Compromissos de Integralização</b>	O "Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas Seniores" ou o "Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas", que será assinado por cada Cotista no ato da subscrição de Cotas.
<b>CNPJ/MF</b>	O Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
<b>Contrato de Cessão</b>	Cada instrumento particular de contrato de cessão e/ou boletim de subscrição e/ou termo de cessão e/ou termo de endosso, eletrônico ou físico, e/ou qualquer outro procedimento jurídico, válido e vinculante nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que venha a formalizar a aquisição (inclusive mediante endosso, manual ou eletrônico) de Direitos de Crédito pelo Fundo, a ser celebrado entre o Fundo e cada Cedente, com interveniência do Gestor e do Custodiante, conforme aplicável.
<b>Contrato de Custódia e Controladoria</b>	O "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Custódia e Controladoria estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante



6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTCC.1 21 5782

dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.

<b>Contrato de Cobrança</b>	O contrato de cobrança por meio do qual o Agente de Cobrança será contratado para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Coordenador Líder</b>	Instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Cotas do Fundo.
<b>Cotas</b>	As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
<b>Cotas da Primeira Emissão</b>	As Cotas da Primeira Emissão do Fundo.
<b>Cotas Seniores</b>	As cotas seniores do Fundo.
<b>Cotas Subordinadas</b>	As cotas subordinadas do Fundo.
<b>Cotista Subordinado</b>	O Banco Itaú BBA S.A.
<b>Cotistas</b>	Os Cotistas Seniores e o Cotista Subordinado, quando referidos em conjunto.
<b>Cotistas Seniores</b>	Os titulares de Cotas Seniores.
<b>Critério de Elegibilidade</b>	O requisito mínimo a ser verificado pelo Custodiante, no momento da cessão, aplicável aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, conforme previsto no Capítulo Cinco deste Regulamento
<b>Custodiante</b>	O Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60 701 190/0001-04.

 8

<b>CVM</b>	A Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data(s) de Amortização</b>	Cada data em que houver o pagamento de amortização das Cotas, nos termos do Anexo II deste Regulamento.
<b>Data de Subscrição</b>	A data de subscrição das Cotas.
<b>Data de Resgate</b>	A data de resgate das Cotas, a qual ocorrerá ao final do prazo de duração de cada Emissão ou na data de liquidação antecipada do Fundo, o que ocorrer antes.
<b>Debêntures</b>	Debêntures emitidas na forma da Lei das Sociedades por Ações, cuja distribuição seja pública ou privada.
<b>Declaração de Condição de Investidor Qualificado</b>	A Declaração de Condição de Investidor Qualificado, nos termos do Anexo I da Instrução CVM 409.
<b>Devedores</b>	Os devedores e/ou garantidores dos Direitos de Crédito.
<b>Dia Útil</b>	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriado nacional.
<b>Direito de Dissidência</b>	O direito de resgate antecipado das Cotas Seniores pelos Cotistas Seniores que tiverem votado pela liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, caso a Assembleia Geral de Cotistas deliberar pela não liquidação do Fundo.
<b>Direitos de Crédito</b>	Os seguintes direitos de crédito que atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco deste Regulamento: (i) Debêntures; (ii) Notas Promissórias; (iii) Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Imobiliário; (iv) Notas de Crédito à Exportação; (v) Letras Financeiras; (vi) Letras de Arrendamento Mercantil; (vii) Letras de Crédito do Agronegócio; (viii) Instrumentos de Captação Vinculados, cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. deste Regulamento; e (ix) outros direitos

 9



creditórios admitidos pela Instrução CVM 356, observado o disposto no item 3.1.1 deste Regulamento.

**Direitos de Crédito  
Inadimplidos**

Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos respectivos Devedores nas respectivas datas de vencimento, expirados os eventuais prazos de cura estabelecidos nos instrumentos próprios.

**Documentos Comprobatórios**

As cópias autenticadas dos documentos que evidenciam os Direitos de Crédito, conforme listados no item 3.1.4 deste Regulamento.

**Emissão**

Cada emissão de Cotas do Fundo.

**Eventos de Avaliação**

Os eventos indicados no item 14.1 deste Regulamento.

**Eventos de Liquidação**

Os eventos indicados no item 14.2 deste Regulamento.

**FGC**

O Fundo Garantidor de Créditos.

**Fundo**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.

**Gestor**

O Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.

**IGPM**

Índice Geral de Preços de Mercado.

**Instituições Autorizadas**

Qualquer instituição financeira que possua classificação de risco mínima equivalente a AAA, assim classificado pela Agência Classificadora de Risco ou classificação de risco equivalente na Moodys Investors Service ou Standard & Poor's

**Instrução CVM 134**

Instrução da CVM n.º 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada.

**Instrução CVM 155**

Instrução da CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991,

10  


conforme alterada.

<b>Instrução CVM 301</b>	Instrução da CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 356</b>	A Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 400</b>	A Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	A Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrumentos de Captação Vinculados</b>	Instrumentos de captação emitidos por Instituições Autorizadas, vinculados a operações ativas na forma da Resolução CMN 2.921, conforme abaixo definida.
<b>Investidores Qualificados</b>	Os investidores assim definidos de acordo com a Instrução CVM 409.
<b>Itaú BBA</b>	O Banco Itaú BBA S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei 6.313</b>	Lei n.º 6.313, de 16 de dezembro de 1975, conforme alterada.
<b>Lei 10.931</b>	Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Lei 11.076</b>	Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
<b>Lei 11.882</b>	Lei n.º 11.882, de 23 de dezembro de 2008, conforme alterada.

11



<b>Letra de Arrendamento Mercantil</b>	Letras emitidas por sociedades de arrendamento mercantil na forma da Lei 11.882.
<b>Letras de Crédito do Agronegócio</b>	Letras de crédito do agronegócio emitidas na forma da Lei 11.076.
<b>Letras de Crédito Imobiliário</b>	Letras de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Letras Financeiras</b>	Letras Financeiras emitidas nos termos da Resolução CMN 3.836, conforme abaixo definida.
<b>MDA</b>	MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Notas de Crédito à Exportação</b>	Notas de crédito à exportação emitidas na forma da Lei 6.313.
<b>Notas Promissórias</b>	Notas promissórias emitidas com base na Instrução CVM 134 e Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública.
<b>Oferta Pública ou Oferta</b>	A distribuição pública das Cotas Seniores do Fundo.
<b>Operações de Derivativos</b>	Operações financeiras celebradas pelo Fundo, liquidadas em data futura, cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxas de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, com investimento inicial inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, desde que observados o disposto no item 6.5.1 deste Regulamento e, na hipótese de investimentos no Fundo por entidades fechadas de previdência complementar, as seguintes condições: (i) avaliação prévia dos riscos envolvidos; (ii) existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações; (iii) registro da operação ou negociação em

12  


bolsa de valores ou de mercadorias e futuros; (iv) atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação; (v) depósito de margem limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento; e (vi) valor total dos prêmios de opções pagos limitado a cinco por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento, nos termos do artigo 44 da Resolução CMN 3.792, conforme abaixo definida, e do artigo 40, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.

<b>Partes Relacionadas</b>	Relativamente a qualquer pessoa ou Sociedade indicada, as suas respectivas empresas controladoras, controladas, sob o controle comum, coligadas e/ou subsidiárias.
<b>Patrimônio Líquido</b>	O patrimônio líquido do Fundo, qual seja a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros da Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.
<b>Período de Capitalização</b>	O intervalo de tempo que se inicia (i) para o primeiro período de capitalização, na Primeira Data de Integralização de uma determinada Cota Sênior, inclusive, e termina na Data de Amortização imediatamente subsequente, exclusive, da respectiva Cota Sênior; e (ii) para os demais períodos de capitalização, em cada Data de Amortização de uma determinada Cota Sênior, inclusive, e termina na Data de Amortização imediatamente subsequente, exclusive, da respectiva Cota Sênior.
<b>Período de Integralização</b>	Período em que serão realizadas as Chamadas de Capital, conforme definido no Suplemento de cada Emissão O

13

Período de Integralização da Primeira Emissão será de 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir do Dia Útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Encerramento.

<b>Política de Investimento</b>	A política de investimento do Fundo, conforme prevista no Capítulo Seis deste Regulamento.
<b>Prazo de Colocação</b>	O prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início.
<b>Prazo de Duração</b>	O prazo de duração do Fundo referido no item 1.3 deste Regulamento.
<b>Prazo para Reenquadramento da Carteira</b>	O prazo de 60 (sessenta) dias úteis para reenquadramento da Carteira do Fundo à Alocação Mínima de Investimento e aos percentuais previstos no item 6.8 deste Regulamento.
<b>Prazo para Resgate</b>	Até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de realização de Assembleia Geral de Cotistas referida no item 14.2.3 deste Regulamento.
<b>Preço de Aquisição</b>	O preço de aquisição e/ou subscrição dos Direitos de Crédito, que serão adquiridos pelo Fundo pelo valor equivalente ao valor especificado ou calculado caso a caso de acordo com os critérios descritos em cada Contrato de Cessão.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço de emissão das Cotas de cada Emissão conforme definido nos respectivos Suplementos.
<b>Primeira Emissão</b>	A primeira emissão de Cotas do Fundo, composta por 400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores e 100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas.
<b>Primeira Data de Integralização</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas em cada Emissão de Cotas do Fundo.
<b>Primeira Data de Integralização das Cotas</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Seniores em cada Emissão de Cotas Seniores do Fundo.



**Seniores**

<b>Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Subordinadas em cada Emissão de Cotas Subordinadas do Fundo.
<b>Procedimentos de Cobrança</b>	Os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança e pelo Agente de Pagamento para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos e cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, respectivamente, conforme descritos no Capítulo Vinte deste Regulamento.
<b>Prospecto</b>	O prospecto relativo à Oferta, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.
<b>RDB</b>	Recibo de depósito bancário emitido na forma da Resolução CMN 3.454, conforme abaixo definida.
<b>Regulamento</b>	O presente Regulamento.
<b>Remuneração do Administrador</b>	A remuneração devida ao Administrador, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Remuneração do Agente Escriturador</b>	A remuneração devida ao Agente Escriturador, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Remuneração do Custodiante</b>	A remuneração devida ao Custodiante, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Remuneração do Gestor</b>	A remuneração devida ao Gestor, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Reserva de Pagamento</b>	A reserva constituída pelo Gestor para fazer frente ao pagamento das despesas e encargos do Fundo, correspondente ao maior valor entre (i) o valor estimado ao pagamento das despesas e encargos do Fundo nos 6 (seis) meses subsequentes, e (ii) 0,3% (três décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, acompanhado

 15

6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTOC. 1215782

diariamente e apurado na respectiva data de constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento.

<b>Resolução CMN 2.921</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.921, de 21 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.454</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.454, de 30 de maio de 2007, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.792</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.836</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.836, de 25 de fevereiro de 2010, conforme alterada, que dispõe sobre a emissão de letra financeira por parte das instituições financeiras que especifica.
<b>SELIC</b>	O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
<b>SF</b>	SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Sociedades</b>	Qualquer pessoa jurídica constituída nos termos da legislação em vigor aplicável.
<b>Suplemento</b>	Os suplementos ao presente Regulamento, que contemplarão as características de cada emissão de Cotas do Fundo, a serem elaborados de acordo com o modelo constante do Anexo III deste Regulamento.
<b>Taxa de Administração</b>	A Remuneração do Administrador, a Remuneração do Gestor e a Remuneração do Agente Escriturador, quando referidas em conjunto, conforme previstas no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Taxa de Custódia</b>	A Remuneração do Custodiante conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Taxa DI</b>	A taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, <i>extra grupo</i> , calculada e divulgada pela CETIP,

16

e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 dias úteis).

**Termo de Adesão**

O termo de adesão ao Regulamento e de ciência de risco, de acordo com o modelo constante do Anexo IV deste Regulamento

**Valor de Amortização**

O valor de amortização das Cotas, a ser calculado pelo Administrador, conforme definido no Anexo II deste Regulamento.

**Valor Total dos Ativos do Fundo**

Valor total dos ativos do Fundo, calculado na forma do Capítulo Sete deste Regulamento.

**CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. - O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de Cotas, sendo uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas, sendo que as características e os direitos de cada uma, bem como suas respectivas condições de emissão, subscrição, integralização, amortização, remuneração e resgate, estão descritas nos Capítulos Nove e Doze deste Regulamento, bem como no respectivo Suplemento.

1.3. - O Fundo terá prazo de duração indeterminado, observado que cada série e/ou classe de Cotas terá prazo de duração determinado, previsto no respectivo Suplemento. As Cotas poderão ser objeto de amortizações, nos termos do item 11.9 e do Capítulo Doze abaixo.

**CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.1. - O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.





2.2. - A aplicação inicial por Cotista no Fundo deverá ser de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no momento da subscrição. Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

### **CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DO INVESTIMENTO E DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

3.1. - O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, considerando o regime tributário aplicável, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição, no mercado primário ou secundário, dos seguintes Direitos de Crédito performados que atendam, no momento da cessão, observado o disposto no item 6.1.1. e na alínea (ii) do item 11.1. do presente Regulamento, ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco abaixo:

- a. Debêntures emitidas na forma da Lei das Sociedades por Ações, cuja distribuição seja pública ou privada;
- b. Notas Promissórias emitidas com base na Instrução CVM 134 e na Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública;
- c. Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931;
- d. Notas de Crédito à Exportação, emitidas na forma da Lei 6.313;
- e. Letras Financeiras, emitidas na forma da Resolução CMN 3.836;
- f. Letras de Arrendamento Mercantil, emitidas na forma da Lei 11.882;
- g. Letras de Crédito do Agronegócio, emitidas na forma da Lei 11.076;
- h. Instrumentos de Captação Vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921 cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. deste Regulamento; e
- i. outros direitos creditórios admitidos pela Instrução CVM 356.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'R' followed by a large loop and ending in a small '18'.

3.1.1. - É vedado ao Fundo adquirir qualquer dos direitos de crédito a que se referem os incisos do §1º do artigo 1º da Instrução da CVM n.º 444, de 08 de dezembro de 2006, bem como Direitos de Crédito devidamente constituídos e existentes, cuja liquidação ou pagamento dependa da performance futura do Cedente ou do originador, conforme exemplificado no art. 40, parágrafo 8º da Instrução CVM 356.

3.1.2. - O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados mediante adoção de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII deste Regulamento. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelos respectivos Cedentes originadores de Direitos de Crédito e/ou dos processos de originação e/ou das políticas de crédito adotados pelo Gestor, e, portanto, dos fatores de risco associados a tais processos e políticas. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item por meio de assinatura do Termo de Adesão.

3.1.3. - O Fundo contratará o Agente de Cobrança, que poderá atuar diretamente, ou por meio de terceiros por ele contratados, podendo ainda estabelecer diferentes estratégias para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V deste Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida neste Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o qual será acordado caso a caso, quando couber, entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e características específicas de cada Direito de Crédito. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item por meio de assinatura do Termo de Adesão.

3.1.4. - Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão, conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cêntulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cêntulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cêntulas de Crédito Bancário; (iv) Cêntulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio; (ix) Instrumentos de captação Vinculados; e (x) Contratos de Cessão.

3.2. - Além dos Direitos de Crédito referidos acima, o Fundo poderá aplicar a parcela não investida em Direitos de Crédito nos Ativos Financeiros, com estrita observância dos critérios de seleção, composição e diversificação previstos no Capítulo Seis abaixo.

 19

3.3. - As características de cada Emissão serão estabelecidas nos respectivos Suplementos, na forma do modelo constante do Anexo III deste Regulamento.

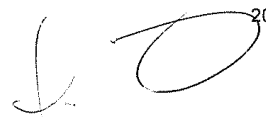
3.3.1. - O *Benchmark* das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor. O *Benchmark* das Cotas Seniores somente é aplicável após a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores

#### **CAPÍTULO QUATRO – DAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E/OU SUBSCRIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO**

4.1. - Toda e qualquer operação de aquisição e/ou subscrição de Direitos de Crédito pelo Fundo, seja no mercado primário ou no mercado secundário, deverá ser amparada pelos seguintes documentos:

- a. ata da reunião do Comitê de Investimentos que aprovou a aquisição dos Direitos de Crédito, a ser enviada pelo Gestor ao Custodiante, com cópia digitalizada para o Administrador, informando o Preço de Aquisição e identificando os Direitos de Crédito a serem adquiridos;
- b. Contrato de Cessão;
- c. Documentos Comprobatórios; e
- d. quando determinado na documentação relativa aos Direitos de Crédito, cópia do contrato por meio do qual o agente fiduciário ou agente de garantia foi contratado para verificar e acompanhar o atendimento e cumprimento, pelo Devedor, (i) das obrigações de fazer e não fazer (incluindo *covenants* financeiros), e (ii) dos níveis mínimos e demais obrigações previstas nos respectivos contratos.

4.2. - As operações de aquisição e/ou subscrição de Direitos de Crédito terão suas condições e procedimentos estabelecidos diretamente nas respectivas escrituras das Debêntures, nas cédulas das Notas Promissórias, nas Cédulas de Crédito Bancário, nos Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, nas Cédulas de Crédito Imobiliário, nas Letras de Crédito Imobiliário, nas Notas de Crédito à Exportação, nas Letras Financeiras, nas Letras de Arrendamento Mercantil, nas Letras de Crédito do Agronegócio, nos Instrumentos de Captação Vinculados, com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidos pela entidade de liquidação e custódia onde os Direitos de Crédito sejam ou estejam registrados ou custodiados, bem como, quando



aplicável, em cada Contrato de Cessão o qual abrangerá, necessariamente, todos os direitos, garantias, seguros e preferências referentes a todo e quaisquer Direitos de Crédito alvo do Fundo.

4.3. - O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será equivalente ao valor especificado ou calculado caso a caso, de acordo com os critérios descritos em cada Contrato de Cessão, observado o disposto no Anexo VII. O Preço de Aquisição poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observado que, na determinação do deságio, quando for o caso, serão observadas as condições de mercado. O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito no mercado primário corresponderá ao respectivo preço de subscrição.

4.3.1. - Cada Contrato de Cessão estabelecerá, necessariamente, os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito e deverá atender, conforme aplicável, os seguintes requisitos legais: (i) ser celebrado por agentes capazes, (ii) possuir objeto lícito, possível, determinado ou determinável, (iii) possuir forma prescrita ou não defesa em lei, e (iv) possuir preço de cessão determinado ou determinável. O Fundo poderá, de acordo com a natureza específica de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo, celebrar vários Contratos de Cessão com termos e condições diversos, de forma a buscar alcançar seu objetivo e enquadrar-se à Política de Investimento definida neste Regulamento, sempre no melhor interesse dos Cotistas e com observância dos termos e condições previstos neste Regulamento. Não há, portanto, modelo padrão de Contrato de Cessão a ser celebrado entre o Fundo e cada Cedente.

4.3.2. - O Gestor também poderá celebrar, em conjunto com o Administrador, em nome do Fundo, Contratos de Cessão e quaisquer outros contratos relativos às operações da Carteira do Fundo, conforme poderes outorgados nos termos do item 17.2.2 deste Regulamento.

4.3.3. - Sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo, os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro.

4.4. - O Gestor transmitirá ao Administrador até as 15:00 horas as instruções para liquidação e custódia de operações do Fundo, por correio eletrônico ("e-mail") ou, na hipótese de indisponibilidade deste, preferencialmente na ordem a seguir, (i) fac-símile; (ii) telefone, mediante ligações gravadas, desde já autorizadas, para que este possa transmitir ao Custodiante, as referidas instruções, via boletagem eletrônica, por meio de senha exclusiva do Administrador, que se responsabiliza pelo seu sigilo e controle de sua utilização. As instruções

 21

recebidas pelo Custodiante com autenticação da senha serão consideradas como tendo sido única e exclusivamente enviadas pelo Administrador e assinadas por seus representantes. O Custodiante não se responsabiliza pelo uso indevido nem por compartilhamento da senha de acesso ao sistema de boletagem eletrônica, arcando o Administrador com os prejuízos daí decorrentes.

4.5. - Nas aquisições e/ou subscrições de Direitos de Crédito, como regra geral, cada operação será considerada formalizada após a verificação cumulativa do disposto nos itens 4.1. e 4.4. acima, e dos termos e condições específicos de cada Contrato de Cessão.

#### **CAPÍTULO CINCO – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE**

5.1. - Somente poderão ser adquiridos pelo Fundo Direitos de Crédito cuja aquisição tenha sido aprovada pelo Comitê de Investimentos, sendo esse o Critério de Elegibilidade aplicável.

5.1.1. - O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito em relação ao Critério de Elegibilidade descrito no item 5.1. acima, em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, na data de aquisição dos respectivos Direitos de Crédito. Para tanto, o Custodiante, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da cessão dos Direitos de Crédito, deverá receber cópia da Ata do Comitê de Investimentos que deliberou sobre a aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo e, na data da referida cessão, os respectivos Documentos Comprobatórios.

5.2. - Caso a Assembleia Geral de Cotistas delibere qualquer alteração, inclusão e/ou exclusão do Critério de Elegibilidade e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referidas alterações em relação ao Critério de Elegibilidade, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia e Controladoria em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento de notificação do Administrador informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia e Controladoria, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito com relação ao Critério de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia e Controladoria, no prazo indicado neste item 5.2., serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral de Cotistas em relação ao Critério de Elegibilidade.



**CAPÍTULO SEIS – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E  
CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO EM RELAÇÃO À TABELA DE  
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

6.1. - Somente poderão ser adquiridos e/ou subscritos pelo Fundo Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, em cada data de aquisição, às condições descritas abaixo:

- a. os respectivos Direitos de Crédito deverão possuir classificação de risco na modalidade *credit assessment* ou *rating* equivalente a, no mínimo, B- na classificação da Agência Classificadora de Risco;
- b. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, deverá atender, na data de aquisição do Direito de Crédito, aos níveis de concentração por faixa de classificação de risco indicados a seguir:

Faixa de classificação de risco atribuída aos Direitos de Crédito	Nível de concentração
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> igual ou superior a A-	Até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BBB+ (inclusive) e BBB- (inclusive)	Até 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BB+ (inclusive) e BB- (inclusive)	Até 75% (setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre B+ (inclusive) e B- (inclusive)	Até 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo

 23

- c. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, de emissão, responsabilidade ou coobrigação de uma mesma Sociedade e/ou suas Partes Relacionadas, deverá atender, na data de aquisição do Direito de Crédito, aos níveis de concentração por faixa de classificação de risco indicados a seguir:

Faixa de classificação de risco atribuída aos Direitos de Crédito	Nível de concentração
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> igual ou superior a A-	Até 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BBB+ (inclusive) e BBB- (inclusive)	Até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BB+ (inclusive) e BB- (inclusive)	Até 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre B+ (inclusive) e B- (inclusive)	Até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

- d. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, de emissão, responsabilidade ou coobrigação de Sociedades integrantes do mesmo setor de atuação (conforme classificação descrita no Anexo VI ao presente) não poderá representar uma concentração em determinado setor de atuação superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na data de cada aquisição de Direitos de Crédito;
- e. o vencimento original dos Direitos de Crédito em análise não poderá ser posterior a última data de vencimento de Cotas Seniores conforme previstas nos Suplementos;
- f. os Direitos de Crédito que sejam Debêntures, Notas Promissórias, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário,



Letras de Câmbio Imobiliário, Notas de Crédito à Exportação, Letras Financeiras, Letras de Arrendamento Mercantil, Letras de Crédito do Agronegócio e Instrumentos de Captação Vinculados deverão estar registrados na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA e/ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central ou autorizados pela CVM;

- g. conforme o caso, (i) as Debêntures deverão cumprir todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (ii) as Notas Promissórias deverão atender os requisitos da Instrução CVM 134 e da Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, conforme o caso; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário, os Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, as Cédulas de Crédito Imobiliário e as Letras de Crédito Imobiliário deverão atender os requisitos da Lei 10.931; (iv) as Notas de Crédito à Exportação deverão atender os requisitos da Lei 6.313; (v) as Letras Financeiras deverão atender os requisitos da Resolução CMN 3.836; (vi) as Letras de Arrendamento Mercantil deverão atender os requisitos da Lei n.º 11.882; (vii) as Letras de Crédito do Agronegócio deverão atender os requisitos da Lei n.º 11.076; (viii) os Instrumentos de Captação Vinculados deverão atender a Resolução CMN 2.921; e (ix) os demais Direitos de Crédito deverão atender ao disposto na legislação e regulamentação que lhes seja aplicável;
- h. o Devedor e/ou o Cedente não poderão estar em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial e/ou em procedimento similar que venha a ser definido por lei; e
- i. o Devedor e/ou o Cedente não poderão estar inadimplentes no cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias para com o Fundo.

6.1.1. - Nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, os níveis de concentração a que se referem as alíneas (b), (c) e (d) do item 6.1. acima, serão observadas *pro forma* pelo somatório do valor total das Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo.

6.2. - Não será admitida a cessão parcial de Direitos de Crédito ao Fundo.

6.3. - O Gestor será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito às condições previstas no item 6.1. acima em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

6.3.1. - Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelos Cedentes ao Gestor, a fim de que o Gestor possa verificar o atendimento de Direitos de Crédito objeto de aquisição



pelo Fundo às condições previstas no item 6.1. acima, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato e prazo acordados entre o Gestor e os Cedentes, com aceitação, por escrito, do Administrador.

6.4. - Após o prazo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis para atingir a Alocação Mínima de Investimento no prazo de 90 (noventa) dias referido acima, o Administrador deverá, mediante comunicação do Gestor, solicitar imediatamente à CVM autorização para prorrogar o prazo para enquadramento do Patrimônio Líquido do Fundo à Alocação Mínima de Investimento por novo período de 90 (noventa) dias corridos (ou prazo superior que venha a ser admitido pela CVM), sem necessidade de autorização da Assembleia Geral de Cotistas. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Cotistas serão notificados do fato por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, endereçado a cada Cotista.

6.5. - A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes ativos financeiros, a critério do Gestor, de acordo com as diretrizes abaixo:

- a. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b. créditos securitizados pelo Banco Central;
- c. (i) CDB e RDB (excluídos aqueles certificados de depósito bancário vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921) que possuam classificação de risco mínima equivalente a AAA, assim atribuída pela Agência Classificadora de Risco, emitidos por qualquer Instituição Autorizada (excetuados os CDB e RDB emitidos pelo Itaú BBA e por suas Partes Relacionadas, sem prejuízo do disposto no item 6.9.4 abaixo) e que tenham vencimento não superior ao resgate final das Cotas Seniores conforme estabelecido neste Regulamento, (ii) CDB com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos – FGC (DPGE); e (iii) instrumentos de captação de instituições financeiras, que não aqueles considerados neste Regulamento como Direitos de Crédito.
- d. títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, incluindo, mas não se limitando, a cotas de emissão de fundos de investimento de renda fixa;
- e. operações compromissadas lastreadas nos ativos descritos na alínea (a) acima e contratadas com Instituições Autorizadas; e

Handwritten signature and a circular stamp.

- f. Operações de Derivativos, que tenham por objetivo a proteção das posições detidas à vista na Carteira, exclusivamente para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI, observado, ainda, o disposto no artigo 44 da Resolução CMN 3.792 e no parágrafo 3º do artigo 40 da Instrução CVM 356.

6.5.1. - As Operações de Derivativos deverão ser apresentadas pelo Gestor ao Comitê de Investimento para aprovação antes de serem realizadas. As Operações de Derivativos deverão ser registradas em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, sendo, nesses últimos casos, exclusivamente na modalidade "com garantia" da contraparte ou de terceiro.

6.5.2. - Os ativos financeiros a que se referem as alíneas "a" a "e" do item 6.5. acima que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI.

6.5.3. - O Fundo poderá investir em um ou mais fundos de investimento de renda fixa administrado e/ou gerido pelo Administrador, pelo Gestor e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, desde que o fundo investido não cobre taxa de administração e/ou taxa de performance.

[6.5.4. - O Administrador e o Gestor estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da Carteira do Fundo.]

6.6. - O Gestor envidará seus melhores esforços para que a remuneração da Carteira do Fundo seja compatível com o *Benchmark* das Cotas Seniores.

6.7. - O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

6.8. - Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. acima em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá manter a qualquer tempo em sua Carteira Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O percentual referido neste item poderá ser elevado para 100% (cem por cento) quando o Devedor ou coobrigado de uma mesma pessoa ou Sociedade:

 27

- a. tenha registro de companhia aberta;
- b. seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Banco Central; ou
- c. seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, que deverão ser entregues à CVM no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.

6.9. - Observado o disposto nos itens 6.9.1, 6.9.2, 6.9.3 e 6.9.4. abaixo, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cotista Subordinado e/ou suas respectivas Partes Relacionadas, sem limitação de valor.

6.9.1. - O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e/ou de suas Partes Relacionadas.

6.9.2. - O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Cotista Subordinado, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, dos Cotistas, do Custodiante, do Cotista Subordinado e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas.

6.9.3. - Observado o disposto nos itens 6.5. e 6.5.1. acima, o Fundo poderá contratar quaisquer Operações de Derivativos com o Administrador, o Gestor, os Cotistas, o Custodiante, o Cotista Subordinado e/ou com suas respectivas Partes Relacionadas.

6.9.4. - O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de emissão de Sociedades não financeiras controladas pelo Cotista Subordinado e/ou por suas Partes Relacionadas, bem como Ativos Financeiros de emissão do Cotista Subordinado ou de suas Partes Relacionadas que sejam instituições financeiras, ressalvados os Instrumentos de Captação Vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921 cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1 deste Regulamento. Para os fins deste item, controle tem o significado atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

 28

6.10. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pelo Gestor, com base no Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo dos referidos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

6.10.1. - Observado o disposto nos itens 6.5. e 6.5.1. acima, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos pelo Fundo com Operações de Derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

6.11. - Na hipótese de desenquadramento da Carteira com relação à Alocação Mínima de Investimento e aos percentuais previstos no item 6.8 acima por período superior a 60 (sessenta) dias úteis, será caracterizado um Evento de Avaliação nos termos do item 14.1 deste Regulamento.

6.12. - O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Cotistas. Todavia, a Carteira poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Para os fins do disposto neste item, e deste Regulamento, os Direitos de Crédito elegíveis não são considerados para fins de cálculo do prazo médio da Carteira.

6.13. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverão ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central e/ou pela CVM.

6.14. - O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, do Comitê de Investimentos, do Custodiante, de qualquer de suas respectivas Partes Relacionadas ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Dois deste Regulamento. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá ler cuidadosamente os fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Dois deste Regulamento, bem como atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto em todos os itens deste Capítulo Seis, por meio de assinatura de Termo de Adesão.

 29

6.15. - O Fundo, o Custodiante, o Administrador, o Gestor, o Cotista Subordinado, suas respectivas Partes Relacionadas e os membros do Comitê de Investimentos não respondem pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Cedentes e dos respectivos Devedores, desde que, no âmbito de suas respectivas atribuições, não tenham agido com comprovada negligência na aquisição dos Direitos de Crédito, observado o item 6.15.1 abaixo.

6.15.1. - Os Cedentes e os originadores dos Direitos de Crédito, conforme o caso, serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e pela correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, sendo que os Cedentes e os originadores não serão responsáveis pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito.

#### **CAPÍTULO SETE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

7.1. - Entende-se por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros da Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

7.2. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e de acordo com o manual de precificação adotado pelo Custodiante, disponível para consulta no website [www.itaucustodia.com.br/Manual\\_Precificacao.pdf](http://www.itaucustodia.com.br/Manual_Precificacao.pdf), ou pela instituição que venha a substituir o Custodiante na prestação dos serviços de controladoria para o Fundo, observado o disposto no item 7.4 abaixo.

7.3. - Qualquer alteração no valor dos Direitos de Crédito, inclusive aquelas decorrentes de eventual deságio apurado na sua aquisição, será reconhecida em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

7.4. - A precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, será feita pelo valor de mercado com base no manual de precificação do Custodiante. No entanto, caso o Administrador não concorde com a precificação baseada no manual do Custodiante, o Administrador e o Custodiante deverão decidir de comum acordo o critério a ser seguido.

 30

7.5 - As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza legal e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Capítulo.

#### **CAPÍTULO OITO – DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

8.1. – A Primeira Emissão de Cotas será formada por 400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores e 100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas, com Preço de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando um patrimônio de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo que as demais características das Cotas da Primeira Emissão estão expressamente identificadas no Suplemento da Primeira Emissão. As características das Cotas objeto de novas emissões após a Primeira Emissão, serão descritas no Suplemento da respectiva Emissão.

8.2. - As Cotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas de acordo com o disposto no Capítulo Nove abaixo, e serão amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Capítulo Doze abaixo e no respectivo Suplemento.

8.3. - A Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da legislação aplicável.

8.4. - Novas emissões de Cotas somente poderão ser realizadas mediante previa aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum estabelecido no presente Regulamento. A cada nova Emissão de Cotas, deverá ser observada a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas.

#### **CAPÍTULO NOVE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS**

##### Características das Cotas

9.1. - As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em 2 (duas) classes, sendo 1 (uma) classe de Cotas Seniores e 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas.

9.2. - As Cotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas junto ao Agente Escriurador das Cotas do Fundo.



#### Direitos Patrimoniais

9.3 - As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de amortização, amortização extraordinária e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores. Como regra geral, as Cotas Subordinadas somente serão amortizadas ordinária e/ou extraordinariamente, em cada Data de Amortização, observados os critérios estabelecidos no Anexo II deste Regulamento, e/ou resgatadas, após o último pagamento de amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores em circulação.

#### Direitos de Voto das Cotas

9.4 - Cada uma das Cotas terá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo em relação às matérias nas quais referida Cota tiver direito de voto, nos termos do disposto no Capítulo Dez deste Regulamento.

#### Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e as Cotas Seniores do Fundo

9.5 - O Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1 do Anexo II deste Regulamento.

9.5.1 - Não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento.

#### Oferta Pública das Cotas Seniores

9.6 - As Cotas Seniores serão objeto de Oferta Pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início da respectiva Oferta Pública. A publicação do Anúncio de Início ocorrerá em até 90 (noventa) dias corridos contados da concessão do registro da respectiva Oferta Pública pela CVM.

9.6.1 - As despesas relacionadas ao registro da Oferta Pública das Cotas Seniores serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e o disposto no Capítulo Quinze deste Regulamento.



9.6.2. - O Administrador poderá, conforme orientação do Gestor, solicitar à CVM a prorrogação do prazo de subscrição referido no item 9.6. acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

9.6.3. - O Anúncio de Início apresentará os termos e condições da Oferta Pública, bem como informará as condições para subscrição e integralização das Cotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

#### Subscrição e Integralização das Cotas do Fundo

9.7. - O total de Cotas Subordinadas emitidas em cada nova Emissão de Cotas deverá respeitar o disposto no item 8.4. acima.

9.8. - No ato de subscrição de Cotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder, (ii) assinará o Compromisso de Integralização, por meio do qual comprometer-se-á em caráter irrevogável e irretratável a integralizar as Cotas subscritas nos termos do referido compromisso, e (iii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e, estar ciente, dentre outros, (a) das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à Política de Investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Prospecto e neste Regulamento e (c) das atribuições e remuneração dos prestadores de serviços do Fundo

9.8.1. - As Cotas serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, nos termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e do respectivo Compromisso de Integralização. As Cotas Subordinadas poderão ser subscritas e integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade, sem prejuízo da observância pelo Gestor das condições previstas no item 6.1. acima

9.9. - As Cotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta e a integralização de Cotas será feita mediante Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, observado o disposto nos itens abaixo e nos respectivos Compromissos de Integralização, pelo valor da Cota no dia da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 9.11. e 9.11.1. O valor de parte ou da totalidade das Cotas a serem integralizadas em cada Chamada de Capital será determinado pelo Gestor, com base no volume de recursos necessário às atividades do Fundo, observados os valores máximos constantes dos Compromissos de Integralização celebrados pelos Cotistas do Fundo.

 33



9.9.1. - O Administrador, conforme instruções e orientação do Gestor, realizará Chamadas de Capital, comunicando os Cotistas sobre tal necessidade e solicitando o aporte de recursos no Fundo mediante a integralização parcial ou total das Cotas subscritas por cada um dos Cotistas nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, (a) para realização de investimentos em Direitos de Crédito, na medida em que sejam identificadas novas oportunidades de investimento; e (b) para aplicações em Ativos Financeiros quando houver necessidade de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo. As Chamadas de Capital para investimento em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros somente podem ser realizadas durante o Período de Integralização e ressalvada a hipótese de Patrimônio Líquido negativo em que poderá ocorrer Chamadas de Capital em montante superior ao previsto nos Compromissos de Investimento.

9.9.2. - Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Integralização.

9.9.2.1 - No ato de integralização de Cotas, os Cotistas deverão receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.

9.9.3. - As Chamadas de Capital serão destinadas exclusivamente ao Cotista Subordinado até que a totalidade das Cotas Subordinadas tenha sido integralizada. Após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas, os titulares de Cotas Seniores serão chamados a integralizar as Cotas de sua titularidade.

9.9.4. - As Chamadas de Capital serão realizadas até que a totalidade das Cotas subscritas seja integralizada ou até o final do Período de Integralização. Caso no final do Período de Integralização as Chamadas de Capital realizadas pelo Administrador não tenham abrangido a totalidade das Cotas subscritas por cada Cotista, conforme previstos nos respectivos Compromissos de Integralização, o saldo que não tenha sido objeto de Chamadas de Capital será cancelado.

9.9.5. - Os Cotistas, por meio do Compromisso de Integralização, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 9.9, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento parcial ou total de suas obrigações, estando sujeitos ainda à suspensão dos direitos políticos e patrimoniais atribuídos pelas respectivas Cotas nos termos deste Regulamento até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso um Cotista inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos políticos e patrimoniais, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no

34



item 9.9.7 abaixo, o Cotista terá os direitos políticos e patrimoniais atribuídos por suas respectivas Cotas imediatamente restituídos.

9.9.6. - Caso o Fundo realize amortização ou resgate de Cotas em período em que um Cotista esteja qualificado como inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao referido Cotista serão utilizados para o pagamento dos débitos do mesmo perante o Fundo. Eventuais saldos existentes após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Cotista inadimplente a título de amortização ou resgate de suas Cotas.

9.9.7. - Caso qualquer Cotista não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Integralização, o Administrador poderá alienar as Cotas de titularidade de referido Cotista inadimplente dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Cotista. Eventuais saldos existentes após a dedução do débito do Cotista inadimplente para com o Fundo serão entregues ao Cotista inadimplente, nos termos do respectivo Compromisso de Integralização.

9.10. - A integralização das Cotas do Fundo será efetuada (i) por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional. As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade, sem prejuízo da observância pelo Gestor das condições previstas no item 6.1. acima.

#### Critérios para Apuração do Valor das Cotas Seniores

9.11. - A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, cada Cota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização e resgate, de acordo com o previsto no Anexo I deste Regulamento.

#### Critérios para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas

9.11.1. - A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas, cada Cota Subordinada terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização e resgate, de acordo com o previsto no Anexo I deste Regulamento.

#### Negociação das Cotas do Fundo



9.12. - As Cotas Seniores serão registradas no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e serão admitidas à negociação em mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

9.12.1. - As Cotas Seniores não serão negociadas em qualquer outro sistema de negociação. Sem prejuízo do disposto acima, após a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, o Administrador poderá registrar as Cotas Seniores para negociação no mercado secundário de renda fixa em ambientes administrados pela BM&FBOVESPA ou em outros ambientes de negociação que venham a ser autorizados no futuro.

9.12.2. - Na hipótese de negociação das Cotas Seniores em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Cotista como Investidor Qualificado, bem como ficará obrigado a cumprir as disposições relacionadas a "suitability" conforme determina o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, bem como das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613 de 3 de março de 1998 e da Instrução da CVM 301.

9.12.3 - Na hipótese de negociação ou qualquer outra hipótese de cessão ou transferência das Cotas, inclusive de forma privada, o Cotista alienante das Cotas deverá obter dos adquirentes que ainda não sejam Cotistas (i) Termo de Adesão devidamente assinado, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado; (ii) cadastro nos termos da Instrução CVM 301, e demais normas aplicáveis em vigor; (iii) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este item.

9.13. - As Cotas Subordinadas serão registradas no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, mas não serão admitidas à negociação no mercado secundário em qualquer ambiente de negociação.

9.13.1. - As Cotas Subordinadas não poderão ser alienadas a terceiros, devendo ser mantidas pelo Cotista Subordinado durante todo o Prazo de Duração do Fundo.

#### Classificação de Risco das Cotas

9.14. - As Cotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais ao Administrador e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.



9.14.1. - A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas deverá ser informada pelo Administrador aos membros do Comitê de Investimentos e a cada um dos Cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for informado o rebaixamento pela Agência Classificadora de Risco, por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

9.15. - As Cotas Subordinadas não serão objeto de classificação de risco.

## CAPÍTULO DEZ – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

10.1. - É da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iii) deliberar sobre a destituição do Gestor nas hipóteses previstas no Capítulo Dezessete abaixo;
- (iv) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (v) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (vi) deliberar sobre a liquidação do Fundo em outras circunstâncias que não configurem um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação;
- (vii) aumentar o *Benchmark* das Cotas Seniores;
- (viii) reduzir o *Benchmark* das Cotas Seniores ou alterar a periodicidade de amortização das Cotas Seniores;
- (ix) alterar os quoruns de deliberação das Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo, observados os quoruns previstos na Instrução CVM 356,



- (x) deliberar sobre os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, incluindo, mas não se limitando, as medidas a serem adotadas em caso de cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do item 1.6. do Anexo V deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de procedimentos de cobrança dos Direitos de Créditos;
- (xii) resolver se, na ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Liquidação, conforme o caso, referido Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação ou, no caso de Evento de Liquidação, se referido Evento de Liquidação deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xiii) alterar este Regulamento além das hipóteses específicas de alteração mencionadas nas demais alíneas deste item 10.1;
- (xiv) deliberar sobre a nomeação do administrador do condomínio nos termos do Capítulo Treze abaixo;
- (xv) deliberar sobre a proposta de nomes para o novo administrador e/ou gestor indicado nos termos do item 17.5. abaixo;
- (xvi) aprovar, entre os nomes apresentados pelo Cotista Subordinado nos termos do item 17.5. abaixo, o novo administrador e/ou gestor do Fundo;
- (xvii) alterar a Política de Investimento e/ou o Critério de Elegibilidade previsto neste Regulamento, com anuência do Gestor;
- (xviii) deliberar se o rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores a um nível inferior a "BBB" deve ser considerado um Evento de Avaliação; e
- (xix) deliberar sobre emissão de novas Cotas

10.2. - Todos os Cotistas terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 10.1 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas que não expressamente indicadas neste Capítulo.

10.3. - As deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas serão tomadas pela maioria das Cotas dos Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas, exceto pelas matérias indicadas nas alíneas (ii), (iv), (v), (vi) e (xii) do item 10.1 deste Regulamento que serão tomadas em



primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembleia Geral de Cotistas.

10.4. - A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, nos termos da regulamentação aplicável. O(s) representante(s) dos Cotistas não fará(ão) jus, sob qualquer hipótese, ao recebimento de remuneração do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos ou de qualquer Cedente para o exercício de tal função.

10.5. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em caso de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Cotistas da referida alteração, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

10.6. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-se a qualquer momento por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação dirigida ao Administrador, (i) pelo Gestor; (ii) pelo Comitê de Investimentos; ou (iii) por Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, sendo que, nessas hipóteses, o Administrador será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

10.6.1. - A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pelo Administrador, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, endereçado a cada Cotista, com aviso de recebimento, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral de Cotistas. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

10.6.2. - Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, mediante convocação na forma referida no item 10.7.1. acima. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

10.6.3. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas com direito de voto para deliberar sobre todas as matérias constantes da ordem do dia.



10.7. - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na Cidade de São Paulo, devendo o local ser indicado com clareza na convocação.

10.8. - A Assembleia Geral de Cotistas deverá reunir-se pessoalmente. Das Assembleias Gerais de Cotistas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Cotistas presentes e, a critério do Administrador, devidamente registradas no competente cartório de registro de títulos e documentos.

10.9. - As Assembleias Gerais de Cotistas serão instaladas com a presença de pelos menos um Cotista.

10.10. - Somente poderão votar nas Assembleias Gerais de Cotistas os Cotistas com direito de voto, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Não terão direito a voto os Cotistas que não estejam em pontual e integral cumprimento de suas obrigações para com o Fundo.

10.11. - O Gestor terá direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas sempre que for titular de Cotas do Fundo.

10.12. - Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas serão divulgadas pelo Administrador aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento.

## CAPÍTULO ONZE - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

11.1. - O Fundo terá um Comitê de Investimentos cuja função será:

- (i) aprovar a aquisição, venda, repactuação, cobrança ou qualquer outra operação envolvendo os Direitos de Crédito do Fundo, inclusive o Preço de Aquisição, de acordo com a Política de Investimento descrita neste Regulamento e com observância da regulamentação aplicável. Caberá ao Comitê de Investimentos atestar que o Preço de Aquisição corresponde ao preço de mercado do Direito de Crédito praticado no momento da aquisição;
- (ii) nas hipóteses de inadimplemento ou de impossibilidade de pagamento pelo Devedor ou pelo Cedente, conforme o caso, tendo em vista o melhor interesse do Fundo e dos Cotistas, aprovar (a) a repactuação dos termos e condições dos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação do Devedor ou do Cedente,



conforme o caso e/ou (b) adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea (i) do item 6.1. acima inclusive sobre a realização de Amortização Extraordinária para reenquadramento, nos termos do item 11.9. e seguintes abaixo;

(iii) na hipótese de pré-pagamento de qualquer Direito de Crédito, deliberar sobre a Amortização Extraordinária das Cotas do Fundo, nos termos do item 11.9. e seguinte abaixo, ou sobre a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito adicionais para a Carteira do Fundo; e

(iv) aprovar Operações de Derivativos a serem realizadas pelo Fundo.

11.2. - O Comitê de Investimentos será formado por 2 (dois) membros, sendo um indicado pelo Cotista Subordinado e um indicado pelo Gestor. Tanto o Gestor como o Cotista Subordinado poderão destituir e substituir o membro do Comitê de Investimentos por eles indicado. Além dos membros titulares, o Cotista Subordinado e o Gestor indicarão cada um 1 (um) membro suplente que poderá substituir os membros titulares quando estes estiverem impossibilitados de participar de reunião do Comitê de Investimento por qualquer motivo tal como férias, ausência, doença, etc.

11.2.1. - Somente poderão participar do Comitê de Investimentos representando seus integrantes, pessoas físicas que não estejam impedidas de exercer atividades no mercado financeiro e/ou de capitais.

11.3. - No prazo de 5 (cinco) dias úteis da indicação ou substituição, conforme o caso, de qualquer membro do Comitê de Investimentos, o Administrador comunicará formalmente a cada um dos Cotistas, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico, os nomes dos membros do Comitê de Investimentos indicados ou substituídos.

11.3.1. - Os membros do Comitê de Investimentos terão mandato por tempo indeterminado, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo, a critério exclusivo das partes que os indicaram.

11.4. - O Comitê de Investimentos reunir-se-á sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem, mediante convocação por comunicação por escrito a cada membro, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, indicando a data, horário e local da reunião e respectivas matérias a serem nela tratadas. As reuniões deverão ser convocadas pelo Gestor ou por qualquer membro do Comitê de Investimentos e instalar-se-ão com a presença de todos os seus membros.





11.4.1. - Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos e das funções que lhe são conferidas neste Regulamento, o Gestor e o Cotista Subordinado, comprometem-se a enviar a todos os membros do comitê todo o material referente à matéria que for objeto da respectiva reunião, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da reunião do Comitê de Investimentos.

11.4.2. - A não observância pelo Gestor e do Cotista Subordinado dos prazos mencionados neste Capítulo Onze resultará no direito de qualquer membro do Comitê de Investimentos solicitar a suspensão da reunião convocada até que sejam observados os prazos previstos neste Capítulo

11.4.3 - Os membros integrantes do Comitê de Investimentos poderão participar das reuniões do Comitê de Investimentos pessoalmente, por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante.

11.5. - As deliberações do Comitê de Investimentos serão tomadas por unanimidade dos seus membros.

11.6. - As decisões do Comitê de Investimentos deverão ser lavradas em ata por qualquer membro do Comitê de Investimentos presente à reunião, que deverá ser assinada e arquivada na sede social do Administrador. O Comitê de Investimentos deverá notificar o Administrador, por escrito, das decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos nos termos deste Regulamento.

11.7. - Toda e qualquer decisão do Comitê de Investimentos deverá ser acatada pelo Administrador, observado o disposto no item 11.8 abaixo.

11.8 - Caberá ao Comitê de Investimentos analisar e sugerir estratégias, diretrizes e operações com relação à Política de Investimento, não lhe sendo facultado tomar decisões que contrariem ou alterem este Regulamento nem que eliminem a discricionariedade do Administrador e do Gestor com relação às suas respectivas atribuições.

11.9 - Caso o Comitê de Investimentos determine a Amortização Extraordinária das Cotas do Fundo nos termos do item 11.1 (iv) acima, o Administrador tomará todas as medidas necessárias para a Amortização Extraordinária das Cotas, observado o disposto nos subitens abaixo.

11.9.1 - A Amortização Extraordinária deverá observar os critérios previstos no Anexo II deste Regulamento



11.9.2. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos deste Capítulo, todos os Cotistas serão previamente comunicados, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência da data prevista para a Amortização Extraordinária, inclusive sobre o valor total esperado envolvendo cada Amortização Extraordinária.

11.9.3 - Qualquer Amortização Extraordinária observará o disposto no item 9.3. acima.

## **CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS**

### Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortizações e Resgates

12.1. - A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Cotas, observado o disposto no Anexo II deste Regulamento. O resgate das Cotas ocorrerá na Data de Resgate. As amortizações e/ou resgates pagos aos Cotistas deverão observar o disposto no Anexo II deste Regulamento.

12.2. - Os pagamentos de amortizações e/ou resgates de Cotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores, em benefício de todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores objeto de pagamento de rendimentos, amortizações e/ou resgates. Os pagamentos de amortizações e/ou resgates de Cotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Subordinadas. Quando do pagamento de resgate de Cotas, as Cotas objeto de resgate serão canceladas.

12.3. - Os pagamentos de amortização das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota calculado nos termos do Anexo I deste Regulamento, na Data de Amortização, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

12.4. - Os pagamentos de resgate das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota calculado nos termos do Anexo I deste Regulamento.

12.5. - No âmbito de processo de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Cotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Cotas, conforme o disposto no Capítulo Treze deste Regulamento.

43



12.6. - Quando a data estipulada para pagamento de rendimentos, amortização ou resgate de Cotas ocorrer em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte à data prevista, pelo valor apurado na Data de Amortização ou na data prevista para o pagamento do resgate, conforme o caso.

### **CAPÍTULO TREZE - DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E/OU DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.1. - Caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, será constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo ("Condôminos"), cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. O condomínio se extinguirá quando do pagamento de todos os Condôminos com os recursos obtidos com a venda ou o recebimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros. O Administrador, o Gestor e o Custodiante permanecerão obrigados em relação às suas respectivas responsabilidades estabelecidas neste Regulamento até que seja designado um administrador responsável pelo condomínio, mas em nenhuma hipótese por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da constituição do condomínio. Após referido período de 30 (trinta) dias, o Administrador, o Gestor e o Custodiante ficarão desobrigado(s) de suas atribuições para com o Fundo.

13.1.1. - O Administrador deverá notificar os Condôminos, por meio de carta registrada ou de correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento, no prazo mínimo de até 3 (três) dias úteis contados da constituição do condomínio, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando inclusive a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Condômino fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador ou do Gestor perante os Condôminos após a constituição do referido condomínio.

13.1.2 - O Custodiante realizará a guarda dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios, bem como dos Ativos Financeiros, conforme o caso, pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos contados da constituição do condomínio previsto no item 13.1. acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Condôminos ou ao qual essa função tenha sido atribuída indicará ao Administrador, ao Gestor e ao Custodiante a hora e o local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos de Crédito, dos Ativos Financeiros e



dos Documentos Comprobatórios, conforme o caso, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro

13.1.3. - As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Cotas Subordinadas, observado que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores

#### **CAPÍTULO QUATORZE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

##### Eventos de Avaliação

14.1. - São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) não observância do prazo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão, ou do prazo adicional concedido pela CVM, para alocação dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito em montante que corresponda a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme disposto no item 6.4. acima;
- (b) não observância, pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Custodiante, dos seus respectivos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, desde que, notificado(s) para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça(m) no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da notificação de descumprimento;
- (c) não observância do disposto no item 1.1. do Anexo II nas Datas de Amortização ou em razão de comprovado erro operacional, desde que sanado no prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;
- (d) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento, sem prejuízo do disposto no item (c) acima;
- (e) verificação de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com o Critério de Elegibilidade ou com a Política de Investimento;
- (f) o rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores a nível inferior a "BBB";
- (g) se o Patrimônio Líquido do Fundo for inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ao final do prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da Primeira Data de



Integralização da Cota Subordinada da Primeira Emissão do Fundo; e

- (h) em caso de não reenquadramento da Carteira com relação à Alocação Mínima de Investimento e/ou aos percentuais previstos no item 6.8. deste Regulamento no prazo de 60 (sessenta) dias úteis previsto no item 6.11. acima.

14.1.1. - O Administrador será responsável por informar os Cotistas sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação referidos acima no momento em que tomar conhecimento do fato diretamente, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou por meio de qualquer parte interessada, conforme o caso.

14.1.2. - Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito (se for o caso) e o Administrador convocará, em 2 (dois) dias úteis, uma Assembleia Geral de Cotistas, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez acima, em especial, o item 10.3., (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo; ou (ii) se o referido Evento de Avaliação não deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo.

14.1.3. - Caso o Evento de Avaliação não seja considerado um Evento de Liquidação nos termos da alínea (ii) do item 14.1.2. acima, o Fundo poderá reiniciar o procedimento de aquisição de Direitos de Crédito.

14.1.4. - No caso de a Assembleia Geral de Cotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens 14.2. e seguintes abaixo sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Cotistas, podendo a Assembleia Geral de Cotistas que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação do Fundo deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo independentemente de qualquer notificação aos Cotistas ausentes à referida Assembleia Geral de Cotistas.

#### Eventos de Liquidação

14.2. - São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (b) renúncia do Custodiante ou rescisão do Contrato de Custódia e Controladoria, sem que



uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos;

- (c) não pagamento de valores referentes à amortização das Cotas Seniores, conforme a metodologia, condições e periodicidade previstas no Anexo II, após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias;
- (d) se no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início ou prazo superior autorizado pela CVM não for subscrita a totalidade das Cotas representativas da Primeira Emissão;
- (e) se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e
- (f) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar.

14.2.1. - O Administrador será responsável por informar os Cotistas sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação referidos acima, no momento em que tomar conhecimento do fato diretamente, pelo Gestor ou pelo Custodiante, ou por meio de qualquer parte interessada, conforme o caso.

14.2.2. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Fundo interromperá imediatamente a aquisição de Direitos de Crédito (se for o caso) e o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação ou não do Fundo em até 2 (dois) dias úteis

14.2.3. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Cotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, observado que as Cotas do Fundo serão resgatadas compulsoriamente dentro do Prazo para Resgate, pelo valor de cada Cota do dia do pagamento calculado na forma deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento:

- (a) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas;
- (b) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores;



- (c) durante o Prazo para Resgate, as Cotas serão amortizadas, total ou parcialmente, em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) disponíveis, após a constituição da Reserva de Pagamento;
- (d) os pagamentos referidos acima serão realizados de acordo com o disposto no Capítulo Vinte e Um deste Regulamento; e
- (e) se no último Dia Útil do Prazo para Resgate a totalidade das Cotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Cotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Cotas, observado o disposto no Capítulo Treze acima

14.2.4. - Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas deliberar pela não liquidação do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, será concedido aos Cotistas Seniores dissidentes o Direito de Dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Cotas Seniores, a ser pago em até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Cotistas, pelo valor da Cota Sênior calculado 2 (dois) dias úteis consecutivos antes da data de pagamento, nos termos deste Regulamento. Os Cotistas Seniores dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar pela não liquidação do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. O pagamento do resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Seniores dissidentes será realizado pelo Administrador no prazo acima referido, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias acima referido os Cotistas Seniores dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Cotas Seniores em moeda corrente nacional, os Cotistas dissidentes receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros como pagamento pelo exercício do seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo Treze deste Regulamento.

#### CAPÍTULO QUINZE – DOS ENCARGOS DO FUNDO

15.1. - Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;



- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (viii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à realização de Assembleia Geral de Cotistas ou à emissão de Cotas;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Cotas admitidas à negociação e/ou seus Direitos de Crédito e Ativos Financeiros registrados;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (xi) Taxa de Custódia; e
- (xii) Taxa de Administração.

15.2. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador.

15.3. - O pagamento das despesas de que trata o item 15.2. acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada pelo Administrador.





15.4. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas.

#### **CAPÍTULO DEZESSEIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

16.1. - O Fundo terá escrituração contábil própria, separada da relativa ao Administrador.

16.2. - O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e encerrar-se-á em 31 de janeiro de cada ano.

16.3. - O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

16.4. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

#### **CAPÍTULO DEZESSETE – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

##### Administração e Gestão

17.1. - O Fundo será administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91.

17.1.1. - O Fundo, por meio de seu Administrador, contratou o Banco Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04., sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º 8.015, expedido em 29 de outubro de 2004, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo.

17.1.2. - O Gestor poderá transferir suas funções nos termos deste Regulamento para qualquer de suas Partes Relacionadas, sem necessidade de aprovação prévia pela Assembleia Geral de Cotistas. O novo gestor passará a integrar, para todos os fins, a definição de Gestor de que trata este Regulamento.

17.2. - Observada a regulamentação em vigor e as limitações impostas por este Regulamento, bem como a competência do Comitê de Investimentos (i) o Administrador tem poderes para

praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, e (ii) o Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira e exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira, sendo o responsável, para todos os fins de direito, pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observado ainda o disposto no item 6.15.1. acima.

17.2.1. - Nos termos da regulamentação em vigor, o Administrador e o Gestor deverão empregar, no exercício das suas atividades, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração e gestão dos seus próprios recursos e responderão por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração e gestão, respectivamente.

17.2.2. - Nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, fica o Gestor constituído como procurador para, em nome do Fundo e em conjunto com o Administrador, celebrar todo e qualquer documento, acordo ou contrato relativo às operações da Carteira incluindo, sem limitação, os respectivos Contratos de Cessão dos Direitos de Crédito, os contratos relativos à negociação de Ativos Financeiros, contratos com agente fiduciário, Agentes de Cobrança, instituições financeiras, escrituradores ou custodiantes dos Direitos de Crédito e outros prestadores de serviços relacionados aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo. Na celebração dos documentos ora referidos o Gestor deverá observar os interesses dos Cotistas do Fundo, a legislação e regulamentação aplicáveis e este Regulamento.

17.3. - O Administrador e/ou o Gestor, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento endereçado aos Cotistas, sempre com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, podem renunciar à administração e/ou a gestão do Fundo, conforme o caso, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez acima.

17.3.1 - Na hipótese de renúncia do Administrador e/ou do Gestor e nomeação de nova instituição administradora e/ou gestora em Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador e/ou Gestor continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo por prazo a ser definido na referida Assembleia Geral de Cotistas, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Cotistas.

17.3.2. - Caso a nova instituição administradora e/ou gestora nomeada nos termos descritos acima não substitua o Administrador e/ou Gestor dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos



contados da data em que se realizar a Assembleia Geral de Cotistas referida no item acima, o Administrador e/ou Gestor procederá à liquidação automática do Fundo em até 10 (dez) dias contados da data de encerramento do prazo referido neste item.

17.3.3. - Na hipótese do Administrador e/ou do Gestor renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Cotistas referida acima (i) não nomear instituição administradora e/ou gestora habilitada para substituir o Administrador e/ou Gestor; ou (ii) não tiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Dez acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou Gestor ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Cotistas.

17.4. - O Administrador e o Gestor poderão ser destituídos de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por deliberação dos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez acima.

17.4.1. - A destituição do Administrador não implicará na destituição do Gestor e a destituição do Gestor não implicará na destituição do Administrador.

17.4.2. - Caso haja destituição do Gestor sem justa causa, este fará jus à Remuneração do Gestor que receberia até o final do Prazo de Duração do Fundo. Em caso de destituição por justa causa, a Remuneração do Gestor será paga *pro rata* pelo tempo em que permaneceu como Gestor o Fundo. Por "justa causa" neste item entende-se a comprovação de que o Gestor atuou com dolo ou má-fé no desempenho de suas funções e responsabilidades ou violou obrigações legais, contratuais ou previstas no regulamento, que deveria observar como Gestor da Carteira do Fundo.

17.5. - Na hipótese de destituição do Administrador e/ou do Gestor, o Cotista Subordinado deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral de Cotistas que aprovou a destituição do Administrador ou do Gestor, indicar no mínimo, 3 (três) instituições autorizadas para atuar como novo administrador ou gestor do Fundo. Apresentadas as indicações, os titulares de Cotas Seniores deverão reunir-se em Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis após a Assembleia Geral de Cotistas que aprovar a indicação das instituições autorizadas, para escolher dentre os nomes indicados pelo Cotista Subordinado o novo administrador ou gestor do Fundo. Nas Assembleias Gerais de Cotistas de que trata este item, serão observados os quoruns definidos no item 10.3 acima.

Custódia, Controladoria e Escrituração do Fundo



17.6. - Para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controle dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, nos termos do Contrato de Custódia e Controladoria.

17.7. - A Itaú Corretora de Valores S.A. com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, prestará ao Fundo serviços de escrituração de Cotas, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Cotas.

17.8. - O Custodiante, ou terceiro por ele contratado sob sua responsabilidade, sem prejuízo das obrigações e responsabilidades a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM 356, incluindo o recebimento e a análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito. O Custodiante ou terceiro por ele contratado realizará a verificação do lastro a que se refere este item relativamente à totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma individual, não por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios, até o final do trimestre seguinte à respectiva cessão. A verificação de qualquer inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito será de imediato comunicada ao Administrador, aos Cedentes, ao auditor independente e à Agência Classificadora de Risco.

#### **CAPÍTULO DEZOITO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE E DO AGENTE ESCRITURADOR**

18.1. - A Taxa de Administração do Fundo será equivalente ao somatório dos seguintes parâmetros:

- (i) valor equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, até o volume de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,06% (seis centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), provisionada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior;



(ii) valor equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano sobre o volume de todas as Cotas Seniores em circulação provisionada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), apurado no Dia Útil imediatamente anterior; e

(iii) valor fixo de R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) por mês.

18.2. - A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (i) do item 18.1. acima não poderá ser inferior ao valor mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

18.3. - A Taxa de Administração será provisionada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, no segundo Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

18.4. - A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (ii) do item 18.1. acima será destinada ao pagamento da Remuneração do Gestor.

18.5. - A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (iii) do item 18.1. acima será destinada ao pagamento da Remuneração do Agente Escriturador.

18.6. - O valor a que se refere o subitem (iii) do item 18.1. será reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (IPC - FIPE) do período anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM, ou, na falta de ambos, pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

18.7. - O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente ao Administrador, após deduzidos os valores devidos nos subitens (ii) e (iii) do item 18.1., será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará ao Administrador serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade do Administrador; e (ii) elaboração e atualização do website onde serão disponibilizadas aos Cotistas, todas as informações pertinentes ao Fundo.



18.8. - No caso de participação e implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembleia Geral de Cotistas, será devida uma remuneração adicional ao Administrador equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Administrador, de "relatório de horas" enviado aos Cotistas.

18.9. - Os valores em reais previstos nos itens 18.2. e 18.8. acima serão atualizados pelo Administrador e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da 1ª (primeira) integralização de Cotas, ou na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGPM. Serão acrescidos (*gross-up*) mensalmente à Taxa de Administração os valores de tributos, impostos, taxas, contribuições ou retenções de qualquer natureza incidentes sobre, ou decorrentes de, tal remuneração, incluindo, mas não se limitando ao IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, ISS - Imposto sobre Serviços, PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de forma a que o Administrador receba os valores a que teria direito caso tais tributos, impostos, taxas, contribuições e retenções não fossem incidentes.

18.10. - O Administrador e o Gestor não farão *jus* a taxa de desempenho e/ou performance.

18.11. – Pelos serviços de custódia qualificada, o Custodiante fará *jus* à Taxa de Custódia mensal, paga diretamente pelo Fundo, correspondente ao maior valor entre o fixo mensal de R\$20.000,00 (vinte e mil reais) e o percentual de 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, a qual será provisionada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, na mesma data de vencimento indicada no item 18.3. acima.

## CAPÍTULO DEZENOVE – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

19.1. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas e à Agência Classificadora de Risco acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

19.1.1. - A divulgação das informações será efetuada no "Diário Comércio, Indústria e Serviços – DCI", e qualquer mudança será comunicada aos Cotistas previamente.



19.2. - Exceto quando exigido pela regulamentação aplicável, a divulgação de informações de que trata o item 19.1. acima será feita mediante comunicação por escrito a cada um dos Cotistas do Fundo, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, com aviso de recebimento, e serão disponibilizadas aos Cotistas na sede do Administrador e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar da Oferta Pública, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação.

19.3. - O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo dados sobre o desempenho obtido e o esperado

19.4. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; (ii) 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o encerramento do trimestre em se tratando de demonstrações financeiras trimestrais; e (iii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

19.5. - O Administrador deve divulgar, em sua página eletrônica na rede mundial de computadores, quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

19.5.1. - O disposto no item 19.5. acima não se aplica a informações divulgadas a:

(i) prestadores de serviços do Fundo, desde que tais informações sejam necessárias à execução de suas atividades; e

(ii) órgãos reguladores e autorreguladores, quando tais informações visem atender solicitações legais, regulamentares ou estatutárias.

19.6. - O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas na regulamentação aplicável, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos.

56





19.7. - O Administrador elaborará demonstrativos trimestrais evidenciando em relação ao trimestre à que se refere (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento do Fundo e com os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira estabelecidos neste Regulamento; (ii) que as negociações de aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros foram realizadas levando-se em conta as taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação do lastro adotados pelo Custodiante; (iv) os resultados da verificação do lastro realizada pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos Direitos de Crédito inexistentes porventura encontrados; (v) os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e valor total, expresso em reais, das taxas de juros (discriminando o regime, se simples ou compostos) ou de retornos incidentes sobre os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, bem como os seus respectivos prazos de vencimento dos períodos de amortização; (vi) as informações sobre a natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos dos Direitos de Crédito, bem como a descrição dos mecanismos e procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão dos correspondentes Direitos de Crédito, caso não sejam conhecidas pelo Administrador no momento do registro do Fundo, ou tenham sofrido alterações ou aditamentos; (vii) possíveis efeitos das alterações apontadas no item (vi) sobre a rentabilidade da Carteira do Fundo; (viii) em relação aos Cedentes originadores de Direitos de Crédito que representem 10% (dez por cento) ou mais da Carteira do Fundo no trimestre: (a) eventuais alterações nos critérios para concessão de crédito adotados por tais Cedentes originadores de Direitos de Crédito, caso os critérios adotados já tenham sido descritos neste Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e (b) critérios para a concessão de crédito adotados pelos Cedentes originadores de Direitos de Crédito, caso tais critérios não tenham sido descritos neste Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; (ix) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos da Carteira do Fundo; (x) forma como se operou a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, incluindo (a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver, e (b) indicação de caráter definitivo, ou não, da cessão; (xi) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira dos eventos de pré-pagamento; (xii) análise do impacto dos eventos de pré-pagamento descrito no item (xi); (xiii) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos de Crédito, incluindo: (a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento), e (b) motivação da alienação; (xiv) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos de Crédito realizadas (a) pelos Cedentes; (b) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo, ou (c) por pessoas a eles ligadas; (xv) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no item (xiv); (xvi) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e (xvii) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamentos previstos. As informações prestadas neste item 19.6 deverão ser incluídas nos demonstrativos





trimestrais que forem elaborados no trimestre seguinte ao da aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito a que se referem.

19.8. - Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador deverá divulgar aos Cotistas, anualmente, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, além de manter disponíveis em sua sede, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios da Agência Classificadora de Risco relativos às respectivas Cotas.

19.8.1 - A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Administrador, nos termos da regulamentação aplicável ao Fundo.

## **CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

20.1. - Para cada Direito de Crédito, o respectivo Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na cobrança dos Direitos de Crédito a vencer.

20.2 - A cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feita pelo Agente de Cobrança Designado pelo Fundo ou pelo Agente de Cobrança Designado pelos Credores, às expensas do Fundo (observado o disposto no item 20.3 abaixo), nos termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo V e outros procedimentos descritos no respectivo Contrato de Cobrança. Observados os termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo V, após 90 (noventa) dias corridos contados da data em que o crédito se tornar um Direito de Crédito Inadimplido, caso o Agente de Cobrança não tenha conseguido celebrar acordo ou renegociação amigável para pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os parâmetros aprovados pelo Comitê de Investimento, o Agente de Cobrança deverá solicitar ao Administrador que seja providenciada a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de cobrança a serem adotados no caso em questão.

20.2.1. - Pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança não fará jus a qualquer remuneração.

20.3. - Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, incluindo os custos de contratação de



terceiros, adicionalmente àqueles previstos no Contrato de Cobrança, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, na proporção de suas Cotas, não estando o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

20.4. - Todos os valores aportados pelos Cotistas no Fundo para a adoção dos Procedimentos de Cobrança deverão ser feitos em moeda corrente nacional.

20.5. - Os procedimentos para cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão determinados pela Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do item 10.1 (x).

#### **CAPÍTULO VINTE E UM – DA RESERVA DE PAGAMENTO E DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO**

21.1. - A partir da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão do Fundo, o Gestor deverá constituir e manter, durante todo o prazo de vigência do Fundo, uma reserva equivalente ao maior valor entre (i) o valor estimado ao pagamento das despesas e encargos do Fundo nos 6 (seis) meses subsequentes e (ii) 0,3% (três décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na respectiva data de constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento. A Reserva de Pagamento será constituída ou recomposta com recursos recebidos dos pagamentos dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros segundo os critérios estabelecidos neste Regulamento. Os recursos da Reserva de Pagamento serão mantidos em caixa ou em títulos públicos federais.

21.1.1. - O valor da Reserva de Pagamento será verificado pelo Administrador diariamente. Sempre que for constatado que o valor disponível é inferior ao maior valor entre os valores referidos no item 21.1 acima, o Administrador deverá informar ao Gestor para que este adote os procedimentos necessários para recompor o saldo da Reserva de Pagamento.

21.2. - Diariamente, a partir da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão do Fundo e até a liquidação do Fundo, o Administrador e o Gestor obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos neste Regulamento;
- (ii) pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito e de outras obrigações financeiras resultantes das operações da Carteira;
- (iii) constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento; e
- (iv) pagamento de amortização das Cotas de acordo com os procedimentos estabelecidos no Anexo II deste Regulamento.

## CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO

### Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito

22.1. - Ocorrência de fatores extraordinários de natureza macroeconômica. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda por parte dos Cotistas do Fundo.

22.2. - Flutuações de preços, cotações de mercado, taxas de juros e resultados dos Cedentes e/ou Devedores. O Fundo estará sujeito à variação no valor dos Direitos de Crédito que compõem a sua Carteira. O valor dos Direitos de Crédito pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados dos Devedores ou dos Cedentes, entre outros. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos Ativos Financeiros e das Operações de Derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do Fundo.

22.3. - Baixa liquidez para os Direitos de Crédito no mercado secundário. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos

de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas ao patrimônio do Fundo.

22.4. - Dificuldade em vender as Cotas no mercado secundário O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas Seniores que possibilite aos Cotistas Seniores sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Cotistas devem possuir condição financeira para manter, até o vencimento, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas Seniores no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, o Custodiante e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas Seniores que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

22.5. - Ausência de titularidade sobre os Direitos de Crédito Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito, salvo na hipótese prevista no Capítulo Treze deste Regulamento.

22.6. - Exposição dos Cotistas a maiores riscos de mercado Em razão dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira do Fundo serem, predominantemente, de longo prazo, o Fundo poderá estar exposto a maiores riscos de crédito e de mercado, entre outros, do que estaria se os Direitos de Crédito fossem de curto ou médio prazo, dada a ocorrência de eventos e variações em fatores macroeconômicos que influirão de forma cumulativa no desempenho e na situação financeira das Sociedades ou dos Cedentes, conforme o caso, e/ou dos Devedores ao longo de tal período.

22.7. - Dificuldade para vender os Direitos de Crédito ou cobrar os valores devidos pelos Devedores ou pelos Cedentes Em caso de liquidação do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, poderá ser constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento de resgate de suas Cotas; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores ou pelos Cedentes, conforme o caso, dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

22.8. - Os Cedentes não garantem a solvência dos seus respectivos Devedores. Como regra geral, os Cedentes dos Direitos de Crédito somente terão responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos respectivos Devedores. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder ao pagamento de rendimentos e resgate das Cotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam devidamente pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores.

22.9. - Não há garantia de adimplemento dos Direitos de Crédito nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança. O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, suas respectivas Partes Relacionados e/ou, em determinados casos, os Cedentes, não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos de Crédito. Não é possível garantir que os Procedimentos de Cobrança assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

22.10. - Risco de custos adicionais para os Cotistas para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de recursos necessários para cobrir os custos e despesas que eventualmente venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, os Cotistas poderão ter que aportar recursos adicionais para o Fundo, na proporção de suas Cotas. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados de qualquer forma pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

22.11. - Demora na obtenção de decisão judicial em ações de cobrança ou ações de execução. O Fundo ou terceiro por ele contratado poderá ajuizar ação de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos ou ação de execução das garantias referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos. É possível que tais ações se estendam por um período de tempo excessivamente superior ao estimado e que o Fundo demore ou não consiga recuperar os valores devidos

Nesses casos, o Fundo pode não ter os recursos necessários para fazer os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

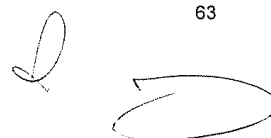
22.12. - Desenquadramento e eventual não observância dos Direitos de Crédito à Política de Investimento e ao Critério de Elegibilidade. Nos termos deste Regulamento, determinadas condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade somente serão observados no momento da aquisição e/ou cessão dos Direitos de Crédito pelo Fundo, não existindo obrigação de manutenção de seu enquadramento durante o prazo de duração do Fundo. Ainda que os Direitos de Crédito atendam a tais condições e ao Critério de Elegibilidade em cada data de aquisição e/ou cessão, não é possível assegurar que estes serão suficientes para garantir a satisfação e o pagamento dos Direitos de Crédito. Além disso, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, serão observados *pro forma* pelo somatório do valor total das Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo. Adicionalmente, mediante deliberação do Comitê de Investimentos neste sentido, o Fundo poderá adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea "i" do item 6.1. deste Regulamento, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.

22.13. - Inexistência de garantia das aplicações do Fundo. O Fundo e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos, das suas respectivas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

22.14. - Diversos riscos associados aos Direitos de Crédito. Tendo em vista que (i) de tempos em tempos, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação de Cedentes distintos, e (ii) cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, os investimentos do Fundo em Direitos de Crédito estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de alienação de Direitos de Crédito ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- a. aos critérios adotados pelo Cedente para originação e concessão de crédito;
- b. aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Cedentes ou seus Devedores;

63



- c. à possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes, seus respectivos devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, planos de recuperação extrajudicial ou em outro procedimento de natureza similar;
- d. a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito alienados ao Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos de Crédito alienados e os fluxos de caixa a serem gerados; e
- e. a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos.

22.15. - Riscos decorrentes dos critérios adotados pelos Cedentes para originação e concessão de crédito. O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII deste Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Devedores.

22.16. - Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão de crédito de crédito pelos Cedentes. Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida neste Regulamento e no Prospecto, descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos de Crédito que vierem a ser adquiridos pelo Fundo poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua originação e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos de Crédito integrantes da Carteira pelo Fundo

22.17. - Inexistência de Direitos de Crédito que se enquadrem na Política de Investimento e no Critério de Elegibilidade. O Fundo poderá não dispor de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis, a critério do Gestor, que atendam, no momento da cessão, às condições previstas no item 6.1. acima e ao Critério de Elegibilidade, de modo que o Fundo poderá enfrentar dificuldades para atender a Alocação Mínima de Investimento, bem



como de empregar suas disponibilidades de caixa para aquisição de Direitos de Crédito. A ausência de Direitos de Crédito elegíveis para aquisição pelo Fundo poderá impactar negativamente na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito.

22.18. - Possibilidade de altos níveis de concentração por Devedor. Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. acima, em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito o Fundo poderá manter em sua Carteira Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade, até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, bem como que o referido percentual pode ser aumentado para 100% (cem por cento) nas hipóteses previstas no item 6.8. acima. Desta forma, os níveis de concentração dos Direitos de Crédito em determinado Devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, setoriais, entre outros, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

22.19. - Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos. O Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos de Crédito. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V deste Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida neste Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito de Crédito. Além disso, não é possível assegurar que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito a vencer ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo.

22.20. - Potencial conflito de interesses com o Administrador, Gestor, Custodiante, Cotista Subordinado ou suas respectivas Partes Relacionadas na aquisição de Direitos de Crédito. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e de suas respectivas Partes Relacionadas. O Fundo poderá, ainda, adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas Seniores e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, do Cotista Subordinado, do



Custodiante e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas. Deste modo, não é possível assegurar que os membros do Comitê de Investimentos que aprovam as operações de aquisição de Direitos de Crédito realizadas pelo Fundo não atuarão em situações de conflito de interesses efetivo ou potencial, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas

22.21. - Risco de conflito de interesses. O Cotista Subordinado originará Direitos de Crédito e será membro do Comitê de Investimentos. Além disso, o Cotista Subordinado eventualmente possui ou possuirá relacionamento comercial com os Devedores e prestará serviços de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos integrantes da Carteira do Fundo, na qualidade de Agente de Cobrança. Adicionalmente, o Gestor faz parte do comitê que aprova o manual de precificação do Custodiante com base no qual será feita a precificação dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros inclusive para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em determinadas circunstâncias, os interesses do Cotista Subordinado podem ser conflitantes com aqueles dos titulares de Cotas Seniores. O Gestor e/ou suas Partes Relacionadas podem ser titulares de Cotas do Fundo, e, portanto, possuir direito de voto na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre (i) a substituição do Gestor, ou (ii) Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo, no qual o Gestor tiver dado, de maneira comprovada, causa a um ou mais dos eventos listados nas alíneas (a), (b, quando em relação ao Gestor) e (c) do item 14.1. deste Regulamento e nas alíneas (c) e (g, caso o Gestor tenha dado causa ao descumprimento) do item 14.2 deste Regulamento. Dessa forma, não é possível afastar o risco de eventual conflito de interesses entre o Fundo, Cotista Subordinado, Agente de Cobrança, Gestor e/ou suas Partes Relacionadas e/ou Custodiante, o que poderá prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

22.22. - Inexistência de obrigação de manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores. Nos termos deste Regulamento, o Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento, em que todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e ao Cotista Subordinado, de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo seja de 125,0% (cento e vinte e cinco por cento). Adicionalmente, não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter ou recompor a relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento. Assim sendo, não é possível assegurar que a subordinação proporcionada pelo Fundo será suficiente para garantir que todos os Cotistas Seniores recebam eventual amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores, bem como que o valor das Cotas Seniores não será negativamente afetado. Da mesma forma, na hipótese de amortização de Cotas Subordinadas



nos termos da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento e insuficiência de recursos para garantir eventuais amortização e amortização extraordinária posteriores e/ou resgate das Cotas Seniores, não há qualquer obrigação de recomposição ou devolução de recursos distribuídos anteriormente ao Cotista Subordinado, o que pode afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

22.23. - Risco de inexistência de operações de mercado equivalentes para fins de determinação do deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Nos termos deste Regulamento, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observadas as condições de mercado. No entanto, não é possível assegurar que quando da aquisição de determinado Direito de Crédito existam operações semelhantes no mercado com base nas quais o Gestor possa determinar o deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Neste caso, o Gestor deverá utilizar-se do critério que julgar mais adequado ao caso em questão.

22.24. - Risco decorrente da aquisição de Instrumentos de Captação Vinculados. O Fundo poderá adquirir Instrumentos de Captação Vinculados na forma da Resolução CMN 2.921, cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. deste Regulamento. O recebimento pelo Fundo dos recursos devidos pelos Devedores dos Instrumentos de Captação Vinculados estará condicionado ao recebimento pelos referidos Devedores dos recursos decorrentes das operações ativas vinculadas aos Instrumentos de Captação Vinculados. Neste caso, portanto, o Fundo e, conseqüentemente os Cotistas, correrão o risco dos devedores das operações ativas vinculadas. Não há qualquer garantia do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos membros do Comitê de Investimento, dos Cedentes, dos Devedores e/ou de qualquer das Partes Relacionadas do cumprimento das obrigações pelos devedores das operações ativas vinculadas.

22.25. - Risco decorrente do tratamento tributário do Fundo. O Gestor envidará seus melhores esforços para compor a Carteira do Fundo como de longo prazo. Contudo, não há garantia do Administrador ou do Gestor, de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

22.26. - Risco associado à alíquota do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas. Caso a Carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,50% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720

(setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias. Caso a Carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois e meio por cento). O tratamento tributário aplicável aos Cotistas depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio inferior, igual ou superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações no período de permanência dos investimentos no Fundo e na manutenção da Carteira podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, não havendo garantias de que o Gestor conseguirá manter Ativos Financeiros na carteira do Fundo de modo a classificá-lo como de longo prazo por todo o Prazo de Duração do Fundo.

22.27 - Risco associado à integralização via chamadas de capital. As Cotas serão integralizadas mediante Chamadas de Capital na medida em que o Fundo identifique necessidades de investimento em Direitos de Crédito. Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Compromissos de Integralização. Não há garantias de que os Cotistas cumprirão suas obrigações perante o Fundo ou mesmo que terão capacidade financeira para honrar seus compromissos nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, bem como não há garantias de que os procedimentos de subscrição e integralização de Cotas descritos no item neste Regulamento e nos Compromissos de Integralização serão suficientes para garantir a integralização das Cotas nos termos das respectivas Chamadas de Capital.

22.28. - Risco proveniente das Operações de Derivativos. O Fundo pode alocar a parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos de Crédito em Operações de Derivativos, conforme item 6.5. deste Regulamento. Adicionalmente, os ativos financeiros a que se referem as alíneas "a" a "e" do item 6.2. acima que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI. O uso de estratégias com Operações de Derivativos pelo Fundo, mesmo com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial, envolve riscos distintos e possivelmente mais significativos que os riscos associados aos investimentos tradicionais, dependendo da característica do derivativo utilizado e da composição da carteira do Fundo. Alterações de liquidez podem ocasionar mudanças significativas, imprevisíveis e rápidas aos valores atrelados às Operações de Derivativos, acarretando em perdas patrimoniais para os Cotistas. Não há qualquer garantia relativamente à liquidez do mercado para qualquer

transação em particular, em qualquer momento específico. **O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COM O OBJETIVO EXCLUSIVO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA OS COTISTAS.**

22.29. - Risco associado à ausência de notificação do Devedor na cessão dos Direitos de Crédito do Fundo. Os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo. No entanto, caso a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo seja realizada sem a respectiva notificação aos Devedores, esta não terá eficácia em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil. Assim sendo, não é possível garantir que os valores devidos ao Fundo referentes a tais Direitos de Crédito serão devidamente pagos ou oponíveis em relação aos Devedores.

22.30. - Risco proveniente da apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito. Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão, conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cêntulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cêntulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cêntulas de Crédito Bancário; (iv) Cêntulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio; (ix) Instrumentos de captação Vinculados; e (x) Contratos de Cessão. Neste caso, não é possível assegurar que a apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios seja suficiente para a realização de protesto e/ou ação de execução dos Créditos Inadimplidos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos do Fundo para efetuar os pagamentos previstos neste Regulamento.

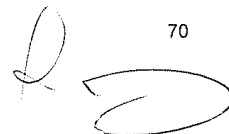
22.31. - Riscos Operacionais. O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Agente de Cobrança, do Agente de Depósito, do Agente de Pagamento, do Agente Escriturador, do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou do Cedente, conforme descritas nos contratos firmados com cada uma dessas partes, poderá implicar falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração, custódia e monitoramento das garantias referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

22.32. - Risco associado à Descontinuidade/Liquidação. O Fundo poderá ser liquidado ou ter suas Cotas resgatadas antecipadamente na ocorrência, inclusive, mas não se limitando, de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação, conforme o disposto neste Regulamento.

Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito

22.33. - Riscos Relacionados ao Eventual Pré-Pagamento de Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cédulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a Carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Desse modo, o Gestor poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

22.34. - Risco de Questionamento da Validade / Eficácia da Cessão. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas por quaisquer das Cedentes e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência de qualquer das Cedentes. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas por qualquer das Cedentes, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os seus credores por qualquer das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente.

 70

22.35. - Risco de Fungibilidade. O Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na referida cobrança, nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos que formalizam os Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança para a realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Deste modo, não é possível garantir que o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feito em conta do Fundo e/ou em contas segregadas do Agente de Pagamento ou do Agente de Cobrança, conforme o caso, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência do Agente de Pagamento e/ou do Agente de Cobrança e/ou na ocorrência de qualquer outro evento que possa tornar indisponível os recursos mantidos nas referidas contas.

22.36. - Risco de Governança. Não obstante o Fundo observar nos termos do item 8.4. deste Regulamento que, a cada nova Emissão de Cotas, a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas deverá ser mantida, as Cotas Seniores poderão ser negociadas no mercado secundário, de modo que novos cotistas poderão exercer influência significativa nas deliberações da Assembleia Geral, de forma a modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições do Fundo. Tal modificação poderá afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

#### Riscos Associados aos Ativos Financeiros

22.37. - Riscos variados associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, e riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. O Administrador e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide alíneas (a) a (e) abaixo.

- a Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de





preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

- b. Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.
- c. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.
- d. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.
- e. A contratação pelo Fundo de Operações de Derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas, podendo acarretar, significativas perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

22.38. – Riscos Relacionados ao Eventual Vencimento Antecipado dos Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cédulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de vencimento antecipado que poderão acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento, o que



pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

22.39. - Riscos Relacionados a Eventual Substituição de Direitos de Crédito Inadimplidos.  
Durante as negociações amigáveis e/ou renegociações de dívida com o devedor dos Direitos de Crédito Inadimplidos, desde que previamente aprovado pelo Comitê de Investimento, os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser substituídos por outros direitos de crédito. Tal situação pode gerar dificuldades ao Fundo, uma vez que não é possível garantir que os novos direitos de crédito serão pagos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

22.40. - Riscos Relacionados a Inexistência de mecanismos de garantia na estrutura do Fundo.  
O Fundo não conta com mecanismo de garantia em sua estrutura, o que pode acarretar em perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

## CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico com aviso de recebimento como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, o Custodiante, e os Cotistas.

23.2. - Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte

23.3. - Os potenciais investidores devem, antes de tomar uma decisão de investimento nas Cotas do Fundo, analisar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Regulamento e, em particular, avaliar os fatores de risco de investimento no Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos descritos no Prospecto e neste Regulamento.

23.4. - Ouvidoria Corporativa Itaú. Dúvidas, reclamações e sugestões, fale com o seu Distribuidor. Se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa





6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTOC 1 21 5782

Itaú 0800 570 0011, Dias Úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971.  
Deficientes auditivos ou de fala, Dias Úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722.

#### CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO

24.1. - Este Regulamento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

24.2. - Fica eleito o Foro da Comarca do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer assuntos e/ou dúvidas oriundas deste Regulamento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2011.

  
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

CARLOS HENRIQUE CORREA SISMIL  
PROCURADOR



74



**ANEXO I AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

**Forma de Cálculo do Valor das Cotas Para Fins de Integralização e  
Resgate das Cotas**

**1. Cálculo do Valor das Cotas Seniores**

A partir da Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, cada Cota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Cotas Seniores existentes na ocasião; e
- (ii) o Preço de Emissão, acrescido da acumulação da Taxa DI, acrescida de *spread* de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores até a data de resgate das Cotas do Fundo, conforme o caso, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, calculado conforme a fórmula prevista no Anexo II deste Regulamento, deduzido o montante já pago a título de rendimentos nos termos do Anexo II deste Regulamento.

**2. Cálculo do Valor das Cotas Subordinadas**

A partir da Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas, cada Cota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo que tal valor será calculado pelo Patrimônio Líquido do Fundo, subtraído do patrimônio representado por todas as Cotas Seniores, dividido pelo número de Cotas Subordinadas existentes na ocasião.

Para fins de resgate das Cotas Subordinadas, será considerado o valor previsto na alínea (ii), item 1.1. do Anexo II.

ANEXO II AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL

Metodologia e Periodicidade de Pagamento de  
Amortização

**I. Amortização e Amortização Extraordinária das Cotas**

1.1. As Cotas serão amortizadas sempre que o Fundo acumular, após deduzidos os valores referidos em (i), (ii) e (iii) do item 21.2. deste Regulamento, montante disponível em caixa correspondente a, no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ou 0,30% (trinta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em recursos disponíveis em caixa e/ou em títulos públicos federais não onerados (cada, uma "Data de Amortização"), a ser calculado pelo Administrador, desde que não tenha ocorrido nos 30 (trinta) dias antecedentes nenhum pagamento pelo Fundo seja de amortização ordinária ou extraordinária, considerando-se neste caso como Data de Amortização, o 31º (trigésimo primeiro) dia contado do último pagamento realizado, observadas as seguintes disposições:

- (i) Em cada Data de Amortização as Cotas Seniores serão amortizadas até o limite do *Benchmark* das Cotas Seniores;
- (ii) Observado os itens (iii) e (iv) abaixo e após a amortização prevista na alínea (i) acima, todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e/ou ao Cotista Subordinado, da seguinte forma:
  - a. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for superior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado prioritariamente para o pagamento das Cotas Subordinadas de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo não seja inferior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento);
  - b. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for inferior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado prioritariamente para o pagamento das Cotas Seniores de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo não seja superior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento); e

- c. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for igual a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado para o pagamento das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo se mantenha em 125,0% (cento e vinte e cinco por cento)
- (iii) Nos 6 (seis) meses subsequentes à Primeira Data de Integralização ou até que a totalidade das Cotas Seniores tenha sido integralizada, o que ocorrer primeiro, a amortização das Cotas Subordinadas a que se refere o item (ii) acima estará limitada ao seu respectivo Preço de Emissão;
- (iv) Durante todo o prazo de vigência do Fundo, eventual excedente somente será distribuído ao Cotista Subordinado se, após a realização do referido pagamento, seja observado o maior valor entre (a) a subordinação equivalente ao somatório dos 2 (dois) maiores créditos com *rating* igual ou superior a A; ou (b) a subordinação equivalente ao somatório dos 5 (cinco) maiores créditos com *rating* igual ou inferior a BBB; e
- (v) Caso a subordinação a que se refere o item (iv) acima não seja observada, todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores.

1.2. Caso o Fundo receba a qualquer momento valores decorrentes do pré-pagamento de qualquer Direito de Crédito e o Comitê de Investimento tenha deliberado pela utilização dos recursos para amortização das Cotas, referidos recursos serão utilizados para o pagamento de Amortização Extraordinária das Cotas no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da deliberação do Comitê de Investimentos, observados os procedimentos definidos no item 1.1 acima.

## II. Cálculo do *Benchmark* das Cotas Seniores

2.1. Para fins de cálculo do *Benchmark* das Cotas Seniores, será considerada a acumulação da Taxa DI, acrescida de *spread* de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, obedecida a seguinte fórmula:

$$R = VNe^{\left(FatorJuros \times FatorSpread - 1\right)}$$

onde:

 77

R = Valor dos rendimentos devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNe = Preço de Emissão por Cota. O Preço de Emissão de cada Cota será ajustado para refletir a redução do valor das amortizações ordinárias e extraordinárias de Cotas realizadas pelo Fundo desde a Primeira Data de Emissão até a data de apuração dos rendimentos, que coincidirá com a Data de Apuração e Pagamento de Rendimentos.

Fator Juros = produtório das Taxas DI em cada Período de Capitalização, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} (1 + TDI_k)$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro.

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*)

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculados da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

onde:

$\text{spread} = 2,10$  ao ano;

$N = 252$

$n$  = é o número de dias úteis em cada período de capitalização.

Aplicam-se às fórmulas acima as seguintes observações.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$ .

6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTGC 1 21 5782

Efetua-se o produtório dos fatores diários ( $1 + \text{TDI}$ ), sendo que a cada fator diário acumulado, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez acumulados os fatores, considera-se o fator resultante "Fator DI".

O fator resultante da expressão ( $\text{FatorJuros} \times \text{FatorSpread}$ ).

2.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível. Quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável, serão efetuados os pagamentos de eventuais diferenças a maior devidas aos Cotistas juntamente com os pagamentos subsequentes de rendimentos.

2.3. Na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, o Gestor proporá um índice substituto. Caso o índice proposto pelo Gestor seja o mesmo índice empregado mais frequentemente ou uma composição dos índices utilizados nas operações ativas do Fundo na data da substituição, tal índice será adotado para o cálculo do valor das Cotas, sem necessidade de qualquer aprovação pela Assembleia de Cotistas. Caso o índice proposto pelo Gestor seja diverso do índice empregado mais frequentemente nas operações ativas do Fundo na data da substituição, deverá ser convocada Assembleia de Cotistas para deliberar a respeito da adoção do índice proposto pelo Gestor.

79



ANEXO III AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
 CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL

Modelo de Suplemento ao Regulamento

Características da [•] Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial	
Quantidade de classes de Cotas	Duas, sendo 1 (uma) classe de Cotas Seniores e 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas
Montante total da [•] Emissão	R\$ [•] ([•])
Quantidade total de Cotas emitidas	[•] ([•]) Cotas
Quantidade de Cotas Seniores emitidas	[•] ([•]) Cotas Seniores
Quantidade de Cotas Subordinadas emitidas	[•] ([•]) Cotas Subordinadas
Data para pagamento de resgate das Cotas da [•] Emissão	<u>Seniores</u> - [•] <u>Subordinadas</u> - [•]
Quantidade total de Cotas do Fundo após a realização da [•] Emissão, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da [•] Emissão	[•] ([•]) Cotas
Patrimônio líquido total do Fundo no ato do registro do Fundo ou antes da [•] Emissão	[•]
Patrimônio líquido total do Fundo, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da [•] Emissão	R\$[•] ([•])
Preço de Emissão de cada Cota	<u>Seniores</u> - R\$[•] ([•]) <u>Subordinadas</u> - R\$[•] ([•])
Benchmark das Cotas Seniores da [•]	Acumulação das taxas médias diárias dos depósitos

6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTOC 1 21 57 82

Emissão	interfinanceiros de um dia, <i>extra grupo</i> , expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ), acrescida de <i>spread</i> de [•]% ao ano.
<i>Período de Integralização</i>	[•]
Montante mínimo de Cotas Seniores a ser subscrito pelos investidores no âmbito da Oferta	[•]
Forma de colocação das Cotas	[•]

81





ANEXO IV AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL

Modelo de Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência De Risco

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO  
MULTISSETORIAL

NOME/RAZÃO SOCIAL DO COTISTA			CPF/CNPJ:
N.º DO BANCO:	N.º DA AGÊNCIA:	N.º DA CONTA:	VALOR (R\$):

Na qualidade de subscritor de cotas de emissão do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial** ("**Fundo**"), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários ("**Administrador**"), venho, por meio do presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, declarar o quanto segue:

1.1. – Recebi, no ato da minha primeira subscrição de cotas do Fundo ("**Cotas**"), o regulamento do Fundo ("**Regulamento**") e o prospecto do Fundo ("**Prospecto**"), ambos devidamente atualizados, tendo lido e entendido seu inteiro teor, sendo que, por meio deste, concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretroatável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;

1.2. – Sou investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("**Instrução CVM 409**"), sendo elegível, portanto, para investir no Fundo. Nesse sentido, assino a "Declaração de Condição de Investidor Qualificado", nos termos do Anexo I da Instrução CVM 409, conforme aplicável;

1.3. – Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do Fundo, de sua Política de Investimento, da composição da carteira de investimento do Fundo, da remuneração devida ao Administrador, ao Gestor e ao Custodiante, dos riscos aos quais o Fundo e, consequentemente, os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de perda de parte ou da totalidade do capital por mim investido e ocorrência de Patrimônio Líquido negativo do Fundo, quando terei a obrigação de aportar recursos adicionais no



Fundo, mediante solicitação do Administrador, na proporção de minha participação no Patrimônio Líquido do Fundo;

1.4. – Tenho ciência de que o Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento. Assim sendo, tenho ciência que o Cotista Subordinado não terá obrigação de aportar recursos adicionais ao Fundo.

1.5. – Tenho ciência da Política de Investimento do Fundo, da composição da carteira de investimento do Fundo e da taxa de administração devida, bem como dos riscos aos quais o Fundo e os meus investimentos estão sujeitos, os quais estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento.

1.6. – Tenho completo entendimento e conhecimento de que os Direitos de Crédito possuem natureza específica e de que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação de Sociedades distintas, bem como estou ciente (i) de eventuais riscos relacionados a este fato, inclusive, mas não se limitando à possibilidade de perda total do capital investido no Fundo, e (ii) do risco de ser chamado para realizar aportes adicionais de recursos ao Fundo.

1.7. – Tenho completo entendimento e conhecimento que:

- (i) a parcela do patrimônio líquido do Fundo que não esteja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada Ativos Financeiros, conforme definidos no item 6.5. do Regulamento;
- (ii) o Fundo poderá investir em um ou mais fundos de renda fixa administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que o fundo investido não cobre taxa de administração e/ou taxa de performance;
- (iii) observadas as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá manter em sua Carteira Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade, até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo e que tal percentual poderá ser elevado para 100% (cem) nas hipóteses previstas no item 6.8. do Regulamento;

- (iv) o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado ou de suas respectivas Partes Relacionadas. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas Seniores ou por suas respectivas Partes Relacionadas e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, dos Cotistas, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas;
- (v) observado o disposto nos itens 6.9.1, 6.9.2, 6.9.3 e 6.9.4. do Regulamento, o Fundo poderá contratar operações da Carteira com o Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Cotistas, sem limitação de valor; e
- (vi) o Fundo poderá contratar quaisquer Operações de Derivativos com o Administrador, o Gestor, o Cotista Subordinado, o Custodiante e/ou com suas respectivas Partes Relacionadas.

1.8. – Comprometo-me, para todos os fins de direito e sob pena de minha inteira responsabilização, a somente alienar as Cotas ora subscritas, no mercado secundário, a investidor caracterizado como investidor qualificado nos termos da Instrução CVM 409; e

1.9. – Responsabilizo-me pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de eventual falsidade, inexatidão ou imprecisão das referidas declarações.

Em complemento às declarações prestadas acima, confirmo, expressamente, que estou ciente dos seguintes aspectos relativos ao Fundo e suas operações, sem prejuízo de outros previstos no Regulamento:

2.1. – O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição, no mercado primário ou secundário, dos seguintes direitos de crédito performados ("Direitos de Crédito") que atendam, no momento da cessão, observado o disposto no item 6.1.1. e na alínea (ii) do item 11.1. do Regulamento, às condições previstas no item 6.1. do Regulamento e ao Critério de Elegibilidade:

- a. debêntures emitidas na forma da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), cuja distribuição seja pública ou privada ("Debêntures");

- b. notas promissórias emitidas com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 134, de 1º de novembro de 1990 ("Instrução CVM 134") e na Instrução CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991 ("Instrução CVM 155"), ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública ("Notas Promissórias");
- c. cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário e letras de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004 ("Cédulas de Crédito Bancário", "Certificados de Cédulas de Crédito Bancário", "Cédulas de Crédito Imobiliário", "Letras de Crédito Imobiliário" e "Lei 10.931", respectivamente);
- d. notas de crédito à exportação, emitidas na forma da Lei n.º 6.313, de 16 de dezembro de 1975 ("Notas de Crédito à Exportação" e "Lei 6.313", respectivamente);
- e. letras financeiras, emitidas na forma da Resolução n.º 3.836, de 25 de fevereiro de 2010, do Conselho Monetário Nacional ("Letras Financeiras" e "Resolução CMN 3.836", respectivamente);
- f. letras de arrendamento mercantil, emitidas na forma da Lei n.º 11.882, de 23 de dezembro de 2008 ("Letras de Arrendamento Mercantil" e "Lei 11.882", respectivamente);
- g. letras de crédito do agronegócio, emitidas na forma da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004 ("Letras de Crédito do Agronegócio" e "Lei 11.076", respectivamente);
- h. instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras autorizadas na forma do Regulamento, vinculados a operações ativas na forma da Resolução n.º 2.921, de 21 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento ("Instrumentos de Captação Vinculados" e "Resolução CMN 2.921", respectivamente);  
e
- i. outros direitos creditórios admitidos pela Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356")

2.2 – O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de origemação e/ou políticas de concessão de crédito que observem,

no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII do Regulamento. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelas respectivos Cedentes e/ou processos de originação e/ou políticas de crédito que poderão ser adotados pelo Gestor, e, portanto, dos fatores de risco associados a tais processos e políticas.

2.3. – O Fundo contratará o Agente de Cobrança, que poderá atuar diretamente ou por meio de terceiros por ele contratados, podendo ainda estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos de Crédito. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V do Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso, quando couber, entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e características específicas de cada Direito de Crédito. Não é possível assegurar que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito a vencer ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, os membros do Comitê de Investimentos e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo.

2.4. – O Administrador, o Gestor e/ou o Custodiante do Fundo não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua Política de Investimento, bem como em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, a seguir:

#### Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito

Ocorrência de fatores extraordinários de natureza macroeconômica. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda por parte dos Cotistas do Fundo.

Flutuações de preços, cotações de mercado, taxas de juros e resultados dos Cedentes e/ou Devedores. O Fundo estará sujeito à variação no valor dos Direitos de Crédito que compõem a sua Carteira. O valor dos Direitos de Crédito pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados dos Devedores ou dos Cedentes, entre outros. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira

do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos Ativos Financeiros e das Operações de Derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do Fundo

Baixa liquidez para os Direitos de Crédito no mercado secundário. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas ao patrimônio do Fundo.

Dificuldade em vender as Cotas no mercado secundário. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas Seniores que possibilite aos Cotistas Seniores sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Cotistas devem possuir condição financeira para manter, até o vencimento, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas Seniores no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, o Custodiante e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas Seniores que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Ausência de titularidade sobre os Direitos de Crédito. Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito, salvo na hipótese prevista no Capítulo Treze do Regulamento.

Exposição dos Cotistas a maiores riscos de mercado. Em razão dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira do Fundo serem, predominantemente, de longo prazo, o Fundo poderá estar exposto a maiores riscos de crédito e de mercado, entre outros, do que estaria se os Direitos de Crédito fossem de curto ou médio prazo, dada a ocorrência de eventos e variações em fatores macroeconômicos que influirão de forma cumulativa no desempenho e na situação financeira das Sociedades ou dos Cedentes, conforme o caso, e/ou dos Devedores ao longo de tal período.

Dificuldade para vender os Direitos de Crédito ou cobrar os valores devidos pelos Devedores ou pelos Cedentes. Em caso de liquidação do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, poderá ser constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento de resgate de suas Cotas; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores ou pelos Cedentes, conforme o caso, dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

Os Cedentes não garantem a solvência dos seus respectivos Devedores. Como regra geral, os Cedentes dos Direitos de Crédito somente terão responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos respectivos Devedores. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder ao pagamento de rendimentos e resgate das Cotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam devidamente pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores.

Não há garantia de adimplemento dos Direitos de Crédito nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança. O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, suas respectivas Partes Relacionados e/ou, em determinados casos, os Cedentes, não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos de Crédito. Não é possível garantir que os Procedimentos de Cobrança assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

Risco de custos adicionais para os Cotistas para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de recursos necessários para cobrir os custos e despesas que eventualmente venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, os Cotistas poderão ter que aportar recursos adicionais para o Fundo, na proporção de suas Cotas. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados de qualquer forma pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos,



o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

Demora na obtenção de decisão judicial em ações de cobrança ou ações de execução. O Fundo ou terceiro por ele contratado poderá ajuizar ação de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos ou ação de execução das garantias referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos. É possível que tais ações se estendam por um período de tempo excessivamente superior ao estimado e que o Fundo demore ou não consiga recuperar os valores devidos. Nesses casos, o Fundo pode não ter os recursos necessários para fazer os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

Desenquadramento e eventual não observância dos Direitos de Crédito à Política de Investimento e ao Critério de Elegibilidade. Nos termos do Regulamento, determinadas condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade somente serão observados no momento da aquisição e/ou cessão dos Direitos de Crédito pelo Fundo, não existindo obrigação de manutenção de seu enquadramento durante o prazo de duração do Fundo. Ainda que os Direitos de Crédito atendam a tais condições e ao Critério de Elegibilidade em cada data de aquisição e/ou cessão, não é possível assegurar que estes serão suficientes para garantir a satisfação e o pagamento dos Direitos de Crédito. Além disso, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade, serão observados *pro forma* pelo somatório do valor total das Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo. Adicionalmente, mediante deliberação do Comitê de Investimentos neste sentido, o Fundo poderá adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea "i" do item 6.1. do Regulamento, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.

Inexistência de garantia das aplicações do Fundo. O Fundo e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos, das suas respectivas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

Diversos riscos associados aos Direitos de Crédito. Tendo em vista que (i) de tempos em tempos, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou



coobrigação de Cedentes distintos, e (ii) cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, os investimentos do Fundo em Direitos de Crédito estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de alienação de Direitos de Crédito ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- f. aos critérios adotados pelo Cedente para originação e concessão de crédito;
- g. aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Cedentes ou seus Devedores;
- h. à possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes, seus respectivos devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, planos de recuperação extrajudicial ou em outro procedimento de natureza similar;
- i. a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito alienados ao Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos de Crédito alienados e os fluxos de caixa a serem gerados; e
- j. a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos.

Riscos decorrentes dos critérios adotados pelos Cedentes para originação e concessão de crédito. O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII do Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Devedores

Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão de crédito de crédito pelos Cedentes. Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida no Regulamento e no Prospecto, descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos de Crédito que vierem a ser adquiridos pelo Fundo poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito

que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua originação e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos de Crédito integrantes da Carteira pelo Fundo.

*Inexistência de Direitos de Crédito que se enquadrem na Política de Investimento e no Critério de Elegibilidade.* O Fundo poderá não dispor de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis, a critério do Gestor, que atendam, no momento da cessão, às condições previstas no item 6.1. do Regulamento e ao Critério de Elegibilidade, de modo que o Fundo poderá enfrentar dificuldades para atender a Alocação Mínima de Investimento, bem como de empregar suas disponibilidades de caixa para aquisição de Direitos de Crédito. A ausência de Direitos de Crédito elegíveis para aquisição pelo Fundo poderá impactar negativamente na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito.

*Possibilidade de altos níveis de concentração por Devedor.* Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. acima, em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito o Fundo poderá manter em sua Carteira Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade, até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, bem como que o referido percentual pode ser aumentado para 100% (cem por cento) nas hipóteses previstas no item 6.8. acima. Desta forma, os níveis de concentração dos Direitos de Crédito em determinado Devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, setoriais, entre outros, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

*Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos.* O Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos de Crédito. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V do Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito de Crédito. Além disso, não é possível assegurar que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito a vencer ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo.

Potencial conflito de interesses com o Administrador, Gestor, Custodiante, Cotista Subordinado ou suas respectivas Partes Relacionadas na aquisição de Direitos de Crédito. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e de suas respectivas Partes Relacionadas. O Fundo poderá, ainda, adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas Seniores e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, do Cotista Subordinado, do Custodiante e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas. Deste modo, não é possível assegurar que os membros do Comitê de Investimentos que aprovam as operações de aquisição de Direitos de Crédito realizadas pelo Fundo não atuarão em situações de conflito de interesses efetivo ou potencial, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Risco de conflito de interesses. O Cotista Subordinado originará Direitos de Crédito e será membro do Comitê de Investimentos. Além disso, o Cotista Subordinado eventualmente possui ou possuirá relacionamento comercial com os Devedores e prestará serviços de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos integrantes da Carteira do Fundo, na qualidade de Agente de Cobrança. Adicionalmente, o Gestor faz parte do comitê que aprova o manual de precificação do Custodiante com base no qual será feita a precificação dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros inclusive para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em determinadas circunstâncias, os interesses do Cotista Subordinado podem ser conflitantes com aqueles dos titulares de Cotas Seniores. O Gestor e/ou suas Partes Relacionadas podem ser titulares de Cotas do Fundo, e, portanto, possuir direito de voto na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre (i) a substituição do Gestor, ou (ii) Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo, no qual o Gestor tiver dado, de maneira comprovada, causa a um ou mais dos eventos listados nas alíneas (a), (b, quando em relação ao Gestor) e (c) do item 14.1. do Regulamento e nas alíneas (c) e (g, caso o Gestor tenha dado causa ao descumprimento) do item 14.2 do Regulamento. Dessa forma, não é possível afastar o risco de eventual conflito de interesses entre o Fundo, Cotista Subordinado, Agente de Cobrança, Gestor e/ou suas Partes Relacionadas e/ou Custodiante, o que poderá prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

Inexistência de obrigação de manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores. Nos termos do Regulamento, o Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento, em que todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e ao Cotista Subordinado, de forma que, após a realização do respectivo

pagamento, a relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo seja de 125,0% (cento e vinte e cinco por cento). Adicionalmente, não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter ou recompor a relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento. Assim sendo, não é possível assegurar que a subordinação proporcionada pelo Fundo será suficiente para garantir que todos os Cotistas Seniores recebam eventual amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores, bem como que o valor das Cotas Seniores não será negativamente afetado. Da mesma forma, na hipótese de amortização de Cotas Subordinadas nos termos da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento e insuficiência de recursos para garantir eventuais amortização e amortização extraordinária posteriores e/ou resgate das Cotas Seniores, não há qualquer obrigação de recomposição ou devolução de recursos distribuídos anteriormente ao Cotista Subordinado, o que pode afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Risco de inexistência de operações de mercado equivalentes para fins de determinação do deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Nos termos do Regulamento, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observadas as condições de mercado. No entanto, não é possível assegurar que quando da aquisição de determinado Direito de Crédito existam operações semelhantes no mercado com base nas quais o Gestor possa determinar o deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Neste caso, o Gestor deverá utilizar-se do critério que julgar mais adequado ao caso em questão.

Risco decorrente da aquisição de Instrumentos de Captação Vinculados. O Fundo poderá adquirir Instrumentos de Captação Vinculados na forma da Resolução CMN 2.921, cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento. O recebimento pelo Fundo dos recursos devidos pelos Devedores dos Instrumentos de Captação Vinculados estará condicionado ao recebimento pelos referidos Devedores dos recursos decorrentes das operações ativas vinculadas aos Instrumentos de Captação Vinculados. Neste caso, portanto, o Fundo e, consequentemente os Cotistas, correrão o risco dos devedores das operações ativas vinculadas. Não há qualquer garantia do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos membros do Comitê de Investimento, dos Cedentes, dos Devedores e/ou de qualquer das Partes Relacionadas do cumprimento das obrigações pelos devedores das operações ativas vinculadas.

Risco decorrente do tratamento tributário do Fundo. O Gestor envidará seus melhores esforços para compor a Carteira do Fundo como de longo prazo. Contudo, não há garantia do Administrador ou do Gestor, de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo

Risco associado à alíquota do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas. Caso a Carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,50% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias. Caso a Carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois e meio por cento). O tratamento tributário aplicável aos Cotistas depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio inferior, igual ou superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações no período de permanência dos investimentos no Fundo e na manutenção da Carteira podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, não havendo garantias de que o Gestor conseguirá manter Ativos Financeiros na carteira do Fundo de modo a classificá-lo como de longo prazo por todo o Prazo de Duração do Fundo.

Risco associado à integralização via chamadas de capital. As Cotas serão integralizadas mediante Chamadas de Capital na medida em que o Fundo identifique necessidades de investimento em Direitos de Crédito. Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador, nos termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Integralização. Não há garantias de que os Cotistas cumprirão suas obrigações perante o Fundo ou mesmo que terão capacidade financeira para honrar seus compromissos nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, bem como não há garantias de que os procedimentos de subscrição e integralização de Cotas descritos no item no Regulamento e nos Compromissos de Integralização serão suficientes para garantir a integralização das Cotas nos termos das respectivas Chamadas de Capital.

Risco proveniente das Operações de Derivativos. O Fundo pode alocar a parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos de Crédito em Operações de Derivativos, conforme item 6.5. do Regulamento. Adicionalmente, os ativos financeiros a que se referem as alíneas "a" a "e" do item 6.2. do Regulamento que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI. O uso

de estratégias com Operações de Derivativos pelo Fundo, mesmo com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial, envolve riscos distintos e possivelmente mais significativos que os riscos associados aos investimentos tradicionais, dependendo da característica do derivativo utilizado e da composição da carteira do Fundo. Alterações de liquidez podem ocasionar mudanças significativas, imprevisíveis e rápidas aos valores atrelados às Operações de Derivativos, acarretando em perdas patrimoniais para os Cotistas. Não há qualquer garantia relativamente à liquidez do mercado para qualquer transação em particular, em qualquer momento específico. **O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COM O OBJETIVO EXCLUSIVO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA OS COTISTAS.**

Risco associado à ausência de notificação do Devedor na cessão dos Direitos de Crédito do Fundo. Os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo. No entanto, caso a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo seja realizada sem a respectiva notificação aos Devedores, esta não terá eficácia em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil. Assim sendo, não é possível garantir que os valores devidos ao Fundo referentes a tais Direitos de Crédito serão devidamente pagos ou oponíveis em relação aos Devedores.

Risco proveniente da apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito. Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão, conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cártulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cédulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cédulas de Crédito Bancário; (iv) Cédulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio; (ix) Instrumentos de captação Vinculados; e (x) Contratos de Cessão. Neste caso, não é possível assegurar que a apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios seja suficiente para a realização de protesto e/ou ação de execução dos Créditos Inadimplidos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos do Fundo para efetuar os pagamentos previstos no Regulamento.

Riscos Operacionais. O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Agente de Cobrança, do Agente de Depósito, do Agente de Pagamento, do Agente Escriturador, do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou do Cedente, conforme descritas nos contratos firmados com cada uma dessas partes, poderá implicar falha nos procedimentos



de cessão, cobrança, gestão, administração, custódia e monitoramento das garantias referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Risco associado à Descontinuidade/Liquidação. O Fundo poderá ser liquidado ou ter suas Cotas resgatadas antecipadamente na ocorrência, inclusive, mas não se limitando, de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação, conforme o disposto no Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, o Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito.

Riscos Relacionados ao Eventual Pré-Pagamento de Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cédulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Neta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a Carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Deste modo, o Gestor poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Questionamento da Validade / Eficácia da Cessão. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas por quaisquer das Cedentes e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência de qualquer das Cedentes. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas por qualquer das Cedentes, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar

comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os seus credores por qualquer das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Risco de Fungibilidade. O Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na referida cobrança, nos termos do Regulamento e dos respectivos instrumentos que formalizam os Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança para a realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Deste modo, não é possível garantir que o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feito em conta do Fundo e/ou em contas segregadas do Agente de Pagamento ou do Agente de Cobrança, conforme o caso, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência do Agente de Pagamento e/ou do Agente de Cobrança e/ou na ocorrência de qualquer outro evento que possa tornar indisponível os recursos mantidos nas referidas contas.

Risco de Governança. Não obstante o Fundo observar nos termos do item 8.4. do Regulamento que, a cada nova Emissão de Cotas, a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas deverá ser mantida, as Cotas Seniores poderão ser negociadas no mercado secundário, de modo que novos cotistas poderão exercer influência significativa nas deliberações da Assembleia Geral, de forma a modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições do Fundo. Tal modificação poderá afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

#### Riscos Associados aos Ativos Financeiros

Riscos variados associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, e riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. O Administrador e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide alíneas (a) a (e) abaixo.

- f. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como





no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

- g. Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.
- h. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.
- i. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.

A contratação pelo Fundo de Operações de Derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas, podendo acarretar, significativas perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Riscos Relacionados ao Eventual Vencimento Antecipado dos Direitos de Crédito Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cédulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de vencimento antecipado que poderão acarretar o desenquadramento da Carteira do



Fundo Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Riscos Relacionados a Eventual Substituição de Direitos de Crédito Inadimplidos. Durante as negociações amigáveis e/ou renegociações de dívida com o devedor dos Direitos de Crédito Inadimplidos, desde que previamente aprovado pelo Comitê de Investimento, os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser substituídos por outros direitos de crédito. Tal situação pode gerar dificuldades ao Fundo, uma vez que não é possível garantir que os novos direitos de crédito serão pagos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

Riscos Relacionados a Inexistência de mecanismos de garantia na estrutura do Fundo. O Fundo não conta com mecanismo de garantia em sua estrutura, o que pode acarretar em perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento.

[•], [•] de [•] de 2011.

---

Assinatura do Cotista



**ANEXO V AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

**Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos**

1.1 – No 1º (primeiro) Dia Útil após a verificação ou o recebimento de comunicação de inadimplemento de qualquer Direito de Crédito, o Agente de Cobrança será comunicado do fato, pelo Administrador, por meio eletrônico, sendo que o inadimplemento se caracterizará pela mora do pagamento de obrigações, expirado eventual prazo de cura.

1.2 – O Agente de Cobrança, conforme procedimentos e limites previstos no Contrato de Cobrança e quando autorizado pelo Gestor ou nos termos das deliberações do Comitê de Investimento, terá poderes amplos e gerais para tomar toda e qualquer medida que entender necessária para que o Fundo receba o pagamento referente ao Direito de Crédito Inadimplido. Tais medidas poderão compreender negociação amigável com o devedor do Direito de Crédito Inadimplido, cobrança extrajudicial, inclusive com excussão de garantia, venda do Direito de Crédito Inadimplido a terceiros, bem como qualquer outro meio legal para recebimento do Direito de Crédito Inadimplido.

1.2.1. – Com relação à venda do Direito de Crédito Inadimplido a terceiros, o Agente de Cobrança poderá, quando autorizado previamente pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos, e em conformidade com as leis aplicáveis em vigor, contatar a Sociedade originadora, responsável, coobrigada ou cedente do Direito de Crédito Inadimplido e/ou quaisquer terceiros e oferecer-lhes a compra de tal Direito de Crédito Inadimplido. Em ambos os casos, o preço de venda de tal Direito de Crédito Inadimplido será negociado pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos. Tal procedimento deverá ser utilizado, exclusivamente, caso o Comitê de Investimentos entenda que o resultado obtido em razão da venda de tal Direito de Crédito Inadimplido possa ser benéfico ao Fundo em comparação ao resultado obtido por meio de um eventual processo de cobrança.

1.3. – O Agente de Cobrança deverá iniciar os esforços de cobrança referidos no item 1.2. acima imediatamente após o recebimento da comunicação referida no item 1.1. acima.

1.4. - Caso o Agente de Cobrança entenda necessário receber do Fundo recursos para pagamento de despesas referentes à cobrança extrajudicial, o Agente de Cobrança notificará o Fundo, o qual será obrigado a repassar tais recursos ao Agente de Cobrança em prazo razoável, nos limites previstos no Contrato de Cobrança. Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para iniciar a cobrança extrajudicial, o Administrador deverá convocar



imediatamente uma Assembleia Geral de Cotistas para solicitar aos Cotistas aporte de capital no Fundo, nos termos descritos no Regulamento.

1.4.1. - Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida será obrigatoriamente iniciada ou mantida pelo Agente de Cobrança antes do recebimento integral dos recursos para pagamento das despesas mencionadas no item 1.4. acima.

1.4.2. – O mesmo procedimento descrito no item 1.4. acima será observado pelo Agente de Cobrança e Administrador, caso, durante a cobrança extrajudicial, se faça necessário o reforço de recursos para a continuidade da cobrança extrajudicial.

1.4.3. – O Agente de Cobrança não terá qualquer obrigação de iniciar ou continuar uma cobrança extrajudicial caso os procedimentos descritos nos itens 1.4., 1.4.1. e 1.4.2. acima não tenham sido observados e o Agente de Cobrança não tenha recebido do Fundo recursos suficientes para iniciar ou continuar a respectiva cobrança extrajudicial. Em nenhuma hipótese, o Agente de Cobrança poderá ser responsabilizado pelo Fundo por qualquer perda que o Fundo venha a sofrer em decorrência da não recuperação de um Direito de Crédito Inadimplido.

1.5. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança não poderá, sem a prévia anuência do Comitê de Investimentos, conduzir negociação amigável e/ou renegociar a dívida com o devedor de Direito de Crédito Inadimplido, que acarrete em (i) substituição do Direito de Crédito Inadimplido por outro Direito de Crédito, o que será devidamente evidenciado no demonstrativo trimestral de que trata o item 19.7. deste Regulamento, (ii) redução do valor originalmente devido no âmbito do pagamento do Direito de Crédito, ou (iii) atraso no pagamento do Direito de Crédito superior a 90 (noventa) dias corridos da data de vencimento original, acrescido do eventual prazo de cura acordado no respectivo Direito de Crédito Inadimplido.

1.6. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cobrança, na hipótese do Agente de Cobrança não tiver conseguido celebrar acordo ou renegociação amigável para pagamento do Direito de Crédito Inadimplido no prazo de 90 (noventa) dias corridos, o Agente de Cobrança deverá solicitar ao Administrador que seja providenciada a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de cobrança a serem adotados no caso em questão.



**ANEXO VI AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL**

**Classificação dos Setores de Atuação**

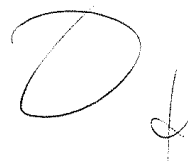
- (i) Indústria Aeroespacial
- (ii) Transporte Aéreo
- (iii) Indústria Automobilística
- (iv) Bebidas & Fumo
- (v) Mídia Rádio/Televisão
- (vi) Construção & Incorporação Imobiliária
- (vii) Equipamentos e Serviços de Tecnologia da Informação
- (viii) Televisão a Cabo e via Satélite
- (ix) Plásticos & Produtos Químicos
- (x) Vestuário/Tecelagem
- (xi) Conglomerados
- (xii) Embalagens & Produtos de Vidro
- (xiii) Cosméticos/Perfumaria
- (xiv) Indústria Farmacêutica
- (xv) Serviços e Equipamentos Ecológicos
- (xvi) Eletroeletrônicos
- (xvii) Leasing de Equipamentos
- (xviii) Agropecuária/Agricultura
- (xix) Serviços Financeiros
- (xx) Supermercados/Farmácias
- (xxi) Alimentos
- (xxii) Serviços de Alimentação
- (xxiii) Produtos Florestais
- (xiv) Assistência Médica
- (xxv) Móveis e Utensílios Residenciais
- (xxvi) Indústria Hoteleira/Cassinos
- (xxvii) Equipamentos Industriais
- (xxviii) Artigos de Lazer e Entretenimento
- (xxix) Metais Não-Ferrosos/Minerais
- (xxx) Petróleo & Gás
- (xxxi) Editoração
- (xxxii) Indústria Ferroviária
- (xxxiii) Varejo (Exceto Supermercados e Farmácias)
- (xxxiv) Siderurgia
- (xxxv) Transporte Terrestre



102

6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTOD 1215782

- (xxxvi) Telecomunicações
- (xxxvii) Serviços Públicos
- (xxxviii) Fundos de Investimento Imobiliário (Hipotecas)
- (xxxix) Fundos de Investimento Imobiliário (Equity)
- (xl) Seguro de Vida
- (xli) Seguro Saúde
- (xlii) Seguro de Ramos Elementares
- (xliii) Seguros Diversos

 103

**ANEXO VII AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL**

**Diretrizes Relativas aos Processos de Originação, Políticas de Concessão de Crédito e  
Acompanhamento dos Direitos de Crédito**

A natureza do Fundo não permite estabelecer critérios detalhados para os processos de originação, políticas de concessão de crédito e acompanhamento de Direitos de Crédito. As descrições a seguir apresentadas representam uma descrição genérica de como o Gestor, no exercício de suas atribuições previstas no Regulamento, pretende atuar na seleção dos Direitos de Crédito e são baseadas na experiência do Gestor na aquisição e acompanhamento de créditos corporativos no Brasil nos últimos anos.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas neste Anexo VII. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelas respectivas Cedentes e/ou dos processos de originação e/ou das políticas de crédito que poderão ser adotados pelo Gestor.

As diretrizes previstas neste Anexo não substituem as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade.

**I. Processo de originação**

1. No caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito que sejam Debêntures, Notas Promissórias, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Imobiliário, Notas de Crédito à Exportação, Letras Financeiras, Letras de Arrendamento Mercantil, Letras de Crédito do Agronegócio, e Instrumentos de Captação Vinculados, o Gestor deverá priorizar a seleção de Direitos de Crédito que observem os seguintes aspectos:

- (i) os Direitos de Crédito contenham cláusulas de garantias, condições contratuais e retorno sobre o capital aplicado satisfatórias, segundo exclusivo entendimento do Gestor,

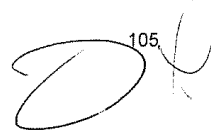


- (ii) o grau de previsibilidade do negócio e do setor, bem como o nível de endividamento, a qualidade da gestão e os objetivos estratégicos da Sociedade sejam satisfatórios, segundo exclusivo entendimento do Gestor,
  - (iii) as taxas de juros incidentes para cada Direito de Crédito sejam compatíveis com as condições de mercado vigentes à época (análise do custo de oportunidade *versus* custo de crédito). O Gestor não produzirá relatórios formais contendo comparações de preços ou de variáveis para cada Direito de Crédito analisado.
2. O processo de originação deverá culminar com a assinatura de um termo de entendimento (*term sheet*) entre a Cedente originadora dos Direitos de Crédito e o Fundo estabelecendo as condições da transação.
3. O trabalho de originação será conduzido por equipe própria do Gestor, sendo que o Itaú BBA, por meio de sua área comercial, poderá propor operações ao Fundo, assim como poderão fazê-lo outras instituições financeiras, assessores financeiros, ou outros agentes de mercado.
4. Até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser originados pelo Itaú BBA. O Itaú BBA deverá envolver o Gestor no processo de originação para que este possa opinar sobre as cláusulas que deverão constar nos Documentos Comprobatórios.
5. O Gestor e o Itaú BBA em conjunto aprovarão cláusulas mínimas que deverão constar nos termos de cessão a serem adotados na aquisição de Direitos de Crédito no mercado secundário sempre que possível.

## II. Política de concessão de crédito

5. Encerrada a etapa de originação, inicia-se o procedimento de análise do crédito, que será dividida nas seguintes etapas: (i) diligência; (ii) avaliação de crédito pelo Gestor e aprovação pelos comitês internos do Gestor, se necessário; (iii) avaliação de crédito pela Agência de Classificação de Risco; (iv) documentação; (v) aprovação pelo Comitê de Investimentos; e (vi) aquisição do crédito/liquidação. Abaixo, segue uma breve descrição de cada passo de forma bastante resumida:
- (i) A diligência consiste em obter todas as informações consideradas necessárias para a avaliação de crédito (descrita a seguir). Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor e será baseada em informações disponibilizadas pelo próprio Devedor e/ou obtidas junto a fontes públicas e privadas. Desta forma, o Gestor não tem como garantir a precisão e a integralidade de tais informações e não se responsabiliza por

105

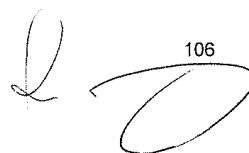




qualquer inveracidade, omissão, erro, fraude ou incompletude das informações prestadas.

- (ii) A avaliação de crédito conduzida pelo Gestor consiste em construir uma visão interna sobre o crédito em questão. A análise estará baseada na expectativa de repagamento com base no fluxo de recursos do Devedor, sem levar em conta a utilização de eventuais garantias. As garantias serão analisadas separadamente, de forma a dar suporte a um eventual cenário de inadimplemento e, no caso de garantias reais, seu valor será estimado por agentes independentes. Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor, exceto pela avaliação de garantias reais, que deverá ser feita por empresa especializada no ativo em questão.
- (iii) A avaliação de crédito conduzida pela Agência de Classificação de Risco será realizada de acordo com os critérios da própria agência.
- (iv) A etapa de documentação consiste em negociar com o Devedor do Direito de Crédito os termos e condições da transação. Para tanto o Gestor utilizar-se-á do seu departamento jurídico e de advogados externos, se necessário. Além dos contratos da operação de crédito, o Gestor poderá, a seu critério, ampliar a análise jurídica de forma a buscar pareceres sobre aspectos da atividade desenvolvida pelo Devedor, garantias prestadas, análise de documentos obtidos na diligência, entre outros. A etapa de documentação se encerra com a finalização de minutas de todos os documentos necessários para a transação (incluindo pareceres para uso do Gestor), de comum acordo entre o respectivo Devedor e o Gestor.
- (v) Encerradas as etapas acima, a transação deverá ser submetida à aprovação formal pelo Comitê de Investimentos. A composição e o funcionamento do Comitê de Investimentos está prevista no Regulamento.
- (vi) O processo se encerra com a liquidação da transação, a qual somente poderá ser efetuada pelo Custodiante uma vez verificado o atendimento do Critério de Elegibilidade e demais regras estabelecidas no Regulamento.

Na hipótese de aquisição de Direitos de Crédito que consistam em carteiras de recebíveis, os Direitos de Crédito poderão ter sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito específicos de cada Cedente originadora dos recebíveis, de forma que não é possível pré-estabelecer e, portando, não está contida neste Regulamento, uma descrição de tais processos de origem e políticas de concessão de crédito.



Com relação ao preço de aquisição, sempre que o Direito de Crédito for cedido ao Fundo na data da originação, o valor da cessão será ao par. Já quando o Fundo adquirir um Direito de Crédito imediatamente após a sua originação, o preço deverá observar as condições de mercado na data da aquisição.

### III. Acompanhamento dos Direitos de Crédito

6. O Gestor realizará o acompanhamento dos Direitos de Crédito existentes na Carteira do Fundo com o objetivo de manter-se a par de todos os acontecimentos relevantes de mercado, dos respectivos setores e dos Devedores. Desta forma, o Gestor buscará antecipar-se aos eventos que podem ampliar o risco de crédito do Fundo bem como manter um diálogo constante com os Devedores emissoras dos Direitos de Crédito para construir soluções conjuntas que mitiguem o risco de perdas em casos de estresse.

7. Tendo em vista que os Direitos de Crédito poderão ser na sua maioria de longo prazo, é imperativo realizar um acompanhamento criterioso dos mesmos, de forma a buscar a maximização da expectativa de recebimento pontual e integral dos valores relativos aos Direitos de Crédito.

8. O processo de acompanhamento deverá ser flexível para se adaptar às diversas situações que podem ocorrer com os Devedores dos Direitos de Crédito. Em geral, o acompanhamento será realizado pelo Gestor buscando acumular informações pertinentes ao Direito de Crédito, utilizando-se de fontes públicas e privadas, quando houver, bem como de reuniões com os administradores dos respectivos Devedores. O acompanhamento do Direito de Crédito levará em conta os mesmos elementos utilizados para a análise de crédito, bem como as regras estabelecidas em contrato, tais como: eventos de vencimento antecipado; monitoramento de indicadores financeiros; vencimento cruzado de obrigações (*cross default*), entre outras.

9. O acompanhamento das garantias será estabelecido de acordo com o tipo de garantia prestado em cada caso, quando cabível. Nos Direitos de Crédito que contarem com garantias de fluxos de recebíveis, o Gestor poderá (mas não está obrigado a) contratar um agente de garantias para operacionalizar o fluxo de recebimentos e liberações de recursos de acordo com o que o contrato vier a prever. O mesmo se aplica para o acompanhamento de garantias reais, que pode requerer o monitoramento por agente independente, fiel depositário, ou outros terceiros. Nestes casos, o Gestor deverá contratar empresas de renome no mercado e com experiência comprovada nas tarefas a serem realizadas.

10. O acompanhamento dos Direitos de Crédito efetuado pelo Gestor será complementado pelo acompanhamento obrigatório pela Agência Classificadora de Risco com relação a cada



6RTD-RJ 01.07.2011  
PROTOD 1 2 1 5 7 8 2

Direito de Crédito e cada Devedor de Direitos de Crédito pertencentes à Carteira do Fundo. Tais informações, aliadas àquelas obtidas pelo próprio Gestor, serão utilizadas pelo Gestor para atuar junto aos Devedores com rapidez, quando necessário.

  108

**Suplemento da Primeira Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos  
Creditórios Crédito Privado Multisetorial**

<b>Características da Primeira Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial</b>	
Quantidade de classes de Cotas	Duas, sendo 1 (uma) classe de Cotas Seniores e 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas
Montante total da Primeira Emissão	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
Quantidade total de Cotas emitidas	500.000 (quinhentas mil) Cotas
Quantidade de Cotas Seniores emitidas	400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores
Quantidade de Cotas Subordinadas emitidas	100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas
Data para pagamento de resgate das Cotas da Primeira Emissão	<u>Seniores</u> - No primeiro Dia Útil subsequente ao término do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da Primeira Data de Integralização das Cotas da Primeira Emissão; e <u>Subordinadas</u> - No primeiro Dia Útil subsequente ao término do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da Primeira Data de Integralização das Cotas da Primeira Emissão. As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores.
Quantidade total de Cotas do Fundo após a realização da Primeira Emissão, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da Primeira Emissão	500.000 (quinhentas mil) Cotas
Patrimônio líquido total do Fundo no ato do registro do Fundo ou antes da Primeira Emissão	-

6RTD-RJ 01.07.2011  
PROT. 1215782

Patrimônio líquido total do Fundo, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da Primeira Emissão	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
Preço de Emissão de cada Cota	<u>Seniores</u> - R\$ 1.000,00 (um mil reais) <u>Subordinadas</u> - R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Emissão	Acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, <i>extra grupo</i> , expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ), acrescida de <i>spread</i> de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano.
Período de Integralização	240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir do Dia Útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Encerramento.
Montante mínimo de Cotas Seniores a ser subscrito pelos investidores no âmbito da Oferta	400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores. O montante mínimo de Cotas Seniores a ser subscrito pelos investidores no âmbito da Primeira Emissão é condição de manutenção e conclusão da Oferta.
Forma de colocação das Cotas	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta, nos termos da regulamentação aplicável. As Cotas Subordinadas não serão objeto de Oferta e serão subscritas unicamente pelo Banco Itaú BBA S.A., nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização de Cotas Subordinadas.

SP: 029590/00114 - 6358000v1



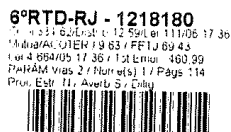
110

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO  
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO  
PRIVADO MULTISSETORIAL**

Pelo presente instrumento particular, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500 – bloco 13 – grupo 205 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.696, expedido em 21 de fevereiro de 2002, na qualidade de instituição administradora (“Administrador”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.313.964/0001-31 (“Fundo”), cujo instrumento particular de constituição encontra-se devidamente registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1201422, em 18 de fevereiro de 2011, e alterado pelos instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, e Terceira Alteração ao Regulamento, devidamente registrados sob os nºs 1210470, 1210658 e 1215782 respectivamente em 16 de maio de 2011, 18 de maio de 2011 e 01 de julho de 2011, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”);

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) A CVM, através do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº1027/2011 encaminhado em 20 de julho de 2011, concedeu Oportunidade para Suprir Vícios Sanáveis no âmbito do Registro da Oferta Pública de Distribuição das Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo;
- (iii) O Administrador deseja realizar alterações no Regulamento com vistas ao pleno atendimento do disposto no Ofício supramencionado, e
- (iii) Não havendo Cotistas do Fundo, não são aplicáveis as disposições do inciso II do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 (“Instrução CVM nº 356”) e alterações posteriores.



RESOLVE o Administrador deliberar por:

(i) inclusão de um novo Fator de Risco no subitem 22.22 do Regulamento, o qual tem por título "Risco de conflitos de interesse na compra ou substituição de Créditos", e a consequente renumeração dos demais;

(ii) Ajuste no Modelo de Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco constante do Anexo IV ao Regulamento do Fundo, para inclusão do novo Fator de Risco

(iii) Consolidar o Regulamento do Fundo que na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Estando assim deliberado, assina o Administrador o presente Instrumento Particular de Quarta Alteração ao Regulamento, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas

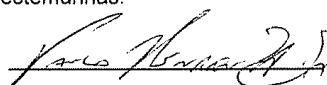
Rio de Janeiro, 22 de julho de 2011.

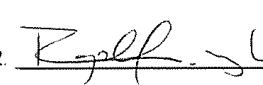
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A

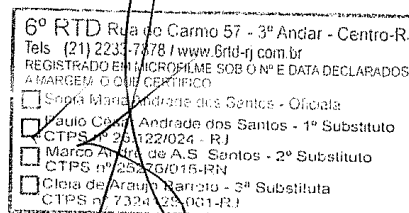
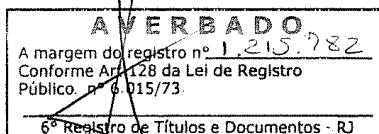
Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

ALEXANDRE LODI DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

Testemunhas:

1.   
Nome: Paulo Henrique Amaral Sá  
RG: 20.788.384-4  
CPF: 116.871.997-60

2.   
Nome: Raphael Magalhães Morgado  
RG: 09589512-3 DICI/RJ  
CPF: 124.397.327-69



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



6RTD-RJ 22.07.2011  
PROTOK. 1 21 81 80

---

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

---

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2011

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'P' followed by a large, sweeping loop.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

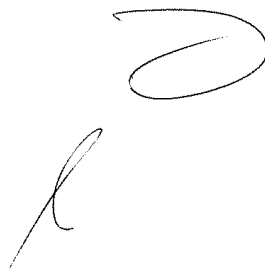
## ÍNDICE

DEFINIÇÕES .....	4
CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....	17
CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO .....	17
CAPÍTULO TRÊS - DO OBJETIVO DO INVESTIMENTO E DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	18
CAPÍTULO QUATRO - DAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E/OU SUBSCRIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO .....	20
CAPÍTULO CINCO - DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE .....	22
CAPÍTULO SEIS - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO EM RELAÇÃO À TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	23
CAPÍTULO SETE - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA .....	30
CAPÍTULO OITO - DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....	31
CAPÍTULO NOVE - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS .....	31
CAPÍTULO DEZ - DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS .....	37
CAPÍTULO ONZE - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS .....	40
CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS .....	43
CAPÍTULO TREZE - DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E/OU DE ATIVOS FINANCEIROS .....	44
CAPÍTULO QUATORZE - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	45
CAPÍTULO QUINZE - DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	49
CAPÍTULO DEZESSEIS - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	50
CAPÍTULO DEZESSETE - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO .....	50
CAPÍTULO DEZOITO - DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE E DO AGENTE ESCRITURADOR .....	54
CAPÍTULO DEZENOVE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	56
CAPÍTULO VINTE - DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	58
CAPÍTULO VINTE E UM - DA RESERVA DE PAGAMENTO E DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO .....	59
CAPÍTULO VINTE E DOIS - DOS FATORES DE RISCO .....	60
CAPÍTULO VINTE E TRÊS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	74
CAPÍTULO VINTE E QUATRO - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO .....	74
ANEXO I AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	76
ANEXO II AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	77
ANEXO III AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	80
ANEXO IV AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	83
ANEXO V AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	102
ANEXO VI AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL .....	102



6RTD-RJ 22.07.2011  
PROTOK. 1 21 81 80

ANEXO VII AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL.....106

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'D' shape with a vertical stroke extending downwards from its left side.

3

## DEFINIÇÕES

<b>Administrador</b>	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	A Fitch Ratings Brasil Ltda., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Santos, n.º 1.470, conjunto 511, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33
<b>Agente de Cobrança Designado pelo Fundo</b>	O Itaú BBA ou prestador de serviço por ele contratado para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Agente de Cobrança Designado pelos Credores</b>	Um terceiro designado como agente de cobrança para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos casos em que o Fundo fizer parte de um pool de credores e os credores reunidos designarem outro agente de cobrança.
<b>Agente de Cobrança</b>	O Agente de Cobrança Designado pelo Fundo e o Agente de Cobrança Designado pelos Credores, quando referidos em conjunto.
<b>Agente de Depósito</b>	O Custodiante, na qualidade de instituição qualificada para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo. Tendo em vista o Agente de Depósito ser o próprio Custodiante, não haverá contrato de depósito.
<b>Agente de Pagamento</b>	Instituição financeira definida em cada instrumento que formaliza os Direitos de Crédito responsável pela prestação do serviço de cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer.



4

<b>Agente Escriturador</b>	A Itaú Corretora de Valores S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das Cotas do Fundo.
<b>Alocação Mínima de Investimento</b>	A alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito que deverá ser observada após o prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do início das atividades do Fundo, passível de prorrogação nos termos do item 6.4. deste Regulamento.
<b>Amortização Extraordinária</b>	Amortização extraordinária das Cotas nos termos do item 11.9 e seguintes deste Regulamento.
<b>ANBIMA</b>	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, resultado da união entre a ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) e a ANDIMA (Associação Nacional das Entidades do Mercado Financeiro).
<b>Anúncio de Encerramento</b>	O anúncio de encerramento da Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Anúncio de Início</b>	O anúncio de início da Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Assembleia Geral de Cotistas</b>	A Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
<b>Ativos Financeiros</b>	A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos ativos financeiros e operações previstas no item 6.5. deste Regulamento.
<b>Banco Central</b>	O Banco Central do Brasil.



<b>Benchmark das Cotas Seniores</b>	O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente à Taxa DI acrescida de 2,10% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano. O <i>Benchmark</i> das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Carteira</b>	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de titularidade do Fundo.
<b>CDB</b>	Certificado de Depósito Bancário emitido na forma da Resolução CMN 3.454, conforme abaixo definida.
<b>Cedente</b>	Cada Sociedade, fundo de investimento, companhia seguradora, sociedade de capitalização ou entidade aberta ou fechada de previdência complementar que venha a ceder ou emitir, conforme o caso, Direitos de Crédito ao Fundo.
<b>Cédulas de Crédito Bancário</b>	Cédulas de crédito bancário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Cédulas de Crédito Imobiliário</b>	Cédulas de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Certificados de Cédulas de Crédito Bancário</b>	Certificados de cédulas de crédito bancário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>CETIP</b>	A CETIP S.A. -- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Chamadas de Capital</b>	Solicitação do Administrador, de acordo com instruções e orientações do Gestor, para que os Cotistas integrazem



parcial ou totalmente as Cotas por eles subscritas, nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização. As Chamadas de Capital ocorrerão na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento em Direitos de Crédito ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo.

<b>CMN</b>	O Conselho Monetário Nacional.
<b>Comitê de Investimentos</b>	O comitê de investimentos do Fundo, cujas funções estão descritas no Capítulo Onze deste Regulamento.
<b>Compromissos de Integralização</b>	O "Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas Seniores" ou o "Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas", que será assinado por cada Cotista no ato da subscrição de Cotas.
<b>CNPJ/MF</b>	O Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
<b>Contrato de Cessão</b>	Cada instrumento particular de contrato de cessão e/ou boletim de subscrição e/ou termo de cessão e/ou termo de endosso, eletrônico ou físico, e/ou qualquer outro procedimento jurídico, válido e vinculante nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que venha a formalizar a aquisição (inclusive mediante endosso, manual ou eletrônico) de Direitos de Crédito pelo Fundo, a ser celebrado entre o Fundo e cada Cedente, com interveniência do Gestor e do Custodiante, conforme aplicável.
<b>Contrato de Custódia e Controladoria</b>	O "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Custódia e Controladoria estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante

  7



dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.

<b>Contrato de Cobrança</b>	O contrato de cobrança por meio do qual o Agente de Cobrança será contratado para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Coordenador Líder</b>	Instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Cotas do Fundo.
<b>Cotas</b>	As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
<b>Cotas da Primeira Emissão</b>	As Cotas da Primeira Emissão do Fundo.
<b>Cotas Seniores</b>	As cotas seniores do Fundo.
<b>Cotas Subordinadas</b>	As cotas subordinadas do Fundo.
<b>Cotista Subordinado</b>	O Banco Itaú BBA S.A.
<b>Cotistas</b>	Os Cotistas Seniores e o Cotista Subordinado, quando referidos em conjunto.
<b>Cotistas Seniores</b>	Os titulares de Cotas Seniores.
<b>Critério de Elegibilidade</b>	O requisito mínimo a ser verificado pelo Custodiante, no momento da cessão, aplicável aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, conforme previsto no Capítulo Cinco deste Regulamento.
<b>Custodiante</b>	O Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60 701 190/0001-04.



8

<b>CVM</b>	A Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data(s) de Amortização</b>	Cada data em que houver o pagamento de amortização das Cotas, nos termos do Anexo II deste Regulamento.
<b>Data de Subscrição</b>	A data de subscrição das Cotas.
<b>Data de Resgate</b>	A data de resgate das Cotas, a qual ocorrerá ao final do prazo de duração de cada Emissão ou na data de liquidação antecipada do Fundo, o que ocorrer antes.
<b>Debêntures</b>	Debêntures emitidas na forma da Lei das Sociedades por Ações, cuja distribuição seja pública ou privada.
<b>Declaração de Condição de Investidor Qualificado</b>	A Declaração de Condição de Investidor Qualificado, nos termos do Anexo I da Instrução CVM 409.
<b>Devedores</b>	Os devedores e/ou garantidores dos Direitos de Crédito.
<b>Dia Útil</b>	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriado nacional.
<b>Direito de Dissidência</b>	O direito de resgate antecipado das Cotas Seniores pelos Cotistas Seniores que tiverem votado pela liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, caso a Assembleia Geral de Cotistas deliberar pela não liquidação do Fundo.
<b>Direitos de Crédito</b>	Os seguintes direitos de crédito que atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco deste Regulamento: (i) Debêntures; (ii) Notas Promissórias; (iii) Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Imobiliário; (iv) Notas de Crédito à Exportação; (v) Letras Financeiras; (vi) Letras de Arrendamento Mercantil; (vii) Letras de Crédito do Agronegócio; (viii) Instrumentos de Captação Vinculados, cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. deste Regulamento; e (ix) outros direitos



creditórios admitidos pela Instrução CVM 356, observado o disposto no item 3.1.1 deste Regulamento.

<b>Direitos de Crédito Inadimplidos</b>	Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos respectivos Devedores nas respectivas datas de vencimento, expirados os eventuais prazos de cura estabelecidos nos instrumentos próprios.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	As cópias autenticadas dos documentos que evidenciam os Direitos de Crédito, conforme listados no item 3.1.4. deste Regulamento.
<b>Emissão</b>	Cada emissão de Cotas do Fundo.
<b>Eventos de Avaliação</b>	Os eventos indicados no item 14.1 deste Regulamento.
<b>Eventos de Liquidação</b>	Os eventos indicados no item 14.2 deste Regulamento.
<b>FGC</b>	O Fundo Garantidor de Créditos.
<b>Fundo</b>	O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial.
<b>Gestor</b>	O Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.
<b>IGPM</b>	Índice Geral de Preços de Mercado.
<b>Instituições Autorizadas</b>	Qualquer instituição financeira que possua classificação de risco mínima equivalente a AAA, assim classificado pela Agência Classificadora de Risco ou classificação de risco equivalente na Moodys Investors Service ou Standard & Poor's.
<b>Instrução CVM 134</b>	Instrução da CVM n.º 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 155</b>	Instrução da CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991,

 10

	conforme alterada.
<b>Instrução CVM 301</b>	Instrução da CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 356</b>	A Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 400</b>	A Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	A Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrumentos de Captação Vinculados</b>	Instrumentos de captação emitidos por Instituições Autorizadas, vinculados a operações ativas na forma da Resolução CMN 2.921, conforme abaixo definida.
<b>Investidores Qualificados</b>	Os investidores assim definidos de acordo com a Instrução CVM 409.
<b>Itaú BBA</b>	O Banco Itaú BBA S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei 6.313</b>	Lei n.º 6.313, de 16 de dezembro de 1975, conforme alterada.
<b>Lei 10.931</b>	Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Lei 11.076</b>	Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
<b>Lei 11.882</b>	Lei n.º 11.882, de 23 de dezembro de 2008, conforme alterada.



<b>Letra de Arrendamento Mercantil</b>	Letras emitidas por sociedades de arrendamento mercantil na forma da Lei 11.882.
<b>Letras de Crédito do Agronegócio</b>	Letras de crédito do agronegócio emitidas na forma da Lei 11.076.
<b>Letras de Crédito Imobiliário</b>	Letras de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931.
<b>Letras Financeiras</b>	Letras Financeiras emitidas nos termos da Resolução CMN 3.836, conforme abaixo definida.
<b>MDA</b>	MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Notas de Crédito à Exportação</b>	Notas de crédito à exportação emitidas na forma da Lei 6.313.
<b>Notas Promissórias</b>	Notas promissórias emitidas com base na Instrução CVM 134 e Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública.
<b>Oferta Pública ou Oferta</b>	A distribuição pública das Cotas Seniores do Fundo.
<b>Operações de Derivativos</b>	Operações financeiras celebradas pelo Fundo, liquidadas em data futura, cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxas de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, com investimento inicial inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, desde que observados o disposto no item 6.5.1. deste Regulamento e, na hipótese de investimentos no Fundo por entidades fechadas de previdência complementar, as seguintes condições: (i) avaliação prévia dos riscos envolvidos; (ii) existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações; (iii) registro da operação ou negociação em



bolsa de valores ou de mercadorias e futuros; (iv) atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação; (v) depósito de margem limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central e ações pertencentes ao Índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento; e (vi) valor total dos prêmios de opções pagos limitado a cinco por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central e ações pertencentes ao Índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento, nos termos do artigo 44 da Resolução CMN 3.792, conforme abaixo definida, e do artigo 40, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.

**Partes Relacionadas**

Relativamente a qualquer pessoa ou Sociedade indicada, as suas respectivas empresas controladoras, controladas, sob o controle comum, coligadas e/ou subsidiárias.

**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido do Fundo, qual seja a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros da Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

**Período de Capitalização**

O intervalo de tempo que se inicia (i) para o primeiro período de capitalização, na Primeira Data de Integralização de uma determinada Cota Sênior, inclusive, e termina na Data de Amortização imediatamente subsequente, exclusive, da respectiva Cota Sênior; e (ii) para os demais períodos de capitalização, em cada Data de Amortização de uma determinada Cota Sênior, inclusive, e termina na Data de Amortização imediatamente subsequente, exclusive, da respectiva Cota Sênior.

**Período de Integralização**

Período em que serão realizadas as Chamadas de Capital, conforme definido no Suplemento de cada Emissão. O



13

	Período de Integralização da Primeira Emissão será de 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir do Dia Útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Encerramento.
<b>Política de Investimento</b>	A política de investimento do Fundo, conforme prevista no Capítulo Seis deste Regulamento.
<b>Prazo de Colocação</b>	O prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início.
<b>Prazo de Duração</b>	O prazo de duração do Fundo referido no item 1.3 deste Regulamento.
<b>Prazo para Reenquadramento da Carteira</b>	O prazo de 60 (sessenta) dias úteis para reenquadramento da Carteira do Fundo à Alocação Mínima de Investimento e aos percentuais previstos no item 6.8. deste Regulamento.
<b>Prazo para Resgate</b>	Até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de realização de Assembleia Geral de Cotistas referida no item 14.2.3 deste Regulamento.
<b>Preço de Aquisição</b>	O preço de aquisição e/ou subscrição dos Direitos de Crédito, que serão adquiridos pelo Fundo pelo valor equivalente ao valor especificado ou calculado caso a caso de acordo com os critérios descritos em cada Contrato de Cessão.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço de emissão das Cotas de cada Emissão conforme definido nos respectivos Suplementos.
<b>Primeira Emissão</b>	A primeira emissão de Cotas do Fundo, composta por 400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores e 100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas.
<b>Primeira Data de Integralização</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas em cada Emissão de Cotas do Fundo.
<b>Primeira Data de Integralização das Cotas</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Seniores em cada Emissão de Cotas Seniores do Fundo.

  14

**Seniores**

<b>Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas</b>	A data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Subordinadas em cada Emissão de Cotas Subordinadas do Fundo.
<b>Procedimentos de Cobrança</b>	Os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança e pelo Agente de Pagamento para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos e cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, respectivamente, conforme descritos no Capítulo Vinte deste Regulamento.
<b>Prospecto</b>	O prospecto relativo à Oferta, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.
<b>RDB</b>	Recibo de depósito bancário emitido na forma da Resolução CMN 3.454, conforme abaixo definida.
<b>Regulamento</b>	O presente Regulamento.
<b>Remuneração do Administrador</b>	A remuneração devida ao Administrador, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Remuneração do Agente Escriturador</b>	A remuneração devida ao Agente Escriturador, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Remuneração do Custodiante</b>	A remuneração devida ao Custodiante, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Remuneração do Gestor</b>	A remuneração devida ao Gestor, conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Reserva de Pagamento</b>	A reserva constituída pelo Gestor para fazer frente ao pagamento das despesas e encargos do Fundo, correspondente ao maior valor entre (i) o valor estimado ao pagamento das despesas e encargos do Fundo nos 6 (seis) meses subsequentes, e (ii) 0,3% (três décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, acompanhado



15



diariamente e apurado na respectiva data de constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento.

<b>Resolução CMN 2.921</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.921, de 21 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.454</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.454, de 30 de maio de 2007, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.792</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.836</b>	A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.836, de 25 de fevereiro de 2010, conforme alterada, que dispõe sobre a emissão de letra financeira por parte das instituições financeiras que especifica.
<b>SELIC</b>	O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
<b>SF</b>	SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Sociedades</b>	Qualquer pessoa jurídica constituída nos termos da legislação em vigor aplicável.
<b>Suplemento</b>	Os suplementos ao presente Regulamento, que contemplarão as características de cada emissão de Cotas do Fundo, a serem elaborados de acordo com o modelo constante do Anexo III deste Regulamento.
<b>Taxa de Administração</b>	A Remuneração do Administrador, a Remuneração do Gestor e a Remuneração do Agente Escriturador, quando referidas em conjunto, conforme previstas no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Taxa de Custódia</b>	A Remuneração do Custodiante conforme prevista no Capítulo Dezoito deste Regulamento.
<b>Taxa DI</b>	A taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, <i>extra grupo</i> , calculada e divulgada pela CETIP,



	e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 dias úteis).
<b>Termo de Adesão</b>	O termo de adesão ao Regulamento e de ciência de risco, de acordo com o modelo constante do Anexo IV deste Regulamento.
<b>Valor de Amortização</b>	O valor de amortização das Cotas, a ser calculado pelo Administrador, conforme definido no Anexo II deste Regulamento.
<b>Valor Total dos Ativos do Fundo</b>	Valor total dos ativos do Fundo, calculado na forma do Capítulo Sete deste Regulamento.

#### **CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. - O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de Cotas, sendo uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas, sendo que as características e os direitos de cada uma, bem como suas respectivas condições de emissão, subscrição, integralização, amortização, remuneração e resgate, estão descritas nos Capítulos Nove e Doze deste Regulamento, bem como no respectivo Suplemento.

1.3. - O Fundo terá prazo de duração indeterminado, observado que cada série e/ou classe de Cotas terá prazo de duração determinado, previsto no respectivo Suplemento. As Cotas poderão ser objeto de amortizações, nos termos do item 11.9 e do Capítulo Doze abaixo.

#### **CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.1. - O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.



2.2. - A aplicação inicial por Cotista no Fundo deverá ser de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no momento da subscrição. Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

### **CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DO INVESTIMENTO E DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

3.1. - O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, considerando o regime tributário aplicável, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição, no mercado primário ou secundário, dos seguintes Direitos de Crédito performados que atendam, no momento da cessão, observado o disposto no item 6.1.1. e na alínea (ii) do item 11.1. do presente Regulamento, ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo Cinco abaixo:

- a. Debêntures emitidas na forma da Lei das Sociedades por Ações, cuja distribuição seja pública ou privada;
- b. Notas Promissórias emitidas com base na Instrução CVM 134 e na Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública;
- c. Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Imobiliário emitidas na forma da Lei 10.931;
- d. Notas de Crédito à Exportação, emitidas na forma da Lei 6.313;
- e. Letras Financeiras, emitidas na forma da Resolução CMN 3.836;
- f. Letras de Arrendamento Mercantil, emitidas na forma da Lei 11.882;
- g. Letras de Crédito do Agronegócio, emitidas na forma da Lei 11.076;
- h. Instrumentos de Captação Vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921 cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. deste Regulamento; e
- i. outros direitos creditórios admitidos pela Instrução CVM 356.



18

3.1.1. - É vedado ao Fundo adquirir qualquer dos direitos de crédito a que se referem os incisos do §1º do artigo 1º da Instrução da CVM n.º 444, de 08 de dezembro de 2006, bem como Direitos de Crédito devidamente constituídos e existentes, cuja liquidação ou pagamento dependa da performance futura do Cedente ou do originador, conforme exemplificado no art. 40, parágrafo 8º da Instrução CVM 356.

3.1.2. - O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados mediante adoção de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII deste Regulamento. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelos respectivos Cedentes originadores de Direitos de Crédito e/ou dos processos de originação e/ou das políticas de crédito adotados pelo Gestor, e, portanto, dos fatores de risco associados a tais processos e políticas. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item por meio de assinatura do Termo de Adesão.

3.1.3. - O Fundo contratará o Agente de Cobrança, que poderá atuar diretamente, ou por meio de terceiros por ele contratados, podendo ainda estabelecer diferentes estratégias para a cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V deste Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida neste Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos, o qual será acordado caso a caso, quando couber, entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e características específicas de cada Direito de Crédito. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item por meio de assinatura do Termo de Adesão.

3.1.4. - Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão, conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cédulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cédulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cédulas de Crédito Bancário; (iv) Cédulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio; (ix) Instrumentos de captação Vinculados, e (x) Contratos de Cessão.

3.2. - Além dos Direitos de Crédito referidos acima, o Fundo poderá aplicar a parcela não investida em Direitos de Crédito nos Ativos Financeiros, com estrita observância dos critérios de seleção, composição e diversificação previstos no Capítulo Seis abaixo.

19



3.3. - As características de cada Emissão serão estabelecidas nos respectivos Suplementos, na forma do modelo constante do Anexo III deste Regulamento.

3.3.1. - O *Benchmark* das Cotas Seniores não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas Seniores, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor, dos Cedentes ou das Partes Relacionadas do Administrador, do Custodiante ou do Gestor. O *Benchmark* das Cotas Seniores somente é aplicável após a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores.

#### **CAPÍTULO QUATRO – DAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E/OU SUBSCRIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO**

4.1. - Toda e qualquer operação de aquisição e/ou subscrição de Direitos de Crédito pelo Fundo, seja no mercado primário ou no mercado secundário, deverá ser amparada pelos seguintes documentos:

- a. ata da reunião do Comitê de Investimentos que aprovou a aquisição dos Direitos de Crédito, a ser enviada pelo Gestor ao Custodiante, com cópia digitalizada para o Administrador, informando o Preço de Aquisição e identificando os Direitos de Crédito a serem adquiridos;
- b. Contrato de Cessão;
- c. Documentos Comprobatórios; e
- d. quando determinado na documentação relativa aos Direitos de Crédito, cópia do contrato por meio do qual o agente fiduciário ou agente de garantia foi contratado para verificar e acompanhar o atendimento e cumprimento, pelo Devedor, (i) das obrigações de fazer e não fazer (incluindo *covenants* financeiros), e (ii) dos níveis mínimos e demais obrigações previstas nos respectivos contratos.

4.2. - As operações de aquisição e/ou subscrição de Direitos de Crédito terão suas condições e procedimentos estabelecidos diretamente nas respectivas escrituras das Debêntures, nas cédulas das Notas Promissórias, nas Cédulas de Crédito Bancário, nos Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, nas Cédulas de Crédito Imobiliário, nas Letras de Crédito Imobiliário, nas Notas de Crédito à Exportação, nas Letras Financeiras, nas Letras de Arrendamento Mercantil, nas Letras de Crédito do Agronegócio, nos Instrumentos de Captação Vinculados, com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidos pela entidade de liquidação e custódia onde os Direitos de Crédito sejam ou estejam registrados ou custodiados, bem como, quando



aplicável, em cada Contrato de Cessão o qual abrangerá, necessariamente, todos os direitos, garantias, seguros e preferências referentes a todo e quaisquer Direitos de Crédito alvo do Fundo

4.3. - O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será equivalente ao valor especificado ou calculado caso a caso, de acordo com os critérios descritos em cada Contrato de Cessão, observado o disposto no Anexo VII. O Preço de Aquisição poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observado que, na determinação do deságio, quando for o caso, serão observadas as condições de mercado. O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito no mercado primário corresponderá ao respectivo preço de subscrição.

4.3.1. - Cada Contrato de Cessão estabelecerá, necessariamente, os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito e deverá atender, conforme aplicável, os seguintes requisitos legais: (i) ser celebrado por agentes capazes, (ii) possuir objeto lícito, possível, determinado ou determinável, (iii) possuir forma prescrita ou não defesa em lei, e (iv) possuir preço de cessão determinado ou determinável. O Fundo poderá, de acordo com a natureza específica de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo, celebrar vários Contratos de Cessão com termos e condições diversos, de forma a buscar alcançar seu objetivo e enquadrar-se à Política de Investimento definida neste Regulamento, sempre no melhor interesse dos Cotistas e com observância dos termos e condições previstos neste Regulamento. Não há, portanto, modelo padrão de Contrato de Cessão a ser celebrado entre o Fundo e cada Cedente.

4.3.2. - O Gestor também poderá celebrar, em conjunto com o Administrador, em nome do Fundo, Contratos de Cessão e quaisquer outros contratos relativos às operações da Carteira do Fundo, conforme poderes outorgados nos termos do item 17.2.2 deste Regulamento.

4.3.3. - Sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo, os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro.

4.4. - O Gestor transmitirá ao Administrador até as 15.00 horas as instruções para liquidação e custódia de operações do Fundo, por correio eletrônico ("e-mail") ou, na hipótese de indisponibilidade deste, preferencialmente na ordem a seguir, (i) fac-símile; (ii) telefone, mediante ligações gravadas, desde já autorizadas, para que este possa transmitir ao Custodiante, as referidas instruções, via boletagem eletrônica, por meio de senha exclusiva do Administrador, que se responsabiliza pelo seu sigilo e controle de sua utilização. As instruções



recebidas pelo Custodiante com autenticação da senha serão consideradas como tendo sido única e exclusivamente enviadas pelo Administrador e assinadas por seus representantes. O Custodiante não se responsabiliza pelo uso indevido nem por compartilhamento da senha de acesso ao sistema de boletagem eletrônica, arcando o Administrador com os prejuízos daí decorrentes.

4.5. - Nas aquisições e/ou subscrições de Direitos de Crédito, como regra geral, cada operação será considerada formalizada após a verificação cumulativa do disposto nos itens 4.1. e 4.4. acima, e dos termos e condições específicos de cada Contrato de Cessão.

## CAPÍTULO CINCO – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

5.1. - Somente poderão ser adquiridos pelo Fundo Direitos de Crédito cuja aquisição tenha sido aprovada pelo Comitê de Investimentos, sendo esse o Critério de Elegibilidade aplicável.

5.1.1. - O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito em relação ao Critério de Elegibilidade descrito no item 5.1. acima, em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, na data de aquisição dos respectivos Direitos de Crédito. Para tanto, o Custodiante, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da cessão dos Direitos de Crédito, deverá receber cópia da Ata do Comitê de Investimentos que deliberou sobre a aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo e, na data da referida cessão, os respectivos Documentos Comprobatórios.

5.2. - Caso a Assembleia Geral de Cotistas delibere qualquer alteração, inclusão e/ou exclusão do Critério de Elegibilidade e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referidas alterações em relação ao Critério de Elegibilidade, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia e Controladoria em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento de notificação do Administrador informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia e Controladoria, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito com relação ao Critério de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia e Controladoria, no prazo indicado neste item 5.2., serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral de Cotistas em relação ao Critério de Elegibilidade.

22



**CAPÍTULO SEIS – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E  
CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO EM RELAÇÃO À TABELA DE  
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

6.1. - Somente poderão ser adquiridos e/ou subscritos pelo Fundo Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, em cada data de aquisição, às condições descritas abaixo:

- a. os respectivos Direitos de Crédito deverão possuir classificação de risco na modalidade *credit assessment* ou *rating* equivalente a, no mínimo, B- na classificação da Agência Classificadora de Risco;
- b. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, deverá atender, na data de aquisição do Direito de Crédito, aos níveis de concentração por faixa de classificação de risco indicados a seguir:

Faixa de classificação de risco atribuída aos Direitos de Crédito	Nível de concentração
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> igual ou superior a A-	Até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BBB+ (inclusive) e BBB- (inclusive).	Até 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BB+ (inclusive) e BB- (inclusive)	Até 75% (setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre B+ (inclusive) e B- (inclusive).	Até 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

23





- c. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, de emissão, responsabilidade ou coobrigação de uma mesma Sociedade e/ou suas Partes Relacionadas, deverá atender, na data de aquisição do Direito de Crédito, aos níveis de concentração por faixa de classificação de risco indicados a seguir:

Faixa de classificação de risco atribuída aos Direitos de Crédito	Nível de concentração
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> igual ou superior a A-	Até 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BBB+ (inclusive) e BBB- (inclusive).....	Até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre BB+ (inclusive) e BB- (inclusive).....	Até 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
<i>Credit assessment</i> ou <i>rating</i> entre B+ (inclusive) e B- (inclusive).	Até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

- d. considerada *pro forma* a aquisição do Direito de Crédito em análise, o somatório do valor dos Direitos de Crédito, calculado na forma do Capítulo Sete abaixo, de emissão, responsabilidade ou coobrigação de Sociedades integrantes do mesmo setor de atuação (conforme classificação descrita no Anexo VI ao presente) não poderá representar uma concentração em determinado setor de atuação superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na data de cada aquisição de Direitos de Crédito;
- e. o vencimento original dos Direitos de Crédito em análise não poderá ser posterior a última data de vencimento de Cotas Seniores conforme previstas nos Suplementos;
- f. os Direitos de Crédito que sejam Debêntures, Notas Promissórias, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário,

 24

Letras de Câmbio Imobiliário, Notas de Crédito à Exportação, Letras Financeiras, Letras de Arrendamento Mercantil, Letras de Crédito do Agronegócio e Instrumentos de Captação Vinculados deverão estar registrados na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA e/ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central ou autorizados pela CVM;



- g. conforme o caso, (i) as Debêntures deverão cumprir todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (ii) as Notas Promissórias deverão atender os requisitos da Instrução CVM 134 e da Instrução CVM 155, ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, conforme o caso; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário, os Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, as Cédulas de Crédito Imobiliário e as Letras de Crédito Imobiliário deverão atender os requisitos da Lei 10.931; (iv) as Notas de Crédito à Exportação deverão atender os requisitos da Lei 6.313; (v) as Letras Financeiras deverão atender os requisitos da Resolução CMN 3.836; (vi) as Letras de Arrendamento Mercantil deverão atender os requisitos da Lei n.º 11.882; (vii) as Letras de Crédito do Agronegócio deverão atender os requisitos da Lei n.º 11.076; (viii) os Instrumentos de Captação Vinculados deverão atender a Resolução CMN 2.921; e (ix) os demais Direitos de Crédito deverão atender ao disposto na legislação e regulamentação que lhes seja aplicável;
- h. o Devedor e/ou o Cedente não poderão estar em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial e/ou em procedimento similar que venha a ser definido por lei, e
- i. o Devedor e/ou o Cedente não poderão estar inadimplentes no cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias para com o Fundo.

6.1.1. - Nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, os níveis de concentração a que se referem as alíneas (b), (c) e (d) do item 6.1. acima, serão observadas *pro forma* pelo somatório do valor total das Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo.

6.2 - Não será admitida a cessão parcial de Direitos de Crédito ao Fundo.

6.3 - O Gestor será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito às condições previstas no item 6.1. acima em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

6.3.1 - Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelos Cedentes ao Gestor, a fim de que o Gestor possa verificar o atendimento de Direitos de Crédito objeto de aquisição

 25  


pelo Fundo às condições previstas no item 6.1. acima, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato e prazo acordados entre o Gestor e os Cedentes, com aceitação, por escrito, do Administrador.

6.4. - Após o prazo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis para atingir a Alocação Mínima de Investimento no prazo de 90 (noventa) dias referido acima, o Administrador deverá, mediante comunicação do Gestor, solicitar imediatamente à CVM autorização para prorrogar o prazo para enquadramento do Patrimônio Líquido do Fundo à Alocação Mínima de Investimento por novo período de 90 (noventa) dias corridos (ou prazo superior que venha a ser admitido pela CVM), sem necessidade de autorização da Assembleia Geral de Cotistas. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Cotistas serão notificados do fato por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, endereçado a cada Cotista.

6.5. - A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes ativos financeiros, a critério do Gestor, de acordo com as diretrizes abaixo:

- a. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b. créditos securitizados pelo Banco Central;
- c. (i) CDB e RDB (excluídos aqueles certificados de depósito bancário vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921) que possuam classificação de risco mínima equivalente a AAA, assim atribuída pela Agência Classificadora de Risco, emitidos por qualquer Instituição Autorizada (excetuados os CDB e RDB emitidos pelo Itaú BBA e por suas Partes Relacionadas, sem prejuízo do disposto no item 6.9.4 abaixo) e que tenham vencimento não superior ao resgate final das Cotas Seniores conforme estabelecido neste Regulamento, (ii) CDB com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos – FGC (DPGE); e (iii) instrumentos de captação de instituições financeiras, que não aqueles considerados neste Regulamento como Direitos de Crédito.
- d. títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, incluindo, mas não se limitando, a cotas de emissão de fundos de investimento de renda fixa;
- e. operações compromissadas lastreadas nos ativos descritos na alínea (a) acima e contratadas com Instituições Autorizadas; e

- f. Operações de Derivativos, que tenham por objetivo a proteção das posições detidas à vista na Carteira, exclusivamente para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI, observado, ainda, o disposto no artigo 44 da Resolução CMN 3.792 e no parágrafo 3º do artigo 40 da Instrução CVM 356.

6.5.1. - As Operações de Derivativos deverão ser apresentadas pelo Gestor ao Comitê de Investimento para aprovação antes de serem realizadas. As Operações de Derivativos deverão ser registradas em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, sendo, nesses últimos casos, exclusivamente na modalidade "com garantia" da contraparte ou de terceiro.

6.5.2. - Os ativos financeiros a que se referem as alíneas "a" a "e" do item 6.5. acima que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI.

6.5.3. - O Fundo poderá investir em um ou mais fundos de investimento de renda fixa administrado e/ou gerido pelo Administrador, pelo Gestor e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, desde que o fundo investido não cobre taxa de administração e/ou taxa de performance.

[6.5.4. - O Administrador e o Gestor estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da Carteira do Fundo.]

6.6. - O Gestor envidará seus melhores esforços para que a remuneração da Carteira do Fundo seja compatível com o *Benchmark* das Cotas Seniores.

6.7. - O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

6.8. - Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. acima em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá manter a qualquer tempo em sua Carteira Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O percentual referido neste item poderá ser elevado para 100% (cem por cento) quando o Devedor ou coobrigado de uma mesma pessoa ou Sociedade.



- a. tenha registro de companhia aberta;
- b. seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Banco Central; ou
- c. seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, que deverão ser entregues à CVM no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.

6.9 - Observado o disposto nos itens 6.9.1, 6.9.2, 6.9.3 e 6.9.4. abaixo, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cotista Subordinado e/ou suas respectivas Partes Relacionadas, sem limitação de valor.

6.9.1. - O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e/ou de suas Partes Relacionadas.

6.9.2. - O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Cotista Subordinado, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, dos Cotistas, do Custodiante, do Cotista Subordinado e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas.

6.9.3. - Observado o disposto nos itens 6.5. e 6.5.1. acima, o Fundo poderá contratar quaisquer Operações de Derivativos com o Administrador, o Gestor, os Cotistas, o Custodiante, o Cotista Subordinado e/ou com suas respectivas Partes Relacionadas.

6.9.4. - O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de emissão de Sociedades não financeiras controladas pelo Cotista Subordinado e/ou por suas Partes Relacionadas, bem como Ativos Financeiros de emissão do Cotista Subordinado ou de suas Partes Relacionadas que sejam instituições financeiras, ressalvados os Instrumentos de Captação Vinculados, na forma da Resolução CMN 2.921 cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. deste Regulamento. Para os fins deste item, controle tem o significado atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.



28

6.10. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pelo Gestor, com base no Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo dos referidos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

6.10.1. - Observado o disposto nos itens 6.5. e 6.5.1. acima, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos pelo Fundo com Operações de Derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

6.11. - Na hipótese de desenquadramento da Carteira com relação à Alocação Mínima de Investimento e aos percentuais previstos no item 6.8 acima por período superior a 60 (sessenta) dias úteis, será caracterizado um Evento de Avaliação nos termos do item 14.1 deste Regulamento.

6.12. - O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Cotistas. Todavia, a Carteira poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Para os fins do disposto neste item, e deste Regulamento, os Direitos de Crédito elegíveis não são considerados para fins de cálculo do prazo médio da Carteira.

6.13. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverão ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central e/ou pela CVM.

6.14. - O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, do Comitê de Investimentos, do Custodiante, de qualquer de suas respectivas Partes Relacionadas ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Dois deste Regulamento. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá ler cuidadosamente os fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Dois deste Regulamento, bem como atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto em todos os itens deste Capítulo Seis, por meio de assinatura de Termo de Adesão.



6.15. - O Fundo, o Custodiante, o Administrador, o Gestor, o Cotista Subordinado, suas respectivas Partes Relacionadas e os membros do Comitê de Investimentos não respondem pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Cedentes e dos respectivos Devedores, desde que, no âmbito de suas respectivas atribuições, não tenham agido com comprovada negligência na aquisição dos Direitos de Crédito, observado o item 6.15.1 abaixo.

6.15.1. - Os Cedentes e os originadores dos Direitos de Crédito, conforme o caso, serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e pela correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, sendo que os Cedentes e os originadores não serão responsáveis pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito.

#### **CAPÍTULO SETE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

7.1. - Entende-se por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros da Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

7.2. - Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e de acordo com o manual de precificação adotado pelo Custodiante, disponível para consulta no website [www.itaucustodia.com.br/Manual\\_Precificacao.pdf](http://www.itaucustodia.com.br/Manual_Precificacao.pdf), ou pela instituição que venha a substituir o Custodiante na prestação dos serviços de controladoria para o Fundo, observado o disposto no item 7.4 abaixo.

7.3. - Qualquer alteração no valor dos Direitos de Crédito, inclusive aquelas decorrentes de eventual deságio apurado na sua aquisição, será reconhecida em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

7.4. - A precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, será feita pelo valor de mercado com base no manual de precificação do Custodiante. No entanto, caso o Administrador não concorde com a precificação baseada no manual do Custodiante, o Administrador e o Custodiante deverão decidir de comum acordo o critério a ser seguido.



7.5 - As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza legal e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Capítulo.

## **CAPÍTULO OITO – DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

8.1. – A Primeira Emissão de Cotas será formada por 400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores e 100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas, com Preço de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando um patrimônio de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo que as demais características das Cotas da Primeira Emissão estão expressamente identificadas no Suplemento da Primeira Emissão. As características das Cotas objeto de novas emissões após a Primeira Emissão, serão descritas no Suplemento da respectiva Emissão.

8.2. - As Cotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas de acordo com o disposto no Capítulo Nove abaixo, e serão amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Capítulo Doze abaixo e no respectivo Suplemento.

8.3. - A Oferta Pública das Cotas Seniores do Fundo dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da legislação aplicável.

8.4. - Novas emissões de Cotas somente poderão ser realizadas mediante previa aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum estabelecido no presente Regulamento. A cada nova Emissão de Cotas, deverá ser observada a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO NOVE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS**

### Características das Cotas

9.1. - As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em 2 (duas) classes, sendo 1 (uma) classe de Cotas Seniores e 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas.

9.2. - As Cotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas junto ao Agente Escrirador das Cotas do Fundo.





#### Direitos Patrimoniais

9.3. - As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de amortização, amortização extraordinária e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores. Como regra geral, as Cotas Subordinadas somente serão amortizadas ordinária e/ou extraordinariamente, em cada Data de Amortização, observados os critérios estabelecidos no Anexo II deste Regulamento, e/ou resgatadas, após o último pagamento de amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores em circulação.

#### Direitos de Voto das Cotas

9.4. - Cada uma das Cotas terá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo em relação às matérias nas quais referida Cota tiver direito de voto, nos termos do disposto no Capítulo Dez deste Regulamento.

#### Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido e as Cotas Seniores do Fundo

9.5. - O Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento.

9.5.1. - Não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento.

#### Oferta Pública das Cotas Seniores

9.6. - As Cotas Seniores serão objeto de Oferta Pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início da respectiva Oferta Pública. A publicação do Anúncio de Início ocorrerá em até 90 (noventa) dias corridos contados da concessão do registro da respectiva Oferta Pública pela CVM.

9.6.1. - As despesas relacionadas ao registro da Oferta Pública das Cotas Seniores serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e o disposto no Capítulo Quinze deste Regulamento.



9.6.2. - O Administrador poderá, conforme orientação do Gestor, solicitar à CVM a prorrogação do prazo de subscrição referido no item 9.6. acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

9.6.3. - O Anúncio de Início apresentará os termos e condições da Oferta Pública, bem como informará as condições para subscrição e integralização das Cotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

Subscrição e Integralização das Cotas do Fundo

9.7. - O total de Cotas Subordinadas emitidas em cada nova Emissão de Cotas deverá respeitar o disposto no item 8.4. acima.

9.8. - No ato de subscrição de Cotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder, (ii) assinará o Compromisso de Integralização, por meio do qual comprometer-se-á em caráter irrevogável e irretroatável a integralizar as Cotas subscritas nos termos do referido compromisso, e (iii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e, estar ciente, dentre outros, (a) das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à Política de Investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Prospecto e neste Regulamento e (c) das atribuições e remuneração dos prestadores de serviços do Fundo.

9.8.1. - As Cotas serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, nos termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e do respectivo Compromisso de Integralização. As Cotas Subordinadas poderão ser subscritas e integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade, sem prejuízo da observância pelo Gestor das condições previstas no item 6.1. acima.

9.9. - As Cotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta e a integralização de Cotas será feita mediante Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, observado o disposto nos itens abaixo e nos respectivos Compromissos de Integralização, pelo valor da Cota no dia da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 9.11. e 9.11.1. O valor de parte ou da totalidade das Cotas a serem integralizadas em cada Chamada de Capital será determinado pelo Gestor, com base no volume de recursos necessário às atividades do Fundo, observados os valores máximos constantes dos Compromissos de Integralização celebrados pelos Cotistas do Fundo.

9.9.1. - O Administrador, conforme instruções e orientação do Gestor, realizará Chamadas de Capital, comunicando os Cotistas sobre tal necessidade e solicitando o aporte de recursos no Fundo mediante a integralização parcial ou total das Cotas subscritas por cada um dos Cotistas nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, (a) para realização de investimentos em Direitos de Crédito, na medida em que sejam identificadas novas oportunidades de investimento; e (b) para aplicações em Ativos Financeiros quando houver necessidade de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo. As Chamadas de Capital para investimento em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros somente podem ser realizadas durante o Período de Integralização e ressalvada a hipótese de Patrimônio Líquido negativo em que poderá ocorrer Chamadas de Capital em montante superior ao previsto nos Compromissos de Investimento.

9.9.2. - Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Integralização.

9.9.2.1 - No ato de integralização de Cotas, os Cotistas deverão receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.

9.9.3. - As Chamadas de Capital serão destinadas exclusivamente ao Cotista Subordinado até que a totalidade das Cotas Subordinadas tenha sido integralizada. Após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas, os titulares de Cotas Seniores serão chamados a integralizar as Cotas de sua titularidade.

9.9.4. - As Chamadas de Capital serão realizadas até que a totalidade das Cotas subscritas seja integralizada ou até o final do Período de Integralização. Caso no final do Período de Integralização as Chamadas de Capital realizadas pelo Administrador não tenham abrangido a totalidade das Cotas subscritas por cada Cotista, conforme previstos nos respectivos Compromissos de Integralização, o saldo que não tenha sido objeto de Chamadas de Capital será cancelado.

9.9.5. - Os Cotistas, por meio do Compromisso de Integralização, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 9.9, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento parcial ou total de suas obrigações, estando sujeitos ainda à suspensão dos direitos políticos e patrimoniais atribuídos pelas respectivas Cotas nos termos deste Regulamento até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso um Cotista inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos políticos e patrimoniais, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no



item 9.9.7 abaixo, o Cotista terá os direitos políticos e patrimoniais atribuídos por suas respectivas Cotas imediatamente restituídos.

9.9.6. - Caso o Fundo realize amortização ou resgate de Cotas em período em que um Cotista esteja qualificado como inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao referido Cotista serão utilizados para o pagamento dos débitos do mesmo perante o Fundo. Eventuais saldos existentes após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Cotista inadimplente a título de amortização ou resgate de suas Cotas.

9.9.7. - Caso qualquer Cotista não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Integralização, o Administrador poderá alienar as Cotas de titularidade de referido Cotista inadimplente dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Cotista. Eventuais saldos existentes após a dedução do débito do Cotista inadimplente para com o Fundo serão entregues ao Cotista inadimplente, nos termos do respectivo Compromisso de Integralização.

9.10. - A integralização das Cotas do Fundo será efetuada (i) por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional. As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam, no momento da cessão, ao Critério de Elegibilidade, sem prejuízo da observância pelo Gestor das condições previstas no item 6.1. acima.

#### Critérios para Apuração do Valor das Cotas Seniores

9.11. - A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, cada Cota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização e resgate, de acordo com o previsto no Anexo I deste Regulamento.

#### Critérios para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas

9.11.1. - A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas, cada Cota Subordinada terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização e resgate, de acordo com o previsto no Anexo I deste Regulamento.



Negociação das Cotas do Fundo

9.12. - As Cotas Seniores serão registradas no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e serão admitidas à negociação em mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

9.12.1. - As Cotas Seniores não serão negociadas em qualquer outro sistema de negociação. Sem prejuízo do disposto acima, após a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, o Administrador poderá registrar as Cotas Seniores para negociação no mercado secundário de renda fixa em ambientes administrados pela BM&FBOVESPA ou em outros ambientes de negociação que venham a ser autorizados no futuro.

9.12.2. - Na hipótese de negociação das Cotas Seniores em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Cotista como Investidor Qualificado, bem como ficará obrigado a cumprir as disposições relacionadas a "suitability" conforme determina o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, bem como das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613 de 3 de março de 1998 e da Instrução da CVM 301.

9.12.3. - Na hipótese de negociação ou qualquer outra hipótese de cessão ou transferência das Cotas, inclusive de forma privada, o Cotista alienante das Cotas deverá obter dos adquirentes que ainda não sejam Cotistas (i) Termo de Adesão devidamente assinado, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado; (ii) cadastro nos termos da Instrução CVM 301, e demais normas aplicáveis em vigor; (iii) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este item.

9.13. - As Cotas Subordinadas serão registradas no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, mas não serão admitidas à negociação no mercado secundário em qualquer ambiente de negociação.

9.13.1. - As Cotas Subordinadas não poderão ser alienadas a terceiros, devendo ser mantidas pelo Cotista Subordinado durante todo o Prazo de Duração do Fundo.

Classificação de Risco das Cotas

9.14. - As Cotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá

36



solicitar informações adicionais ao Administrador e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

9.14.1. - A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas deverá ser informada pelo Administrador aos membros do Comitê de Investimentos e a cada um dos Cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for informado o rebaixamento pela Agência Classificadora de Risco, por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

9.15. - As Cotas Subordinadas não serão objeto de classificação de risco.

#### CAPÍTULO DEZ – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

10.1. - É da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iii) deliberar sobre a destituição do Gestor nas hipóteses previstas no Capítulo Dezesete abaixo;
- (iv) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (v) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (vi) deliberar sobre a liquidação do Fundo em outras circunstâncias que não configurem um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação;
- (vii) aumentar o *Benchmark* das Cotas Seniores;
- (viii) reduzir o *Benchmark* das Cotas Seniores ou alterar a periodicidade de amortização das Cotas Seniores;



37

- (ix) alterar os quoruns de deliberação das Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo, observados os quoruns previstos na Instrução CVM 356;
- (x) deliberar sobre os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, incluindo, mas não se limitando, as medidas a serem adotadas em caso de cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do item 1.6. do Anexo V deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de procedimentos de cobrança dos Direitos de Créditos;
- (xii) resolver se, na ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Liquidação, conforme o caso, referido Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação ou, no caso de Evento de Liquidação, se referido Evento de Liquidação deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xiii) alterar este Regulamento além das hipóteses específicas de alteração mencionadas nas demais alíneas deste item 10.1;
- (xiv) deliberar sobre a nomeação do administrador do condomínio nos termos do Capítulo Treze abaixo;
- (xv) deliberar sobre a proposta de nomes para o novo administrador e/ou gestor indicado nos termos do item 17.5. abaixo;
- (xvi) aprovar, entre os nomes apresentados pelo Cotista Subordinado nos termos do item 17.5. abaixo, o novo administrador e/ou gestor do Fundo;
- (xvii) alterar a Política de Investimento e/ou o Critério de Elegibilidade previsto neste Regulamento, com anuência do Gestor;
- (xviii) deliberar se o rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores a um nível inferior a "BBB" deve ser considerado um Evento de Avaliação; e
- (xix) deliberar sobre emissão de novas Cotas.

10.2. - Todos os Cotistas terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 10.1. acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas que não expressamente indicadas neste Capítulo.



38

10.3. - As deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas serão tomadas pela maioria das Cotas dos Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas, exceto pelas matérias indicadas nas alíneas (ii), (iv), (v), (vi) e (xii) do item 10.1 deste Regulamento que serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembleia Geral de Cotistas.

10.4. - A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, nos termos da regulamentação aplicável. O(s) representante(s) dos Cotistas não fará(ão) jus, sob qualquer hipótese, ao recebimento de remuneração do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos ou de qualquer Cedente para o exercício de tal função.

10.5. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em caso de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Cotistas da referida alteração, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

10.6. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-se a qualquer momento por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação dirigida ao Administrador, (i) pelo Gestor; (ii) pelo Comitê de Investimentos; ou (iii) por Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, sendo que, nessas hipóteses, o Administrador será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

10.6.1. - A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pelo Administrador, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, endereçado a cada Cotista, com aviso de recebimento, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral de Cotistas. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

10.6.2. - Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, mediante convocação na forma referida no item 10.7.1. acima. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.





10.6.3. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas com direito de voto para deliberar sobre todas as matérias constantes da ordem do dia.

10.7. - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na Cidade de São Paulo, devendo o local ser indicado com clareza na convocação.

10.8. - A Assembleia Geral de Cotistas deverá reunir-se pessoalmente. Das Assembleias Gerais de Cotistas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Cotistas presentes e, a critério do Administrador, devidamente registradas no competente cartório de registro de títulos e documentos.

10.9. - As Assembleias Gerais de Cotistas serão instaladas com a presença de pelos menos um Cotista.

10.10. - Somente poderão votar nas Assembleias Gerais de Cotistas os Cotistas com direito de voto, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano. Não terão direito a voto os Cotistas que não estejam em pontual e integral cumprimento de suas obrigações para com o Fundo.

10.11. - O Gestor terá direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas sempre que for titular de Cotas do Fundo.

10.12. - Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas serão divulgadas pelo Administrador aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento.

## **CAPÍTULO ONZE - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

11.1. - O Fundo terá um Comitê de Investimentos cuja função será:

- (i) aprovar a aquisição, venda, repactuação, cobrança ou qualquer outra operação envolvendo os Direitos de Crédito do Fundo, inclusive o Preço de Aquisição, de acordo com a Política de Investimento descrita neste Regulamento e com observância da regulamentação aplicável. Caberá ao Comitê de Investimentos atestar que o Preço de Aquisição corresponde ao preço de mercado do Direito de Crédito praticado no momento da aquisição;



- (ii) nas hipóteses de inadimplemento ou de impossibilidade de pagamento pelo Devedor ou pelo Cedente, conforme o caso, tendo em vista o melhor interesse do Fundo e dos Cotistas, aprovar (a) a repactuação dos termos e condições dos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso e/ou (b) adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea (i) do item 6.1. acima inclusive sobre a realização de Amortização Extraordinária para reenquadramento, nos termos do item 11.9. e seguintes abaixo;
- (iii) na hipótese de pré-pagamento de qualquer Direito de Crédito, deliberar sobre a Amortização Extraordinária das Cotas do Fundo, nos termos do item 11.9. e seguinte abaixo, ou sobre a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito adicionais para a Carteira do Fundo; e
- (iv) aprovar Operações de Derivativos a serem realizadas pelo Fundo.

11.2. - O Comitê de Investimentos será formado por 2 (dois) membros, sendo um indicado pelo Cotista Subordinado e um indicado pelo Gestor. Tanto o Gestor como o Cotista Subordinado poderão destituir e substituir o membro do Comitê de Investimentos por eles indicado. Além dos membros titulares, o Cotista Subordinado e o Gestor indicarão cada um 1 (um) membro suplente que poderá substituir os membros titulares quando estes estiverem impossibilitados de participar de reunião do Comitê de Investimento por qualquer motivo tal como férias, ausência, doença, etc.

11.2.1. - Somente poderão participar do Comitê de Investimentos representando seus integrantes, pessoas físicas que não estejam impedidas de exercer atividades no mercado financeiro e/ou de capitais.

11.3. - No prazo de 5 (cinco) dias úteis da indicação ou substituição, conforme o caso, de qualquer membro do Comitê de Investimentos, o Administrador comunicará formalmente a cada um dos Cotistas, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico, os nomes dos membros do Comitê de Investimentos indicados ou substituídos.

11.3.1. - Os membros do Comitê de Investimentos terão mandato por tempo indeterminado, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo, a critério exclusivo das partes que os indicaram.

11.4. - O Comitê de Investimentos reunir-se-á sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem, mediante convocação por comunicação por escrito a cada membro, com no mínimo 2



(dois) dias úteis de antecedência, indicando a data, horário e local da reunião e respectivas matérias a serem nela tratadas. As reuniões deverão ser convocadas pelo Gestor ou por qualquer membro do Comitê de Investimentos e instalar-se-ão com a presença de todos os seus membros.

11.4.1. - Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos e das funções que lhe são conferidas neste Regulamento, o Gestor e o Cotista Subordinado, comprometem-se a enviar a todos os membros do comitê todo o material referente à matéria que for objeto da respectiva reunião, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da reunião do Comitê de Investimentos.

11.4.2. - A não observância pelo Gestor e do Cotista Subordinado dos prazos mencionados neste Capítulo Onze resultará no direito de qualquer membro do Comitê de Investimentos solicitar a suspensão da reunião convocada até que sejam observados os prazos previstos neste Capítulo.

11.4.3. - Os membros integrantes do Comitê de Investimentos poderão participar das reuniões do Comitê de Investimentos pessoalmente, por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante.

11.5. - As deliberações do Comitê de Investimentos serão tomadas por unanimidade dos seus membros.

11.6. - As decisões do Comitê de Investimentos deverão ser lavradas em ata por qualquer membro do Comitê de Investimentos presente à reunião, que deverá ser assinada e arquivada na sede social do Administrador. O Comitê de Investimentos deverá notificar o Administrador, por escrito, das decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos nos termos deste Regulamento.

11.7. - Toda e qualquer decisão do Comitê de Investimentos deverá ser acatada pelo Administrador, observado o disposto no item 11.8 abaixo.

11.8. - Caberá ao Comitê de Investimentos analisar e sugerir estratégias, diretrizes e operações com relação à Política de Investimento, não lhe sendo facultado tomar decisões que contrariem ou alterem este Regulamento nem que eliminem a discricionariedade do Administrador e do Gestor com relação às suas respectivas atribuições.

11.9. - Caso o Comitê de Investimentos determine a Amortização Extraordinária das Cotas do Fundo nos termos do item 11.1 (iv) acima, o Administrador tomará todas as medidas

 42

necessárias para a Amortização Extraordinária das Cotas, observado o disposto nos subitens abaixo.

11.9.1. - A Amortização Extraordinária deverá observar os critérios previstos no Anexo II deste Regulamento.

11.9.2. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos deste Capítulo, todos os Cotistas serão previamente comunicados, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência da data prevista para a Amortização Extraordinária, inclusive sobre o valor total esperado envolvendo cada Amortização Extraordinária.

11.9.3. - Qualquer Amortização Extraordinária observará o disposto no item 9.3. acima.

## **CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS**

### Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortizações e Resgates

12.1. - A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Cotas, observado o disposto no Anexo II deste Regulamento. O resgate das Cotas ocorrerá na Data de Resgate. As amortizações e/ou resgates pagos aos Cotistas deverão observar o disposto no Anexo II deste Regulamento.

12.2. - Os pagamentos de amortizações e/ou resgates de Cotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores, em benefício de todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores objeto de pagamento de rendimentos, amortizações e/ou resgates. Os pagamentos de amortizações e/ou resgates de Cotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Subordinadas. Quando do pagamento de resgate de Cotas, as Cotas objeto de resgate serão canceladas.

12.3. - Os pagamentos de amortização das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota calculado nos termos do Anexo I deste Regulamento, na Data de Amortização, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.



43

12.4. - Os pagamentos de resgate das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota calculado nos termos do Anexo I deste Regulamento.

12.5. - No âmbito de processo de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Cotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Cotas, conforme o disposto no Capítulo Treze deste Regulamento.

12.6. - Quando a data estipulada para pagamento de rendimentos, amortização ou resgate de Cotas ocorrer em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte à data prevista, pelo valor apurado na Data de Amortização ou na data prevista para o pagamento do resgate, conforme o caso.

#### **CAPÍTULO TREZE - DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E/OU DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.1. - Caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, será constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo ("Condôminos"), cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. O condomínio se extinguirá quando do pagamento de todos os Condôminos com os recursos obtidos com a venda ou o recebimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros. O Administrador, o Gestor e o Custodiante permanecerão obrigados em relação às suas respectivas responsabilidades estabelecidas neste Regulamento até que seja designado um administrador responsável pelo condomínio, mas em nenhuma hipótese por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da constituição do condomínio. Após referido período de 30 (trinta) dias, o Administrador, o Gestor e o Custodiante ficarão desobrigado(s) de suas atribuições para com o Fundo.

13.1.1. - O Administrador deverá notificar os Condôminos, por meio de carta registrada ou de correio eletrônico, endereçado a cada um dos Cotistas, com aviso de recebimento, no prazo mínimo de até 3 (três) dias úteis contados da constituição do condomínio, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1 323 do Código Civil Brasileiro, informando inclusive a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Condômino fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador ou do Gestor perante os Condôminos após a constituição do referido condomínio.

13.1.2. - O Custodiante realizará a guarda dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios, bem como dos Ativos Financeiros, conforme o caso, pelo prazo improrrogável



de 30 (trinta) dias corridos contados da constituição do condomínio previsto no item 13.1. acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Condôminos ou ao qual essa função tenha sido atribuída indicará ao Administrador, ao Gestor e ao Custodiante a hora e o local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos de Crédito, dos Ativos Financeiros e dos Documentos Comprobatórios, conforme o caso, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

13.1.3. - As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Cotas Subordinadas, observado que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores.

#### **CAPÍTULO QUATORZE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

##### Eventos de Avaliação

14.1. - São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) não observância do prazo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão, ou do prazo adicional concedido pela CVM, para alocação dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito em montante que corresponda a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme disposto no item 6.4. acima;
- (b) não observância, pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Custodiante, dos seus respectivos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, desde que, notificado(s) para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça(m) no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da notificação de descumprimento;
- (c) não observância do disposto no item 1.1. do Anexo II nas Datas de Amortização ou em razão de comprovado erro operacional, desde que sanado no prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência,
- (d) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento, sem prejuízo do disposto no item (c) acima,
- (e) verificação de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com o



Critério de Elegibilidade ou com a Política de Investimento;

- (f) o rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores a nível inferior a "BBB";
- (g) se o Patrimônio Líquido do Fundo for inferior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ao final do prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da Primeira Data de Integralização da Cota Subordinada da Primeira Emissão do Fundo; e
- (h) em caso de não reenquadramento da Carteira com relação à Alocação Mínima de Investimento e/ou aos percentuais previstos no item 6.8. deste Regulamento no prazo de 60 (sessenta) dias úteis previsto no item 6.11. acima.

14.1.1. - O Administrador será responsável por informar os Cotistas sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação referidos acima no momento em que tomar conhecimento do fato diretamente, pelo Gestor, pelo Custodiante, ou por meio de qualquer parte interessada, conforme o caso.

14.1.2. - Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito (se for o caso) e o Administrador convocará, em 2 (dois) dias úteis, uma Assembleia Geral de Cotistas, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez acima, em especial, o item 10.3., (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo; ou (ii) se o referido Evento de Avaliação não deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo.

14.1.3. – Caso o Evento de Avaliação não seja considerado um Evento de Liquidação nos termos da alínea (ii) do item 14.1.2. acima, o Fundo poderá reiniciar o procedimento de aquisição de Direitos de Crédito.

14.1.4. – No caso de a Assembleia Geral de Cotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens 14.2. e seguintes abaixo sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Cotistas, podendo a Assembleia Geral de Cotistas que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação do Fundo deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo independentemente de qualquer notificação aos Cotistas ausentes à referida Assembleia Geral de Cotistas.



46

Eventos de Liquidação

14.2. - São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (b) renúncia do Custodiante ou rescisão do Contrato de Custódia e Controladoria, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos;
- (c) não pagamento de valores referentes à amortização das Cotas Seniores, conforme a metodologia, condições e periodicidade previstas no Anexo II, após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias;
- (d) se no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início ou prazo superior autorizado pela CVM não for subscrita a totalidade das Cotas representativas da Primeira Emissão;
- (e) se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e
- (f) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar.

14.2.1. - O Administrador será responsável por informar os Cotistas sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação referidos acima, no momento em que tomar conhecimento do fato diretamente, pelo Gestor ou pelo Custodiante, ou por meio de qualquer parte interessada, conforme o caso.

14.2.2. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Fundo interromperá imediatamente a aquisição de Direitos de Crédito (se for o caso) e o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação ou não do Fundo em até 2 (dois) dias úteis.

14.2.3. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Cotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, observado que as Cotas do Fundo serão resgatadas compulsoriamente dentro do Prazo para Resgate, pelo valor de cada Cota do dia do



pagamento calculado na forma deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento:

- (a) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas;
- (b) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores;
- (c) durante o Prazo para Resgate, as Cotas serão amortizadas, total ou parcialmente, em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) disponíveis, após a constituição da Reserva de Pagamento;
- (d) os pagamentos referidos acima serão realizados de acordo com o disposto no Capítulo Vinte e Um deste Regulamento; e
- (e) se no último Dia Útil do Prazo para Resgate a totalidade das Cotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Cotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Cotas, observado o disposto no Capítulo Treze acima.

14.2.4. - Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas deliberar pela não liquidação do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, será concedido aos Cotistas Seniores dissidentes o Direito de Dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Cotas Seniores, a ser pago em até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Cotistas, pelo valor da Cota Sênior calculado 2 (dois) dias úteis consecutivos antes da data de pagamento, nos termos deste Regulamento. Os Cotistas Seniores dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar pela não liquidação do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. O pagamento do resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Seniores dissidentes será realizado pelo Administrador no prazo acima referido, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias acima referido os Cotistas Seniores dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Cotas Seniores em moeda corrente nacional, os Cotistas dissidentes receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros como pagamento pelo exercício do seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo Treze deste Regulamento.



48

## CAPÍTULO QUINZE – DOS ENCARGOS DO FUNDO

15.1. - Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (viii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à realização de Assembleia Geral de Cotistas ou à emissão de Cotas;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Cotas admitidas à negociação e/ou seus Direitos de Crédito e Ativos Financeiros registrados;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (xi) Taxa de Custódia; e
- (xii) Taxa de Administração.

49



15.2. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador.

15.3. - O pagamento das despesas de que trata o item 15.2. acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada pelo Administrador.

15.4. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas.

#### **CAPÍTULO DEZESSEIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

16.1. - O Fundo terá escrituração contábil própria, separada da relativa ao Administrador.

16.2. - O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e encerrar-se-á em 31 de janeiro de cada ano.

16.3. - O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

16.4. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

#### **CAPÍTULO DEZESSETE – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

##### Administração e Gestão

17.1. - O Fundo será administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91.

17.1.1. - O Fundo, por meio de seu Administrador, contratou o Banco Itaú Unibanco S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04., sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório da CVM n.º



8.015, expedido em 29 de outubro de 2004, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo.

17.1.2. - O Gestor poderá transferir suas funções nos termos deste Regulamento para qualquer de suas Partes Relacionadas, sem necessidade de aprovação prévia pela Assembleia Geral de Cotistas. O novo gestor passará a integrar, para todos os fins, a definição de Gestor de que trata este Regulamento.

17.2. - Observada a regulamentação em vigor e as limitações impostas por este Regulamento, bem como a competência do Comitê de Investimentos (i) o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, e (ii) o Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira e exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira, sendo o responsável, para todos os fins de direito, pela seleção dos Direitos de Crédito a serem eventualmente adquiridos pelo Fundo, caso aprovados pelo Comitê de Investimentos, observado ainda o disposto no item 6.15.1. acima.

17.2.1. - Nos termos da regulamentação em vigor, o Administrador e o Gestor deverão empregar, no exercício das suas atividades, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração e gestão dos seus próprios recursos e responderão por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração e gestão, respectivamente.

17.2.2. - Nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, fica o Gestor constituído como procurador para, em nome do Fundo e em conjunto com o Administrador, celebrar todo e qualquer documento, acordo ou contrato relativo às operações da Carteira incluindo, sem limitação, os respectivos Contratos de Cessão dos Direitos de Crédito, os contratos relativos à negociação de Ativos Financeiros, contratos com agente fiduciário, Agentes de Cobrança, instituições financeiras, escrituradores ou custodiantes dos Direitos de Crédito e outros prestadores de serviços relacionados aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo. Na celebração dos documentos ora referidos o Gestor deverá observar os interesses dos Cotistas do Fundo, a legislação e regulamentação aplicáveis e este Regulamento.

17.3. - O Administrador e/ou o Gestor, por meio de carta registrada ou por correio eletrônico, com aviso de recebimento endereçado aos Cotistas, sempre com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, podem renunciar à administração e/ou a gestão do Fundo, conforme o caso, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez acima.



51

17.3.1 - Na hipótese de renúncia do Administrador e/ou do Gestor e nomeação de nova instituição administradora e/ou gestora em Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador e/ou Gestor continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo por prazo a ser definido na referida Assembleia Geral de Cotistas, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Cotistas.

17.3.2 - Caso a nova instituição administradora e/ou gestora nomeada nos termos descritos acima não substitua o Administrador e/ou Gestor dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembleia Geral de Cotistas referida no item acima, o Administrador e/ou Gestor procederá à liquidação automática do Fundo em até 10 (dez) dias contados da data de encerramento do prazo referido neste item.

17.3.3. - Na hipótese do Administrador e/ou do Gestor renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Cotistas referida acima (i) não nomear instituição administradora e/ou gestora habilitada para substituir o Administrador e/ou Gestor; ou (ii) não tiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Dez acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou Gestor ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Cotistas.

17.4. - O Administrador e o Gestor poderão ser destituídos de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por deliberação dos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dez acima.

17.4.1. - A destituição do Administrador não implicará na destituição do Gestor e a destituição do Gestor não implicará na destituição do Administrador.

17.4.2. - Caso haja destituição do Gestor sem justa causa, este fará jus à Remuneração do Gestor que receberia até o final do Prazo de Duração do Fundo. Em caso de destituição por justa causa, a Remuneração do Gestor será paga *pro rata* pelo tempo em que permaneceu como Gestor o Fundo. Por "justa causa" neste item entende-se a comprovação de que o Gestor atuou com dolo ou má-fé no desempenho de suas funções e responsabilidades ou violou obrigações legais, contratuais ou previstas no regulamento, que deveria observar como Gestor da Carteira do Fundo.



52

17.5. - Na hipótese de destituição do Administrador e/ou do Gestor, o Cotista Subordinado deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral de Cotistas que aprovou a destituição do Administrador ou do Gestor, indicar no mínimo, 3 (três) instituições autorizadas para atuar como novo administrador ou gestor do Fundo. Apresentadas as indicações, os titulares de Cotas Seniores deverão reunir-se em Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis após a Assembleia Geral de Cotistas que aprovar a indicação das instituições autorizadas, para escolher dentre os nomes indicados pelo Cotista Subordinado o novo administrador ou gestor do Fundo. Nas Assembleias Gerais de Cotistas de que trata este item, serão observados os quoruns definidos no item 10.3 acima.

Custódia, Controladoria e Escrituração do Fundo

17.6. - Para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controle dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, nos termos do Contrato de Custódia e Controladoria.

17.7. - A Itaú Corretora de Valores S.A. com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, prestará ao Fundo serviços de escrituração de Cotas, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Cotas.

17.8. - O Custodiante, ou terceiro por ele contratado sob sua responsabilidade, sem prejuízo das obrigações e responsabilidades a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM 356, incluindo o recebimento e a análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito. O Custodiante ou terceiro por ele contratado realizará a verificação do lastro a que se refere este item relativamente à totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma individual, não por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios, até o final do trimestre seguinte à respectiva cessão. A verificação de qualquer inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito será de imediato comunicada ao Administrador, aos Cedentes, ao auditor independente e à Agência Classificadora de Risco.

**CAPÍTULO DEZOITO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DO  
CUSTODIANTE E DO AGENTE ESCRITURADOR**

18.1. - A Taxa de Administração do Fundo será equivalente ao somatório dos seguintes parâmetros:

(i) valor equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, até o volume de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,06% (seis centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), provisionada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior;

(ii) valor equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano sobre o volume de todas as Cotas Seniores em circulação provisionada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), apurado no Dia Útil imediatamente anterior; e

(iii) valor fixo de R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) por mês.

18.2. - A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (i) do item 18.1. acima não poderá ser inferior ao valor mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

18.3. - A Taxa de Administração será provisionada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, no segundo Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

18.4. - A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (ii) do item 18.1. acima será destinada ao pagamento da Remuneração do Gestor.

18.5. - A parcela da Taxa de Administração prevista no subitem (iii) do item 18.1. acima será destinada ao pagamento da Remuneração do Agente Escriturador.

18.6. - O valor a que se refere o subitem (iii) do item 18.1. será reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (IPC - FIPE) do período anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM, ou, na falta de ambos, pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

 54

18.7. – O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente ao Administrador, após deduzidos os valores devidos nos subitens (ii) e (iii) do item 18.1., será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará ao Administrador serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade do Administrador; e (ii) elaboração e atualização do website onde serão disponibilizadas aos Cotistas, todas as informações pertinentes ao Fundo.

18.8. - No caso de participação e implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembleia Geral de Cotistas, será devida uma remuneração adicional ao Administrador equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Administrador, de "relatório de horas" enviado aos Cotistas.

18.9. - Os valores em reais previstos nos itens 18.2. e 18.8. acima serão atualizados pelo Administrador e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da 1ª (primeira) integralização de Cotas, ou na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGPM. Serão acrescidos (*gross-up*) mensalmente à Taxa de Administração os valores de tributos, impostos, taxas, contribuições ou retenções de qualquer natureza incidentes sobre, ou decorrentes de, tal remuneração, incluindo, mas não se limitando ao IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, ISS - Imposto sobre Serviços, PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de forma a que o Administrador receba os valores a que teria direito caso tais tributos, impostos, taxas, contribuições e retenções não fossem incidentes.

18.10. - O Administrador e o Gestor não farão *jus* a taxa de desempenho e/ou performance.

18.11. – Pelos serviços de custódia qualificada, o Custodiante fará *jus* à Taxa de Custódia mensal, paga diretamente pelo Fundo, correspondente ao maior valor entre o fixo mensal de R\$20.000,00 (vinte e mil reais) e o percentual de 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, a qual será provisionada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente, por período vencido, na mesma data de vencimento indicada no item 18.3. acima.





## CAPÍTULO DEZENOVE – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

19.1. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas e à Agência Classificadora de Risco acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

19.1.1. - A divulgação das informações será efetuada no "Diário Comércio, Indústria e Serviços – DCI", e qualquer mudança será comunicada aos Cotistas previamente.

19.2. - Exceto quando exigido pela regulamentação aplicável, a divulgação de informações de que trata o item 19.1. acima será feita mediante comunicação por escrito a cada um dos Cotistas do Fundo, por meio de carta registrada ou correio eletrônico, com aviso de recebimento, e serão disponibilizadas aos Cotistas na sede do Administrador e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar da Oferta Pública, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação.

19.3. - O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo dados sobre o desempenho obtido e o esperado.

19.4. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; (ii) 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o encerramento do trimestre em se tratando de demonstrações financeiras trimestrais; e (iii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

19.5. - O Administrador deve divulgar, em sua página eletrônica na rede mundial de computadores, quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

19.5.1. - O disposto no item 19.5. acima não se aplica a informações divulgadas a:



56

(i) prestadores de serviços do Fundo, desde que tais informações sejam necessárias à execução de suas atividades; e

(ii) órgãos reguladores e autorreguladores, quando tais informações visem atender solicitações legais, regulamentares ou estatutárias.

19.6. - O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas na regulamentação aplicável, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos.

19.7. - O Administrador elaborará demonstrativos trimestrais evidenciando em relação ao trimestre à que se refere (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento do Fundo e com os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira estabelecidos neste Regulamento; (ii) que as negociações de aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros foram realizadas levando-se em conta as taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação do lastro adotados pelo Custodiante; (iv) os resultados da verificação do lastro realizada pelo Custodiante, explicitando a quantidade e a relevância dos Direitos de Crédito inexistentes porventura encontrados; (v) os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e valor total, expresso em reais, das taxas de juros (discriminando o regime, se simples ou compostos) ou de retornos incidentes sobre os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, bem como os seus respectivos prazos de vencimento dos períodos de amortização; (vi) as informações sobre a natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos dos Direitos de Crédito, bem como a descrição dos mecanismos e procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão dos correspondentes Direitos de Crédito, caso não sejam conhecidas pelo Administrador no momento do registro do Fundo, ou tenham sofrido alterações ou aditamentos; (vii) possíveis efeitos das alterações apontadas no item (vi) sobre a rentabilidade da Carteira do Fundo; (viii) em relação aos Cedentes originadores de Direitos de Crédito que representem 10% (dez por cento) ou mais da Carteira do Fundo no trimestre: (a) eventuais alterações nos critérios para concessão de crédito adotados por tais Cedentes originadores de Direitos de Crédito, caso os critérios adotados já tenham sido descritos neste Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais, e (b) critérios para a concessão de crédito adotados pelos Cedentes originadores de Direitos de Crédito, caso tais critérios não tenham sido descritos neste Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; (ix) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos da Carteira do Fundo, (x) forma como se operou a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, incluindo (a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e (b) indicação de caráter definitivo, ou não, da cessão; (xi) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na



rentabilidade da Carteira dos eventos de pré-pagamento; (xii) análise do impacto dos eventos de pré-pagamento descrito no item (xi); (xiii) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos de Crédito, incluindo: (a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento), e (b) motivação da alienação; (xiv) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos de Crédito realizadas (a) pelos Cedentes; (b) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo, ou (c) por pessoas a eles ligadas; (xv) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no item (xiv); (xvi) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e (xvii) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamentos previstos. As informações prestadas neste item 19.6 deverão ser incluídas nos demonstrativos trimestrais que forem elaborados no trimestre seguinte ao da aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito a que se referem.

19.8. - Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador deverá divulgar aos Cotistas, anualmente, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, além de manter disponíveis em sua sede, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios da Agência Classificadora de Risco relativos às respectivas Cotas.

19.8.1 - A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Administrador, nos termos da regulamentação aplicável ao Fundo.

## **CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

20.1. - Para cada Direito de Crédito, o respectivo Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na cobrança dos Direitos de Crédito a vencer.

20.2. - A cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feita pelo Agente de Cobrança Designado pelo Fundo ou pelo Agente de Cobrança Designado pelos Credores, às expensas do Fundo (observado o disposto no item 20.3 abaixo), nos termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo V e outros procedimentos descritos no respectivo Contrato de Cobrança. Observados os termos dos procedimentos de cobrança descritos no Anexo V, após 90 (noventa) dias corridos contados da data em que o crédito se tornar um Direito de Crédito



58

Inadimplido, caso o Agente de Cobrança não tenha conseguido celebrar acordo ou renegociação amigável para pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os parâmetros aprovados pelo Comitê de Investimento, o Agente de Cobrança deverá solicitar ao Administrador que seja providenciada a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de cobrança a serem adotados no caso em questão.

20.2.1. - Pela cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança não fará jus a qualquer remuneração.

20.3. - Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, incluindo os custos de contratação de terceiros, adicionalmente àqueles previstos no Contrato de Cobrança, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, na proporção de suas Cotas, não estando o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

20.4. - Todos os valores aportados pelos Cotistas no Fundo para a adoção dos Procedimentos de Cobrança deverão ser feitos em moeda corrente nacional.

20.5. - Os procedimentos para cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão determinados pela Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do item 10.1 (x).

#### **CAPÍTULO VINTE E UM – DA RESERVA DE PAGAMENTO E DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO**

21.1. - A partir da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão do Fundo, o Gestor deverá constituir e manter, durante todo o prazo de vigência do Fundo, uma reserva equivalente ao maior valor entre (i) o valor estimado ao pagamento das despesas e encargos do Fundo nos 6 (seis) meses subsequentes e (ii) 0,3% (três décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na respectiva data de constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento. A Reserva de Pagamento será constituída ou recomposta com recursos recebidos dos pagamentos dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros segundo os critérios



estabelecidos neste Regulamento. Os recursos da Reserva de Pagamento serão mantidos em caixa ou em títulos públicos federais.

21.1.1. - O valor da Reserva de Pagamento será verificado pelo Administrador diariamente. Sempre que for constatado que o valor disponível é inferior ao maior valor entre os valores referidos no item 21.1 acima, o Administrador deverá informar ao Gestor para que este adote os procedimentos necessários para recompor o saldo da Reserva de Pagamento.

21.2. - Diariamente, a partir da Primeira Data de Integralização da Primeira Emissão do Fundo e até a liquidação do Fundo, o Administrador e o Gestor obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos neste Regulamento;
- (ii) pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito e de outras obrigações financeiras resultantes das operações da Carteira;
- (iii) constituição ou recomposição da Reserva de Pagamento; e
- (iv) pagamento de amortização das Cotas de acordo com os procedimentos estabelecidos no Anexo II deste Regulamento.

## CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO

### Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito

22.1. - Ocorrência de fatores extraordinários de natureza macroeconômica. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda por parte dos Cotistas do Fundo.

22.2. - Flutuações de preços, cotações de mercado, taxas de juros e resultados dos Cedentes e/ou Devedores. O Fundo estará sujeito à variação no valor dos Direitos de Crédito que compõem a sua Carteira. O valor dos Direitos de Crédito pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados dos Devedores ou dos Cedentes, entre outros. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem



a Carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos Ativos Financeiros e das Operações de Derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do Fundo.

22.3. - Baixa liquidez para os Direitos de Crédito no mercado secundário. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas ao patrimônio do Fundo.

22.4. - Dificuldade em vender as Cotas no mercado secundário. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas Seniores que possibilite aos Cotistas Seniores sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Cotistas devem possuir condição financeira para manter, até o vencimento, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas Seniores no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, o Custodiante e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas Seniores que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

22.5. - Ausência de titularidade sobre os Direitos de Crédito. Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito, salvo na hipótese prevista no Capítulo Treze deste Regulamento.

22.6. - Exposição dos Cotistas a maiores riscos de mercado. Em razão dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo serem, predominantemente, de longo prazo, o Fundo poderá estar exposto a maiores riscos de crédito e de mercado, entre outros, do que estaria se os Direitos de Crédito fossem de curto ou médio prazo, dada a ocorrência de eventos e variações em fatores macroeconômicos que influirão de forma cumulativa no desempenho e na situação financeira das Sociedades ou dos Cedentes, conforme o caso, e/ou dos Devedores ao longo de tal período.



61

22.7. - Dificuldade para vender os Direitos de Crédito ou cobrar os valores devidos pelos Devedores ou pelos Cedentes. Em caso de liquidação do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, poderá ser constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento de resgate de suas Cotas; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores ou pelos Cedentes, conforme o caso, dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

22.8. - Os Cedentes não garantem a solvência dos seus respectivos Devedores. Como regra geral, os Cedentes dos Direitos de Crédito somente terão responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos respectivos Devedores. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder ao pagamento de rendimentos e resgate das Cotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam devidamente pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores.

22.9. - Não há garantia de adimplemento dos Direitos de Crédito nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança. O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, suas respectivas Partes Relacionadas e/ou, em determinados casos, os Cedentes, não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos de Crédito. Não é possível garantir que os Procedimentos de Cobrança assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

22.10. - Risco de custos adicionais para os Cotistas para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de recursos necessários para cobrir os custos e despesas que eventualmente venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, os Cotistas poderão ter que aportar recursos adicionais para o Fundo, na proporção de suas Cotas. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados de qualquer forma pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos





de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

22.11. - Demora na obtenção de decisão judicial em ações de cobrança ou ações de execução. O Fundo ou terceiro por ele contratado poderá ajuizar ação de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos ou ação de execução das garantias referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos. É possível que tais ações se estendam por um período de tempo excessivamente superior ao estimado e que o Fundo demore ou não consiga recuperar os valores devidos. Nesses casos, o Fundo pode não ter os recursos necessários para fazer os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

22.12. - Desenquadramento e eventual não observância dos Direitos de Crédito à Política de Investimento e ao Critério de Elegibilidade. Nos termos deste Regulamento, determinadas condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade somente serão observados no momento da aquisição e/ou cessão dos Direitos de Crédito pelo Fundo, não existindo obrigação de manutenção de seu enquadramento durante o prazo de duração do Fundo. Ainda que os Direitos de Crédito atendam a tais condições e ao Critério de Elegibilidade em cada data de aquisição e/ou cessão, não é possível assegurar que estes serão suficientes para garantir a satisfação e o pagamento dos Direitos de Crédito. Além disso, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, serão observados *pro forma* pelo somatório do valor total das Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo. Adicionalmente, mediante deliberação do Comitê de Investimentos neste sentido, o Fundo poderá adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea "I" do item 6.1. deste Regulamento, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.

22.13. - Inexistência de garantia das aplicações do Fundo. O Fundo e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos, das suas respectivas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.



63



22.14. - Diversos riscos associados aos Direitos de Crédito. Tendo em vista que (i) de tempos em tempos, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação de Cedentes distintos, e (ii) cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, os investimentos do Fundo em Direitos de Crédito estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de alienação de Direitos de Crédito ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- a. aos critérios adotados pelo Cedente para originação e concessão de crédito;
- b. aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Cedentes ou seus Devedores;
- c. à possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes, seus respectivos devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, planos de recuperação extrajudicial ou em outro procedimento de natureza similar;
- d. a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito alienados ao Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos de Crédito alienados e os fluxos de caixa a serem gerados; e
- e. a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos.

22.15. - Riscos decorrentes dos critérios adotados pelos Cedentes para originação e concessão de crédito. O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII deste Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Devedores.

22.16. - Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão de crédito de crédito pelos Cedentes. Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida neste Regulamento e no Prospecto, descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos



fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos de Crédito que vierem a ser adquiridos pelo Fundo poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua origem e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos de Crédito integrantes da Carteira pelo Fundo.

22.17. - Inexistência de Direitos de Crédito que se enquadrem na Política de Investimento e no Critério de Elegibilidade. O Fundo poderá não dispor de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis, a critério do Gestor, que atendam, no momento da cessão, às condições previstas no item 6.1. acima e ao Critério de Elegibilidade, de modo que o Fundo poderá enfrentar dificuldades para atender a Alocação Mínima de Investimento, bem como de empregar suas disponibilidades de caixa para aquisição de Direitos de Crédito. A ausência de Direitos de Crédito elegíveis para aquisição pelo Fundo poderá impactar negativamente na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito.

22.18. - Possibilidade de altos níveis de concentração por Devedor. Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. acima, em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito o Fundo poderá manter em sua Carteira Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade, até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, bem como que o referido percentual pode ser aumentado para 100% (cem por cento) nas hipóteses previstas no item 6.8. acima. Desta forma, os níveis de concentração dos Direitos de Crédito em determinado Devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, setoriais, entre outros, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

22.19. - Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos. O Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos de Crédito. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V deste Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida neste Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito de Crédito. Além disso, não é possível assegurar que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito a vencer ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de



cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo.

22.20. - Potencial conflito de interesses com o Administrador, Gestor, Custodiante, Cotista Subordinado ou suas respectivas Partes Relacionadas na aquisição de Direitos de Crédito. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e de suas respectivas Partes Relacionadas. O Fundo poderá, ainda, adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas Seniores e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, do Cotista Subordinado, do Custodiante e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas. Deste modo, não é possível assegurar que os membros do Comitê de Investimentos que aprovam as operações de aquisição de Direitos de Crédito realizadas pelo Fundo não atuarão em situações de conflito de interesses efetivo ou potencial, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

22.21. - Risco de conflito de interesses O Cotista Subordinado originará Direitos de Crédito e será membro do Comitê de Investimentos. Além disso, o Cotista Subordinado eventualmente possui ou possuirá relacionamento comercial com os Devedores e prestará serviços de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos integrantes da Carteira do Fundo, na qualidade de Agente de Cobrança. Adicionalmente, o Gestor faz parte do comitê que aprova o manual de precificação do Custodiante com base no qual será feita a precificação dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros inclusive para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em determinadas circunstâncias, os interesses do Cotista Subordinado podem ser conflitantes com aqueles dos titulares de Cotas Seniores. O Gestor e/ou suas Partes Relacionadas podem ser titulares de Cotas do Fundo, e, portanto, possuir direito de voto na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre (i) a substituição do Gestor, ou (ii) Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo, no qual o Gestor tiver dado, de maneira comprovada, causa a um ou mais dos eventos listados nas alíneas (a), (b, quando em relação ao Gestor) e (c) do item 14.1. deste Regulamento e nas alíneas (c) e (g, caso o Gestor tenha dado causa ao descumprimento) do item 14.2 deste Regulamento. Dessa forma, não é possível afastar o risco de eventual conflito de interesses entre o Fundo, Cotista Subordinado, Agente de Cobrança, Gestor e/ou suas Partes Relacionadas e/ou Custodiante, o que poderá prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

22.22. - Risco de conflitos de interesse na compra ou substituição de Créditos. Nos termos do item 1.2.1 do anexo V deste Regulamento, o Agente de Cobrança, poderá oferecer a terceiros, inclusive ao Cedente, quando autorizado pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos,



66

a compra dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Tal procedimento deverá ser utilizado, exclusivamente, caso o Comitê de Investimentos entenda que o resultado obtido em razão da venda de tal Direito de Crédito Inadimplido possa ser benéfico ao Fundo em comparação ao resultado obtido por meio de um eventual processo de cobrança. Nesse sentido, e considerando que (i) o Agente de Cobrança Designado pelo Fundo, o Cotista Subordinado e o Gestor fazem parte do mesmo grupo econômico, e (ii) o Cotista Subordinado e o Gestor podem indicar membros para o Comitê de Investimento, não é possível assegurar que os membros do Comitê de Investimentos que aprovarão a oferta de compra dos Direitos de Crédito Inadimplidos, não atuarão em situações de conflito de interesse efetivo ou potencial, o que pode causar uma distorção no desempenho do patrimônio do Fundo e prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

22.23. - Inexistência de obrigação de manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores. Nos termos deste Regulamento, o Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento, em que todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e ao Cotista Subordinado, de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo seja de 125,0% (cento e vinte e cinco por cento). Adicionalmente, não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter ou recompor a relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento. Assim sendo, não é possível assegurar que a subordinação proporcionada pelo Fundo será suficiente para garantir que todos os Cotistas Seniores recebam eventual amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores, bem como que o valor das Cotas Seniores não será negativamente afetado. Da mesma forma, na hipótese de amortização de Cotas Subordinadas nos termos da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II deste Regulamento e insuficiência de recursos para garantir eventuais amortização e amortização extraordinária posteriores e/ou resgate das Cotas Seniores, não há qualquer obrigação de recomposição ou devolução de recursos distribuídos anteriormente ao Cotista Subordinado, o que pode afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

22.24. - Risco de inexistência de operações de mercado equivalentes para fins de determinação do deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Nos termos deste Regulamento, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observadas as condições de mercado. No entanto, não é possível assegurar que quando da aquisição de determinado Direito de Crédito existam operações semelhantes no mercado com base nas quais o Gestor possa determinar o deságio

 67

aplicável ao Preço de Aquisição. Neste caso, o Gestor deverá utilizar-se do critério que julgar mais adequado ao caso em questão.

22.25. - Risco decorrente da aquisição de Instrumentos de Captação Vinculados. O Fundo poderá adquirir Instrumentos de Captação Vinculados na forma da Resolução CMN 2.921, cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. deste Regulamento. O recebimento pelo Fundo dos recursos devidos pelos Devedores dos Instrumentos de Captação Vinculados estará condicionado ao recebimento pelos referidos Devedores dos recursos decorrentes das operações ativas vinculadas aos Instrumentos de Captação Vinculados. Neste caso, portanto, o Fundo e, conseqüentemente os Cotistas, correrão o risco dos devedores das operações ativas vinculadas. Não há qualquer garantia do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos membros do Comitê de Investimento, dos Cedentes, dos Devedores e/ou de qualquer das Partes Relacionadas do cumprimento das obrigações pelos devedores das operações ativas vinculadas.

22.26. - Risco decorrente do tratamento tributário do Fundo. O Gestor envidará seus melhores esforços para compor a Carteira do Fundo como de longo prazo. Contudo, não há garantia do Administrador ou do Gestor, de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

22.27. - Risco associado à alíquota do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas. Caso a Carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,50% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias. Caso a Carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois e meio por cento). O tratamento tributário aplicável aos Cotistas depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio inferior, igual ou superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações no período de permanência dos investimentos no Fundo e na manutenção da Carteira podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, não havendo garantias de que o Gestor conseguirá manter Ativos Financeiros na carteira do Fundo de modo a classificá-lo como de longo prazo por todo o Prazo de Duração do Fundo.

22.28 - Risco associado à integralização via chamadas de capital. As Cotas serão integralizadas mediante Chamadas de Capital na medida em que o Fundo identifique necessidades de investimento em Direitos de Crédito. Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Compromissos de Integralização. Não há garantias de que os Cotistas cumprirão suas obrigações perante o Fundo ou mesmo que terão capacidade financeira para honrar seus compromissos nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, bem como não há garantias de que os procedimentos de subscrição e integralização de Cotas descritos no item neste Regulamento e nos Compromissos de Integralização serão suficientes para garantir a integralização das Cotas nos termos das respectivas Chamadas de Capital.

22.29. - Risco proveniente das Operações de Derivativos. O Fundo pode alocar a parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos de Crédito em Operações de Derivativos, conforme item 6.5. deste Regulamento. Adicionalmente, os ativos financeiros a que se referem as alíneas "a" a "e" do item 6.2. acima que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI. O uso de estratégias com Operações de Derivativos pelo Fundo, mesmo com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial, envolve riscos distintos e possivelmente mais significativos que os riscos associados aos investimentos tradicionais, dependendo da característica do derivativo utilizado e da composição da carteira do Fundo. Alterações de liquidez podem ocasionar mudanças significativas, imprevisíveis e rápidas aos valores atrelados às Operações de Derivativos, acarretando em perdas patrimoniais para os Cotistas. Não há qualquer garantia relativamente à liquidez do mercado para qualquer transação em particular, em qualquer momento específico. **O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COM O OBJETIVO EXCLUSIVO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA OS COTISTAS.**

22.30. - Risco associado à ausência de notificação do Devedor na cessão dos Direitos de Crédito do Fundo. Os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo. No entanto, caso a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo seja realizada sem a respectiva notificação aos Devedores, esta não terá eficácia em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil. Assim sendo, não é possível garantir que os valores





devidos ao Fundo referentes a tais Direitos de Crédito serão devidamente pagos ou oponíveis em relação aos Devedores.

22.31. - Risco proveniente da apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito. Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão, conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cêntulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cêntulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cêntulas de Crédito Bancário; (iv) Cêntulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio; (ix) Instrumentos de captação Vinculados; e (x) Contratos de Cessão. Neste caso, não é possível assegurar que a apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios seja suficiente para a realização de protesto e/ou ação de execução dos Créditos Inadimplidos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos do Fundo para efetuar os pagamentos previstos neste Regulamento.

22.32. - Riscos Operacionais. O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Agente de Cobrança, do Agente de Depósito, do Agente de Pagamento, do Agente Escriturador, do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou do Cedente, conforme descritas nos contratos firmados com cada uma dessas partes, poderá implicar falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração, custódia e monitoramento das garantias referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

22.33. - Risco associado à Descontinuidade/Liquidação. O Fundo poderá ser liquidado ou ter suas Cotas resgatadas antecipadamente na ocorrência, inclusive, mas não se limitando, de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação, conforme o disposto neste Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito.



22.34. - Riscos Relacionados ao Eventual Pré-Pagamento de Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cédulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a Carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Desse modo, o Gestor poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

22.35. - Risco de Questionamento da Validade / Eficácia da Cessão. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas por quaisquer das Cedentes e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência de qualquer das Cedentes. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas por qualquer das Cedentes, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os seus credores por qualquer das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente.

22.36. - Risco de Função. O Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na referida cobrança, nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos que formalizam os Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança para a realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Deste modo, não é possível garantir que o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feito em conta do Fundo e/ou em contas segregadas do Agente de Pagamento ou do Agente de Cobrança, conforme o caso, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência do Agente de Pagamento e/ou do Agente de Cobrança e/ou na ocorrência de qualquer outro evento que possa tornar indisponível os recursos mantidos nas referidas contas.





22.37. - Risco de Governança. Não obstante o Fundo observar nos termos do item 8.4. deste Regulamento que, a cada nova Emissão de Cotas, a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas deverá ser mantida, as Cotas Seniores poderão ser negociadas no mercado secundário, de modo que novos cotistas poderão exercer influência significativa nas deliberações da Assembleia Geral, de forma a modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições do Fundo. Tal modificação poderá afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Riscos Associados aos Ativos Financeiros

22.38. - Riscos variados associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, e riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. O Administrador e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide alíneas (a) a (e) abaixo

- a. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.
- b. Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.



72

- c. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.
- d. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.
- e. A contratação pelo Fundo de Operações de Derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas, podendo acarretar, significativas perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

22.39. – Riscos Relacionados ao Eventual Vencimento Antecipado dos Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cláusulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de vencimento antecipado que poderão acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

22.40. - Riscos Relacionados a Eventual Substituição de Direitos de Crédito Inadimplidos. Durante as negociações amigáveis e/ou renegociações de dívida com o devedor dos Direitos de Crédito Inadimplidos, desde que previamente aprovado pelo Comitê de Investimento, os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser substituídos por outros direitos de crédito. Tal situação pode gerar dificuldades ao Fundo, uma vez que não é possível garantir que os novos direitos de crédito serão pagos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.



22.41. - Riscos Relacionados a Inexistência de mecanismos de garantia na estrutura do Fundo.  
O Fundo não conta com mecanismo de garantia em sua estrutura, o que pode acarretar em perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

### **CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico com aviso de recebimento como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, o Custodiante, e os Cotistas.

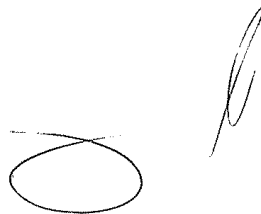
23.2. - Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem Dia Útil, conforme definição deste Item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.

23.3. - Os potenciais investidores devem, antes de tomar uma decisão de investimento nas Cotas do Fundo, analisar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Regulamento e, em particular, avaliar os fatores de risco de investimento no Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos descritos no Prospecto e neste Regulamento.

23.4. - Ouvidoria Corporativa Itaú. Dúvidas, reclamações e sugestões, fale com o seu Distribuidor. Se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, Dias Úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, Dias Úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722.

### **CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO**


24.1. - Este Regulamento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.



6RTD-RJ 22.07.2011  
PROTOK.1218180

24.2. - Fica eleito o Foro da Comarca do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer assuntos e/ou dúvidas oriundas deste Regulamento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2011.

  
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

ALEXANDRE LODI DE OLIVEIRA  
PROCURADOR



**ANEXO I AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

**Forma de Cálculo do Valor das Cotas Para Fins de Integralização e  
Resgate das Cotas**

**1. Cálculo do Valor das Cotas Seniores**

A partir da Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores, cada Cota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo que tal valor será correspondente ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Cotas Seniores existentes na ocasião; e
- (ii) o Preço de Emissão, acrescido da acumulação da Taxa DI, acrescida de *spread* de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Cotas Seniores até a data de resgate das Cotas do Fundo, conforme o caso, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, calculado conforme a fórmula prevista no Anexo II deste Regulamento, deduzido o montante já pago a título de rendimentos nos termos do Anexo II deste Regulamento.

**2. Cálculo do Valor das Cotas Subordinadas**

A partir da Primeira Data de Integralização das Cotas Subordinadas, cada Cota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo que tal valor será calculado pelo Patrimônio Líquido do Fundo, subtraído do patrimônio representado por todas as Cotas Seniores, dividido pelo número de Cotas Subordinadas existentes na ocasião.

Para fins de resgate das Cotas Subordinadas, será considerado o valor previsto na alínea (ii), item 1.1. do Anexo II.



ANEXO II AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL

Metodologia e Periodicidade de Pagamento de  
Amortização

**I. Amortização e Amortização Extraordinária das Cotas**

1.1. As Cotas serão amortizadas sempre que o Fundo acumular, após deduzidos os valores referidos em (i), (ii) e (iii) do item 21.2. deste Regulamento, montante disponível em caixa correspondente a, no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ou 0,30% (trinta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em recursos disponíveis em caixa e/ou em títulos públicos federais não onerados (cada, uma "Data de Amortização"), a ser calculado pelo Administrador, desde que não tenha ocorrido nos 30 (trinta) dias antecedentes nenhum pagamento pelo Fundo seja de amortização ordinária ou extraordinária, considerando-se neste caso como Data de Amortização, o 31º (trigésimo primeiro) dia contado do último pagamento realizado, observadas as seguintes disposições:

- (i) Em cada Data de Amortização as Cotas Seniores serão amortizadas até o limite do *Benchmark* das Cotas Seniores;
- (ii) Observado os itens (iii) e (iv) abaixo e após a amortização prevista na alínea (i) acima, todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e/ou ao Cotista Subordinado, da seguinte forma:
  - a. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for superior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado prioritariamente para o pagamento das Cotas Subordinadas de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo não seja inferior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento);
  - b. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for inferior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado prioritariamente para o pagamento das Cotas Seniores de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo não seja superior a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento); e



77

- c. quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo antes da distribuição for igual a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento), eventual montante disponível em caixa será utilizado para o pagamento das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo se mantenha em 125,0% (cento e vinte e cinco por cento).
- (iii) Nos 6 (seis) meses subsequentes à Primeira Data de Integralização ou até que a totalidade das Cotas Seniores tenha sido integralizada, o que ocorrer primeiro, a amortização das Cotas Subordinadas a que se refere o item (ii) acima estará limitada ao seu respectivo Preço de Emissão;
- (iv) Durante todo o prazo de vigência do Fundo, eventual excedente somente será distribuído ao Cotista Subordinado se, após a realização do referido pagamento, seja observado o maior valor entre (a) a subordinação equivalente ao somatório dos 2 (dois) maiores créditos com *rating* igual ou superior a A; ou (b) a subordinação equivalente ao somatório dos 5 (cinco) maiores créditos com *rating* igual ou inferior a BBB; e
- (v) Caso a subordinação a que se refere o item (iv) acima não seja observada, todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores.

1.2. Caso o Fundo receba a qualquer momento valores decorrentes do pré-pagamento de qualquer Direito de Crédito e o Comitê de Investimento tenha deliberado pela utilização dos recursos para amortização das Cotas, referidos recursos serão utilizados para o pagamento de Amortização Extraordinária das Cotas no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da deliberação do Comitê de Investimentos, observados os procedimentos definidos no item 1.1 acima.

## II. Cálculo do *Benchmark* das Cotas Seniores

2.1. Para fins de cálculo do *Benchmark* das Cotas Seniores, será considerada a acumulação da Taxa DI, acrescida de *spread* de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, obedecida a seguinte fórmula:

$$R = VNe \times (FatorJuros \times FatorSpread - 1)$$

onde:



78

R = Valor dos rendimentos devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNe = Preço de Emissão por Cota. O Preço de Emissão de cada Cota será ajustado para refletir a redução do valor das amortizações ordinárias e extraordinárias de Cotas realizadas pelo Fundo desde a Primeira Data de Emissão até a data de apuração dos rendimentos, que coincidirá com a Data de Apuração e Pagamento de Rendimentos.

Fator Juros = produtório das Taxas DI em cada Período de Capitalização, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro.

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$\text{DI}_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*).

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculados da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

onde:

$\text{spread} = 2,10$  ao ano;

$N = 252$

$n$  = é o número de dias úteis em cada período de capitalização.

Aplicam-se às fórmulas acima as seguintes observações:

O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$





Efetua-se o produtório dos fatores diários ( $1 + \text{TDI}$ ), sendo que a cada fator diário acumulado, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez acumulados os fatores, considera-se o fator resultante "Fator DI".

O fator resultante da expressão ( $\text{FatorJuros} \times \text{FatorSpread}$ ).

2.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível. Quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável, serão efetuados os pagamentos de eventuais diferenças a maior devidas aos Cotistas juntamente com os pagamentos subsequentes de rendimentos.

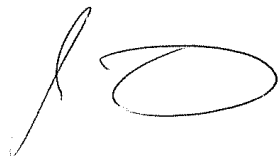
2.3. Na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, o Gestor proporá um índice substituto. Caso o índice proposto pelo Gestor seja o mesmo índice empregado mais frequentemente ou uma composição dos índices utilizados nas operações ativas do Fundo na data da substituição, tal índice será adotado para o cálculo do valor das Cotas, sem necessidade de qualquer aprovação pela Assembleia de Cotistas. Caso o índice proposto pelo Gestor seja diverso do índice empregado mais frequentemente nas operações ativas do Fundo na data da substituição, deverá ser convocada Assembleia de Cotistas para deliberar a respeito da adoção do índice proposto pelo Gestor.




ANEXO III AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
 CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL

Modelo de Suplemento ao Regulamento

Características da [•] Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial	
Quantidade de classes de Cotas	Duas, sendo 1 (uma) classe de Cotas Seniores e 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas
Montante total da [•] Emissão	R\$ [•] ([•])
Quantidade total de Cotas emitidas	[•] ([•]) Cotas
Quantidade de Cotas Seniores emitidas	[•] ([•]) Cotas Seniores
Quantidade de Cotas Subordinadas emitidas	[•] ([•]) Cotas Subordinadas
Data para pagamento de resgate das Cotas da [•] Emissão	<u>Seniores</u> - [•] <u>Subordinadas</u> - [•]
Quantidade total de Cotas do Fundo após a realização da [•] Emissão, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da [•] Emissão	[•] ([•]) Cotas
Patrimônio líquido total do Fundo no ato do registro do Fundo ou antes da [•] Emissão	[•]
Patrimônio líquido total do Fundo, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da [•] Emissão	R\$[•] ([•])
Preço de Emissão de cada Cota	<u>Seniores</u> - R\$[•] ([•]) <u>Subordinadas</u> - R\$[•] ([•])
Benchmark das Cotas Seniores da [•]	Acumulação das taxas médias diárias dos depósitos



Emissão	interfinanceiros de um dia, <i>extra grupo</i> , expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ), acrescida de <i>spread</i> de [•]% ao ano.
<i>Período de Integralização</i>	[•]
Montante mínimo de Cotas Seniores a ser subscrito pelos investidores no âmbito da Oferta	[•]
Forma de colocação das Cotas	[•]



82

ANEXO IV AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL

Modelo de Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência De Risco

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO  
MULTISSETORIAL

NOME/RAZÃO SOCIAL DO COTISTA			CPF/CNPJ:
N.º DO BANCO:	N.º DA AGÊNCIA:	N.º DA CONTA:	VALOR (R\$):

Na qualidade de subscritor de cotas de emissão do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial** ("**Fundo**"), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários ("**Administrador**"), venho, por meio do presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, declarar o quanto segue:

1.1. – Recebi, no ato da minha primeira subscrição de cotas do Fundo ("**Cotas**"), o regulamento do Fundo ("**Regulamento**") e o prospecto do Fundo ("**Prospecto**"), ambos devidamente atualizados, tendo lido e entendido seu inteiro teor, sendo que, por meio deste, concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretroatável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;

1.2. – Sou investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("**Instrução CVM 409**"), sendo elegível, portanto, para investir no Fundo. Nesse sentido, assino a "Declaração de Condição de Investidor Qualificado", nos termos do Anexo I da Instrução CVM 409, conforme aplicável;

1.3. – Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do Fundo, de sua Política de Investimento, da composição da carteira de investimento do Fundo, da remuneração devida ao Administrador, ao Gestor e ao Custodiante, dos riscos aos quais o Fundo e, consequentemente, os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de perda de parte ou da totalidade do capital por mim investido e ocorrência de Patrimônio Líquido negativo do Fundo, quando terei a obrigação de aportar recursos adicionais no

 83

Fundo, mediante solicitação do Administrador, na proporção de minha participação no Patrimônio Líquido do Fundo;

1.4. – Tenho ciência de que o Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento. Assim sendo, tenho ciência que o Cotista Subordinado não terá obrigação de aportar recursos adicionais ao Fundo.

1.5. – Tenho ciência da Política de Investimento do Fundo, da composição da carteira de investimento do Fundo e da taxa de administração devida, bem como dos riscos aos quais o Fundo e os meus investimentos estão sujeitos, os quais estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento.

1.6. – Tenho completo entendimento e conhecimento de que os Direitos de Crédito possuem natureza específica e de que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou coobrigação de Sociedades distintas, bem como estou ciente (i) de eventuais riscos relacionados a este fato, inclusive, mas não se limitando à possibilidade de perda total do capital investido no Fundo, e (ii) do risco de ser chamado para realizar aportes adicionais de recursos ao Fundo.

1.7. – Tenho completo entendimento e conhecimento que:

- (i) a parcela do patrimônio líquido do Fundo que não esteja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada Ativos Financeiros, conforme definidos no item 6.5. do Regulamento;
- (ii) o Fundo poderá investir em um ou mais fundos de renda fixa administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que o fundo investido não cobre taxa de administração e/ou taxa de performance;
- (iii) observadas as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá manter em sua Carteira Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade, até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo e que tal percentual poderá ser elevado para 100% (cem) nas hipóteses previstas no item 6.8. do Regulamento;



- (iv) o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado ou de suas respectivas Partes Relacionadas. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas Seniores ou por suas respectivas Partes Relacionadas e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, dos Cotistas, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas;
- (v) observado o disposto nos itens 6.9.1, 6.9.2, 6.9.3 e 6.9.4. do Regulamento, o Fundo poderá contratar operações da Carteira com o Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Cotistas, sem limitação de valor; e
- (vi) o Fundo poderá contratar quaisquer Operações de Derivativos com o Administrador, o Gestor, o Cotista Subordinado, o Custodiante e/ou com suas respectivas Partes Relacionadas

1.8. – Comprometo-me, para todos os fins de direito e sob pena de minha inteira responsabilização, a somente alienar as Cotas ora subscritas, no mercado secundário, a investidor caracterizado como investidor qualificado nos termos da Instrução CVM 409, e

1.9. – Responsabilizo-me pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de eventual falsidade, inexatidão ou imprecisão das referidas declarações.

Em complemento às declarações prestadas acima, confirmo, expressamente, que estou ciente dos seguintes aspectos relativos ao Fundo e suas operações, sem prejuízo de outros previstos no Regulamento:

2.1. – O objetivo do Fundo é buscar proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição, no mercado primário ou secundário, dos seguintes direitos de crédito performados ("Direitos de Crédito") que atendam, no momento da cessão, observado o disposto no item 6.1.1. e na alínea (ii) do item 11.1. do Regulamento, às condições previstas no item 6.1. do Regulamento e ao Critério de Elegibilidade:

- a. debêntures emitidas na forma da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), cuja distribuição seja pública ou privada ("Debêntures");



85

- b. notas promissórias emitidas com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 134, de 1º de novembro de 1990 ("Instrução CVM 134") e na Instrução CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991 ("Instrução CVM 155"), ou qualquer outra regulamentação da CVM aplicável, objeto de distribuição pública ("Notas Promissórias");
- c. cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário e letras de crédito imobiliário emitidas na forma da Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004 ("Cédulas de Crédito Bancário", "Certificados de Cédulas de Crédito Bancário", "Cédulas de Crédito Imobiliário", "Letras de Crédito Imobiliário" e "Lei 10.931", respectivamente);
- d. notas de crédito à exportação, emitidas na forma da Lei n.º 6.313, de 16 de dezembro de 1975 ("Notas de Crédito à Exportação" e "Lei 6.313", respectivamente);
- e. letras financeiras, emitidas na forma da Resolução n.º 3.836, de 25 de fevereiro de 2010, do Conselho Monetário Nacional ("Letras Financeiras" e "Resolução CMN 3.836", respectivamente);
- f. letras de arrendamento mercantil, emitidas na forma da Lei n.º 11.882, de 23 de dezembro de 2008 ("Letras de Arrendamento Mercantil" e "Lei 11.882", respectivamente);
- g. letras de crédito do agronegócio, emitidas na forma da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004 ("Letras de Crédito do Agronegócio" e "Lei 11.076", respectivamente);
- h. instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras autorizadas na forma do Regulamento, vinculados a operações ativas na forma da Resolução n.º 2.921, de 21 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, cujas operações ativas vinculadas atendam, ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento ("Instrumentos de Captação Vinculados" e "Resolução CMN 2.921", respectivamente);  
e
- i. outros direitos creditórios admitidos pela Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356").

2.2. – O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de origemação e/ou políticas de concessão de crédito que observem,



no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII do Regulamento. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelas respectivos Cedentes e/ou processos de originação e/ou políticas de crédito que poderão ser adotados pelo Gestor, e, portanto, dos fatores de risco associados a tais processos e políticas.

2.3. – O Fundo contratará o Agente de Cobrança, que poderá atuar diretamente ou por meio de terceiros por ele contratados, podendo ainda estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos de Crédito. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V do Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso, quando couber, entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e características específicas de cada Direito de Crédito. Não é possível assegurar que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito a vencer ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, os membros do Comitê de Investimentos e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo.

2.4. – O Administrador, o Gestor e/ou o Custodiante do Fundo não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua Política de Investimento, bem como em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, a seguir:

#### Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito

Ocorrência de fatores extraordinários de natureza macroeconômica. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda por parte dos Cotistas do Fundo.

Flutuações de preços, cotações de mercado, taxas de juros e resultados dos Cedentes e/ou Devedores. O Fundo estará sujeito à variação no valor dos Direitos de Crédito que compõem a sua Carteira. O valor dos Direitos de Crédito pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados dos Devedores ou dos Cedentes, entre outros. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira



87



do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos Ativos Financeiros e das Operações de Derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do Fundo.

Baixa liquidez para os Direitos de Crédito no mercado secundário. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas ao patrimônio do Fundo.

Dificuldade em vender as Cotas no mercado secundário. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos crédito especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas Seniores que possibilite aos Cotistas Seniores sua alienação, caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, os Cotistas devem possuir condição financeira para manter, até o vencimento, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação do Fundo. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas Seniores no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimentos, o Custodiante e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas Seniores que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Ausência de titularidade sobre os Direitos de Crédito. Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito, salvo na hipótese prevista no Capítulo Treze do Regulamento.

Exposição dos Cotistas a maiores riscos de mercado. Em razão dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira do Fundo serem, predominantemente, de longo prazo, o Fundo poderá estar exposto a maiores riscos de crédito e de mercado, entre outros, do que estaria se os Direitos de Crédito fossem de curto ou médio prazo, dada a ocorrência de eventos e variações em fatores macroeconômicos que influirão de forma cumulativa no desempenho e na situação financeira das Sociedades ou dos Cedentes, conforme o caso, e/ou dos Devedores ao longo de tal período.



88

Dificuldade para vender os Direitos de Crédito ou cobrar os valores devidos pelos Devedores ou pelos Cedentes. Em caso de liquidação do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Cotas quando de sua liquidação, poderá ser constituído um condomínio dos Cotistas do Fundo, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o total das Cotas em circulação na época. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento de resgate de suas Cotas; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores ou pelos Cedentes, conforme o caso, dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

Os Cedentes não garantem a solvência dos seus respectivos Devedores. Como regra geral, os Cedentes dos Direitos de Crédito somente terão responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos respectivos Devedores. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder ao pagamento de rendimentos e resgate das Cotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam devidamente pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores.

Não há garantia de adimplemento dos Direitos de Crédito nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança. O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, suas respectivas Partes Relacionados e/ou, em determinados casos, os Cedentes, não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos de Crédito. Não é possível garantir que os Procedimentos de Cobrança assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

Risco de custos adicionais para os Cotistas para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de recursos necessários para cobrir os custos e despesas que eventualmente venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito a vencer e dos Direitos de Crédito Inadimplidos, os Cotistas poderão ter que aportar recursos adicionais para o Fundo, na proporção de suas Cotas. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos, o Cotista Subordinado, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não estão obrigados de qualquer forma pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos,



o Cotista Subordinado, o Agente de Cobrança, o Agente de Pagamento e/ou suas respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

Demora na obtenção de decisão judicial em ações de cobrança ou ações de execução. O Fundo ou terceiro por ele contratado poderá ajuizar ação de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos ou ação de execução das garantias referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos. É possível que tais ações se estendam por um período de tempo excessivamente superior ao estimado e que o Fundo demore ou não consiga recuperar os valores devidos. Nesses casos, o Fundo pode não ter os recursos necessários para fazer os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

Desenquadramento e eventual não observância dos Direitos de Crédito à Política de Investimento e ao Critério de Elegibilidade. Nos termos do Regulamento, determinadas condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade somente serão observados no momento da aquisição e/ou cessão dos Direitos de Crédito pelo Fundo, não existindo obrigação de manutenção de seu enquadramento durante o prazo de duração do Fundo. Ainda que os Direitos de Crédito atendam a tais condições e ao Critério de Elegibilidade em cada data de aquisição e/ou cessão, não é possível assegurar que estes serão suficientes para garantir a satisfação e o pagamento dos Direitos de Crédito. Além disso, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à Primeira Data de Integralização, as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade, serão observados *pro forma* pelo somatório do valor total das Cotas subscritas, ainda que não integralizadas, e não pelo Patrimônio Líquido do Fundo. Adicionalmente, mediante deliberação do Comitê de Investimentos neste sentido, o Fundo poderá adquirir novos Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou de coobrigação do Devedor ou do Cedente, conforme o caso, sem observar a condição prevista na alínea "I" do item 6.1. do Regulamento, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.

Inexistência de garantia das aplicações do Fundo. O Fundo e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Comitê de Investimentos, das suas respectivas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.

Diversos riscos associados aos Direitos de Crédito. Tendo em vista que (i) de tempos em tempos, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito originados, de responsabilidade e/ou



90

coobrigação de Cedentes distintos, e (ii) cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, os investimentos do Fundo em Direitos de Crédito estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de alienação de Direitos de Crédito ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- f. aos critérios adotados pelo Cedente para originação e concessão de crédito;
- g. aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Cedentes ou seus Devedores;
- h. à possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes, seus respectivos devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, planos de recuperação extrajudicial ou em outro procedimento de natureza similar;
- i. a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito alienados ao Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos de Crédito alienados e os fluxos de caixa a serem gerados; e
- j. a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos.

Riscos decorrentes dos critérios adotados pelos Cedentes para originação e concessão de crédito. O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo VII do Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Devedores.

Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos de Crédito e das políticas de concessão de crédito de crédito pelos Cedentes. Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada Direito de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida no Regulamento e no Prospecto, descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos de Crédito que vierem a ser adquiridos pelo Fundo poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito



que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua originação e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos de Crédito integrantes da Carteira pelo Fundo.

*Inexistência de Direitos de Crédito que se enquadrem na Política de Investimento e no Critério de Elegibilidade.* O Fundo poderá não dispor de ofertas de Direitos de Crédito suficientes ou em condições aceitáveis, a critério do Gestor, que atendam, no momento da cessão, às condições previstas no item 6.1. do Regulamento e ao Critério de Elegibilidade, de modo que o Fundo poderá enfrentar dificuldades para atender a Alocação Mínima de Investimento, bem como de empregar suas disponibilidades de caixa para aquisição de Direitos de Crédito. A ausência de Direitos de Crédito elegíveis para aquisição pelo Fundo poderá impactar negativamente na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito.

*Possibilidade de altos níveis de concentração por Devedor.* Observado o Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. acima, em cada data de aquisição dos Direitos de Crédito o Fundo poderá manter em sua Carteira Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou Sociedade, até o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, bem como que o referido percentual pode ser aumentado para 100% (cem por cento) nas hipóteses previstas no item 6.8. acima. Desta forma, os níveis de concentração dos Direitos de Crédito em determinado Devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, setoriais, entre outros, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

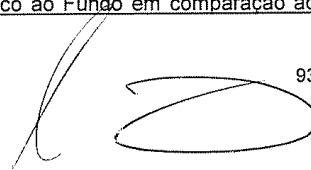
*Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos.* O Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos de Crédito. Dessa forma, exceto pelo disposto no Capítulo Vinte e no Anexo V do Regulamento, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito de Crédito. Além disso, não é possível assegurar que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito a vencer ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, os membros do Comitê de Investimentos e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo



Potencial conflito de interesses com o Administrador, Gestor, Custodiante, Cotista Subordinado ou suas respectivas Partes Relacionadas na aquisição de Direitos de Crédito. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito integrantes da carteira própria do Cotista Subordinado e de suas respectivas Partes Relacionadas. O Fundo poderá, ainda, adquirir Direitos de Crédito (i) decorrentes de operações estruturadas, originadas ou distribuídas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Cotista Subordinado, por qualquer dos Cotistas Seniores e/ou por suas respectivas Partes Relacionadas, e/ou (ii) de carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que tais carteiras e/ou fundos não tenham recursos próprios do Administrador, do Gestor, do Cotista Subordinado, do Custodiante e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas. Deste modo, não é possível assegurar que os membros do Comitê de Investimentos que aprovam as operações de aquisição de Direitos de Crédito realizadas pelo Fundo não atuarão em situações de conflito de interesses efetivo ou potencial, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Risco de conflito de interesses. O Cotista Subordinado originará Direitos de Crédito e será membro do Comitê de Investimentos. Além disso, o Cotista Subordinado eventualmente possui ou possuirá relacionamento comercial com os Devedores e prestará serviços de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos integrantes da Carteira do Fundo, na qualidade de Agente de Cobrança. Adicionalmente, o Gestor faz parte do comitê que aprova o manual de precificação do Custodiante com base no qual será feita a precificação dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros inclusive para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em determinadas circunstâncias, os interesses do Cotista Subordinado podem ser conflitantes com aqueles dos titulares de Cotas Seniores. O Gestor e/ou suas Partes Relacionadas podem ser titulares de Cotas do Fundo, e, portanto, possuir direito de voto na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre (i) a substituição do Gestor, ou (ii) Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo, no qual o Gestor tiver dado, de maneira comprovada, causa a um ou mais dos eventos listados nas alíneas (a), (b, quando em relação ao Gestor) e (c) do item 14.1. do Regulamento e nas alíneas (c) e (g, caso o Gestor tenha dado causa ao descumprimento) do item 14.2 do Regulamento. Dessa forma, não é possível afastar o risco de eventual conflito de interesses entre o Fundo, Cotista Subordinado, Agente de Cobrança, Gestor e/ou suas Partes Relacionadas e/ou Custodiante, o que poderá prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

Risco de conflitos de interesse na compra ou substituição de Créditos. Nos termos do item 1.2.1 do anexo V deste Regulamento, o Agente de Cobrança, poderá oferecer a terceiros, inclusive ao Cedente, quando autorizado pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos, a compra dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Tal procedimento deverá ser utilizado, exclusivamente, caso o Comitê de Investimentos entenda que o resultado obtido em razão da venda de tal Direito de Crédito Inadimplido possa ser benéfico ao Fundo em comparação ao





resultado obtido por meio de um eventual processo de cobrança. Nesse sentido, e considerando que (i) o Agente de Cobrança Designado pelo Fundo, o Cotista Subordinado e o Gestor fazem parte do mesmo grupo econômico, e (ii) o Cotista Subordinado e o Gestor podem indicar membros para o Comitê de Investimento, não é possível assegurar que os membros do Comitê de Investimentos que aprovarão a oferta de compra dos Direitos de Crédito Inadimplidos, não atuarão em situações de conflito de interesse efetivo ou potencial, o que pode causar uma distorção no desempenho do patrimônio do Fundo e prejudicar os interesses do Fundo, bem como dos Cotistas.

Inexistência de obrigação de manter e/ou recompor a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores. Nos termos do Regulamento, o Fundo não observará, durante toda a sua vigência, qualquer relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo, ressalvada a hipótese da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento, em que todo montante disponível em caixa será distribuído aos Cotistas Seniores e ao Cotista Subordinado, de forma que, após a realização do respectivo pagamento, a relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo seja de 125,0% (cento e vinte e cinco por cento). Adicionalmente, não há qualquer obrigatoriedade do Fundo ou do Cotista Subordinado em manter ou recompor a relação mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo a que se refere a alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento. Assim sendo, não é possível assegurar que a subordinação proporcionada pelo Fundo será suficiente para garantir que todos os Cotistas Seniores recebam eventual amortização, amortização extraordinária e/ou resgate das Cotas Seniores, bem como que o valor das Cotas Seniores não será negativamente afetado. Da mesma forma, na hipótese de amortização de Cotas Subordinadas nos termos da alínea (ii), item 1.1. do Anexo II do Regulamento e insuficiência de recursos para garantir eventuais amortização e amortização extraordinária posteriores e/ou resgate das Cotas Seniores, não há qualquer obrigação de recomposição ou devolução de recursos distribuídos anteriormente ao Cotista Subordinado, o que pode afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Risco de inexistência de operações de mercado equivalentes para fins de determinação do deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Nos termos do Regulamento, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo poderá ou não ser composto por um deságio aplicado sobre o valor nominal de cada Direito de Crédito, o que será estipulado em cada Contrato de Cessão, observadas as condições de mercado. No entanto, não é possível assegurar que quando da aquisição de determinado Direito de Crédito existam operações semelhantes no mercado com base nas quais o Gestor possa determinar o deságio aplicável ao Preço de Aquisição. Neste caso, o Gestor deverá utilizar-se do critério que julgar mais adequado ao caso em questão.

 94

Risco decorrente da aquisição de Instrumentos de Captação Vinculados. O Fundo poderá adquirir Instrumentos de Captação Vinculados na forma da Resolução CMN 2 921, cujas operações ativas vinculadas atendam ao Critério de Elegibilidade previsto no item 5.1. do Regulamento. O recebimento pelo Fundo dos recursos devidos pelos Devedores dos Instrumentos de Captação Vinculados estará condicionado ao recebimento pelos referidos Devedores dos recursos decorrentes das operações ativas vinculadas aos Instrumentos de Captação Vinculados. Neste caso, portanto, o Fundo e, conseqüentemente os Cotistas, correrão o risco dos devedores das operações ativas vinculadas. Não há qualquer garantia do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos membros do Comitê de Investimento, dos Cedentes, dos Devedores e/ou de qualquer das Partes Relacionadas do cumprimento das obrigações pelos devedores das operações ativas vinculadas.

Risco decorrente do tratamento tributário do Fundo. O Gestor envidará seus melhores esforços para compor a Carteira do Fundo como de longo prazo. Contudo, não há garantia do Administrador ou do Gestor, de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

Risco associado à alíquota do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas. Caso a Carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,50% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias. Caso a Carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois e meio por cento). O tratamento tributário aplicável aos Cotistas depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio inferior, igual ou superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações no período de permanência dos investimentos no Fundo e na manutenção da Carteira podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, não havendo garantias de que o Gestor conseguirá manter Ativos Financeiros na carteira do Fundo de modo a classificá-lo como de longo prazo por todo o Prazo de Duração do Fundo.

Risco associado à integralização via chamadas de capital. As Cotas serão integralizadas mediante Chamadas de Capital na medida em que o Fundo identifique necessidades de investimento em Direitos de Crédito. Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão



95



obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pelo Administrador, nos termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Integralização. Não há garantias de que os Cotistas cumprirão suas obrigações perante o Fundo ou mesmo que terão capacidade financeira para honrar seus compromissos nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização, bem como não há garantias de que os procedimentos de subscrição e integralização de Cotas descritos no item no Regulamento e nos Compromissos de Integralização serão suficientes para garantir a integralização das Cotas nos termos das respectivas Chamadas de Capital.

*Risco proveniente das Operações de Derivativos.* O Fundo pode alocar a parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos de Crédito em Operações de Derivativos, conforme item 6.5. do Regulamento. Adicionalmente, os ativos financeiros a que se referem as alíneas "a" a "e" do item 6.2. do Regulamento que não forem indexados à Taxa DI serão necessariamente protegidos (*hedge*) por Operações de Derivativos, para adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo à remuneração devida aos Cotistas, de modo a manter a rentabilidade da Carteira vinculada à Taxa DI. O uso de estratégias com Operações de Derivativos pelo Fundo, mesmo com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial, envolve riscos distintos e possivelmente mais significativos que os riscos associados aos investimentos tradicionais, dependendo da característica do derivativo utilizado e da composição da carteira do Fundo. Alterações de liquidez podem ocasionar mudanças significativas, imprevisíveis e rápidas aos valores atrelados às Operações de Derivativos, acarretando em perdas patrimoniais para os Cotistas. Não há qualquer garantia relativamente à liquidez do mercado para qualquer transação em particular, em qualquer momento específico. **O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COM O OBJETIVO EXCLUSIVO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA OS COTISTAS.**

*Risco associado à ausência de notificação do Devedor na cessão dos Direitos de Crédito do Fundo.* Os Devedores dos Direitos de Crédito serão notificados pelo Agente de Cobrança sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, sempre que determinado pelo Comitê de Investimento e necessário para salvaguardar os interesses do Fundo. No entanto, caso a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo seja realizada sem a respectiva notificação aos Devedores, esta não terá eficácia em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil. Assim sendo, não é possível garantir que os valores devidos ao Fundo referentes a tais Direitos de Crédito serão devidamente pagos ou oponíveis em relação aos Devedores.

*Risco proveniente da apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito.* Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito consistirão,



conforme o caso, em cópias autenticadas de (i) escrituras de emissão de Debêntures, devidamente registradas na Junta Comercial competente; (ii) cártulas de Notas Promissórias depositadas em instituição financeira; (iii) Cédulas de Crédito Bancário ou Certificados de Cédulas de Crédito Bancário; (iv) Cédulas de Crédito Imobiliário ou Letras de Crédito Imobiliário; (v) Notas de Crédito à Exportação; (vi) Letras Financeiras; (vii) Letras de Arrendamento Mercantil; (viii) Letras de Crédito do Agronegócio, (ix) Instrumentos de captação Vinculados; e (x) Contratos de Cessão. Neste caso, não é possível assegurar que a apresentação de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios seja suficiente para a realização de protesto e/ou ação de execução dos Créditos Inadimplidos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, resultar na insuficiência de recursos do Fundo para efetuar os pagamentos previstos no Regulamento.

Riscos Operacionais. O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Agente de Cobrança, do Agente de Depósito, do Agente de Pagamento, do Agente Escriturador, do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou do Cedente, conforme descritas nos contratos firmados com cada uma dessas partes, poderá implicar falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração, custódia e monitoramento das garantias referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Risco associado à Descontinuidade/Liquidação. O Fundo poderá ser liquidado ou ter suas Cotas resgatadas antecipadamente na ocorrência, inclusive, mas não se limitando, de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação, conforme o disposto no Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, o Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito.

Riscos Relacionados ao Eventual Pré-Pagamento de Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cártulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Neta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a Carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Desse



97

modo, o Gestor poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Questionamento da Validade / Eficácia da Cessão. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas por quaisquer das Cedentes e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência de qualquer das Cedentes. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas por qualquer das Cedentes, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os seus credores por qualquer das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Risco de Fungibilidade. O Agente de Pagamento será responsável por realizar a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito a vencer, podendo contratar terceiros para auxiliar na referida cobrança, nos termos do Regulamento e dos respectivos instrumentos que formalizam os Direitos de Crédito. Adicionalmente, o Fundo poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança para a realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Deste modo, não é possível garantir que o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos será feito em conta do Fundo e/ou em contas segregadas do Agente de Pagamento ou do Agente de Cobrança, conforme o caso, o que poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência do Agente de Pagamento e/ou do Agente de Cobrança e/ou na ocorrência de qualquer outro evento que possa tornar indisponível os recursos mantidos nas referidas contas.

Risco de Governança. Não obstante o Fundo observar nos termos do item 8.4. do Regulamento que, a cada nova Emissão de Cotas, a proporção de 80% (oitenta por cento) de Cotas Seniores e 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas deverá ser mantida, as Cotas Seniores poderão ser negociadas no mercado secundário, de modo que novos cotistas poderão exercer influência significativa nas deliberações da Assembleia Geral, de forma a modificar a relação de poderes



para alteração dos termos e condições do Fundo. Tal modificação poderá afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Riscos Associados aos Ativos Financeiros

Riscos variados associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, e riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. O Administrador e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide alíneas (a) a (e) abaixo.

- f. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.
- g. Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.
- h. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações



99

integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

- i. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.

A contratação pelo Fundo de Operações de Derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas, podendo acarretar, significativas perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Riscos Relacionados ao Eventual Vencimento Antecipado dos Direitos de Crédito Os Direitos de Crédito poderão conter em suas escrituras, cédulas, instrumentos, conforme o caso, cláusulas de vencimento antecipado que poderão acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pelo Gestor de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas no item 6.1. acima e o Critério de Elegibilidade, a fim de reenquadrar a carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Riscos Relacionados a Eventual Substituição de Direitos de Crédito Inadimplidos Durante as negociações amigáveis e/ou renegociações de dívida com o devedor dos Direitos de Crédito Inadimplidos, desde que previamente aprovado pelo Comitê de Investimento, os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser substituídos por outros direitos de crédito. Tal situação pode gerar dificuldades ao Fundo, uma vez que não é possível garantir que os novos direitos de crédito serão pagos, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

Riscos Relacionados a Inexistência de mecanismos de garantia na estrutura do Fundo O Fundo não conta com mecanismo de garantia em sua estrutura, o que pode acarretar em perda total do capital investido pelos Cotistas ou patrimônio negativo, quando os Cotistas serão chamados para aportar recursos adicionais no Fundo, podendo os referidos aportes superar o montante correspondente às Cotas subscritas por cada Cotista nos termos dos seus respectivos Compromissos de Integralização.



100

6RTD-RJ 22.07.2011  
PROTOK 1218180

Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento.

[•], [•] de [•] de 2011.

---

Assinatura do Cotista



**ANEXO V AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

**Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos**

1.1 – No 1º (primeiro) Dia Útil após a verificação ou o recebimento de comunicação de inadimplemento de qualquer Direito de Crédito, o Agente de Cobrança será comunicado do fato, pelo Administrador, por meio eletrônico, sendo que o inadimplemento se caracterizará pela mora do pagamento de obrigações, expirado eventual prazo de cura.

1.2 – O Agente de Cobrança, conforme procedimentos e limites previstos no Contrato de Cobrança e quando autorizado pelo Gestor ou nos termos das deliberações do Comitê de Investimento, terá poderes amplos e gerais para tomar toda e qualquer medida que entender necessária para que o Fundo receba o pagamento referente ao Direito de Crédito Inadimplido. Tais medidas poderão compreender negociação amigável com o devedor do Direito de Crédito Inadimplido, cobrança extrajudicial, inclusive com excussão de garantia, venda do Direito de Crédito Inadimplido a terceiros, bem como qualquer outro meio legal para recebimento do Direito de Crédito Inadimplido.

1.2.1. – Com relação à venda do Direito de Crédito Inadimplido a terceiros, o Agente de Cobrança poderá, quando autorizado previamente pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos, e em conformidade com as leis aplicáveis em vigor, contatar a Sociedade originadora, responsável, coobrigada ou cedente do Direito de Crédito Inadimplido e/ou quaisquer terceiros e oferecer-lhes a compra de tal Direito de Crédito Inadimplido. Em ambos os casos, o preço de venda de tal Direito de Crédito Inadimplido será negociado pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos. Tal procedimento deverá ser utilizado, exclusivamente, caso o Comitê de Investimentos entenda que o resultado obtido em razão da venda de tal Direito de Crédito Inadimplido possa ser benéfico ao Fundo em comparação ao resultado obtido por meio de um eventual processo de cobrança.

1.3. – O Agente de Cobrança deverá iniciar os esforços de cobrança referidos no item 1.2. acima imediatamente após o recebimento da comunicação referida no item 1.1. acima.

1.4. - Caso o Agente de Cobrança entenda necessário receber do Fundo recursos para pagamento de despesas referentes à cobrança extrajudicial, o Agente de Cobrança notificará o Fundo, o qual será obrigado a repassar tais recursos ao Agente de Cobrança em prazo razoável, nos limites previstos no Contrato de Cobrança. Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para iniciar a cobrança extrajudicial, o Administrador deverá convocar



102



imediatamente uma Assembleia Geral de Cotistas para solicitar aos Cotistas aporte de capital no Fundo, nos termos descritos no Regulamento

1.4.1. - Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida será obrigatoriamente iniciada ou mantida pelo Agente de Cobrança antes do recebimento integral dos recursos para pagamento das despesas mencionadas no item 1.4. acima.

1.4.2. - O mesmo procedimento descrito no item 1.4. acima será observado pelo Agente de Cobrança e Administrador, caso, durante a cobrança extrajudicial, se faça necessário o reforço de recursos para a continuidade da cobrança extrajudicial.

1.4.3. - O Agente de Cobrança não terá qualquer obrigação de iniciar ou continuar uma cobrança extrajudicial caso os procedimentos descritos nos itens 1.4., 1.4.1. e 1.4.2. acima não tenham sido observados e o Agente de Cobrança não tenha recebido do Fundo recursos suficientes para iniciar ou continuar a respectiva cobrança extrajudicial. Em nenhuma hipótese, o Agente de Cobrança poderá ser responsabilizado pelo Fundo por qualquer perda que o Fundo venha a sofrer em decorrência da não recuperação de um Direito de Crédito Inadimplido.

1.5. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança não poderá, sem a prévia anuência do Comitê de Investimentos, conduzir negociação amigável e/ou renegociar a dívida com o devedor de Direito de Crédito Inadimplido, que acarrete em (i) substituição do Direito de Crédito Inadimplido por outro Direito de Crédito, o que será devidamente evidenciado no demonstrativo trimestral de que trata o item 19.7. deste Regulamento, (ii) redução do valor originalmente devido no âmbito do pagamento do Direito de Crédito, ou (iii) atraso no pagamento do Direito de Crédito superior a 90 (noventa) dias corridos da data de vencimento original, acrescido do eventual prazo de cura acordado no respectivo Direito de Crédito Inadimplido.

1.6. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cobrança, na hipótese do Agente de Cobrança não tiver conseguido celebrar acordo ou renegociação amigável para pagamento do Direito de Crédito Inadimplido no prazo de 90 (noventa) dias corridos, o Agente de Cobrança deverá solicitar ao Administrador que seja providenciada a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de cobrança a serem adotados no caso em questão



103



**ANEXO VI AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL**

**Classificação dos Setores de Atuação**

- (i) Indústria Aeroespacial
- (ii) Transporte Aéreo
- (iii) Indústria Automobilística
- (iv) Bebidas & Fumo
- (v) Mídia Rádio/Televisão
- (vi) Construção & Incorporação Imobiliária
- (vii) Equipamentos e Serviços de Tecnologia da Informação
- (viii) Televisão a Cabo e via Satélite
- (ix) Plásticos & Produtos Químicos
- (x) Vestuário/Tecelagem
- (xi) Conglomerados
- (xii) Embalagens & Produtos de Vidro
- (xiii) Cosméticos/Perfumaria
- (xiv) Indústria Farmacêutica
- (xv) Serviços e Equipamentos Ecológicos
- (xvi) Eletroeletrônicos
- (xvii) Leasing de Equipamentos
- (xviii) Agropecuária/Agricultura
- (xix) Serviços Financeiros
- (xx) Supermercados/Farmácias
- (xxi) Alimentos
- (xxii) Serviços de Alimentação
- (xxiii) Produtos Florestais
- (xiv) Assistência Médica
- (xxv) Móveis e Utensílios Residenciais
- (xxvi) Indústria Hoteleira/Cassinos
- (xxvii) Equipamentos Industriais
- (xxviii) Artigos de Lazer e Entretenimento
- (xxix) Metais Não-Ferrosos/Minerais
- (xxx) Petróleo & Gás
- (xxxi) Editoração
- (xxxii) Indústria Ferroviária
- (xxxiii) Varejo (Exceto Supermercados e Farmácias)
- (xxxiv) Siderurgia
- (xxxv) Transporte Terrestre



6RTD-RJ 22.07.2011  
PROTOD. 1 21 81 80

- (xxxvi) Telecomunicações
- (xxxvii) Serviços Públicos
- (xxxviii) Fundos de Investimento Imobiliário (Hipotecas)
- (xxxix) Fundos de Investimento Imobiliário (Equity)
- (xl) Seguro de Vida
- (xli) Seguro Saúde
- (xlii) Seguro de Ramos Elementares
- (xlili) Seguros Diversos



**ANEXO VII AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISETORIAL**

**Diretrizes Relativas aos Processos de Originação, Políticas de Concessão de Crédito e  
Acompanhamento dos Direitos de Crédito**

A natureza do Fundo não permite estabelecer critérios detalhados para os processos de originação, políticas de concessão de crédito e acompanhamento de Direitos de Crédito. As descrições a seguir apresentadas representam uma descrição genérica de como o Gestor, no exercício de suas atribuições previstas no Regulamento, pretende atuar na seleção dos Direitos de Crédito e são baseadas na experiência do Gestor na aquisição e acompanhamento de créditos corporativos no Brasil nos últimos anos.

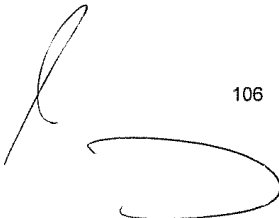
O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas neste Anexo VII. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelas respectivas Cedentes e/ou dos processos de originação e/ou das políticas de crédito que poderão ser adotados pelo Gestor.

As diretrizes previstas neste Anexo não substituem as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade.

**I. Processo de originação**

1. No caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito que sejam Debêntures, Notas Promissórias, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Imobiliário, Notas de Crédito à Exportação, Letras Financeiras, Letras de Arrendamento Mercantil, Letras de Crédito do Agronegócio, e Instrumentos de Captação Vinculados, o Gestor deverá priorizar a seleção de Direitos de Crédito que observem os seguintes aspectos:

- (i) os Direitos de Crédito contenham cláusulas de garantias, condições contratuais e retorno sobre o capital aplicado satisfatórias, segundo exclusivo entendimento do Gestor;



106

- (ii) o grau de previsibilidade do negócio e do setor, bem como o nível de endividamento, a qualidade da gestão e os objetivos estratégicos da Sociedade sejam satisfatórios, segundo exclusivo entendimento do Gestor;
  - (iii) as taxas de juros incidentes para cada Direito de Crédito sejam compatíveis com as condições de mercado vigentes à época (análise do custo de oportunidade *versus* custo de crédito). O Gestor não produzirá relatórios formais contendo comparações de preços ou de variáveis para cada Direito de Crédito analisado.
2. O processo de originação deverá culminar com a assinatura de um termo de entendimento (*term sheet*) entre a Cedente originadora dos Direitos de Crédito e o Fundo estabelecendo as condições da transação.
3. O trabalho de originação será conduzido por equipe própria do Gestor, sendo que o Itaú BBA, por meio de sua área comercial, poderá propor operações ao Fundo, assim como poderão fazê-lo outras instituições financeiras, assessores financeiros, ou outros agentes de mercado.
4. Até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser originados pelo Itaú BBA. O Itaú BBA deverá envolver o Gestor no processo de originação para que este possa opinar sobre as cláusulas que deverão constar nos Documentos Comprobatórios.
5. O Gestor e o Itaú BBA em conjunto aprovarão cláusulas mínimas que deverão constar nos termos de cessão a serem adotados na aquisição de Direitos de Crédito no mercado secundário sempre que possível.

## **II. Política de concessão de crédito**

5. Encerrada a etapa de originação, inicia-se o procedimento de análise do crédito, que será dividida nas seguintes etapas: (i) diligência; (ii) avaliação de crédito pelo Gestor e aprovação pelos comitês internos do Gestor, se necessário; (iii) avaliação de crédito pela Agência de Classificação de Risco; (iv) documentação; (v) aprovação pelo Comitê de Investimentos; e (vi) aquisição do crédito/liquidação. Abaixo, segue uma breve descrição de cada passo de forma bastante resumida.

- (i) A diligência consiste em obter todas as informações consideradas necessárias para a avaliação de crédito (descrita a seguir). Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor e será baseada em informações disponibilizadas pelo próprio Devedor e/ou obtidas junto a fontes públicas e privadas. Desta forma, o Gestor não tem como garantir a precisão e a integridade de tais informações e não se responsabiliza por



107

qualquer inveracidade, omissão, erro, fraude ou incompletude das informações prestadas.

- (ii) A avaliação de crédito conduzida pelo Gestor consiste em construir uma visão interna sobre o crédito em questão. A análise estará baseada na expectativa de repagamento com base no fluxo de recursos do Devedor, sem levar em conta a utilização de eventuais garantias. As garantias serão analisadas separadamente, de forma a dar suporte a um eventual cenário de inadimplemento e, no caso de garantias reais, seu valor será estimado por agentes independentes. Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor, exceto pela avaliação de garantias reais, que deverá ser feita por empresa especializada no ativo em questão.
- (iii) A avaliação de crédito conduzida pela Agência de Classificação de Risco será realizada de acordo com os critérios da própria agência.
- (iv) A etapa de documentação consiste em negociar com o Devedor do Direito de Crédito os termos e condições da transação. Para tanto o Gestor utilizar-se-á do seu departamento jurídico e de advogados externos, se necessário. Além dos contratos da operação de crédito, o Gestor poderá, a seu critério, ampliar a análise jurídica de forma a buscar pareceres sobre aspectos da atividade desenvolvida pelo Devedor, garantias prestadas, análise de documentos obtidos na diligência, entre outros. A etapa de documentação se encerra com a finalização de minutas de todos os documentos necessários para a transação (incluindo pareceres para uso do Gestor), de comum acordo entre o respectivo Devedor e o Gestor.
- (v) Encerradas as etapas acima, a transação deverá ser submetida à aprovação formal pelo Comitê de Investimentos. A composição e o funcionamento do Comitê de Investimentos está prevista no Regulamento.
- (vi) O processo se encerra com a liquidação da transação, a qual somente poderá ser efetuada pelo Custodiante uma vez verificado o atendimento do Critério de Elegibilidade e demais regras estabelecidas no Regulamento.

Na hipótese de aquisição de Direitos de Crédito que consistam em carteiras de recebíveis, os Direitos de Crédito poderão ter sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito específicos de cada Cedente originadora dos recebíveis, de forma que não é possível pré-estabelecer e, portando, não está contida neste Regulamento, uma descrição de tais processos de origem e políticas de concessão de crédito.



108

Com relação ao preço de aquisição, sempre que o Direito de Crédito for cedido ao Fundo na data da originação, o valor da cessão será ao par. Já quando o Fundo adquirir um Direito de Crédito imediatamente após a sua originação, o preço deverá observar as condições de mercado na data da aquisição.

### III. Acompanhamento dos Direitos de Crédito

6. O Gestor realizará o acompanhamento dos Direitos de Crédito existentes na Carteira do Fundo com o objetivo de manter-se a par de todos os acontecimentos relevantes de mercado, dos respectivos setores e dos Devedores. Desta forma, o Gestor buscará antecipar-se aos eventos que podem ampliar o risco de crédito do Fundo bem como manter um diálogo constante com os Devedores emissoras dos Direitos de Crédito para construir soluções conjuntas que mitiguem o risco de perdas em casos de estresse.

7. Tendo em vista que os Direitos de Crédito poderão ser na sua maioria de longo prazo, é imperativo realizar um acompanhamento criterioso dos mesmos, de forma a buscar a maximização da expectativa de recebimento pontual e integral dos valores relativos aos Direitos de Crédito.

8. O processo de acompanhamento deverá ser flexível para se adaptar às diversas situações que podem ocorrer com os Devedores dos Direitos de Crédito. Em geral, o acompanhamento será realizado pelo Gestor buscando acumular informações pertinentes ao Direito de Crédito, utilizando-se de fontes públicas e privadas, quando houver, bem como de reuniões com os administradores dos respectivos Devedores. O acompanhamento do Direito de Crédito levará em conta os mesmos elementos utilizados para a análise de crédito, bem como as regras estabelecidas em contrato, tais como: eventos de vencimento antecipado; monitoramento de indicadores financeiros; vencimento cruzado de obrigações (*cross default*), entre outras.

9. O acompanhamento das garantias será estabelecido de acordo com o tipo de garantia prestado em cada caso, quando cabível. Nos Direitos de Crédito que contarem com garantias de fluxos de recebíveis, o Gestor poderá (mas não está obrigado a) contratar um agente de garantias para operacionalizar o fluxo de recebimentos e liberações de recursos de acordo com o que o contrato vier a prever. O mesmo se aplica para o acompanhamento de garantias reais, que pode requerer o monitoramento por agente independente, fiel depositário, ou outros terceiros. Nestes casos, o Gestor deverá contratar empresas de renome no mercado e com experiência comprovada nas tarefas a serem realizadas.


10. O acompanhamento dos Direitos de Crédito efetuado pelo Gestor será complementado pelo acompanhamento obrigatório pela Agência Classificadora de Risco com relação a cada



109

6RTD-RJ 22.07.2011  
PROT00.1 21 81 80

Direito de Crédito e cada Devedor de Direitos de Crédito pertencentes à Carteira do Fundo. Tais informações, aliadas àquelas obtidas pelo próprio Gestor, serão utilizadas pelo Gestor para atuar junto aos Devedores com rapidez, quando necessário.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' shape with a loop at the top and a horizontal stroke at the bottom.

**Suplemento da Primeira Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos  
Creditórios Crédito Privado Multisetorial**

<b>Características da Primeira Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial</b>	
Quantidade de classes de Cotas	Duas, sendo 1 (uma) classe de Cotas Seniores e 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas
Montante total da Primeira Emissão	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
Quantidade total de Cotas emitidas	500.000 (quinhentas mil) Cotas
Quantidade de Cotas Seniores emitidas	400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores
Quantidade de Cotas Subordinadas emitidas	100.000 (cem mil) Cotas Subordinadas
Data para pagamento de resgate das Cotas da Primeira Emissão	<u>Seniores</u> - No primeiro Dia Útil subsequente ao término do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da Primeira Data de Integralização das Cotas da Primeira Emissão; e <u>Subordinadas</u> - No primeiro Dia Útil subsequente ao término do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da Primeira Data de Integralização das Cotas da Primeira Emissão. As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores.
Quantidade total de Cotas do Fundo após a realização da Primeira Emissão, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da Primeira Emissão	500.000 (quinhentas mil) Cotas
Patrimônio líquido total do Fundo no ato do registro do Fundo ou antes da Primeira Emissão	-



Patrimônio líquido total do Fundo, se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da Primeira Emissão	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
Preço de Emissão de cada Cota	<u>Seniores</u> - R\$ 1.000,00 (um mil reais) <u>Subordinadas</u> - R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Emissão	Acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, <i>extra grupo</i> , expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ), acrescida de <i>spread</i> de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano.
Período de Integralização	240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir do Dia Útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Encerramento.
Montante mínimo de Cotas Seniores a ser subscrito pelos investidores no âmbito da Oferta	400.000 (quatrocentas mil) Cotas Seniores. O montante mínimo de Cotas Seniores a ser subscrito pelos investidores no âmbito da Primeira Emissão é condição de manutenção e conclusão da Oferta.
Forma de colocação das Cotas	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta, nos termos da regulamentação aplicável. As Cotas Subordinadas não serão objeto de Oferta e serão subscritas unicamente pelo Banco Itaú BBA S.A., nos termos dos respectivos Compromissos de Integralização de Cotas Subordinadas.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **ANEXO III**

---

- CÓPIA DO RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO DAS COTAS SENIORES DA PRIMEIRA EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Crédito Estruturado  
Brasil  
Relatório de Rating  
Preliminar

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial (FIDC CPM)

Classe Sênior

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Mirian Abe  
55 11 4504-2614  
[mirian.abe@fitchratings.com](mailto:mirian.abe@fitchratings.com)  
Jayme Bartling  
55 11 4504-2602  
[jayme.bartling@fitchratings.com](mailto:jayme.bartling@fitchratings.com)

#### Corporates

Ricardo Carvalho  
55 21 4503-2600  
[ricardo.carvalho@fitchratings.com](mailto:ricardo.carvalho@fitchratings.com)

### Pesquisa Relacionada

#### Metodologia

- *Global Rating Criteria for Corporate CDOs*, 5 de julho de 2010;
- *Global Structured Finance Rating Criteria*, 13 de agosto de 2010;
- *Corporate Rating Methodology*, 15 de agosto de 2010.

#### Outras Pesquisas

- *Relatório Sintético: Banco Itaú BBA S.A.*, 15 de dezembro de 2010.

### Sumário

Resumo da Transação.....	1
Principais Fundamentos do Rating.....	1
Transação e Estrutura Legal .....	4
Análise do Colateral.....	5
Estrutura Financeira.....	6
Análise de Crédito.....	9
Riscos de Contrapartes.....	11
Monitoramento.....	11
Apêndice A: Resumo da Transação....	12

Este relatório, publicado originalmente em 18 de maio de 2011, está sendo republicado para refletir alterações na página 7, referentes ao Regulamento do Fundo.

### Ratings

Classe/Série	Montante (BRL MM)	Vencimento Final Legal	Rating Preliminar	Reforço de Crédito <sup>a</sup>	Perspectiva
Cota Sênior	400,0	Nov/2014	A(bra)(prel)	20,0%	Estável
Cota Subordinada	100,0	Nov/2014	NA	--	--
<b>Total Emissão</b>	<b>500,0</b>				

<sup>a</sup> O Rating Preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O Rating Preliminar está baseado em informações prévias fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 7 de julho de 2011. O Rating Preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

NA – Não Avaliada.

<sup>a</sup> Reforço de crédito na forma de cotas subordinadas, adicionado à sobrecolateralização (calculada sobre o saldo devedor da carteira de BRL500 milhões).

Fonte: Fitch Ratings

### Resumo da Transação

A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo 'A(bra)(prel)' à primeira série de cotas seniores emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado Multisetorial (FIDC CPM). A operação é a primeira securitização feita pelo Banco Itaú BBA S.A. (IBBA) de créditos corporativos originados por ele mesmo. Os sacados são primordialmente empresas de médio e grande porte. A emissão será objeto de oferta pública de distribuição em regime de melhores esforços, enquanto a emissão de cotas subordinadas será adquirida integralmente pelo principal cedente dos créditos, o IBBA.

O Rating Preliminar atribuído à primeira emissão de cotas seniores reflete a capacidade de pagamento integral do principal acrescido da taxa *benchmark* de rendimento da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) mais 2,1% a.a., até seu vencimento final esperado, em novembro de 2014.

### Principais Fundamentos do Rating

#### Pontos Fortes

- **Reforço de Crédito** - Em benefício dos cotistas seniores, a estrutura da operação proporciona reforço de crédito inicial na forma de subordinação mínima de 20% do patrimônio líquido (PL), considerando o capital total comprometido do fundo de BRL500 milhões. Inicialmente, essa classe subordinada será subscrita e integralizada pelo IBBA até seu montante total de BRL100 milhões, à medida que sejam adquiridos os créditos elegíveis. Após o investimento integral dos recursos da classe subordinada, a integralização da classe sênior será iniciada até atingir BRL400 milhões. Desta forma, o reforço de crédito inicial representará 100% do PL do fundo, diminuindo para 20% quando for alcançado um PL de BRL500 milhões.

Ressalta-se que não é prevista a subscrição e integralização, por parte do IBBA, de novas cotas subordinadas a fim de manter o nível mínimo de reforço de crédito da operação. Não obstante, a Fitch não considera a possibilidade de suporte implícito pelo cedente do fundo como fator determinante no rating atribuído. Neste caso, esse fato não limita o rating atribuído.

A estrutura do fundo busca adquirir ativos que resultem num rendimento mínimo suficiente para alcançar a taxa *benchmark* de rendimento das cotas seniores, além de suas despesas operacionais. Assim, não está assegurado um excesso de *spread* mínimo que possa absorver qualquer inadimplência ou perda em primeira instância. Embora seja esperado que a carteira de créditos a ser adquirida possua uma rentabilidade média superior a esse mínimo, a Fitch não considerou qualquer excesso de *spread* em sua análise.

- **Qualidade de Crédito da Carteira Baixa para Média** - Através das condições de cessão estabelecidas, o fundo deverá manter uma qualidade mínima de crédito dos financiamentos a serem adquiridos. Antes de serem adquiridos pelo fundo, os créditos deverão ter seu risco avaliado pela Fitch e precisam ser classificados no mínimo como 'B-(bra)'. Entretanto, de acordo com os limites de concentração estabelecidos pelo fundo, na média, o perfil de crédito da carteira deverá permanecer na categoria de rating 'BB(bra)'.

Além disso, a estrutura do fundo não exige nenhum parâmetro de garantias reais sobre os créditos, independente do seu perfil de risco. Assim, para a análise inicial da operação, a Fitch considerou a carteira a ser composta por créditos de posição sênior sem garantias, o que proporciona, de forma geral, uma recuperação potencial de 30% pós-perda.

- **Alinhamento dos Interesses Econômicos** - A classe subordinada de cotas será integralmente detida pelo IBBA e absoverá, em primeira instância, quaisquer perdas da carteira de créditos do fundo. Em contrapartida, será alocado nessa classe qualquer excesso de *spread* deduzido das despesas operacionais do fundo, de inadimplência ou perda da carteira.

Os créditos também serão cedidos ao fundo pela taxa de juros de cada financiamento. Desta forma, não haverá antecipação de receita financeira pelo originador dos créditos ou ressarcimento indireto por custos e/ou comissões de originação do crédito. O Itaú Unibanco S.A. (Itaú), na qualidade de gestor do fundo, receberá remuneração como parte da taxa de administração para cobrir despesas operacionais, mas não há incidência de taxa de performance sobre o desempenho da carteira.

Na visão da Fitch, esses fatores visam alinhar de forma relevante os interesses econômicos das partes envolvidas (IBBA e Itaú) aos dos investidores seniores.

- **Casamento de Taxas e Índices** - Os créditos adquiridos pelo fundo deverão ter taxa de juros contratuais atrelada ao DI acrescida de um *spread*. Entretanto, a estrutura do fundo não veda a aquisição de créditos com outra modalidade de rentabilidade ou até outro fator de correção monetária. Porém, as formas alternativas deverão estar atreladas a instrumentos elegíveis de derivativos, visando mitigar adequadamente qualquer risco de descasamento entre ativo e passivo.

#### Pontos Fracos

- **Elevada Concentração por Sacado** - A exposição do fundo à concentração individual por sacado (considerando o grupo econômico) é elevada, apesar dos limites máximos estabelecidos. Esse risco é mais acentuado no início do período

de investimento, diminuindo à medida que os créditos são adquiridos, visto que os percentuais máximos de concentração são baseados inicialmente no capital total comprometido do fundo (BRL500 milhões). Além disso, após o período inicial de investimento de seis meses, a carteira de créditos passará a ser estática, não permitindo novas aquisições - observadas as condições previstas em regulamento. Assim, a carteira de créditos poderá passar a se concentrar em poucos sacados, conforme sejam amortizados os créditos em diversos prazos.

Durante os primeiros seis meses do fundo, o risco de concentração está reduzido pelo reforço de crédito inicial na forma de subordinação, que será integralmente investido antes do aporte dos investidores seniores. Durante o período de desinvestimento, o risco de aumento da concentração está mitigado pelos elementos estruturais que visam limitar a exposição do somatório dos maiores sacados de certos perfis creditícios em relação ao reforço de crédito disponível na forma de subordinação.

- **Moderada Concentração Setorial** - Durante os primeiros seis meses do fundo, a exposição máxima da carteira em um único setor está limitada a 25% do capital total comprometido. Após esse período, o limite corresponderá ao PL do fundo. Apesar de o fundo estabelecer 43 setores passíveis de investimento, a Fitch entende que alguns são similares e poderão ter fortes vínculos em momentos de turbulência econômica e por sua vez gerar uma correlação potencialmente maior entre o desempenho dos créditos.

Também é importante ressaltar que o limite de concentração é verificado apenas no momento de novas aquisições de créditos pelo fundo, não havendo nova verificação durante o período de desinvestimento.

#### Aplicação de Metodologia e Dados Históricos

##### *Aplicação de Metodologia*

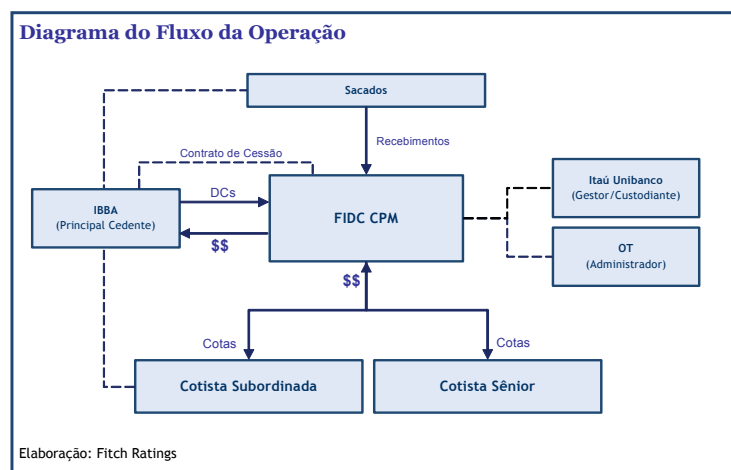
A Fitch aplicou para esta análise as metodologias “Global Rating Criteria for Corporate CDOs”, publicada em 5 de julho de 2010, e “Global Structured Finance Rating Criteria”, publicada em 13 de agosto de 2010. Os relatórios estão disponíveis em [www.fitchratings.com](http://www.fitchratings.com).

##### *Dados Históricos*

O IBBA não apresentou uma carteira pré-selecionada de créditos corporativos para análise e cessão ao fundo, uma vez que sua estratégia é ofertar créditos recém-originados durante o período de investimento. Tampouco foram disponibilizados dados históricos de comportamento de créditos originados.

Ao derivar uma expectativa de cenário base de perda bruta para essa operação, a agência analisou os critérios de elegibilidade e condições de cessão presentes na estrutura do fundo visando assegurar uma qualidade de crédito mínima da carteira. Através desses critérios, a Fitch avaliará o risco de crédito e de grau de recuperação para cada um dos bens a serem adquiridos pelo fundo. Enquanto a avaliação de risco de crédito reflete a capacidade de pagamento do devedor, a análise de grau de recuperação busca quantificar o potencial grau de severidade de perda líquida de uma recuperação na eventualidade de não pagamento. Para fins de análise será utilizado o critério “Corporate Rating Methodology”, publicado em 13 de agosto de 2010 em ‘[www.fitchratings.com](http://www.fitchratings.com)’.

## Transação e Estrutura Legal



O FIDC CPM é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, permitindo a emissão de duas classes de cotas -- sênior e subordinada. Após a emissão inicial, o fundo poderá realizar novas emissões de termos e condições distintas, mediante aprovação em assembleia de cotistas e observadas condições previstas em regulamento. O fundo será administrado pela Oliveira Trust DTVM S.A. (OT), com gestão pelo Itaú Unibanco S.A. (Itaú). O Itaú também fará custódia dos ativos, enquanto o IBBA será responsável pela cobrança dos créditos inadimplentes, além de atuar como fiel depositário dos documentos que evidenciam os créditos adquiridos.

O fundo terá uma classe sênior e outra subordinada de cotas. Esta primeira emissão de cotas seniores será de até BRL400 milhões, com prazo de 42 meses. Os juros acumulados serão amortizados pela taxa *benchmark* de DI acrescida de 2,1% a.a. em base mensal, sem carência. Após um período inicial de carência do principal de seis meses, as cotas terão amortizações de juros e principal em base mensal com base no regime de caixa dos recebimentos dos créditos da carteira.

Serão emitidos até BRL100 milhões de cotas subordinadas, que serão subscritas e integralizadas à medida que o fundo adquirir créditos. Uma vez integralizadas as cotas subordinadas cujos recursos forem investidos em créditos, começará a integralização das cotas seniores através de chamadas de capital à medida que o fundo continue a adquirir novos créditos elegíveis, até alcançar os BRL 500 milhões de capital total comprometido, considerando as duas classes de cotas. Desta forma, o custo de carregamento entre o rendimento dos ativos e a rentabilidade das cotas seniores é minimizado.

Ao final do período inicial de investimento, as duas classes de cotas passarão a ser amortizadas em base mensal e regime *pro rata* pelos vencimentos dos créditos. Entretanto, os valores efetivamente recebidos serão alocados prioritariamente nas cotas seniores. Os valores remanescentes serão alocados nas cotas subordinadas, observadas certas condições, como nível mínimo de subordinação de 20% do PL do fundo, limites de concentração de sacados, entre outros. A seu critério, o gestor também poderá suspender a amortização de cotas subordinadas.

A provisão dos direitos creditórios vencidos e não pagos será realizada conforme a análise do gestor do fundo. A Fitch entende que os direitos creditórios em atraso



por mais de 180 dias serão integralmente provisionados como perda efetiva. Além disso, não apenas os direitos creditórios vencidos e não pagos serão provisionados, mas todos os direitos creditórios (a vencer e vencidos) de determinado sacado, de acordo com a avaliação feita do crédito.

#### Estrutura Legal

A Fitch solicitou e deve receber minuta do parecer legal da assessoria jurídica da transação atestando a constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização; a necessidade de a operação efetuar o registro da cessão e notificação dos sacados; e o fato de que um evento de insolvência do IBBA não deverá afetar a integridade da estrutura do fundo, das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas.

#### Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a agência conta com uma opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal, nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch, nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

#### Análise do Colateral

O IBBA não definiu uma carteira pré-selecionada de créditos que será cedida e transferida do seu balanço para o fundo. No decorrer dos primeiros seis meses de período de investimento do fundo, o banco irá originar os créditos conforme os critérios de elegibilidade e condições de cessão, até atingir o capital total comprometido. Uma vez alcançado o total ou encerrado o período de investimento, a carteira de créditos passará a ser estática, não realizando novas aquisições, exceto se aprovado pelo comitê de investimento sobre a substituição de créditos quitados antecipadamente.

Antes da aquisição, todos os créditos deverão ser analisados e aprovados pelo comitê operacional, que será composto majoritariamente por membros indicados pelo gestor (Itaú) e um membro indicado por cotista subordinado (IBBA) do fundo. Os cotistas seniores não terão representação direta no comitê. Além da análise inicial dos créditos, este comitê possui diversas responsabilidades, entre elas o acompanhamento da carteira.

A estrutura do fundo prevê investimento em créditos com ampla abrangência de setores e modalidades de contratação de financiamentos. Os principais setores incluem indústrias de base, petróleo, logística e transportes, energia, saneamento e comunicações.

Os créditos poderão ser de diversas modalidades de financiamento, como debêntures, notas promissórias, cédula de crédito bancário (CCB), certificado de CCB (CCCB), letras financeiras, letras de crédito imobiliário e notas de crédito à exportação. Enquanto estes instrumentos puderem ser utilizados, a Fitch estima que a carteira deverá ser primordialmente composta por CCBs e debêntures.

Os termos e condições de cada empréstimo poderão variar de acordo com as políticas de investimento e condições de cessão. Entretanto, a Fitch acredita que os créditos originados pelo IBBA possuirão as seguintes características:

- taxa contratual de juros baseada no CDI, acrescido de *spread*. Créditos com taxas remuneratórias diferentes deverão ser acompanhados por derivativos elegíveis que visam mitigar o risco de descasamento.

- cronograma de amortização de juros e principal ao longo da vigência do financiamento, sem incidência de vencimento em parcela única (*bullet*).
- constituição de garantias reais em diversas formas, que visam fortalecer a liquidez do crédito. No entanto, a estrutura do fundo não obriga o crédito a possuir garantias reais.

Segundo as condições de cessão do fundo, todos os créditos deverão possuir avaliação de risco de crédito atribuída pela Fitch anteriormente à sua aquisição.

Embora a Fitch entenda que a maioria da carteira dos créditos concedidos deverão possuir as características básicas descritas, eles poderão ter outros termos, condições e formas de garantias reais cujos riscos e fatores mitigantes serão incorporados dentro da avaliação de cada crédito.

Todos os créditos deverão estar de acordo com as condições de cessão estabelecidas. Ressaltamos que a estrutura do fundo não possui critérios de elegibilidade cuja verificação é responsabilidade do custodiante, além da confirmação de que cada crédito apresentado foi devidamente aprovado pelo comitê de investimento do fundo.

#### Condições de Cessão

Os créditos serão adquiridos pelo fundo de acordo com as condições de cessão previstas em regulamento. Elas serão verificadas pelo Itaú, na qualidade de gestor, somente no momento de aquisição dos créditos. As condições são:

- O crédito não poderá ter avaliação inferior a 'B-(bra)' (B menos (bra)) pela Fitch.
- Os créditos não poderão ter vencimento posterior ao vencimento final das cotas seniores em circulação;
- O devedor não poderá se encontrar em processo falimentar ou similar.
- O devedor não poderá estar inadimplente com quaisquer obrigações com o fundo.
- Os créditos deverão respeitar os limites máximos individuais de concentração por sacado (considerando seu grupo econômico) e somatório por categoria de rating, conforme as tabelas à esquerda.
- O somatório de créditos que representam um único setor (definido em regulamento) não poderá ser superior a 25% do capital comprometido.

Os limites de concentração mencionados, durante os primeiros seis meses considerarão como base o capital total comprometido (BRL500 milhões), após o qual será considerado o PL do fundo.

#### Descasamento entre o Rendimento do Ativo e do Passivo

Os créditos adquiridos pelo fundo deverão possuir primordialmente taxa contratual de juros com base de CDI, sendo a mesma taxa base da taxa *benchmark* de rendimento das cotas seniores. Para créditos que não contam com este casamento natural de juros, os créditos deverão ser adquiridos acompanhados de instrumentos elegíveis de derivativos que visam mitigar o risco de descasamento. Os instrumentos de derivativos deverão ser apresentados pelo gestor ao comitê de investimento para aprovação, tendo que atender a requisitos com relação às suas características, como registro em bolsa de valores ou equivalente e contrato na modalidade 'com garantia' da contraparte.

#### Estrutura Financeira

##### Reforço de Crédito

##### Subordinação

Para os investidores seniores, a estrutura da operação proporciona um reforço de crédito na forma de subordinação. No início do fundo, a subordinação deverá

#### Limite de Concentração por Categoria de Rating

Faixa de Rating	% Limite Máximo*
A-(bra) ou superior	100%
BBB-(bra) a BBB+(bra)	90%
BB-(bra) a BB+(bra)	75%
B-(bra) a B+(bra)	40%

\*Sobre Capital Total Comprometido.

#### Limite de Concentração Individual

Faixa de Rating	% Limite Máximo*
A-(bra) ou superior	8%
BBB-(bra) a BBB+(bra)	5%
BB-(bra) a BB+(bra)	4%
B-(bra) a B+(bra)	3%

\*Sobre Capital Total Comprometido.

representar 100% do PL do fundo, uma vez que as cotas subordinadas serão integralizadas à medida que sejam adquiridos os primeiros créditos. Só após integralizar a totalidade das cotas subordinadas, o gestor iniciará as chamadas de capital dos cotistas seniores até alcançar o capital total de BRL500milhões. Dessa forma, a subordinação do fundo deverá migrar de 100% para 20% do PL do fundo à medida em que a exposição a um único grupo de créditos for se diluindo.

Enquanto a estrutura do fundo prevê patamares mínimos de reforço de crédito na forma de subordinação, na eventualidade de desenquadramento deste nível mínimo, não há nenhuma obrigação ou faculdade de subscrição de novas cotas subordinadas pelo IBBA na qualidade de único cotista desta classe. Entretanto, a subordinação mínima é condição para amortização das cotas subordinadas.

Ao final do período de investimento de seis meses, o reforço de crédito de subordinação deverá ser de no mínimo 20% do PL ou equivalente aos seguintes limites de concentração:

- O somatório dos cinco maiores créditos (por grupo econômico) com avaliação igual ou inferior a 'BBB(bra)'.
- O somatório dos dois maiores créditos (por grupo econômico) com avaliação igual ou superior a 'A-(bra)'.

Assim, durante a fase de desinvestimento em que a carteira de créditos passa a ser estática, a estrutura do fundo busca minimizar a exposição dos investidores seniores às elevadas concentrações em poucos créditos com qualidade substancialmente inferior ao rating atribuído a essa classe de cotas.

#### Venda ou Substituição de Créditos

A estrutura do fundo prevê a possibilidade de venda dos créditos inadimplidos para o próprio cedente ou terceiros. A Fitch não incorporou o benefício da venda ao cedente de quaisquer créditos que possam vir a se tornar inadimplentes por se tratar de ação voluntária, e não obrigatória. Não existe na operação um limite estabelecido para a venda de créditos inadimplidos, e estas negociações somente serão aprovadas caso o comitê de investimentos entenda que o resultado obtido em razão da venda destes créditos seja benéfico ao fundo, em comparação com o resultado obtido por meio de um eventual processo de cobrança. Embora negociações ocorridas desta forma proporcionem maior transparência ao processo de venda, é importante destacar que o comitê é composto por membros indicados pelo gestor (Itaú) e pelo cotista subordinado (IBBA).

A Fitch entende que a ação de venda de créditos inadimplidos deve ser cuidadosamente monitorada, já que pode distorcer o real desempenho da carteira de crédito securitizada. Para observar o real desempenho da carteira, a agência, em seu processo de monitoramento mensal, irá incorporar os créditos vendidos em seus índices de desempenho. Conjuntamente, buscará entender se a ferramenta de venda está sendo utilizada reiteradamente, tornando o veículo de securitização dependente de tal mecanismo.

#### Excesso de Spread

A estrutura do fundo não estabelece uma taxa mínima de aquisição dos créditos a fim de assegurar um excesso de *spread* mínimo, que serviria como reforço de crédito para absorver a inadimplência e a perda em primeira instância. No entanto, o regulamento prevê a aquisição de créditos que buscam alcançar a taxa *benchmark* de rendimento das cotas seniores acrescida das despesas operacionais do fundo. Dessa forma, não existe excesso de *spread* previsto nesta operação e a Fitch não

#### Excesso de Spread Bruto (Anualizado)

	Previsto	Estimado
(a) Taxa Média dos Créditos	12,3%	16,0%
(b) Cota Sênior*	11,3%	11,3%
(c) Despesas Operacionais Estimadas	1,0%	1,0%
(a-b-c) Excesso de Spread Bruto	0%	3,7%

Nota: Considera CDI equivalente a 12,0% a.a. Previsto é considerando o mínimo permitido em regulamento. Estimado considera a expectativa da rentabilidade da carteira.

\* Taxa benchmark de CDI+2,1% a.a. x 80% do PL do fundo.

incorporou qualquer benefício desse excesso em sua análise.

Apesar de não prever excesso de *spread*, a agência estima que a rentabilidade bruta da carteira deverá ser em torno do CDI acrescido de 4% a.a. em função do risco de crédito médio da carteira e sobre as características dos empréstimos originados e já submetidos à Fitch para avaliação. Após absorver em primeira instância quaisquer perdas originadas pela carteira do fundo e alcançar a taxa *benchmark* de rendimento das cotas seniores, qualquer excesso de *spread* será alocado nas cotas subordinadas, conforme estabelecido em regulamento.

#### Reserva de Pagamento

Desde o início das atividades do fundo, o gestor deverá constituir e manter uma reserva de pagamento para despesas equivalente ao maior entre 0,3% do PL ou a estimativa das despesas operacionais dos próximos seis meses. Essa reserva será verificada diariamente pelo gestor. Os recursos dela poderão ser investidos em aplicações financeiras elegíveis se elas forem consistentes com a categoria de rating atribuída às cotas seniores. Não há reserva de pagamento para amortização das cotas seniores.

#### Ordem de Prioridade de Pagamento

Diariamente, o gestor do fundo deverá alocar os recebimentos dos créditos de acordo com a seguinte ordem de prioridade de pagamentos:

- Pagamento de encargos e despesas do fundo;
- Aquisição de créditos elegíveis, durante o período de investimento (até a integralização total das cotas);
- Constituição ou reposição de reserva de pagamento;
- Pagamento da taxa *benchmark* de rendimento acumulada das cotas seniores;
- Amortização das cotas seniores, observados os limites e condições previstos em regulamento;
- Amortização das cotas subordinadas, observados os limites e condições previstos em regulamento.

No caso dos pagamentos para as cotas, o gestor irá alocar recursos à medida que que o fundo acumule recebimentos de pelo menos BRL500 mil, já deduzidas as despesas operacionais do fundo. Esta alocação ocorrerá a cada trinta dias, sem data estabelecida em regulamento.

As cotas seniores serão amortizadas de forma *pro rata* em relação às cotas subordinadas, respeitando a subordinação mínima de 20% do PL. Desta forma, os recebimentos líquidos de quaisquer inadimplência serão alocados de forma *pro rata* entre as classes de cotas. Ou seja, a Fitch entende que a classe sênior de cotas participa de certa forma da inadimplência dos recebimentos dos créditos. Entretanto, este fator é minimizado pela provisão de devedores duvidosos (PDD) apurada sobre a carteira de créditos e que reduz, em primeira instância, o valor das cotas subordinadas.

Quaisquer recebimentos de créditos quitados antecipadamente também serão alocados segundo a prioridade de pagamentos descrita acima. Porém, o comitê de investimentos poderá deliberar pela amortização extraordinária das cotas ou aquisição de novos créditos elegíveis.

Quaisquer recursos mantidos no fundo deverão ser investidos em aplicações financeiras consideradas elegíveis. Estas incluem títulos públicos federais e CDBs de emissão de bancos avaliados como 'AAA(bra)' pela Fitch. A agência ressalta que não é permitido

ao fundo adquirir títulos de emissão do Itaú, IBBA ou outra parte relacionada.

#### Eventos de Avaliação / Liquidação

No caso de certos eventos, o administrador convocará uma assembleia geral de cotistas para deliberar se tais acontecimentos constituem um evento de liquidação antecipada das cotas do fundo. Durante a verificação, a aquisição de novos direitos creditórios será suspensa. Os eventos de avaliação específicos incluem:

- Realização de pagamentos para os cotistas em desacordo com a prioridade de amortização prevista, não sanada em até trinta dias;
- Aquisição de crédito em desacordo com os critérios de elegibilidade e condições de cessão;
- Rebaixamento da classificação de risco das cotas seniores em nível abaixo de 'BBB(bra)'.

A liquidação antecipada do fundo poderá acontecer caso a assembleia de cotistas delibere que o evento de avaliação constitui um evento de liquidação. Ademais, ressaltamos que não existe nenhum gatilho específico sobre a realização de inadimplência ou perda da carteira, o que tornará a alocação de recursos de regime *pro rata* para sequencial entre as classes de cotas.

#### Análise de Crédito

Visto que não foi disponibilizada uma carteira pré-selecionada de créditos, a Fitch derivou diversas composições, respeitando os critérios de elegibilidade e condições de cessão. Visto que o fundo não deverá estar exposto ao descasamento de taxa de juros entre a carteira de créditos e a taxa *benchmark* das cotas seniores, não foram considerados cenários de estresse de elevação de taxa de juros de DI nas simulações.

#### Nível de Perda Esperada

A operação não deverá alcançar grau de pulverização suficiente que permita uma abordagem estatística através da distribuição de probabilidades de perda (*Portfolio Credit Model*, modelo proprietário da Fitch). Esta abordagem não simula de forma apropriada os riscos inerentes de perda para a carteira dado o pequeno número de créditos que farão parte dela. As expectativas de perda bruta explicadas abaixo foram derivadas em função das variadas composições de concentração por sacado e das respectivas avaliações de risco de crédito, ao longo da vigência do fundo. A análise visa verificar a capacidade do reforço de crédito para as cotas seniores suportarem os riscos de perda nos diversos momentos do fundo.

#### Nível de Recuperação

Além da capacidade de pagamento, ou seja, o risco de crédito de cada empréstimo a ser adquirido pelo fundo, será avaliada a capacidade de recuperação sobre o crédito na eventualidade de inadimplência. Essa análise da potencial recuperação considera principalmente as garantias reais constituídas, além de sua senioridade em relação aos demais credores do devedor.

É importante ressaltar que a estrutura dessa operação não prevê a constituição de garantias reais sobre os créditos a serem adquiridos pelo fundo, apesar da qualidade de crédito média almejada da carteira em torno de 'BB(bra)'. Entretanto, a Fitch entende que os critérios de concessão de crédito do cedente para créditos em categoria de rating 'BB(bra)' ou inferior incorporam garantias reais em diversas modalidades, conforme as especificidades de cada setor de atuação. Embora a Fitch estime que a carteira seja primordialmente composta por créditos com garantias reais, na sua análise de recuperação a expectativa sobre o valor nominal dos créditos ficou limitada em 30%. Este nível é condizente com uma potencial recuperação de uma dívida sênior sem garantias.

## Concentração de Sacados e Setores

A Fitch estima que a carteira deverá alcançar entre vinte e trinta créditos ao alocar o capital total comprometido, sendo modestamente concentrado por devedor. A agência também analisou a elevada concentração presente durante as fases inicial e final do fundo. Nestes cenários, foram consideradas a integralização total das cotas subordinadas e as chamadas de capital dos investidores seniores até alcançar o PL de BRL500 milhões. A tabela abaixo busca demonstrar alguns cenários de estrutura de capital do fundo, níveis de cobertura de concentração do somatório dos maiores devedores por categoria de rating e nível estressado de recuperação sobre estes créditos. Também foram considerados os limites máximos de concentração permitidos por categoria de rating, conforme explicado na página 6 deste relatório.

Após os primeiros seis meses do fundo, a estrutura do fundo prevê um mecanismo de subordinação mínima, que deverá ser sempre igual ou superior ao somatório (i) dos cinco maiores devedores (por grupo econômico) com avaliação de BBB(bra) e inferior e (ii) os dois maiores devedores (por grupo econômico) com avaliação de A-(bra) ou superior. Desta forma, à medida que a representatividade de cada crédito na carteira do fundo aumente, conforme o cronograma de amortização específico de cada crédito, o nível de reforço de crédito de subordinação visa minimizar a exposição dos investidores ao risco de inadimplência e perda dos créditos, uma vez que um único ativo inadimplente poderia comprometer a capacidade de repagamento das cotas no seu vencimento final. Esse mecanismo de subordinação mínima será verificado pelo gestor na data programada de amortização das cotas.

Na análise da Fitch, os mecanismos acima apresentados buscam mitigar de forma suficiente o risco de perda da carteira de crédito, em linha com a categoria de rating atribuída às cotas seniores.

## Cenários de Estresse de Concentração por Devedor

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
<b>Estrutura de Capital (BRL MM)</b>				
Cota Sênior	50	100	200	400
Cota Subordinada	100	100	100	100
Total	150	200	300	500
Reforço de Crédito Disponível (%)	67%	50%	33%	20%
<b>Cenários de Concentração</b>				
Cinco Maiores BBB(bra) - (BRL125 MM)/ PL do fundo				
Nível Estressado de Recuperação	83%	63%	42%	25%
Perda Líquida	20%	20%	20%	20%
Perda Líquida	67%	50%	33%	20%
Seis Maiores BB(bra) - (BRL120 MM)/ PL do fundo				
Nível Estressado de Recuperação	80%	60%	40%	24%
Perda Líquida	16%	16%	16%	16%
Perda Líquida	67%	50%	33%	20%
Oito Maiores B(bra) - (BRL120 MM)/ PL do fundo				
Nível Estressado de Recuperação	80%	60%	40%	24%
Perda Líquida	16%	16%	16%	16%
Perda Líquida	67%	50%	33%	20%

Elaboração: Fitch Ratings.

## Riscos de Contrapartes

### Risco de Conta Bancária

Os devedores dos créditos lastros desta operação serão instruídos a efetuar os pagamentos via Cetip pelo Itaú, na qualidade de banco liquidante do crédito, e depositado em conta bancária de titularidade do fundo, domiciliado na mesma instituição. O Itaú é avaliado pela Fitch com o Rating Nacional de Curto Prazo 'F1+(bra)' (F1 mais (bra)) e de Longo Prazo 'AAA(bra)'. Portanto, o risco de conta bancária e de contraparte é condizente com os ratings atribuídos às cotas avaliadas.

### Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	FIDC Crédito Privado Multisetorial	NA	NA
Administrador	Oliveira Trust DTVM S.A.	NA	NA
Gestor	Itaú Unibanco S.A.	F1+(bra)/AAA (bra)	Estável
Originador/Cedente	Banco Itaú BBA S.A.	F1+(bra)/AAA(bra)	Estável
Gestor	Itaú Unibanco S.A.	F1+(bra)/AAA (bra)	Estável
Agente de Cobrança	Banco Itaú BBA S.A.	F1+(bra)/AAA (bra)	Estável

NA – Não Avaliada

Fonte: Fitch Ratings

## Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação até o seu vencimento final. O acompanhamento visa a assegurar que o rating atribuído continue refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, diversos relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do rating, a Fitch conduzirá uma revisão completa e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas, no site da Fitch.

## Apêndice A: Resumo da Transação

## FIDC Crédito Privado Multisetorial

## Brasil/Crédito Estruturado

## Estrutura de Capital

Classe/Série	Ratings	Perspectiva	(%)	Montante (BRL MM)	Reforço de Crédito (%)	Taxa Benchmark	Pgto. Freq.	Vencimento Final	ISIN
Sênior	'A(bra)(prel)'	Estável	80,0	400,0	20,0%	CDI + 2,1% a.a.	Variado	Nov/2014	--
Subordinada	NA	--	20,0	100,0	--	NA	Variado	Nov/2014	--
<b>Total</b>			<b>100,0</b>	<b>500,0</b>					

NA - Não Avaliado

## Informações Relevantes

<b>Detalhes:</b>		<b>Partes:</b>	
Data de Início de Distribuição	--	Emissor	FIDC Crédito Privado Multisetorial
Pais / Ativo	Brasil / Structured Credit	Cedente	Banco Itaú BBA S.A.
Pais da SPE	Brasil	Gestor	Itaú Unibanco S.A.
Analistas	Mirian Abe	Administrador	Oliveira Trust DTM S.A.
	55 11 4504-2614	Custodiante	Itaú Unibanco S.A.
	Jayme Bartling	Frequência de Amortização	Variada
	55 11 4504-2602		
<b>Analista de Monitoramento</b>	Kleber Oliveira		
	55 11 4504-2613		

## Fundamentos do Rating

- Reforço de Crédito** - Em benefício dos cotistas seniores, a estrutura da operação proporciona reforço de crédito inicial na forma de subordinação mínima de 20% do patrimônio líquido (PL), considerando o capital total comprometido do fundo de BRL500 milhões. Inicialmente, essa classe subordinada será subscrita e integralizada pelo IBBA até seu montante total de BRL100 milhões, à medida que sejam adquiridos os créditos elegíveis. Após o investimento integral dos recursos da classe subordinada, a integralização da classe sênior será iniciada até atingir BRL400 milhões. Desta forma, o reforço de crédito inicial representará 100% do PL do fundo, diminuindo para 20% quando for alcançado um PL de BRL500 milhões.
 

Ressalta-se que não é prevista a subscrição e integralização, por parte do IBBA, de novas cotas subordinadas a fim de manter o nível mínimo de reforço de crédito da operação. Não obstante, a Fitch não considera a possibilidade de suporte implícito pelo cedente do fundo como fator determinante no rating atribuído. Neste caso, esse fato não limita o rating atribuído.

A estrutura do fundo busca adquirir ativos que resultem num rendimento mínimo suficiente para alcançar a taxa *benchmark* de rendimento das cotas seniores, além de suas despesas operacionais. Assim, não está assegurado um excesso de *spread* mínimo que possa absorver qualquer inadimplência ou perda em primeira instância. Embora seja esperado que a carteira de créditos a ser adquirida possua uma rentabilidade média superior a esse mínimo, a Fitch não considerou qualquer excesso de *spread* em sua análise.
- Qualidade de Crédito da Carteira Baixa para Média** - Através das condições de cessão estabelecidas, o fundo deverá manter uma qualidade mínima de crédito dos financiamentos a serem adquiridos. Antes de serem adquiridos pelo fundo, os créditos deverão ter seu risco avaliado pela Fitch e precisam ser classificados no mínimo como 'B-(bra)'. Entretanto, de acordo com os limites de concentração estabelecidos pelo fundo, na média, o perfil de crédito da carteira deverá permanecer na categoria de rating 'BB(bra)'.
 

Além disso, a estrutura do fundo não exige nenhum parâmetro de garantias reais sobre os créditos, independente do seu perfil de risco. Assim, para a análise inicial da operação, a Fitch considerou a carteira a ser composta por créditos de posição sênior sem garantias, o que proporciona, de forma geral, uma recuperação potencial de 30% pós-perda.
- Alinhamento dos Interesses Econômicos** - A classe subordinada de cotas será integralmente detida pelo IBBA e absoverá, em primeira instância, quaisquer perdas da carteira de créditos do fundo. Em contrapartida, será alocado nessa classe qualquer excesso de *spread* deduzido das despesas operacionais do fundo, de inadimplência ou perda da carteira.
 

Os créditos também serão cedidos ao fundo pela taxa de juros de cada financiamento. Desta forma, não haverá antecipação de receita financeira pelo originador dos créditos ou ressarcimento indireto por custos e/ou comissões de

originação do crédito. O Itaú Unibanco S.A. (Itaú), na qualidade de gestor do fundo, receberá remuneração como parte da taxa de administração para cobrir despesas operacionais, mas não há incidência de taxa de performance sobre o desempenho da carteira.

Na visão da Fitch, esses fatores visam alinhar de forma relevante os interesses econômicos das partes envolvidas (IBBA e Itaú) aos dos investidores seniores.

- Casamento de Taxas e Índices** - Os créditos adquiridos pelo fundo deverão ter taxa de juros contratuais atrelada ao DI acrescida de um *spread*. Entretanto, a estrutura do fundo não veda a aquisição de créditos com outra modalidade de rentabilidade ou até outro fator de correção monetária. Porém, as formas alternativas deverão estar atreladas a instrumentos elegíveis de derivativos, visando mitigar adequadamente qualquer risco de descasamento entre ativo e passivo.
- Elevada Concentração por Sacado** - A exposição do fundo à concentração individual por sacado (considerando o grupo econômico) é elevada, apesar dos limites máximos estabelecidos. Esse risco é mais acentuado no início do período de investimento, diminuindo à medida que os créditos são adquiridos, visto que os percentuais máximos de concentração são baseados inicialmente no capital total comprometido do fundo (BRL500 milhões). Além disso, após o período inicial de investimento de seis meses, a carteira de créditos passará a ser estática, não permitindo novas aquisições - observadas as condições previstas em regulamento. Assim, a carteira de créditos poderá passar a se concentrar em poucos sacados, conforme sejam amortizados os créditos em diversos prazos.

Durante os primeiros seis meses do fundo, o risco de concentração está reduzido pelo reforço de crédito inicial na forma de subordinação, que será integralmente investido antes do aporte dos investidores seniores. Durante o período de desinvestimento, o risco de aumento da concentração está mitigado pelos elementos estruturais que visam limitar a exposição do somatório dos maiores sacados de certos perfis creditícios em relação ao reforço de crédito disponível na forma de subordinação.

- Moderada Concentração Setorial** - Durante os primeiros seis meses do fundo, a exposição máxima da carteira em um único setor está limitada a 25% do capital total comprometido. Após esse período, o limite corresponderá ao PL do fundo. Apesar de o fundo estabelecer 43 setores passíveis de investimento, a Fitch entende que alguns são similares e poderão ter fortes vínculos em momentos de turbulência econômica e por sua vez gerar uma correlação potencialmente maior entre o desempenho dos créditos.

Também é importante ressaltar que o limite de concentração é verificado apenas no momento de novas aquisições de créditos pelo fundo, não havendo nova verificação durante o período de desinvestimento.



TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://WWW.FITCHRATINGS.COM). OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUITA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUITA".

Copyright © 2011 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e *underwriters* e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emitente esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e predições sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado. As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

#### **ANEXO IV**

- 
- PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXO IV

### PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS

1.1 – No 1º (primeiro) Dia Útil após a verificação ou o recebimento de comunicação de inadimplemento de qualquer Direito de Crédito, o Agente de Cobrança será comunicado do fato, pelo Administrador, por meio eletrônico, sendo que o inadimplemento se caracterizará pela mora do pagamento de obrigações, expirado eventual prazo de cura.

1.2 – O Agente de Cobrança, conforme procedimentos e limites previstos no Contrato de Cobrança e quando autorizado pelo Gestor ou nos termos das deliberações do Comitê de Investimento, terá poderes amplos e gerais para tomar toda e qualquer medida que entender necessária para que o Fundo receba o pagamento referente ao Direito de Crédito Inadimplido. Tais medidas poderão compreender negociação amigável com o devedor do Direito de Crédito Inadimplido, cobrança extrajudicial, inclusive com excussão de garantia, venda do Direito de Crédito Inadimplido a terceiros, bem como qualquer outro meio legal para recebimento do Direito de Crédito Inadimplido.

1.2.1. – Com relação à venda do Direito de Crédito Inadimplido a terceiros, o Agente de Cobrança poderá, quando autorizado previamente pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos, e em conformidade com as leis aplicáveis em vigor, contatar a Sociedade originadora, responsável, coobrigada ou cedente do Direito de Crédito Inadimplido e/ou quaisquer terceiros e oferecer-lhes a compra de tal Direito de Crédito Inadimplido. Em ambos os casos, o preço de venda de tal Direito de Crédito Inadimplido será negociado pelo Gestor e aprovado pelo Comitê de Investimentos. Tal procedimento deverá ser utilizado, exclusivamente, caso o Comitê de Investimentos entenda que o resultado obtido em razão da venda de tal Direito de Crédito Inadimplido possa ser benéfico ao Fundo em comparação ao resultado obtido por meio de um eventual processo de cobrança.

1.3. – O Agente de Cobrança deverá iniciar os esforços de cobrança referidos no item 1.2. acima imediatamente após o recebimento da comunicação referida no item 1.1. acima.

1.4. - Caso o Agente de Cobrança entenda necessário receber do Fundo recursos para pagamento de despesas referentes à cobrança extrajudicial, o Agente de Cobrança notificará o Fundo, o qual será obrigado a repassar tais recursos ao Agente de Cobrança em prazo razoável, nos limites previstos no Contrato de Cobrança. Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para iniciar a cobrança extrajudicial, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral de Cotistas para solicitar aos Cotistas aporte de capital no Fundo, nos termos descritos no Regulamento.

1.4.1. - Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida será obrigatoriamente iniciada ou mantida pelo Agente de Cobrança antes do recebimento integral dos recursos para pagamento das despesas mencionadas no item 1.4. acima.

1.4.2. – O mesmo procedimento descrito no item 1.4. acima será observado pelo Agente de Cobrança e Administrador, caso, durante a cobrança extrajudicial, se faça necessário o reforço de recursos para a continuidade da cobrança extrajudicial.

1.4.3. – O Agente de Cobrança não terá qualquer obrigação de iniciar ou continuar uma cobrança extrajudicial caso os procedimentos descritos nos itens 1.4., 1.4.1. e 1.4.2. acima não tenham sido observados e o Agente de Cobrança não tenha recebido do Fundo recursos suficientes para iniciar ou continuar a respectiva cobrança extrajudicial. Em nenhuma hipótese, o Agente de Cobrança poderá ser responsabilizado pelo Fundo por qualquer perda que o Fundo venha a sofrer em decorrência da não recuperação de um Direito de Crédito Inadimplido.

1.5. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança não poderá, sem a prévia anuência do Comitê de Investimentos, conduzir negociação amigável e/ou renegociar a dívida com o devedor de Direito de Crédito Inadimplido, que acarrete em (i) substituição do Direito de Crédito Inadimplido por outro Direito de Crédito, (ii) redução do valor originalmente devido no âmbito do pagamento do Direito de Crédito, ou (iii) atraso no pagamento do Direito de Crédito superior a 90 (noventa) dias corridos da data de vencimento original, acrescido do eventual prazo de cura acordado no respectivo Direito de Crédito Inadimplido.

1.6. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cobrança, na hipótese do Agente de Cobrança não tiver conseguido celebrar acordo ou renegociação amigável para pagamento do Direito de Crédito Inadimplido no prazo de 90 (noventa) dias corridos, o Agente de Cobrança deverá solicitar ao Administrador que seja providenciada a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de cobrança a serem adotados no caso em questão.

## **ANEXO V**

---

- DIRETRIZES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO, POLÍTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E ACOMPANHAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## ANEXO V

### DIRETRIZES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO, POLÍTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E ACOMPANHAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A natureza do Fundo não permite estabelecer critérios detalhados para os processos de origemação, políticas de concessão de crédito e acompanhamento de Direitos de Crédito. As descrições a seguir apresentadas representam uma descrição genérica de como o Gestor, no exercício de suas atribuições previstas no Regulamento, pretende atuar na seleção dos Direitos de Crédito e são baseadas na experiência do Gestor na aquisição e acompanhamento de créditos corporativos no Brasil nos últimos anos.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de origemação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas neste Anexo V. Não obstante, tendo em vista a natureza variada dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de origemação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelas respectivas Cedentes e/ou dos processos de origemação e/ou das políticas de crédito que poderão ser adotados pelo Gestor.

As diretrizes previstas neste Anexo não substituem as condições previstas no item 6.1. do Regulamento e o Critério de Elegibilidade.

#### **I. Processo de origemação**

1. No caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito que sejam Debêntures, Notas Promissórias, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Imobiliário, Notas de Crédito à Exportação, Letras Financeiras, Letras de Arrendamento Mercantil, Letras de Crédito do Agronegócio, e Instrumentos de Captação Vinculados, o Gestor deverá priorizar a seleção de Direitos de Crédito que observem os seguintes aspectos:

- (i) os Direitos de Crédito contenham cláusulas de garantias, condições contratuais e retorno sobre o capital aplicado satisfatórias, segundo exclusivo entendimento do Gestor;
- (ii) o grau de previsibilidade do negócio e do setor, bem como o nível de endividamento, a qualidade da gestão e os objetivos estratégicos da Sociedade sejam satisfatórios, segundo exclusivo entendimento do Gestor;
- (iii) as taxas de juros incidentes para cada Direito de Crédito sejam compatíveis com as condições de mercado vigentes à época (análise do custo de oportunidade *versus* custo de crédito). O Gestor não produzirá relatórios formais contendo comparações de preços ou de variáveis para cada Direito de Crédito analisado.

2. O processo de origemação deverá culminar com a assinatura de um termo de entendimento (*term sheet*) entre a Cedente originadora dos Direitos de Crédito e o Fundo estabelecendo as condições da transação.

3. O trabalho de origemação será conduzido por equipe própria do Gestor, sendo que o Itaú BBA, por meio de sua área comercial, poderá propor operações ao Fundo, assim como poderão fazê-lo outras instituições financeiras, assessores financeiros, ou outros agentes de mercado.

4. Até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser originados pelo Itaú BBA. O Itaú BBA deverá envolver o Gestor no processo de origemação para que este possa opinar sobre as cláusulas que deverão constar nos Documentos Comprobatórios.

5. O Gestor e o Itaú BBA em conjunto aprovarão cláusulas mínimas que deverão constar nos termos de cessão a serem adotados na aquisição de Direitos de Crédito no mercado secundário sempre que possível.

## **II. Política de concessão de crédito**

5. Encerrada a etapa de originação, inicia-se o procedimento de análise do crédito, que será dividida nas seguintes etapas: (i) diligência; (ii) avaliação de crédito pelo Gestor e aprovação pelos comitês internos do Gestor, se necessário; (iii) avaliação de crédito pela Agência de Classificação de Risco; (iv) documentação; (v) aprovação pelo Comitê de Investimentos; e (vi) aquisição do crédito/liquidação. Abaixo, segue uma breve descrição de cada passo de forma bastante resumida:

- (i) A diligência consiste em obter todas as informações consideradas necessárias para a avaliação de crédito (descrita a seguir). Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor e será baseada em informações disponibilizadas pelo próprio Devedor e/ou obtidas junto a fontes públicas e privadas. Desta forma, o Gestor não tem como garantir a precisão e a integralidade de tais informações e não se responsabiliza por qualquer inveracidade, omissão, erro, fraude ou incompletude das informações prestadas.
- (ii) A avaliação de crédito conduzida pelo Gestor consiste em construir uma visão interna sobre o crédito em questão. A análise estará baseada na expectativa de repagamento com base no fluxo de recursos do Devedor, sem levar em conta a utilização de eventuais garantias. As garantias serão analisadas separadamente, de forma a dar suporte a um eventual cenário de inadimplimento e, no caso de garantias reais, seu valor será estimado por agentes independentes. Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor, exceto pela avaliação de garantias reais, que deverá ser feita por empresa especializada no ativo em questão.
- (iii) A avaliação de crédito conduzida pela Agência de Classificação de Risco será realizada de acordo com os critérios da própria agência.
- (iv) A etapa de documentação consiste em negociar com o Devedor do Direito de Crédito os termos e condições da transação. Para tanto o Gestor utilizar-se-á do seu departamento jurídico e de advogados externos, se necessário. Além dos contratos da operação de crédito, o Gestor poderá, a seu critério, ampliar a análise jurídica de forma a buscar pareceres sobre aspectos da atividade desenvolvida pelo Devedor, garantias prestadas, análise de documentos obtidos na diligência, entre outros. A etapa de documentação se encerra com a finalização de minutas de todos os documentos necessários para a transação (incluindo pareceres para uso do Gestor), de comum acordo entre o respectivo Devedor e o Gestor.
- (v) Encerradas as etapas acima, a transação deverá ser submetida à aprovação formal pelo Comitê de Investimentos. A composição e o funcionamento do Comitê de Investimentos está prevista no Regulamento.
- (vi) O processo se encerra com a liquidação da transação, a qual somente poderá ser efetuada pelo Custodiante uma vez verificado o atendimento do Critério de Elegibilidade e demais regras estabelecidas no Regulamento.

Na hipótese de aquisição de Direitos de Crédito que consistam em carteiras de recebíveis, os Direitos de Crédito poderão ter sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito específicos de cada Cedente originadora dos recebíveis, de forma que não é possível pré-estabelecer e, portando, não está contida no Regulamento, uma descrição de tais processos de origem e políticas de concessão de crédito.

Com relação ao preço de aquisição, sempre que o Direito de Crédito for cedido ao Fundo na data da originação, o valor da cessão será ao par. Já quando o Fundo adquirir um Direito de Crédito imediatamente após a sua originação, o preço deverá observar as condições de mercado na data da aquisição.

## **III. Acompanhamento dos Direitos de Crédito**

6. O Gestor realizará o acompanhamento dos Direitos de Crédito existentes na Carteira do Fundo com o objetivo de manter-se a par de todos os acontecimentos relevantes de mercado, dos respectivos setores e dos

Devedores. Desta forma, o Gestor buscará antecipar-se aos eventos que podem ampliar o risco de crédito do Fundo bem como manter um diálogo constante com os Devedores emissoras dos Direitos de Crédito para construir soluções conjuntas que mitiguem o risco de perdas em casos de estresse.

7. Tendo em vista que os Direitos de Crédito poderão ser na sua maioria de longo prazo, é imperativo realizar um acompanhamento criterioso dos mesmos, de forma a buscar a maximização da expectativa de recebimento pontual e integral dos valores relativos aos Direitos de Crédito.

8. O processo de acompanhamento deverá ser flexível para se adaptar às diversas situações que podem ocorrer com os Devedores dos Direitos de Crédito. Em geral, o acompanhamento será realizado pelo Gestor buscando acumular informações pertinentes ao Direito de Crédito, utilizando-se de fontes públicas e privadas, quando houver, bem como de reuniões com os administradores dos respectivos Devedores. O acompanhamento do Direito de Crédito levará em conta os mesmos elementos utilizados para a análise de crédito, bem como as regras estabelecidas em contrato, tais como: eventos de vencimento antecipado; monitoramento de indicadores financeiros; vencimento cruzado de obrigações (*cross default*), entre outras.

9. O acompanhamento das garantias será estabelecido de acordo com o tipo de garantia prestado em cada caso, quando cabível. Nos Direitos de Crédito que contarem com garantias de fluxos de recebíveis, o Gestor poderá (mas não está obrigado a) contratar um agente de garantias para operacionalizar o fluxo de recebimentos e liberações de recursos de acordo com o que o contrato vier a prever. O mesmo se aplica para o acompanhamento de garantias reais, que pode requerer o monitoramento por agente independente, fiel depositário, ou outros terceiros. Nestes casos, o Gestor deverá contratar empresas de renome no mercado e com experiência comprovada nas tarefas a serem realizadas.

10. O acompanhamento dos Direitos de Crédito efetuado pelo Gestor será complementado pelo acompanhamento obrigatório pela Agência Classificadora de Risco com relação a cada Direito de Crédito e cada Devedor de Direitos de Crédito pertencentes à Carteira do Fundo. Tais informações, aliadas àquelas obtidas pelo próprio Gestor, serão utilizadas pelo Gestor para atuar junto aos Devedores com rapidez, quando necessário.

#### **IV. Direitos de Crédito originados por um Mesmo Grupo Econômico**

Tendo em vista que até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser originados pelo Itaú BBA, o processo de análise, política de concessão de crédito e acompanhamento dos Direitos de Crédito do Itaú BBA são, respectivamente:

##### **Processo de origemção**

1. No caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito que sejam Debêntures, Notas Promissórias, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Imobiliário, Notas de Crédito à Exportação, Letras Financeiras, Letras de Arrendamento Mercantil, Letras de Crédito do Agronegócio, e Instrumentos de Captação Vinculados, o Gestor deverá priorizar a seleção de Direitos de Crédito que observem os seguintes aspectos:

- (i) os Direitos de Crédito contenham cláusulas de garantias, condições contratuais e retorno sobre o capital aplicado satisfatórias, segundo exclusivo entendimento do Gestor;
- (ii) o grau de previsibilidade do negócio e do setor, bem como o nível de endividamento, a qualidade da gestão e os objetivos estratégicos da Sociedade sejam satisfatórios, segundo exclusivo entendimento do Gestor;
- (iii) as taxas de juros incidentes para cada Direito de Crédito sejam compatíveis com as condições de mercado vigentes à época (análise do custo de oportunidade *versus* custo de crédito). O Gestor não produzirá relatórios formais contendo comparações de preços ou de variáveis para cada Direito de Crédito analisado.

2. O processo de originação deverá culminar com a assinatura de um termo de entendimento (*term sheet*) entre a Cedente originadora dos Direitos de Crédito e o Fundo estabelecendo as condições da transação.
3. O trabalho de originação será conduzido por equipe própria do Gestor, sendo que o Itaú BBA, por meio de sua área comercial, poderá propor operações ao Fundo, assim como poderão fazê-lo outras instituições financeiras, assessores financeiros, ou outros agentes de mercado.
4. O Gestor e o Itaú BBA em conjunto aprovarão cláusulas mínimas que deverão constar nos termos de cessão a serem adotados na aquisição de Direitos de Crédito no mercado secundário sempre que possível.

#### Política de concessão de crédito

5. Encerrada a etapa de originação, inicia-se o procedimento de análise do crédito, que será dividida nas seguintes etapas: (i) diligência; (ii) avaliação de crédito pelo Gestor e aprovação pelos comitês internos do Gestor, se necessário; (iii) avaliação de crédito pela Agência de Classificação de Risco; (iv) documentação; (v) aprovação pelo Comitê de Investimentos; e (vi) aquisição do crédito/liquidação. Abaixo, segue uma breve descrição de cada passo de forma bastante resumida:

- (i) A diligência consiste em obter todas as informações consideradas necessárias para a avaliação de crédito (descrita a seguir). Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor e será baseada em informações disponibilizadas pelo próprio Devedor e/ou obtidas junto a fontes públicas e privadas. Desta forma, o Gestor não tem como garantir a precisão e a integralidade de tais informações e não se responsabiliza por qualquer inveracidade, omissão, erro, fraude ou incompletude das informações prestadas.
- (ii) A avaliação de crédito conduzida pelo Gestor consiste em construir uma visão interna sobre o crédito em questão. A análise estará baseada na expectativa de repagamento com base no fluxo de recursos do Devedor, sem levar em conta a utilização de eventuais garantias. As garantias serão analisadas separadamente, de forma a dar suporte a um eventual cenário de inadimplemento e, no caso de garantias reais, seu valor será estimado por agentes independentes. Esta etapa será realizada pela equipe do Gestor, exceto pela avaliação de garantias reais, que deverá ser feita por empresa especializada no ativo em questão.
- (iii) A avaliação de crédito conduzida pela Agência de Classificação de Risco será realizada de acordo com os critérios da própria agência.
- (iv) A etapa de documentação consiste em negociar com o Devedor do Direito de Crédito os termos e condições da transação. Para tanto o Gestor utilizar-se-á do seu departamento jurídico e de advogados externos, se necessário. Além dos contratos da operação de crédito, o Gestor poderá, a seu critério, ampliar a análise jurídica de forma a buscar pareceres sobre aspectos da atividade desenvolvida pelo Devedor, garantias prestadas, análise de documentos obtidos na diligência, entre outros. A etapa de documentação se encerra com a finalização de minutas de todos os documentos necessários para a transação (incluindo pareceres para uso do Gestor), de comum acordo entre o respectivo Devedor e o Gestor.
- (v) Encerradas as etapas acima, a transação deverá ser submetida à aprovação formal pelo Comitê de Investimentos. A composição e o funcionamento do Comitê de Investimentos está prevista no Regulamento.
- (vi) O processo se encerra com a liquidação da transação, a qual somente poderá ser efetuada pelo Custodiante uma vez verificado o atendimento do Critério de Elegibilidade e demais regras estabelecidas no Regulamento.

Na hipótese de aquisição de Direitos de Crédito que consistam em carteiras de recebíveis, os Direitos de Crédito poderão ter sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito específicos de cada Cedente

originadora dos recebíveis, de forma que não é possível pré-estabelecer e, portando, não está contida no Regulamento, uma descrição de tais processos de origem e políticas de concessão de crédito.

Com relação ao preço de aquisição, sempre que o Direito de Crédito for cedido ao Fundo na data da originação, o valor da cessão será ao par. Já quando o Fundo adquirir um Direito de Crédito imediatamente após a sua originação, o preço deverá observar as condições de mercado na data da aquisição.

#### Acompanhamento dos Direitos de Crédito

6. O Gestor realizará o acompanhamento dos Direitos de Crédito existentes na Carteira do Fundo com o objetivo de manter-se a par de todos os acontecimentos relevantes de mercado, dos respectivos setores e dos Devedores. Desta forma, o Gestor buscará antecipar-se aos eventos que podem ampliar o risco de crédito do Fundo bem como manter um diálogo constante com os Devedores emissoras dos Direitos de Crédito para construir soluções conjuntas que mitiguem o risco de perdas em casos de estresse.

7. Tendo em vista que os Direitos de Crédito poderão ser na sua maioria de longo prazo, é imperativo realizar um acompanhamento criterioso dos mesmos, de forma a buscar a maximização da expectativa de recebimento pontual e integral dos valores relativos aos Direitos de Crédito.

8. O processo de acompanhamento deverá ser flexível para se adaptar às diversas situações que podem ocorrer com os Devedores dos Direitos de Crédito. Em geral, o acompanhamento será realizado pelo Gestor buscando acumular informações pertinentes ao Direito de Crédito, utilizando-se de fontes públicas e privadas, quando houver, bem como de reuniões com os administradores dos respectivos Devedores. O acompanhamento do Direito de Crédito levará em conta os mesmos elementos utilizados para a análise de crédito, bem como as regras estabelecidas em contrato, tais como: eventos de vencimento antecipado; monitoramento de indicadores financeiros; vencimento cruzado de obrigações (*cross default*), entre outras.

9. O acompanhamento das garantias será estabelecido de acordo com o tipo de garantia prestado em cada caso, quando cabível. Nos Direitos de Crédito que contarem com garantias de fluxos de recebíveis, o Gestor poderá (mas não está obrigado a) contratar um agente de garantias para operacionalizar o fluxo de recebimentos e liberações de recursos de acordo com o que o contrato vier a prever. O mesmo se aplica para o acompanhamento de garantias reais, que pode requerer o monitoramento por agente independente, fiel depositário, ou outros terceiros. Nestes casos, o Gestor deverá contratar empresas de renome no mercado e com experiência comprovada nas tarefas a serem realizadas.

10. O acompanhamento dos Direitos de Crédito efetuado pelo Gestor será complementado pelo acompanhamento obrigatório pela Agência Classificadora de Risco com relação a cada Direito de Crédito e cada Devedor de Direitos de Crédito pertencentes à Carteira do Fundo. Tais informações, aliadas àquelas obtidas pelo próprio Gestor, serão utilizadas pelo Gestor para atuar junto aos Devedores com rapidez, quando necessário.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO VI**

---

- CÓPIA DAS DECLARAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



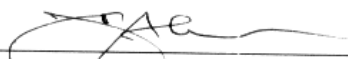



### DECLARAÇÃO

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, neste ato representado na forma do seu estatuto social, na qualidade de administrador do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL** ("Fundo"), vem, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período da distribuição pública de cotas seniores da primeira emissão do Fundo ("Cotas Seniores" e "Oferta", respectivamente); (ii) o prospecto da Primeira Emissão ("Prospecto") contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores, do Fundo, da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; e (iii) o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2011

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

  
José Alexandre Costa de Freitas  
Sócio-Diretor

  
Alexandre Lodi de Oliveira  
Sócio-Gerente



### DECLARAÇÃO

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representado na forma do seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de cotas seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO PRIVADO MULTISSETORIAL** ("Oferta" e "Fundo", respectivamente), administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários ("Administrador"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o prospecto de distribuição pública de cotas seniores da primeira emissão do Fundo ("Cotas Seniores" e "Prospecto", respectivamente), sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; e (iii) o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 17 de maio de 2011

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

Nome: **André Rodrigues**  
Cargo: **Diretor Executivo**

Nome:  
Cargo: **Rodolfo Henrique Fischer**  
**Vice Presidente Executivo**



SP - 029590-00114 - 5847576v1